# UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS

DEPARTAMENTO DE FILOSOFIA

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA

Helgis Torres Cristófaro

O Trabalho como Categoria em Economia Política

São Paulo

## Helgis Torres Cristófaro

## O Trabalho como Categoria em Economia Política

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Filosofia do Departamento de Filosofia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Mestre em Filosofia sob a orientação do Prof. Dr. Homero Silveira Santiago

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

#### Catalogação na Publicação

#### Serviço de Biblioteca e Documentação

Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

C933t

Cristófaro, Helgis Torres

O Trabalho como Categoria em Economia Política  $^{\prime}$ 

Helgis Torres Cristófaro; orientador Homero Silveira Santiago. - São Paulo, 2016.

212 fl.

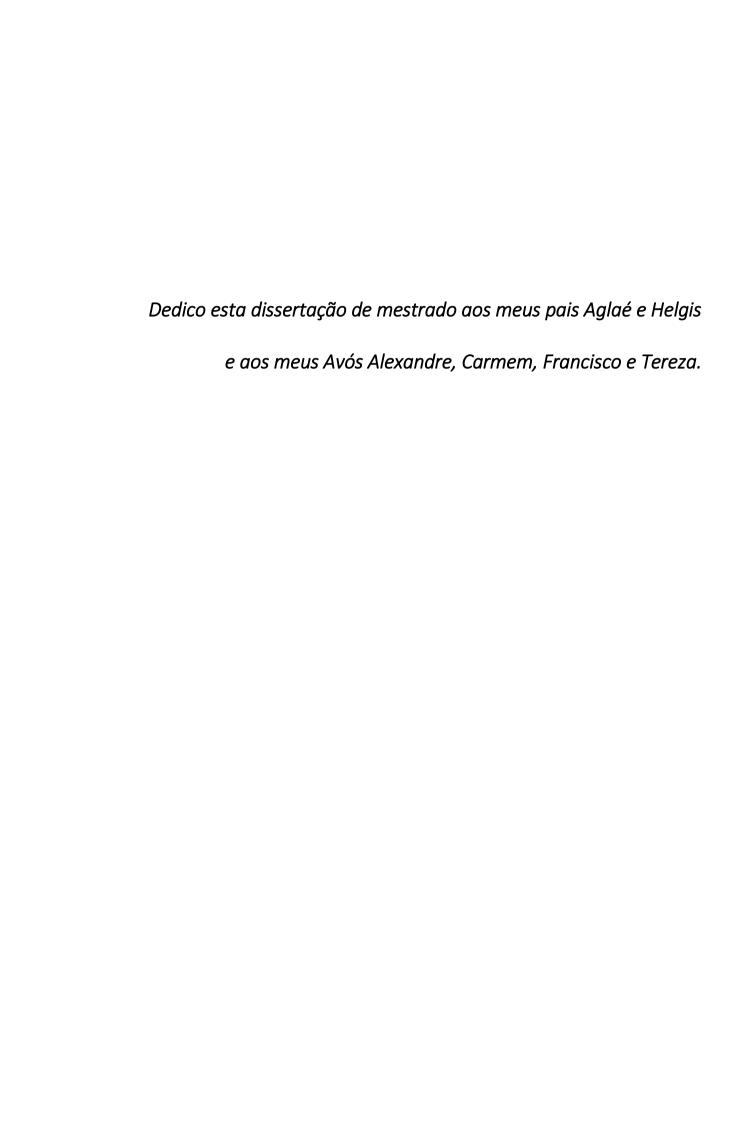
Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Departamento de Filosofia. Área de concentração: Filosofia.

Filosofia Política. 2. Economia Política.
 Império, Multidão, Commonwealth. 4. Toni Negri & Michael Hardt. 5. Biopolítica. I. Santiago, Homero Silveira, orient. II. Título.

## Folha de Aprovação

CRISTÓFARO, Helgis Torres. O Trabalho como Categoria em Economia Política - Dissertação de Mestrado – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Departamento de Filosofia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016. \_\_\_\_\_ em \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_ Banca examinadora: Professor Doutor \_\_\_\_\_ Instituição: Assinatura Professor Doutor Instituição: Assinatura Professor Doutor \_\_\_\_\_ Instituição:

Assinatura



#### Agradecimentos

Ao meu professor e orientador Homero Silveira Santiago pelas aulas, estudos e sempre equilibradas observações e orientações que possibilitaram a realização desta dissertação.

À minha família pela presença e convívio cotidiano: Aglaé, Silvia, Gabrielle, Alexandre, Adília, Elinor e Cynthia.

Ao querido amigo, colega de pesquisas e escrita e exemplo de retidão e capacidade de estudo e produção em filosofia Ronaldo Manzi Filho.

Aos colegas de pesquisa e estudo no Latesfip, especialmente o grupo de estudo sobre narcisismo, e mais especialmente a Silvio Carneiro que faz suplência na minha banca.

Aos queridos amigos de convívio que se foram para o pó cósmico José Dion Teles, Carlos Câmara e Ana Maria Lacerda.

Aos amigos e amigas colegas da Umapaz em especial a Morgana Krauzer companheira de estudos e primeira incentivadora da minha atividade profissional como psicanalista.

A Nelson da Silva e Luciano Pereira por sua participação na banca examinadora trazendo seu conhecimento e sua orientação preciosos.

Aos meus professores do mestrado Sigmar Malvezi, Sergio Cardoso, Newton Bignoto e em especial o Milton Meira que fez a gentileza generosa de participar da banca de qualificação.

Aos amigos sinceros e queridos que souberam reconhecer mudanças e compartilhar sonhos e realizações, em especial a Jorge Poulsen.

E finalmente aos desafetos e inimigos que me deram a oportunidade de descobrir, cultivar e reafirmar minhas crenças e meu compromisso com a verdade, a paz e a não violência.

#### **RESUMO**

CRISTÓFARO, Helgis Torres. O Trabalho como Categoria em Economia Política. Dissertação de Mestrado – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Departamento de Filosofia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016

.

Esta dissertação é o resultado de uma pesquisa sobre a categoria trabalho que principiou pelas obras escritas em conjunto por Antonio Negri e Michael Hardt, em especial a trilogia Império, Multidão e Commonwealth e se estendeu posteriormente para suas obras individuais e os autores que dialogam com Negri apoiando e criticando suas ideias e inovações. A motivação fundamental foi encontrar caminhos de mudança das relações assimétricas de poder e recompensa que reifica o trabalhador e sua vida cada vez mais levando sofrimento à maior parte dos seres humanos ao viverem uma vida menor considerando o potencial de aprender, produzir e ser sempre fonte e destino de mais vida.

A pesquisa levou também à crítica construtiva dirigida sobretudo à ausência, na obra de Negri, do saber psicanalítico como instrumental para compreender a gênese do sujeito considerando quão fundamentais são as questões sobre trabalho e produção de subjetividade levantadas por Negri.

Palavras-chave: Trabalho, Marxismo, Biopolítica, Bioprodução, Reificação, Negri.

#### **ABSTRACT**

CRISTÓFARO, Helgis Torres. Labour as a category on Political Economy. Master Degree Dissertation — Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Departamento de Filosofia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

This dissertation is the result of a research over the category of labour initially focused on the work developed together by Antonio Negri and Michael Hardt, especially the trilogy Empire, Multitude and Commonwealth and was later extended to their individual work and to those authors that has stablished a dialogue with Negri as supporters and critics of his ideas an innovations. The primary motivation was to find ways to change asymmetrical relations of power and welfare which reifies the worker and his life more and more implying suffering for most of mankind as they live a minor life considering the potential of each one to learn, create and become a source and a destination of more life. The research has led to a constructive critique oriented overall to the absence of psychoanalytical knowledge as an instrument to understand the genesis of the subject, especially considering how essential the questions about labour and production of subjectivity raised by Negri are.

Key Words: Labour, Marxism, Biopolitics, Bioproduction, Reification, Negri.

# Índice

١.	Introa	uçao	_12
II.	Produ	ção e Consumo	_25
	II. 1.	Classificar, Medir e Controlar: Prever	27
	II.1.1	Classificar e Padronizar	27
	II.1.2	Global e Neoliberal	34
	II.1.3	ONU para Consumo	37
	II. 2.	Oferta e Demanda	38
	II.2.1	Interdependência entre Produção e Consumo	39
	II.2.2	Consumo Determinado pela Produção	42
	II.2.3	Produção Determinada pelo Consumo	44
	II. 3.	Utilidade e Produtividade	48
	II.3.1	Utilidade do Trabalho e do Produto	48
	II.3.2	Produtividade	50
	II. 4.	Trabalho Produtivo e Trabalhador Útil	52
	II.4.1	Dupla Determinação Trabalho	52
	11.4.2	Tendência de Hegemonia	53
	II.4.3	Abstração e Valoração	55
	11.4.4	Utilidade, Materialidade e Valoração	57
	II. 5.	Utilidade, Alienação e Reificação	60
	II.5.1	Especialização para a Utilidade	60
	II.5.2	Reificação: Ontem e Hoje	62
	II. 6.	Tempo, Necessidade, Desejo e Consumo	65
	II.6.1	Obsolescência: do Produto ao Trabalhador	65
	II.6.2	Utilidade e Tempo: Previsão e Medida	67
	II. 7.	Ativo, Útil, Produtivo e Consumível	69

	II.7.1 Vida Ativa: Ação sobre a Natureza	69
	II.7.2 Produtivo ou Improdutivo	71
	II.7.3 A Centralidade do Consumo	72
	II.7.4 Neoliberalismo	74
///.	Do Biopoder ao Trabalho Imaterial	77
	III. 1. Vida, Poder e Política: Biopolítica	80
	III.1.1 Biopolítica, Higienismo e Eugenia	81
	III.1.2 Política, Natureza, Biologia e Biotecnologia	83
	III.1.3 Sustentabilidade e Vida como Política	86
	III. 2. Negri e a Biopolítica: uma tensão entre Poder e Vida	91
	III.2.1 Foucault: Biopoder, Biopolítica e Anatomopolítica	91
	III.2.2 Uma díade: Biopoder e Biopolítica	94
	III.2.3 Capitalismo, Biopoder e Biopolítica: Imaterialidades e Subjetividades	95
	III. 3. Produção Biopolítica, Bioconsumo e Biocapitalismo,1	.01
	III.3.1 Biocapitalismo: Nova Mutação do Capitalismo1	01
	III.3.2 Produção Biopolítica: Econômica, Política e Omnilateral1	04
	III.3.3 Produção, Consumo e Produtividade1	07
	III.3.4 Crédito e Endividamento1	11
	III.3.5 Consumo e Consumismo	14
	III. 4. Trabalho, Produção e Consumo: Material e Imaterial1	18
	III.4.1 Trabalho Imaterial1	20
	III.4.2 Revoluções Contínuas ou Sucessivas?1	24
	III.4.3 A Expansão do Imaterial	27
	III. 5. Produção Imaterial e Subjetividade1	31
	III.5.1 O Biopoder e suas Subjetividades: Naturalização	.33
	III.5.2 Subjetividade e Biopolítica: o Comum1	.35
	III.5.3 A gênese do Comum: Kairos e Vazio em direção da Multidão1	.39

IV.	Fundamentos Críticos e a Crítica da Crítica	_144
	IV. 1. A Fundamentação	144
	IV.1.1 Método: Materialismo Histórico	145
	IV.1.2 Trabalho, Trabalhador e Capital: Ação e Reação	147
	IV.1.3 Entre o Povo e a Multidão	151
	IV. 2. Visão Prospectiva: Determinação, Implicação e Contradição	157
	IV.2.1 Determinação	158
	IV.2.2 Determinado ma non troppo	160
	IV. 3. O Trabalho Imaterial Modifica?	163
	IV.3.1 O Imaterial e a Teoria do Valor	163
	IV.3.2 A Hegemonia do Trabalho Imaterial	166
	IV.3.3 Incomensurabilidade do Imaterial: um novo velho dado	170
	IV. 4. O Comum	180
	IV.4.1 Qual Comum?	180
	IV.4.2 O comum: resultado, processo ou condição?	183
	IV.4.3 Comum e subjetividade	185
	IV. 5. O Sujeito	191
	IV.5.1 O sujeito biopolítico	192
	IV.5.2 A negação da psicanálise	194
	IV.5.3 Biopolítica e Psicanálise.	196
V.	Conclusão	199
	Bibliografia	208

# I. Introdução

Esta dissertação de mestrado tem como tema a categoria *trabalho* no contexto da filosofia e economia políticas. Seu propósito é investigar o uso contemporâneo da categoria trabalho por filósofos e economistas, em diálogo direto com a trilogia escrita por Michael Hardt e Antonio Negri composta respectivamente pelos livros *Império*, *Multidão* e *Commonwealth* e com outros textos contemporâneos de Negri sobre os temas do biopoder, biocapitalismo e biopolítica.

A escolha da categoria trabalho como tema justifica-se por sua relação direta com os temas da emancipação humana, da alienação e da reificação, os quais se mantém intensamente atuais, sob formas renovadas de manifestação, em especial aquelas ditas imateriais.

Em "Sobre a Questão Judaica" 1 Karl Marx trata do tema da emancipação ao estabelecer a distinção essencial entre emancipação política e emancipação humana; entende como consequência da emancipação política a redução do homem a um cidadão submisso, fraco e alienado. A distinção entre o político e o humano é conceituada na seguinte passagem:

Toda emancipação é uma redução do mundo humano e dos relacionamentos humanos ao próprio homem. Emancipação política é a redução do homem, por um lado, a um membro da sociedade civil, a um indivíduo egoísta, independente e, por outro lado, a um cidadão, uma pessoa jurídica. Somente quando o homem individual real re-absorve em si mesmo o cidadão abstrato, e como um ser humano individual, torna-se um ser-espécie em sua vida cotidiana, em seu trabalho e em sua situação particulares, somente quando o homem tem reconhecido e organizado seus "próprios poderes" como poderes sociais e, consequentemente, já não separa o poder social de si mesmo na forma de poder político, só então a emancipação humana terá sido realizada.<sup>2</sup>

Para Marx muito embora "a emancipação política deva ser reconhecida como um grande passo à frente" seria necessário superá-la em busca de uma emancipação real, para além de uma ordem momentânea do mundo, à qual corresponderia a emancipação

12

<sup>&</sup>lt;sup>1</sup> Marx, Karl; On The Jewish Question, translation by Andy Blunden, 2005, www.marxists.org/archive/marx/works/1844/jewish-question 2 lbidem

política como um reflexo limitado a um dado momento histórico e determinada pelas condições de produção e poder vigentes.

A emancipação real, emancipação humana, seria realizada pela retomada do poder social como o poder de cada indivíduo, estabelecido também como poder político. A relação entre emancipação humana e trabalho se daria pela superação da alienação no trabalho uma vez que:

(...) da relação do trabalho alienado com a propriedade privada também decorre a emancipação da sociedade da propriedade privada, da servidão, que assume a forma política de *emancipação dos trabalhadores*; não no sentido de só estar em jogo a emancipação destes, mas por essa emancipação abranger a de toda a humanidade. Pois toda servidão humana está enredada na relação do trabalhador com a produção, e todos os tipos de servidão são somente modificações ou corolários desta relação"<sup>3</sup>.

Todavia, tanto a atualidade quanto à relevância do conceito marxiano de emancipação não gozam de reconhecimento unânime. Por exemplo, em *Commonwealth* Hardt&Negri empreendem uma crítica ao conceito de emancipação marxiano utilizando a perspectiva da liberdade de identidade em contraste com o conceito de liberação, pois "enquanto emancipação luta pela liberdade de identidade, a liberdade de ser o que você realmente é, liberação foca na liberdade de autodeterminação e de autotransformação, a liberdade de determinar o que você pode vir a ser"<sup>4</sup>. A relação entre liberação e a categoria trabalho é posta de tal modo que não mais fala-se em emancipação: "Para o comunismo revolucionário ser um projeto não de emancipação, mas de liberação — não de emancipação no trabalho, mas liberação do trabalho — ele deve lançar um processo de autotransformação para além da identidade como trabalhador"<sup>5</sup>.

Se, por um lado, há semelhanças entre os conceitos da emancipação humana de Marx e de liberação em Hardt&Negri, pois ambos tratam de liberdade e autodeterminação, por outro, as relações entre liberdade, trabalho e identidade configuram uma diferença fundamental entre os dois conceitos. Enquanto Marx pensa identidade sob uma indiscutível e exclusiva determinação pela produção, em termos de

<sup>&</sup>lt;sup>3</sup> Ibidem

<sup>&</sup>lt;sup>4</sup> HARDT MICHAEL E NEGRI, TONI; *Commonwealth*; The Belknap Press of Harvard University; 2011; pag.331

<sup>&</sup>lt;sup>5</sup> Ibidem; pag.333

trabalho, capital e propriedade de terras, com sua decorrente estrutura de classes, Hardt&Negri postulam uma superação do trabalho, do capital e da propriedade da terra como fatores identitários essenciais, levando à possibilidade de uma identidade em constante transformação que desconsidera, por exemplo, trabalho, posses, raça ou gênero como fatores determinantes. Tal posicionamento fica claro na seguinte passagem de *Commonwealth*:

Obtendo melhores condições de trabalho, maiores salários, serviços sociais melhorados, mais representação no governo, e outras reformas, os trabalhadores podem conseguir reconhecimento e talvez emancipação, mas apenas preservando suas identidades como trabalhadores. Uma política revolucionária de classe deve destruir as estruturas e instituições da subordinação do trabalhador e, assim abolir a identidade do trabalhador em si, colocando em movimento a produção de subjetividade e um processo de inovação social e institucional.l<sup>6</sup>

Considerando os debates contemporâneos sobre discriminação e inclusão interessa notar que Hardt&Negri fazem referência ao conceito de reconhecimento, dialogando diretamente com Axel Honneth, autor de referência no tema. Nesse sentido, aprofundam seu argumento sobre a necessidade de uma identidade para além de determinações reducionistas, como por exemplo trabalhador assalariado, registrando também a questão de gênero:

O feminismo revolucionário é distinguido de outras perspectivas feministas por seu objetivo de abolir o gênero. Além de demonstrar que alguém não nasce mulher, mas é feita mulher, revelando as violências do patriarcado, rebelando-se contra as suas instituições sociais, exigindo a igualdade e a emancipação das mulheres, o feminismo revolucionário busca abolir "mulher" como uma identidade.<sup>7</sup>

Ao reforçar sua oposição ao conceito de emancipação, Hardt&Negri tomam posição contrária à luta por reconhecimento proposta por Honneth<sup>8</sup>. Para os autores, reconhecimento seria apenas uma atualização da emancipação humana.

Ao trazerem o exemplo da desconsideração do gênero como fator de identidade individual os autores demostram, através do próprio texto ao não tratar exclusivamente da identidade trabalhador, que mulher, negro ou protestante não diferem de trabalhador

<sup>6</sup> Ibidem; pág.333

<sup>7</sup> Ibidem; pág.334

<sup>&</sup>lt;sup>8</sup> Cf. HONNETH, AXEL; Luta por Reconhecimento; 2003

como atributo identitário. Por consequência reconfiguram as bases para a reflexão sobre as relações entre identidade, liberdade e produção. Parafraseando o intelectual brasileiro e ex-ministro Eduardo Portela trata-se de lembrar a diferença entre ser e estar, conforme registra sua declaração sobre a relação que pensava ter com o status de ministro: "Não sou ministro, estou ministro"; o que Hardt&Negri parecem querer nos lembrar é que se pode estar trabalhador, apenas estar, sem se deixar definir inteiramente por essa ou qualquer outra situação ou atributo profissional e pessoal em particular.

No entanto, defender que o trabalho deva ser relativizado enquanto fator identitário é ainda uma proposição não uma prática real. As constatações atuais sobre práticas de reificação mostram como o trabalho continua sendo eixo central e fundamental da constituição de identidade e do bem-estar individual. Nesse sentido as reflexões sobre as relações entre sofrimento, trabalho e reificação também recomendam a escolha da categoria trabalho como tema fundamental em Economia Política.

Importa notar que tais reflexões constituem na verdade boa parte dos fundamentos e práticas da Psicologia das Organizações e do Trabalho (POT) as quais devemos lembrar, visto a distância entre os resultados pretendidos e os realmente logrados por esses profissionais no que tange à qualidade de vida do trabalhador.

Nascida no final do século XIX a POT pretende, ou melhor pretendia, estabelecer um equilíbrio produtivo entre o resultado econômico-financeiro e o bem-estar do trabalhador nas organizações de trabalho. Seus profissionais a caracterizam como a composição dinâmica de três elementos: a organização, o trabalho e a pessoa. Rapidamente absorvida pela administração de empresas a POT, como objeto de estudo em relação à categoria trabalho, oferece um amplo espectro de possibilidades de análise crítica da categoria trabalho e da prática do trabalho, com base em uma história de elaborações teóricas e práticas reais e em constante adaptação ao capital.

perder; o que não podemos perder nos tem'.

15

<sup>9</sup> No ensaio "O renascimento da utopia" Portela elabora sobre o tema ser/estar nos seguintes termos: 'E daí também a necessidade de o intelectual guardar, como arma não tão secreta, o trunfo da insubmissão. A alternativa da insubordinação deve recuperar o ser do estar. Até porque nós só temos o que podemos

A história da POT, de sua teoria e prática, mostra um gradual apagamento da preocupação com as pessoas e ao mesmo tempo um aumento constante no seu alinhamento com os interesses econômico-financeiros, aceitando e participando do jogo de subsunção do trabalho ao capital através de modelos comportamentais e psicométricos exclusivamente voltados para os interesses do capital, sobretudo sob a égide da produtividade.

No entanto, a aceitação da subsunção do trabalho ao capital não é unanimidade, e, em assim sendo, alguns teóricos da POT têm oferecido perspectivas críticas sobre seu próprio campo ao realizarem uma crítica interna concatenada com questionamentos da sua própria submissão ao capital.

Em um esforço louvável de autocritica Joel Lefkowitz<sup>10</sup> apresenta cinco constatações sobre os valores praticados pelos profissionais da POT neste início de século XXI os quais, segundo ele, demonstram seu déficit humanista:

- (i) Importância exagerada do econômico e insuficiente do humano por natureza.
- (ii) Apresenta-se o campo da POT sendo mais livre de valores (*value-free*) do que realmente é.
- (iii) A perspectiva normativa (moral) de como as organizações deveriam ser é ignorada.
- (iv) Pratica-se decisivamente uma orientação pró-gestores.
- (v) Seu campo é definido como de excelências técnicas ao invés de benefícios sociais em geral.

Não se trata de atribuir à POT, e a seus profissionais, culpa e responsabilidade exclusivas pelas relações atuais entre trabalho e capital, mas sim aproveitar sua já longeva experiência prática nesse campo para enriquecer a compreensão sobre as relações de produção nas diversas formas de capitalismo.

Uma primeira contribuição é justamente compreender como um campo de conhecimento nascido, segundo os próprios historiadores da psicologia do trabalho, como uma interdisciplina composta por Biologia, Psicologia, Economia, Sociologia e

<sup>&</sup>lt;sup>10</sup> LEFKOWITZ, JOEL, *Journal of Organizational Behavior*, # 29, John Wiley & Sons, 2008

Filosofia, com o compromisso de considerar, também, a perspectiva de cada pessoa nas relações produtivas, foi completamente submetido aos interesses do capital.

A lembrança de alguns autores e temas da POT procura evidenciar uma situação real e relevante de comprometimento da saúde física e mental dos trabalhadores nas relações de trabalho, situação que tem a contribuição de modelos de gestão de pessoas suportados e criados por profissionais de POT, os quais detêm um importante acervo de práticas, relações e informações que poderiam contribuir para diagnósticos precisos sobre o sofrimento no trabalho no nosso tempo e sobretudo para a proposição de novos modelos de relação capital trabalho capazes de retomar o equilíbrio original buscado pela POT entre trabalhador e capital.

Nesse sentido, a contribuição essencial que a POT oferece para a discussão sobre a categoria do trabalho é a possibilidade de uma atitude crítica sobre a alienação e a reificação pelo trabalho, uma crítica que teria por base um século de contato prático com a realidade das organizações de trabalho e capaz, portanto, de produzir diagnóstico, prognósticos e proposições reconhecidamente atuais e bem fundamentados.

Nas décadas de 60 e 70, do século XX, Daniel Katz e Robert Kahn discutiram a relação entre satisfação no trabalho e alienação concluindo que "alienação é o oposto do apego ao sistema ou ao emprego e pode ser pensada como uma intrínseca falta de sentido. Entretanto, não segue daí que indivíduos orientados a não-trabalho são alienados."<sup>11</sup>. Katz&Kahn confundem ingenuamente, ou maliciosamente, o conceito de alienação de tal modo que estar empregado, ou em busca de um emprego, seria um estado de não alienação, seria então alienado aquele que tendo um "bom trabalho" não se sentisse satisfeito. Para os autores "bom trabalho" e " satisfação" seriam naturalmente dados na existência, inquestionáveis e, portanto, naturalizados.

Felizmente no princípio da década de 80, no Instituto Tavistok, Brian Baxter publica o texto *Alienation and Authenticity* no qual não só questiona o conceito de satisfação no trabalho como recoloca a questão da alienação, e constrói uma conexão com o conceito

<sup>&</sup>lt;sup>11</sup> KATZ, DANIEL E KAHN, ROBERT; *Psicologia Social e das Organizações*; Editora Atlas; 1967

de Maslow sobre atualização de si (*self-actualization*) o qual "busca reestabelecer a união entre Self, como sujeito, e o ambiente, como Outros, não através da redução do Self ao serviço dos Outros, mas através de explorar o potencial do homem no contexto da mutualidade interativa entre Self e Outros."<sup>12</sup>

Ao mesmo tempo, Christophe Dejours, em uma obra pioneira para sua época *A loucura do trabalho: estudo de psicopatologia do trabalho* (publicada em 1980), conceitua uma relação observada entre trabalho, alienação e sofrimento, pois:

O trabalhador é impedido de ser sujeito de seu comportamento e surgem conflitos decorrentes do confronto entre a personalidade e o desejo do trabalhador e a organização do trabalho que não lhe oferece a liberdade necessária para que possa usar suas aptidões no exercício do trabalho, culminando no sofrimento e na alienação.<sup>13</sup>

Os temas da alienação, da reificação e do sofrimento, associados ao trabalho, consistentemente atravessam não só a obra de Dejours, mas de outros autores no cenário internacional. No Brasil o tema do sofrimento no trabalho tem sido estudado por vários pesquisadores e autores, tanto a partir das reflexões sobre POT, caso de Sigmar Malvezzi, quanto por autores ligados à sociologia, caso de Luciano Pereira, à psicologia social, caso de Wanderley Codo e à psicologia do trabalho e engenharia de produção caso de Laerte Sznelwar. Esses autores e pesquisadores, entre outros, elaboram atualmente reflexões sobre a relação entre trabalho e saúde física e mental.

Interessa destacar a relevância do tema do sofrimento associado ao trabalho, tanto como fenômeno global quanto local, o que constitui a outra base, empírica, que justifica a escolha da categoria trabalho como tema contemporâneo relevante.

Assim, procura-se responder algumas questões atuais ligadas ao trabalho, tais como: Como mudanças nas formas e condições de trabalho devem implicar modificações na categoria trabalho? Quais mudanças na categoria trabalho estão em curso e quais suas implicações? Quais mudanças aconteceram ao menos no último século e quais seus impactos? Ao considerarem a categoria trabalho a filosofia e a economia politicas geram

<sup>&</sup>lt;sup>12</sup> BAXTER, BRIAN; *Alienation and Authenticity*; International Journal of Social Psychiatry vol. 29 no. 2 156 1983

<sup>&</sup>lt;sup>13</sup> DEJOURS, CHRISTOPHE, A loucura do Trabalho – estudo de psicopatologia do trabalho, Editora Cortez - Oboré, São Paulo, 1992

impactos modificadores do trabalho ou apenas mostram reflexos de práticas já estabelecidas? Existe uma piora qualitativa do ponto de vista dos indivíduos nas condições de trabalho, ou se trata apenas e sempre de uma luta por reconhecimento e recompensas justas para os mais capazes?

A escolha do tema do trabalho como categoria conduziu ao autor de referência: Antonio Negri; tomado tanto através de seus textos individuais quanto de seus textos em parcerias compostos sobretudo com quatro colaboradores: Felix Guattari, Michael Hardt, Maurizio Lazzarato e Cesare Casarino, entre outros.

Negri realiza uma já longa jornada de esperança e luta por equanimidade e equidade, renovadas em meio à dor de uma derrota que aparentava fatal para os movimentos anticapitalistas e que abriu caminho para consolidar o credo e a prática neoliberais. Tal credo, desde os anos 70, vem aniquilando valores e modelos econômicos baseados em um homem capaz do convívio em comunidade sob o signo da cooperação. Sobre aquele momento de quase aniquilamento e renascimento Negri escreve:

[...] minha conversão filosófica, por assim dizer, teve lugar precisamente nas profundezas do desespero e da derrota, ou seja, quando eu me encontrei na cadeia pela primeira vez. Foi lá, na verdade, que eu comecei a trabalhar em Spinoza [...] uma vez derrotado, começa-se perguntando o que deu errado; uma vez preso, começa a procura por maneiras de escapar. Em um sentido, estes dois livros (*Império e Multidão*) constituíram minha tentativa de identificar exatamente o que estava errado com o marxismo, a fim dele escapar. Mais precisamente, constituíam a minha tentativa de desembaraçar o marxismo, de modo a trazer para primeiro plano aquele elemento criativo de fato presente, mas que fora aprisionado pelos estreitamentos dialéticos, ou seja, o poder.<sup>14</sup>

Vida comum, comunidade e comunismo mantiveram-se na mente e na prática de Negri e foram renovados por encontros filosóficos, sobretudo com Espinosa, Gramsci, Foucault, Deleuze e Guattari.

Eu acredito que hoje em dia — depois de uma primeira fase heroica e derrotada de afirmação do comunismo — nós nos encontramos em uma fase de grande reconstrução ecumênica das fundações do comunismo. Esta é uma fase em que o que está sendo recuperado e reelaborado não é apenas o elemento revolucionário do comunismo — ou seja, tudo o que liga o comunismo imediatamente a luta, a antagonismos específicos, etc. — mas também um imenso contexto cultural que inclui elementos extremamente

<sup>&</sup>lt;sup>14</sup> CASARINO, CESARE E NEGRI, TONI; *In praise of the common: a conversation on philosophy and politics*; University of Minnesota Press; 2008, pág.129

diversificados, desde as genealogias do liberalismo radical até as reapropriações como resistência de certas religiões asiáticas como o budismo.<sup>15</sup>

Como será argumentado, as inovações conceituais de Negri em filosofia e economia políticas pretendem uma quebra de paradigma na concepção e no uso do trabalho como categoria em filosofia, em especial no contexto da economia política, de tal sorte que a tradição crítica marxista seria reconfigurada e um novo conjunto de métodos, diagnósticos, instrumentos de intervenção e possibilidades revolucionárias emergiriam, configurando um marxismo atualizado.

Nessa quebra de paradigma proposta por Negri e seus parceiros acadêmicos e de escrita o trabalho como categoria é central e assume tal centralidade a partir da discussão e conceituação do trabalho imaterial e suas consequências modificadoras sobre conceitos como lei do valor, exploração, antagonismo, subjetividade, alienação e reificação, entre outros, inscritos na tradição marxista.

Por outro lado, como ocorre frequentemente com uma inovação, a construção desse novo pensamento revolucionário não se esgota e não se resolve completamente nem no próprio Negri, nem em seus parceiros de escritos. Trata-se de um edifício em construção, daí a importância de recepcionar criticamente seu pensamento abrindo assim possibilidades de alterações, ajustes e acréscimos.

Ao passo que o trabalho, como uma categoria essencial, é o objeto de estudo, de conhecimento e de crítica, a economia política é seu enquadramento privilegiado que lhe confere atualidade e tempo presentes. O enquadramento da categoria do trabalho em economia política justifica-se pela relevância nos rumos políticos e sociais e predomínio no meio acadêmico da economia ao longo dos séculos XIX e XX.

Nas definições das condições e formas de vida no Estado contemporâneo a economia política passou a ser fator considerado como de determinação estável, tal qual a lei da gravidade para a cinemática. Esse processo de dois séculos levou a uma dominação indevida do social, do político, do ambiental e do tecnológico pelo econômico.

\_

<sup>&</sup>lt;sup>15</sup> Ibidem; pág.107

Pierre Bourdieu elabora sobre essa dominação indevida ao avaliar a economia como sendo:

[...] pura ficção matemática, fundada, desde a sua origem, numa formidável abstração: a que, em nome duma concepção tão estreita como estrita da racionalidade, identificada com a racionalidade individual, consiste em colocar entre parênteses as condições económicas e sociais das orientações racionais e das estruturas económicas e sociais que são a condição do seu exercício. 16

O sociólogo francês mostra como se operou uma inversão entre realidade e teoria econômica através da abstração da realidade em benefício de sua redução às variáveis e modelos econômicos. Bourdieu questiona especificamente o neoliberalismo, credo econômico já dominante à época (o artigo "L'essence du néolibéralisme" foi publicado em 1988), tecendo a seguinte pergunta:

O mundo económico é realmente, como pretende o discurso dominante, uma ordem pura e perfeita, desenvolvendo implacavelmente a lógica das suas consequências previsíveis, e disposto a reprimir todas as transgressões, através das sanções que inflige, seja de forma automática, seja — mais excepcionalmente — por intermédio dos seus braços armados, o FMI ou a OCDE, e das políticas que estes impõem: redução do custo da mão-de-obra, restrição das despesas públicas e flexibilização do mercado de trabalho? E se isto não fosse, na realidade, mais do que o colocar em prática uma utopia, o neoliberalismo, assim convertido em programa político, mas uma utopia que, com a ajuda da teoria económica de que se reclama, se toma por uma descrição científica do real? .<sup>17</sup>

Esse neoliberalismo nascido na academia estadunidense nas décadas de 50 e 60 do século XX e inspirado na revisão do liberalismo concebida pela Escola Austríaca de Hayek e Mises domina o panorama político e econômico mundial atual. Combinou liberalismo, monetarismo e utilitarismo em uma nova teoria econômica, e teve seu "experimento de validade" na ditadura chilena de 1973 pós Allende, um laboratório ideal dada a supressão de liberdades individuais e conformação de um Estado de Direito sem equilíbrio entre capital e trabalho.

O "sucesso" do experimento chileno criou as condições ideais para a expansão e domínio conceitual do neoliberalismo a partir dos anos 80 em todo o globo. Começando pela Inglaterra de Margareth Thatcher em estreita parceria com os EUA de Ronald Reagan, o neoliberalismo, ao longo das décadas de 80 e 90, varreu da Europa os

<sup>&</sup>lt;sup>16</sup> BOURDIEU, PIERRE; Le Monde Diplomatique, dezembro de 1988; *The Essence of Neoliberalism*; http://mondediplo.com/1998/12/08bourdieu

<sup>&</sup>lt;sup>17</sup> Ibidem

socialismos e socialdemocracias, bem como todas as políticas econômicas de base keynesiana e mesmo aquelas ditas heterodoxas. Nesse percurso conquistou e reunificou as duas Alemanhas, "libertou" os países do leste europeu e as repúblicas da ex União Soviética e por fim submeteu a Índia e finalmente a China.

As consequências "visíveis" dessa monotonia política e econômica, conceitual e prática, que "resolveu" todos os conflitos entre trabalho e capital, com a dissolução aparente dos conflitos de classes, foram: (i) a desarticulação ou submissão das instituições representativas dos trabalhadores; (ii) a regressão nas condições de trabalho; (iii) o aumento acentuado na disparidade de ganhos; (iv) o aumento generalizado do sofrimento emocional associado ao trabalho (v) a "financeirização" de todas as formas de vida e (vi) o aprofundamento das práticas de corrupção associadas ao Estado e ao processo político.

Em resumo a "resolução" dos conflitos em torno das relações de trabalho se fez, e faz, com o apagamento da memória das lutas e conquistas dos trabalhadores juntamente com um outro apagamento mais terrível: o apagamento do próprio trabalhador como ente social, e sobretudo como referência de valor em si mesmo.

A obra de Negri surge como possiblidade de recuperar a capacidade de lutarmos por um "ser humano" em sua máxima expressão em cada singularidade de tal modo que haja um "ser humanidade" como um conjunto de sujeitos livres de exploração, alienação e reificação que cooperam e compartilham. Negri segue os passos de figuras revolucionárias exemplares, como Martin Luther King e Mahatma Gandhi, que foram capazes de mobilizar a multidão em seu melhor poder através das ideias, mas também através de sua coerência e exemplo na luta em si sem vitimização e sim com determinação e coragem.

Formalmente esta dissertação de mestrado tem cinco seções: esta Introdução, um primeiro capítulo sobre Consumo e Produção, um segundo capítulo sobre O Trabalho Imaterial em Economia Política por Hardt&Negri, um terceiro capítulo sobre As Implicações e Contradições do Trabalho Imaterial e um capítulo de conclusão como uma Análise Crítica da Filosofia de Negri.

A *Introdução* apresenta e aprofunda a escolha do trabalho como categoria em filosofia e economia políticas, sobretudo a atualidade de discutir o trabalho como categoria, os exageros e predominância da Economia sobre a Política, a Administração de Empresas, a Sociologia, a Psicologia e mesmo a Filosofia e suas consequências, a relevância da relação entre trabalho e sofrimento e como essa relação é real e se apresenta em indicadores objetivos.

O primeiro capítulo, denominado *Produção e Consumo*, realiza uma historiografia sobre a relação entre produção e consumo, em diferentes doutrinas de economia política, tendo como subtemas a pretensão da Economia e da Administração de Empresas de serem ciências exatas e as implicações dessa pretensão, as mutações e reconfigurações do trabalho como categoria através das diferentes doutrinas econômicas, desde a economia clássica até o neoliberalismo atual, a ênfase no consumo como forma de vida, bem como as perspectivas teóricas e práticas em torno do trabalho e do consumo em administração e gestão de pessoas, especialmente a partir das abstrações marxianas e sua conexão com a revisão do trabalho como imaterial proposta em Hardt&Negri.

Esse capítulo dedicado à reflexão sobre as relações entre produção e consumo tem como objetivos principais estabelecer *número, medida e utilidade* como os fundamentos que determinam produção e consumo, em um processo histórico que forma uma tendência, identificada por Marx e reforçada e aprofundada em Lucáks, qual seja: a reificação do trabalho e do trabalhador e sua subsunção ao capital.

O segundo capítulo, denominado *Do Biopoder ao Trabalho Imaterial* trata da recuperação e reconfiguração do trabalho em economia política por Hardt&Negri, como sua categoria central, empreendida ao longo de toda a obra de Negri, e em especial na trilogia com Hardt em *Império, Multitude e Commonwealth*. O eixo central é a formulação sobre trabalho imaterial como uma abstração genuína, sobre a qual se apoia uma visão prospectiva, vale dizer uma tendência histórica, que estrutura e converge para um antagonismo, capaz de produzir subjetividade revolucionária enquanto Multidão e através do Comum.

Também é tratada a reconfiguração do conceito foucaultiano de biopolítica e sua derivação para o conceito de produção biopolítica (bioprodução) e biocapitalismo e suas relações com o conceito de trabalho imaterial e produção de subjetividades estabelecidas.

Não menos essencial, e anexo a esse eixo central do trabalho imaterial, é apresentada a compreensão do Comum, enquanto conceito e prática, na medida em que a relação entre trabalho imaterial e o Comum forma o *locus* essencial para a atualização da teoria do valor.

No terceiro capítulo, sobre *Fundamentos Críticos e Crítica* são apresentadas as fundamentações presentes na obra de Negri, as implicações da tendência hegemônica do trabalho imaterial vistas por Hardt&Negri, seus prognósticos, sobretudo na conformação de contradições no interior do capitalismo neoliberal, bem como as condições objetivas em que vivem os trabalhadores neste início de século XXI.

Sobre tal fundamentação é elaborada uma crítica em termos da recepção dos conceitos apresentados por Hardt&Negri, na academia e fora dela, em especial na questão do trabalho imaterial e a revisão da teoria do valor, e considerando seus desdobramentos em termos de efetividade dos diagnósticos, prognósticos e dos instrumentos de mudança.

Por fim, um último capítulo denominado simplesmente *Conclusão* que parte da consideração sobre o tempo decorrido desde que Negri enunciou as bases de sua crítica e a efetividade dos instrumentos de análise e intervenção que propõe. Sobretudo é discutido o modelo de entendimento do sujeito contemporâneo, ou a ontologia negriana da subjetividade, em especial seu distanciamento absoluto da psicanálise em busca de uma crítica propositiva que possam constituir novas semeaduras sobre o solo e o plantio oferecidos por Negri.

# II. Produção e Consumo

A relação entre produção e consumo é central para a economia política, pois trata da articulação social de todos os fluxos materiais, humanos e monetários. Sua compreensão precisa tem importância fundamental para a reflexão sobre o trabalho como categoria, bem como para aquilatar as implicações modificadoras da categoria trabalho a partir dos conceitos de trabalho imaterial, biocapitalismo, biopolítica e de bioprodução, conforme introduzidos no debate sobre economia política por Antonio Negri e seus parceiros de escrita. Nesse sentido, cumpre estabelecer inicialmente a conceituação de produção e consumo e sua vinculação com trabalho.

Etimologicamente a palavra produção vem do latim *producere* e significa fazer aparecer. Foi trazida para o contexto da economia política como o fenômeno através do qual se faz aparecer bens ou serviços, coisas assim denominadas uma vez que atendam necessidades e desejos humanos.

A partir dessa definição elementar, produção passou a servir, em economia política, para denominar mais de uma coisa. De um lado, denomina-se produção o processo produtivo abstratamente considerado como a atividade geradora de bens ou serviços considerados úteis para o homem. Nessa acepção produção é o movimento de produzir, no sentido de fazer aparecer algo que não existia anteriormente. Produção seria criação e transformação. Produzir seria criar transformando.

Por outro lado, considera-se também como produção o conjunto abstrato de todas as atividades produtivas de bens e serviços conforme alguma delimitação geográfica, setorial, material ou empresarial: a produção da região sul, ou a produção de um país, ou a produção de grãos, e assim por diante. Nesse segundo uso é costumeiro fazer acompanhar produção com uma segunda palavra estabelecendo um composto que define precisamente o significado.

Um terceiro sentido é dado como sendo a representação do resultado do processo produtivo, ou seja, nessa acepção produção se refere a um dado conjunto de bens e serviços e não ao processo que os faz surgir. A partir desse último sentido a economia

política construiu uma estrutura de classificação da produção conforme a finalidade intrínseca do consumo do produto, daí a primeira divisão pela materialidade ou imaterialidade da produção em bens (produção material) e serviços (produção imaterial).

Por fim, o sentido que favorece a relação com o termo demanda, o qual a rigor subsume os demais usos e significados da palavra produção através daquilo que lhes atravessa em comum, qual seja, produção é transformação através de esforço e energia humanos aplicados à uma condição natural, material ou temporal, com finalidade útil. Produção é trabalho útil realizado.

Resta investigar o outro termo da relação: o consumo. Principiando pela etimologia, consumir vem da contração latina *com+sumere*, sendo *'com'* prefixo que denota intensidade e *'sumere'* o movimento de tomar algo para si. Nesse sentido literal, puramente etimológico, consumir é tomar posse de algo. No contexto da economia política consumo também adquire ao menos duas acepções principais. De um lado consumo se refere ao agregado abstrato de bens e serviços adquiridos aceitando dessa forma diferentes delimitações geográficas, setoriais ou empresariais: consumo nacional, do Estado do Ceará, ou consumo do setor de construção, ou ainda consumo de borracha.

De outro lado, consumo é ação específica de satisfação de uma necessidade, ou desejo, pela aquisição de alguma coisa através da troca por mercadorias ou tempo de trabalho (escambo), ou pela troca por uma certa soma de dinheiro (compra). Nesta última acepção, a do consumo como compra, a qualificação da satisfação de necessidades e desejos sob a forma de especificação objetiva<sup>18</sup> e classificação contábil universal dos bens e serviços<sup>19</sup> é. juntamente com a capacidade de manter controle sobre a emissão de moedas, um traço fundamental da consolidação da circulação de

<sup>&</sup>lt;sup>18</sup> No sentido de definir com precisão características de produtos e serviços para a comparabilidade em moeda e controle de produção. A especificação detalhada qualifica ao mesmo tempo o produto e a necessidade/desejo. Ver ISIC (International Standard Industrial Classification of All Economic Activities) em http://unstats.un.org/unsd/cr/registry/regcst.asp?Cl=27, sobre serviços em TI cumpre ver COBIT em https://cobitonline.isaca.org/.

<sup>&</sup>lt;sup>19</sup> Padrões contábeis são a base da negociação nas bolsas de valores, com a integração global das bolsas tais padrões passam a ser linguagem universal de controle e permite pensar mercados globais e construir estatísticas seguras de produção e consumo. Ver FASB (Financial Accounting Standards Board) em http://www.fasb.org e IASB (International Accounting Standards Board) em https://cobitonline.isaca.org/.

mercadorias quase exclusivamente através da moeda, eliminando quase que completamente o escambo no sistema capitalista.

### II. 1. Classificar, Medir e Controlar: Prever

If you cannot measure it, you cannot improve it.
Se você não pode medi-lo, você não pode melhorá-lo

When you can measure what you are speaking about, and express it in numbers, you know something about it, when you cannot express it in numbers, your knowledge is of a meager and unsatisfactory kind; it may be the beginning of knowledge, but you have scarcely, in your thoughts advanced to the stage of science.

Quando você pode medir a coisa sobre a qual está falando, e expressá-la em números, você sabe algo a respeito dela; quando não pode expressá-la em números seu conhecimento é de um tipo deficiente e insatisfatório; pode até ser o início de um conhecimento, mas seus pensamentos quase nada avançaram ao estágio de ciência.

(William Thomson – Lord Kelvin)

Conforme os aforismos de Lord Kelvin pregavam no século XVIII a medição de fenômenos naturais foi, e se mantém, um dos pilares das ciências naturais. Foi através do desenvolvimento de instrumentos e métodos de medição que imensos desenvolvimentos teóricos aconteceram nas ciências naturais. Com o telescópio, a balança hidrostática, o termômetro de Galilei e o plano inclinado, Galileu Galilei foi reconhecido como iniciador de uma nova era de conhecimento: a ciência moderna. Há mesmo quem defenda, como Derek de Sola Price nos seus estudos sobre história da ciência que os esforços de desenvolvimento de tecnologias de medição, a começar pela medição de distâncias e do tempo, são a espinha dorsal da história da ciência<sup>20</sup>. O exemplo mais eloquente estaria na reprodução dos movimentos celestes, os relógios da Grécia Antiga, que ensejaram desenvolvimentos em mecânica fina, metal-metalurgia e matemática, entre outros.

#### II.1.1 Classificar e Padronizar

*Prima facie* decorre da capacidade de medir e de desenvolver instrumentos de medição a possibilidade de realizar experimentos e estabelecer validade para uma teoria.

 $^{20}$  Cf. PRICE, DEREK de SOLA, A Ciência Desde a Babilônia, coleção O Homem e a Ciência, EDUSP, 1996

Validar um conhecimento é, portanto, um desafio múltiplo, na medida em que também é necessário validar o método de validar e o instrumental de validação. Na verdade, tratase de uma regressão ao infinito na medida que cada movimento de validação é passível do mesmo questionamento de validade, o que remeteria a uma posição cética de questionar a validade de validar. A solução que fundamentalmente impediu a imobilização da pesquisa cientifica foi a composição entre postulados de experimentação (condições de temperatura e pressão nos experimentos físico-químicos por exemplo), a distinção entre variáveis dependentes e independentes e os instrumentais estatísticos de correlação e amostragem.

Esse caminho, do método científico, foi repetidamente escolhido pelos economistas ao longo da história da economia em busca de sua afirmação como ciência exata<sup>21</sup>. Uma das consequências imediatas desse posicionamento cientificista foi a tentativa de construir padrões universais na estruturação de dados e informações, algo essencial para viabilizar no campo da economia a aplicação de conceitos científicos básicos como experimento e validade<sup>22</sup>.

Tal padronização trata não apenas das estruturas de classificação das coisas produzidas, algo tido como fundamental na teoria de dados e sistemas de informação desde o início da sociedade da informação e conhecimento nos anos 60/70 do século XX, e que tem por base as formulações aristotélicas em taxonomia e predicação<sup>23</sup>; trata também dos processos e procedimentos de coleta e manipulação de dados, que fazem as vezes de instrumentos de medição e de experimentação nas ciências naturais. Os fundamentos são<sup>24</sup>: i) informação é tratamento de dados (comparação, aglutinação, oposição, seleção, etc.); ii) a qualidade dos dados determina a qualidade da informação; iii) as estruturas de dados são estáveis no tempo; e iv) o conteúdo de dados, os processos e as informações são, por natureza, mutáveis no tempo.

<sup>&</sup>lt;sup>21</sup>SIMS, CHRISTOPHER A. Macroeconomics and Methodology; The Journal of Economic Perspectives, Vol. 10, No. 1 (Winter, 1996), pág. 105-120; Published by: American Economic Association

<sup>&</sup>lt;sup>22</sup> MCCLOSKEY, DEIRDRE (DONALD); *The Rhetoric of Economics*; Journal of Economic Literature, vol. 21, no. 2; pág. 481-517

<sup>&</sup>lt;sup>23</sup>Cf. HIRSCHHEIM, RUDY, KLEIN, HEINZ K and LYYTINEN, KALLE; *Information Systems Development and Data Modeling: Conceptual and Philosophical Foundations*; 1995; pág. 60

<sup>&</sup>lt;sup>24</sup> MARTIN, JAMES; Information Engineering, Prentice-Hall, Inc.; 1990

A tentativa de construção da economia como ciência exata foi um processo gradual ao longo de ao menos três séculos e foi dado como acabado pelos economistas durante o século XX, ainda que a prática mostre o contrário. De toda forma, essa construção tem como marco inicial a aproximação entre a contabilidade tradicional e o mercado financeiro no século XVII, uma vez que em essência a contabilidade era inicialmente uma ciência de medição e informação mercantil e posteriormente também de informação e controle financeiro<sup>25</sup>.

Tal aproximação se fez de início no campo da microeconomia, servindo sobretudo à gestão de empreendimentos e à relação com investidores, como no famoso caso da Companhia Holandesa das Índias Ocidentais<sup>26</sup> no século XVII. Posteriormente, no século XVIII, Adam Smith e David Ricardo realizam análises sobre capital de giro e capital fixo, conceitos contábeis tomados sob a perspectiva da teoria econômica.

A partir dessa primeira interação entre economia e contabilidade surgiram aprofundamentos no campo da economia, sempre em direção de organizar informações sobre mercados e nações para subsidiar decisões em economia política. Nesse percurso, de construção de um sistema de informações econômicas, quatro movimentos de estruturação de dados e informações são relevantes para a discussão do trabalho, no contexto das relações entre produção e consumo: i) o sistema de contas nacionais; ii) a classificação geral de bens e serviços; iii) a concepção setorial da econômica; e iv) o padrão de classificação de atividades econômicas.

Desde a adoção do regime de contas nacionais<sup>27</sup> a viabilidade de apurar dados sobre as atividades econômicas se tornou uma obsessão para os economistas. Tal obsessão tem por raiz a cegueira experimentada pelos economistas no período da Grande Depressão, quando não existiam quaisquer dados fiáveis sobre a atividade econômica que indicasse antecipadamente a tendência para a grande recessão ou

<sup>26</sup> Cf. ALBUQUERQUE, ROBERTO CHACON de; *A Companhia das Índias Ocidentais: uma Sociedade Anônima*: 2010: pág. 25-38..

<sup>&</sup>lt;sup>25</sup> Cf. DA SILVA, RODRIGO ANTONIO CHAVES; Ensaio sobre a história da contabilidade e sua relação com a filosofia em Filosofia da contabilidade, 2007

<sup>&</sup>lt;sup>27</sup> O sistema de contas nacionais foi criado no Reino Unido em 1941 por uma equipe de economistas comandada por John Maynard Keynes a pedido do governo e do parlamento britânicos.

mesmo mostrasse a dimensão do problema em curso. Na esteira desse processo de conhecimento dos movimentos da economia, como seu desdobramento natural, como requisito, foram sendo constituídos indicadores, métodos, instrumentos e estruturas de classificação e organização de informações sobre a produção e consumo. Os sistemas nacionais de controle tributário baseados na identificação unívoca de todos os contribuintes e nas declarações anuais de impostos de renda de pessoas físicas e jurídicas são um exemplo do desenvolvimento dos sistemas de informação do Estado contemporâneo.

A classificação macroeconômica de bens e serviços divide-os em naturais e de produção. Bens naturais são aquelas coisas disponibilizadas pela natureza, tais como ar, mar, calor, frio, chuva, vento, rios, plantas, terra, etc. Para a classificação dos bens de produção são utilizados cinco vetores de qualificação, a saber:

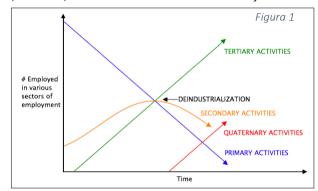
- (i) Tangibilidade. Bens tangíveis são aqueles com existência material sendo todos os demais intangíveis denominados serviços. Daí o jargão consagrado "bens e serviços", muito embora, a rigor, serviços sejam um tipo de bem.
- (ii) Duração. Conforme o tempo de uso continuado os bens são classificados como duráveis ou não duráveis, um carro é um bem durável enquanto um croissant é não durável, e assim por diante.
- (iii) Finalidade. Conforme a utilidade os bens são divididos em bens para consumo, tais como roupas ou bicicletas, e bens para produção tais como uma prensa ou uma injetora de plástico. Os bens de produção são subdivididos em intermediários e finais ou de capital.
- (iv) Dependência. Conforme um bem necessite ou não da presença de outros bens eles são divididos em complementares, como o combustível e o automóvel, ou substitutos, como gasolina e etanol.
- (v) Responsabilidade. Conforme o modelo sócio político a responsabilidade por disponibilizar bens e serviços é separada em público ou privado. Tal distinção é o fundamento da definição das atribuições do Estado contemporâneo. Bens como ferrovias, portos, autoestradas, hidrelétricas, infraestruturas em geral são usualmente atribuídos como responsabilidade exclusiva do Estado.

Por outro lado, a classificação de bens e serviços pretende alcançar todas os tipos de produção humana e por essa razão foi fundamental para a construção dos indicadores macroeconômicos, em especial o Produto Interno Bruto (PIB), uma vez que é a partir

dessa classificação que são contabilizadas, ou não, as produções realizadas em períodos determinados. O método de construção dos indicadores do PIB foi criado em 1932 por Colin Clark economista e pioneiro no uso de indicadores macroeconômicos para estudar a economia de um país ou região.<sup>28</sup>

Ao mesmo tempo, na mesma década de 40, surgiu a definição, também criada por Clark, dos três setores da economia: i) setor primário composto pela agricultura e todo tipo de extrativismo como por exemplo a mineração, ii) setor secundário composto pela produção industrial de todo tipo de bem material e iii) setor terciário que trata de todas as demais atividades econômicas, basicamente serviços como comércio, finanças, medicina, etc. Posteriormente, Clark conceituou o quarto setor que separa os serviços de conhecimento e informação. A figura 1, abaixo, ilustra seu modelo de relação entre

setores. Interessante notar como o modelo concatena no tempo os quatro setores em movimentos da relação entre quantidade de pessoas empregadas e tempo, ou seja, o modelo setorial de Clark pensa uma



tendência histórica. A queda no volume de empregos no setor primário, inicialmente com o crescimento dos setores secundários e terciários, decorre das inovações tecnológicas aplicadas na agricultura e manufatura.

A segunda metade do século XX apresenta um quadro econômico muito próximo ao proposto por Clark, com ajustes no perfil e inclinação das curvas e, evidentemente, diferente conforme o país. Em especial o que Clark pensou como desindustrialização fica melhor denominado de robotização, com a redução de postos de trabalho substituídos por automação (robôs em linha de produção, maquinário automatizado e computadores com sistemas de informação em todas as atividades de controle e serviços) sem redução do volume de produção. Aliás o que ocorreu no último quarto do século XX foi o aumento da produção em diversidade e quantidade, com menor demanda de trabalho humano

<sup>&</sup>lt;sup>28</sup> CLARK, COLIN; *National Income*; Editora Psychology Press, 1965. Clark também é reconhecido como criador do conceito e modelo de setores da economia.

por unidade produzida, conforme anteciparam Smith, Marx, Marshal, Keyne e Lucacks entre outros. Também Hannah Arendt identifica esse descompasso entre trabalho, produção e consumo ao vaticinar que nos deparamos com "a perspectiva de uma sociedade de trabalho sem trabalho" 29

A definição de setores da economia abriu a perspectiva de uma classificação mais detalhada da produção e focada nas atividades, vale dizer nos diferentes tipos de trabalho, ao invés de considerar apenas os produtos e serviços. A construção de uma estrutura detalhada foi necessária para viabilizar uma coleta de dados extensa e constante e assim alimentar o sistema de contas nacionais, os sistemas de controle tributário, a construção dos indicadores macroeconômicos e as aplicações estatísticas.

Como a crise da Grande Depressão dos anos 20/30 e a 2ª Grande Guerra foram eventos de impacto mundial era natural que a adoção de estruturas de dados e informações fossem propostas como globais. Assim, foi através da recém-criada Organização das Nações Unidas (ONU) que a estratégia de criar um padrão internacional de classificação e codificação das atividades econômicas ganhou corpo e se aprofundou.

Começando em 1948, o esforço regulatório denominado de ISIC (International Standard Industrial Classification of All Economic Activities) não só se firmou, como persiste até hoje já em sua 4ª edição, balizando a construção e operação de todos os sistemas nacionais de informação sobre produção e consumo, a tal ponto que é possível ter uma visão global desses dados e informações. Esse foi na verdade, ao lado das compatibilizações jurídicas para o comércio internacional e a liberdade de movimento internacional de capitais, um dos pilares que viabilizaram a globalização contemporânea.

<sup>&</sup>lt;sup>29</sup> ARENDT, HANNAH; A Condição Humana; Forense Universitária; 2010. Pag. 6

O ISIC se mantém referência fundamental, tendo sido refinado ao longo do século XX para refletir inovações em produtos e tecnologias de produção. Considerando sua proposta de abranger todas as atividades econômicas foi adotado na organização formal de coleta e processamento de dados econômicos nas instituições de governo em todas as economias capitalistas, no caso brasileiro tal função é cumprida pelo IBGE na

Figura 2 codificação CNAE (Classificação Nacional das Atividades Econômicas). A

	Seções da CNAE				
Seção	Denominação				
Α	Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura				
В	Indústrias extrativas				
С	Indústrias de transformação				
D	Eletricidade e gás				
E	Água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação				
F	Construção				
G	Comércio; reparação de veículos automotores e motocicletas				
н	Transporte, armazenagem e correio				
I	Alojamento e alimentação				
J	Informação e comunicação				
K	Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados				
L	Atividades imobiliárias				
M	Atividades profissionais, científicas e técnicas				
N	Atividades administrativas e serviços complementares				
0	Administração pública, defesa e seguridade social				
P	Educação				
Q	Saúde humana e serviços sociais				
R	Artes, cultura, esporte e recreação				
S	Outras atividades de serviços				
Т	Serviços domésticos				
U	Organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais				

estrutura ao lado, adotada no Brasil pelo IBGE é precisamente a mesma do ISIC, e da mesma forma se aprofunda em até quatro níveis de detalhamento totalizando duas mil e oitocentas entradas, ou atividades econômicas específicas e únicas.

Como "atividade econômica" refere-se a produzir, a classificação das

Figura 4

atividades econômicas deve englobar todas as formas possíveis de trabalho, desde que produtivo. Importante destacar que essa estrutura de classificação realiza a composição mediada, pela atividade econômica, entre trabalho e coisa produzida (bem ou serviço) de tal modo que o trabalho como mercadoria está implícito. No seu nível mais

detalhado, atômico, a atividade econômica

se desdobra em um

85		EDUCAÇÃO
85.1		Educação infantil e ensino fundamental
85.11-2		Educação infantil - creche
	8511-2/00	Educação infantil - creche
85.12-1		Educação infantil - pré-escola
	8512-1/00	Educação infantil - pré-escola

conjunto de trabalhos, composto segundo uma finalidade, como no exemplo acima do grupo de educação (figura 3.)

No entanto, a relação entre o nível atômico de codificação da atividade econômica e o trabalho propriamente dito varia grandemente

conforme o assunto

tratado. Tomando outro exemplo, o grupo das atividades

68			ATIVIDADES IMOBILIÁRIAS
68.1			Atividades imobiliárias de imóveis próprios
	68.10-2		Atividades imobiliárias de imóveis próprios
		6810-2/01	Compra e venda de imóveis próprios
		6810-2/02	Aluguel de imóveis próprios
68.2			Atividades imobiliárias por contrato ou comissão
	68.21-8		Intermediação na compra, venda e aluguel de imóveis
		6821-8/01	Corretagem na compra e venda e avaliação de imóveis
		6821-8/02	Corretagem no aluguel de imóveis

(figura 4) imobiliárias, essa disparidade conceitual fica evidente.

Três aspectos fundamentais na estruturação de dados e informações sobre a produção devem ser observados. Primeiro, o uso atua de estruturas de "predicação" configura uma tendência histórica que tem sido reafirmada continuadamente; inicialmente com a finalidade de aplicação do método científico na economia política, como nas décadas de 40 e 50, e posteriormente como fim em si mesmo, conforme se desenvolveram as tecnologias de processamento de dados, constituindo no início do século XXI uma demanda insaciável de aquisição de informação que tem por fundamento a propriedade da informação como forma de poder político, social e econômico.

#### II.1.2 Global e Neoliberal

O segundo aspecto é a naturalização, através de constructos e modelos, de um poder impessoal, onipresente e onisciente de discriminar o produtivo do improdutivo sem qualquer conexão com o trabalho real. Produtivo ou improdutivo emanam de uma completa abstração da realidade feita com tal intensidade que ocorre uma fabulosa inversão segundo a qual a realidade é construída a partir de modelos baseados em instrumentos de observação da realidade, sendo que toda observação da realidade traz em si restrições de alcance e precisão.

A crítica à construção de modelos não tem por objetivo a sua completa desconsideração, ou banimento. No entanto, é preciso lembrar que modelos, em especial modelos nos campos das ciências humanas, são uma abstração da realidade jamais a própria realidade. Por outro lado, qualquer observação da realidade está sujeita a dois constrangimentos limitadores propostos por Werner Karl Heisenberg os princípios do *efeito do observador* e da *incerteza*<sup>30</sup>:

O princípio do efeito do observador antecedeu ao princípio da incerteza e estabelece que o observador altera o fenômeno e o objeto observados, de tal forma que toda medição será sempre uma aproximação. Pode-se argumentar que os desvios seriam

<sup>&</sup>lt;sup>30</sup> HEISENBERG, WERNER K.; Physics and Philosophy - The Revolution in Modern Science; Harper & Brothers; NY; 1958; cumpre ressaltar que o Princípio da Incerteza poderia ser traduzido também como Princípio da Indeterminação considerando a escolha na tradução para a língua inglesa de principle of indeterminacy.

lineares, ou seja, que mantendo as mesmas condições de medição todas as medições apresentariam a mesma diferença, e, portanto, a análise das correlações seria válida. No entanto, a própria medição dos desvios implicaria a mesma dificuldade, estabelecendo uma função polinomial de grau "n", o que descarta uma função linear dos desvios.

A transposição do efeito do observador para o campo da economia política é imediata e com o agravante de que as variações instrumentais serem mais amplas na medida em que mensurar fenômenos econômicos envolve um volume muito amplo de variáveis na pessoa em si, na interação entre pessoas, entre pessoas e o meio ambiente, entre pessoas e a sociedade e que são desconhecidas ou ignoradas. Ou seja, soma-se ao efeito do observador a exclusão de aspectos reais dos fenômenos observados pela limitação necessária de variáveis dependentes e independentes. Os erros de medição, os desvios e a inconsistência serão imensos.

Já o princípio da incerteza, que não deve ser confundido com o efeito do observador, estabelece o limite de conhecimento de fatores interdependentes, vale dizer de compreensão simultânea de um fenômeno sob dois referenciais distintos e complementares, como por exemplo posição e tempo.

No caso de mensurar a produção humana o princípio da incerteza mostra a limitação de conhecer simultaneamente, por exemplo, a mudança e o estado do processo produtivo. A mudança trata da compreensão da diferença pela inovação ou pela adaptação; já o estado trata da compreensão do que é feito, como deve ser feito, a especificação do produto e a receita para garantir a produção repetida. Uma vez que ambos, estado e mudança, formam um par integrado toda medida de produção humana implicará em algum tipo de reducionismo. A questão essencial está na apreensão de simultaneidades que a rigor se multiplicam na medida em que cada trabalhador é uma pessoa em estado entrópico que interage em infinitas mutualidades de influência com todos os elementos presentes na sua vida: outras pessoas, máquinas, animais, alimentos, clima, tempo, memória etc. Essa simultaneidade por definição não pode ser apreendida.

A solução adotada pelos quânticos é a definição dos limites de distorção que a referência "prejudicada" impõe sobre a medição da referência escolhida. Em assim sendo, pela perspectiva do efeito do observador e do princípio da incerteza todo método

de mensurar o humano, individual ou social tem sua confiabilidade restrita a algum limite próprio da existência do que é medido, no caso a vida humana enquanto relações econômicas.

Partindo de outro ponto de vista, a crítica de Pierre Bourdieu ao neoliberalismo denuncia exemplarmente a inversão entre realidade e modelo de realidade.

O programa neoliberal (...) tende a favorecer globalmente a ruptura entre a economia e as realidades sociais, e a construir deste modo, dentro da realidade, um sistema económico ajustado à descrição teórica, quer dizer, uma espécie de máquina lógica, que se apresenta como uma cadeia de restrições que arrastam os agentes económicos.<sup>31</sup>

Dirigida ao neoliberalismo, a constatação lógica desse delírio economicista apresentado pelo sociólogo francês, associado ao alerta dos princípios do efeito do observador e da incerteza, serve com precisão à crítica sobre todas as demais escolas e doutrinas econômicas desde meados do século XX.

Por fim, um terceiro aspecto relevante da estruturação de dados e informações sobre a produção é a incorporação crescente, a cada revisão ISIC, do trabalho imaterial sob a forma da classificação de serviços. Com a codificação de todas as formas de serviço, também todo trabalho imaterial está tomado como mercadoria, pois em essência todo serviço é trabalho imaterial.

É justamente essa expansão do trabalho imaterial mediada pelo conceito de atividade econômica que chamou a atenção de Negri como uma mudança relevante na categoria do trabalho com potencial para revelar uma nova tendência histórica e uma quebra do paradigma nas relações entre produção e consumo. Para tanto, seria necessário revisitar a história das categorizações do trabalho (produtivo e improdutivo, material e imaterial, concreto e abstrato, morto e vivo) a partir das doutrinas em economia política sobre produção e consumo, oferta e demanda.

De outro lado, o processo de refinamento, institucionalização e internacionalização dos dados e informações sobre as atividades econômicas também ilustra como o

<sup>&</sup>lt;sup>31</sup> BOURDIEU, PIERRE; op. cit.

consumo foi sendo absorvido estruturalmente na teoria econômica sob uma perspectiva de racionalidade e controle globais e com a chancela e coordenação de uma organização nascida sob o signo do equilíbrio e harmonia entre nações, a ONU<sup>32</sup>.

A absorção do consumo pela teoria econômica tem por fundamento a expansão continua dos mercados consumidores e tem já no Mercantilismo suas primeiras considerações teóricas em economia política, como em Jean-Baptiste Colbert e Thomas Mun. A expansão de mercados decorre ou da incorporação de novos mercados, ou do aumento do consumo nos mercados existentes. Sua lógica simples estabelece a correlação direta entre investimento, consumo crescente e lucro crescente, lógica que domina os mercados de capitais nos dias de hoje que esperam a cada novo balanço das empresas cotadas em bolsa um aumento de lucratividade em relação ao mesmo período um ano antes. A globalização também aplica essa lógica centenária de expansão incessante do consumo e da mesma forma que fazia o Mercantilismo, mas já sem as distorções do metalismo graças a Adam Smith.

## II.1.3 ONU para Consumo

No sentido de uma economia global, toda voltada para mais consumo, a ONU foi instrumento essencial e viabilizador, através da Organização Mundial do Comércio (OMC), do Programa da Nações Unidas para Desenvolvimento (PNUD), Banco Mundial, ou o Fundo Monetário Internacional (FMI), entre outros organismos seus e conferencias específicos. Esse arsenal de siglas cumpriram e cumprem a função de viabilizar consumo crescente em nível planetário, sob o fundamento implícito que consumir é um direito universal e tendo como pano de fundo o benefício concreto de maiores retornos para os detentores de capital.

Interessante notar como a ONU expia seus pecados constituindo no seu próprio corpo estruturas antagônicas ao consumismo que ela mesma nutriu, apoiou, e continua apoiando. A partir da década de 70 do século XX degradações do meio ambiente como a contaminação de terras, rios, ar e mares pela excessiva geração e não tratamento de lixo

<sup>32</sup> Cf. HARDT, MICHAEL. E NEGRI; ANTONIO; *Empire*; Harvard University Press; 2000; pág. 3-8.

e poluentes, as alterações no clima, ou a pressão sobre recursos naturais para geração de energia, foram atribuídas à expansão do consumo interno a cada país e internacional.

Como consequência uma série de conferencias e painéis forma patrocinados pela ONU ao longo dos anos 70 e motivaram a definição de estruturas e programas para mitigar o consumo excessivo e seus impactos tais como: o Programa da Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), a Comissão Brundtland, a Comissão para o Desenvolvimento Sustentável, as Conferencias Ecológicas e o Painel sobre Clima. Essa estrutura da ONU voltada para o meio ambiente foi responsável por colocar a degradação ambiental e o desenvolvimento sustentável como temas contemporâneos relevantes e de grande apelo popular, ainda que com resultados práticos incipientes.

Em suma, tornou-se inquestionável nas teorias econômicas dominantes a necessidade de expansão constante do consumo. A viabilização de uma sociedade de consumo globalizada foi uma obra de longo prazo assentada em um conjunto de alicerces profundos tais como: unificação de regras e legislações comerciais globais, criação de instrumentos financeiros internacionais para garantir a circulação livre de capitais, negociação de acordos internacionais sobrepujando legislações nacionais, e a padronização da classificação e codificação de produtos e atividades.

## II. 2. Oferta e Demanda

Quando começou a comprar almas, o diabo inventou a sociedade de consumo.

Millôr Fernandes

A economia é extremamente útil como forma de emprego para os economistas.

John Keneth Galbraith

Em meados do século XVIII, com o nascimento da Ciência Econômica<sup>33</sup>, foi estabelecido um vínculo conceitual, estrutural, "natural" e indissociável entre produção e consumo, o qual se mantem ativo até os dias de hoje enquanto questão fundamental, no contexto da reflexão crítica sobre a economia política.

<sup>&</sup>lt;sup>33</sup> Atribui-se a Adam Smith a separação da economia como um campo de saber específico a partir da publicação de "*A Riqueza das Nações*" em 1776.

A relação entre produção e consumo é tanto o elemento central de diferentes teorias sobre a formação de preços e dinâmicas de mercado, quanto uma questão em si mesma, a ser considerada em termos sociais, políticos e morais. Em suma, na economia política, conformaram-se três posições: interdependência entre produção e consumo, determinação do consumo pela produção e determinação da produção pelo consumo.

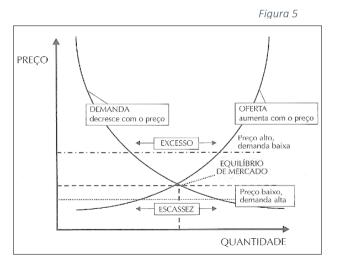
## II.2.1 Interdependência entre Produção e Consumo

Se considerada como interdependência a relação entre produção e consumo é compreendida como uma determinação mútua inerente, de tal modo que não existe uma relação causal que estabeleça cadeias explicativas, quer a partir de uma capacidade de produzir, quer a partir de uma necessidade de consumir. Jean Baudrillard reconhece essa interdependência na seguinte passagem:

[...] não significa que nossa sociedade não seja primeiramente e decisivamente uma sociedade de produção, uma ordem de produção, e, portanto, o locus de uma economia e política estratégicas. Mas significa que está emaranhada com essa ordem uma ordem do consumo, que é uma ordem de manipulação de signos.<sup>34</sup>

Para Baudrillard, uma análise crítica da sociedade pode ser realizada com foco na ordem da produção, ou como escolha de onde partir, ou mesmo como um tema essencial de uma sociedade orientada a produzir, no entanto, em todos os casos, é preciso manter, todo o tempo, foco também na ordem do consumo, uma vez que consumo e produção formam um par de ordens indissociáveis, sob mútua influência, emaranhadas.

Essa relação interdependente inerente entre produção e consumo foi assumida pela economia política no seu período inicial, ensejando a proposição de uma lei econômica fundamental, a qual estabelece a inter-relação entre oferta e demanda, conforme sintetiza a figura ao lado (fig. 5).



<sup>&</sup>lt;sup>34</sup> BAUDRILLARD, JEAN; "The Consumer Society: Myths and Structures"; Sage; London; 1998;

Como se vê, a lei de oferta e demanda estabelece uma função direta entre preços e quantidades de oferta e de demanda. Ou seja, um mesmo patamar de preço para um dado bem ou serviço implica uma relação entre quantidades de consumo e produção em três estados momentâneos: excesso, equilíbrio e escassez. Trata-se, portanto, de um modelo de movimento dos mercados segundo três variáveis, sendo duas delas, demanda e oferta, diretamente dependentes de valores (crenças), necessidades e escolhas individuais e sociais. A variável preço, embora decorra de uma decisão humana, tem a mediação da moeda como seu determinante, em especial a questão das perdas e ganhos pecuniários através de câmbio, inflação e juros, fatores pouco ou nada atribuíveis às individualidades.

Surgida no século das luzes, no calor dos debates entre David Ricardo, Adam Smith, Jean Baptiste Say e Thomas Malthus entre outros e tributária das reflexões sobre economia de Locke, segundo as quais o mercado funcionaria conforme leis naturais que providenciariam um equilíbrio divino, a Lei da Oferta e Demanda é, entretanto, questão em aberto do ponto de vista do status de lei científica, restando a rigor como um conhecimento do contingente<sup>35</sup>.

Assim sendo, todas as suas implicações, decorrências e aplicações deveriam ser consideradas sob o signo do provisório, do incerto, e sob a condição do melhor esforço. Condição costumeiramente ignorada por economistas e administradores desde meados do século XX, quando boa parte das ciências humanas passou a perseguir e reclamar o estatuto de saber científico, nos termos das ciências naturais. O mesmo se deve considerar quanto às demais leis e princípios da economia e da administração.

O estatuto de conhecimento do contingente sempre decorre quando se pretende determinar comportamentos e relações humanas através de leis regentes do funcionamento dos indivíduos, da mesma forma como leis naturais determinam o funcionamento das coisas da natureza, como acontece na física, na química, na biologia,

Unesp, 2000.

<sup>&</sup>lt;sup>35</sup> Conhecimento do contingente é tomado aqui em oposição ao conhecimento do necessário, conforme a tradição aristotélica que distingue necessidade e contingencia, de tal forma que o conhecimento do contingente seria opinião. A esse respeito ver PORCHAT, O., *Ciência e Dialética em Aristóteles*, Editora

etc. Tal determinação trabalha com a certeza de uma estrutura causal que explica e prediz comportamentos humanos, o que conforme Dilthey<sup>36</sup> não se sustenta, pois a distinção entre explicação, que seria própria das ciências naturais, e compreensão, que seria própria das ciências humanas, deve ser levada em conta. Segundo o filósofo alemão explicação (*Erklären*) seria um saber objetivo, nos termos do que posteriormente veio a ser o conceito de reconstrução lógica da escola de Viena, e compreensão (*Verstehen*) um saber intersubjetivo nos termos do que veio a ser proposto por Habermas como razão intersubjetiva.

Uma visão excessivamente explicativa sobre o humano destruiria a condição de liberdade na história. Só a noção de compreensão faz justiça a esta experiência interior e central da ação humana. A explicação se presta a forças físicas, fala dos efeitos, mas não da natureza das agências envolvidas"<sup>37</sup>. Assim, não seria possível predeterminar as escolhas e reações das pessoas nesta ou naquela situação, especialmente quanto à relação entre paixões e ações, na medida em que "... o ser humano que compreendesse tudo, não seria humano. Isto porque compreender é capturar a individualidade, e nossa capacidade de capturar a individualidade é sempre limitada por nossa própria individualidade"<sup>38</sup>.

Ademais, tomando outro referencial sobre pensamento científico, o objeto de conhecimento, no caso a mente humana, não pode ser observado direta e objetivamente, nem mesmo pelo próprio indivíduo; e assim sendo, tal conhecimento não admitiria experimentos comprobatórios e não poderia ser falseado, dois critérios geralmente aceitos para validar um conhecimento como científico<sup>39</sup>.

Assim como acontece com a Psicologia ou a Sociologia, para ficar apenas em dois exemplos, ao tomar como objeto fundamental o humano, seja em sua individualidade seja como grupo, sociedade, povo, massa, multidão, etc., a economia política está sob a

<sup>&</sup>lt;sup>36</sup> DILTHEY, WILHELM; Introdução às ciências humanas — tentativa de uma fundamentação para o estudo da sociedade e da história; Forense Universitária, 2010

<sup>&</sup>lt;sup>37</sup>FRANCO, SÉRGIO DE GOUVÊA; *Dilthey: compreensão e explicação*; Rev. Latino-americana de Psicopatologia Fundamental, São Paulo, v. 15, n. 1, p. 14-26, março 2012

<sup>.</sup> <sup>38</sup> Ihidam

<sup>&</sup>lt;sup>39</sup> POPPER, KARL; *The Logic of Scientific Discovery*; Routledge; 2005

condição de uma incerteza inerente e está necessariamente inscrita na ideia de um conjunto de conhecimentos construídos sob a condição da contingência<sup>40</sup>. O mesmo vale para a administração de empresas.

## II.2.2 Consumo Determinado pela Produção

Já a posição da determinação do consumo pela produção tem como marco inicial e fundamental a Lei de Say, ou Lei da Preservação do Poder de Compra:

É valioso ressaltar que tão logo um produto seja criado, nesse mesmo instante, constitui um possível mercado para outros produtos na completa medida de seu próprio valor. Quando o produtor dá o toque final ao seu produto, ele estará muito ansioso para vendê-lo imediatamente, pois quer evitar que seu valor diminua em suas mãos. Nem ficará menos ansioso para aplicar o dinheiro ganho com a venda, pois o valor do dinheiro também é perecível. Mas, o único modo de se livrar do dinheiro é pela compra de algum produto ou outra coisa. Assim, a mera circunstância da criação de um produto imediatamente abre canal para outro produto"

A Lei de Say tem como síntese, geralmente aceita, a declaração de que "a oferta gera sua própria demanda"<sup>42</sup>, o que caracteriza a produção como polo que determina o consumo, através do movimento e integração de cadeias produtivas e articula-as em uma totalidade de consumos a partir da diversidade de produtos.

Nesse modelo, produtos e produtores determinariam consumos entre si como resultado de uma necessidade expressa no comportamento do produtor, qual seja, a necessidade de vender sua produção o mais cedo possível de modo a recompor com vantagens seu poder de comprar que seria necessariamente exercido comprando novos

 $<sup>^{40}</sup>$ NETTO, ANTONIO DELFIM; "A matemática na economia - O pensamento mágico"; Jornal Valor Econômico; Abril de 2011

<sup>&</sup>lt;sup>41</sup> SAY, JEAN-BAPTISTE; Coleção Os Economistas; Abril Cultural, 1983; pág.138

<sup>&</sup>lt;sup>42</sup> Essa síntese foi inicialmente formulada por James Mill em 1808 em seu artigo *Commerce Defended. An Answer to the Arguments by which Mr. Spence, Mr. Cobbett, and Others, have attempted to Prove that Commerce is not a source of National Wealth* no qual em seu Capítulo VI - Consumption declara: "produção de mercadorias cria, e é a única e universal causa que cria, um mercado para as mercadorias produzidas".

insumos para produzir e outros bens e serviços para seu uso e interesse uma vez que também a moeda seria perecível<sup>43</sup>.

O produtor produz por que tem o talento e a capacidade de produzir e usa essa capacidade para poder consumir e, em assim sendo, está certo de ser parte de uma cadeia inevitável de consumo, dado que outros produtores também produzirão para vender e com isso poderem consumir.

Em termos contemporâneos, desde os anos 30 do século XX, a ideia de formar demandas a partir da criação de produtos constituiu o fundamento de diferentes escolas de planejamento estratégico e de marketing<sup>44</sup> todas assentadas no pressuposto de um domínio do funcionamento da psique humana através de estruturas causais que explicam e predizem necessidades, comportamentos e desejos permitindo sua associação ao consumo de bens e serviços e configurando um poder de criar desejos e necessidades de consumir um determinado bem ou serviço.

A partir desse pretenso conhecimento da psique humana foi gradualmente realizada a integração entre indústria cultural, publicidade e propaganda através de uma variedade de mídias e instrumentos de convencimento e formação dos indivíduos; tem sido considerado que essa integração seria capaz de determinar a construção de subjetividades voltadas para o consumo, ou mais precisamente, a construção de

<sup>&</sup>lt;sup>43</sup> Desde o século XVI até o final do século XVII a Europa experimentou uma inflação constante e alta, conhecida como a Revolução dos Preços, a qual foi posteriormente atribuída à excessiva entrada no mercado europeu de ouro e prata trazidos pela Espanha a partir das minas do novo mundo, especialmente México e Bolívia. Dessa forma, a ideia de moeda como coisa perecível decorre do reconhecimento do fenômeno da inflação, de tal forma que a moeda perderia com o tempo poder de compra, ou seja, a moeda assim como certas mercadorias (trigo, cevada, etc.) pereceria. Essa questão começou a ser tratada de fato no decorrer da primeira metade do século XIX quando o conceito de lastro em ouro de moeda circulante juntamente com a autoridade exclusiva de uma Banco Central para emissão de moeda fiduciária estabeleceu os fundamentos de um controle de circulação de moeda. Esse modelo é conhecido como padrão ouro.

Sobre a relação entre moeda e preços ver ensaio de David Hume de 1752, sob o nome de "modelo de fluxo de moedas metálicas".

Sobre o padrão ouro ver Llewellyn H. Rockwell Jr; *The Gold Standard: An Austrian Perspective;* Heath D. C. and Company; 1985.

<sup>&</sup>lt;sup>44</sup> Dois exemplos são: Adrian Slywotsky, *Demand: Creating What People Love Before They Know They Want It*, Gary Hamel, C. K. Prahalad, *Competindo pelo futuro: estratégias inovadoras para obter o controle do seu setor e criar os mercados de amanhã* 

subjetividades voltadas para o consumo a partir do consumo constante e cada vez mais temprano de bens e serviços.

## II.2.3 Produção Determinada pelo Consumo

Por fim a posição da determinação da produção pelo consumo tem como marcos fundamentais a teoria econômica derivada da moral utilitarista do século XVII, em especial com Étienne Bonnot de Condillac, e posteriormente a incorporação do instrumental matemático estatístico pela microeconomia, algo que ocorreu em compasso com a incorporação do mesmo instrumental pela macroeconomia o que originou a econometria, a partir dos anos 20 do século XX.

Ainda que próximo dos fisiocratas, com os quais compartilha teses sobre impostos e menor intervenção do Estado na formação de preços, Condillac dialoga diretamente com Adam Smith ao defender que o mercado tem o poder de autorregular-se ao mesmo tempo que diverge ao propor que "o valor das coisas é [...] fundado em sua utilidade, ou, o que resulta no mesmo, na necessidade que temos delas, ou ainda resultando no mesmo, no uso que delas podemos fazer")<sup>45</sup>.

Ao considerar a utilidade como determinante do valor da coisa Condillac estabelece, nos termos da relação oferta e demanda, o consumo como o fator determinante da produção, inaugurando essa linha de fundamentação. Cumpre ressaltar a distinção com relação à doutrina econômica dos utilitaristas que ao invés de considerar a utilidade para o indivíduo como faz Condillac a considera do ponto de vista social, ou seja, a utilidade como referencial de valor desde que se trate da maioria em comunidade.

Nessa perspectiva, do valor da coisa pela utilidade, um século após Condillac e Smith, surge toda uma escola em economia política que procurou aperfeiçoar tal abordagem: o Marginalismo. A descoberta fundamental dos marginalistas<sup>46</sup> é a Lei da

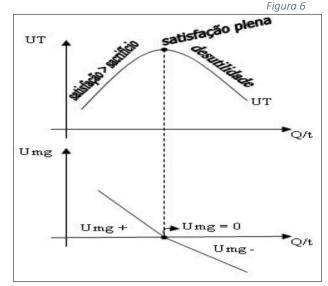
<sup>&</sup>lt;sup>45</sup> CONDILLAC, ÉTIENNE BONNOT ABBÉ DE, "Commerce and Government Considered in their Mutual Relationship"; 1776; pág. 68

<sup>&</sup>lt;sup>46</sup> O Marginalismo tem como nomes fundamentais o austríaco Carl Menger, o francês Léon Walras e o inglês William Stanley Jevons todos considerados igualmente pais da teoria da utilidade marginal que revia a Lei de Oferta e Demanda no quarto final do século XIX. Entretanto, a rigor, desde meados do século XVIII

Utilidade Decrescente (também chamada de Lei das Necessidades Saciáveis), a qual afirma que existe uma relação entre quantidade consumida de um dado bem ou serviço com sua utilidade. Diz-se utilidade marginal como a variação na utilidade do produto a

cada acréscimo de consumo.

A utilidade de um dado bem ou serviço decresce a cada acréscimo de quantidade consumida. O exemplo corriqueiro da alimentação esclarece o conceito: seja por fome ou por desejo, a primeira fatia de pão terá mais utilidade que todas as seguintes e assim sucessivamente. Prosseguindo no movimento, haverá



um momento que uma dada fatia representará a satisfação plena da motivação inicial de consumir, uma satisfação total dada pelo conjunto das fatias até então consumidas. A partir desse instante (saciedade) toda próxima fatia não terá qualquer utilidade (desperdício). Cumpre ressaltar, como aponta Marshal, que a Lei da Utilidade Marginal Decrescente pressupõe que ao longo do processo de consumo os valores de escolha e preferência (gostar de pão integral por exemplo) não se alterem<sup>47</sup>.

A escola marginalista foi de fundamental importância para o destino da teoria econômica, e gerou, direta ou indiretamente, virtualmente todas as vertentes denominadas neoclássicas, chegando ao monetarismo neoliberal dos nossos dias. Ademais, representa a naturalização da determinação da produção pelo consumo em um formato matemático extremamente adequado para aqueles que querem pensar a economia como ciência exata.

a Lei de Oferta e Demanda sofria questionamentos relevantes através do paradoxo dos diamantes e da água e do paradoxo de São Petersburgo.

47 Cf. MARSHAL, ALFRED; Princípios da economia, Capítulo III – Gradações da Procura por Consumidores; Coleção Os Economistas; Abril Cultural; 1982

Mais um século à frente, já no século XX, dois séculos e meio depois de Condillac portanto, a administração de empresas nas suas especialidades de planejamento estratégico e de marketing foi estimulada para manter foco no consumo como determinante da produção através do aprofundamento e sofisticação de instrumentos estatísticos, de modelagem matemática dos mercados e de uma psicologia comportamental e experimental com base estatística.

A introdução de fundamentos "científicos" no conhecimento dos mercados principia pela publicação em 1903 do livro "The Theory of Advertising" por Walter Dill Scott, <sup>48</sup>, prossegue com as pesquisas de mercado iniciadas nos anos 20 do século XX<sup>49</sup>, passa pela consolidação de um modelo de pesquisa e desenvolvimento determinado pelo conceito de tecnociência e orientado ao desenvolvimento de inovações para mercados futuros seguramente construídos (prática essencial no desenvolvimento de medicamentos, por exemplo), pela customização massiva, um contrassenso que oferece uma falsa exclusividade de produtos e serviços para alguns poucos eleitos, que na verdade são muitos, e chega ao estado da arte de nosso tempo com a tecnologia da informação para o marketing via o DBM (Data Base Marketing), o CRM (Customer Relationship Management), ou o Big Data em um ambiente de conectividade e acesso aos indivíduos em regime 24 por 7 (vinte e quatro horas por dia e sete dias por semana) com localização espacial precisa (georeferênciada por GPS). Cumpre lembrar também os aportes para o marketing advindos da década do cérebro (década de 90 do século XX) com as pesquisas em neurociência cognitiva, neurobiologia e em especial em neuropsiquiatria associada à neurofarmacologia que produziu a diversificação de drogas comportamentais e sua consequente escalada de consumo.

<sup>&</sup>lt;sup>48</sup> Walter Dill Scott foi diretor do laboratório de psicologia da Universidade de Northwestern e posteriormente seu presidente. Dill Scott juntamente com Hugo Münsterberg são considerados os fundadores da psicologia organizacional. Durante a 1ª guerra Dill Scott criou instrumento para seleção de capitães para o exército norte-americano através de um processo de avaliação de perfil que havia desenvolvido para identificar líderes empresariais.

<sup>&</sup>lt;sup>49</sup> A criação da pesquisa de mercado é atribuída ao executivo da Procter&Gamble, D. Paul Smelser, em meados da década de 20, responsável por criar e dirigir por trinta e quatro anos um departamento de pesquisa de mercado que referência em inovação e efetividade em pesquisa de mercado.

Em suma, para aqueles que creem na determinação da produção pelo consumo, é através do conhecimento constante e profundo de cada consumidor que decisões de criação, concepção, aperfeiçoamento e morte de produtos e serviços podem ser tomadas com garantia de sucesso.

A maioria desses instrumentos mercadológicos servem às três posições fundamentais expostas acima (interdependência produção consumo, determinação da produção pelo consumo e determinação do consumo pela produção), o que torna inútil formular diagnósticos e análises a partir da presença e uso deste ou daquele instrumento, ainda que de fato seja possível estabelecer relações diretas na sua origem entre instrumentos de marketing e planejamento com este ou aquele fundamento.

Este é um ponto relevante, uma vez que a forte expansão da publicidade e propaganda através de mídias com seus formatos criativos e naturalizados no cotidiano dos indivíduos ensejou para alguns pensadores, desde fins do século XX, a correlação dessa expansão com a determinação da produção exclusivamente pelo consumo, o que tem sido considerado como uma nova era do sistema capitalista, a era da sociedade de consumo<sup>50</sup>.

As consequências dessa ênfase e preferência pela perspectiva do consumo são de extrema importância para os rumos da crítica ao sistema capitalista e serão consideradas ao final deste capítulo em conexão com o pensamento de Antonio Negri. Antes, porém, é preciso acrescentar um segundo tema fundamental para o propósito desta dissertação, qual seja, as derivações e modificações no conceito e nas práticas de trabalho.

<sup>&</sup>lt;sup>50</sup> Ver a respeito de sociedade de consumo e os defensores desse conceito o bom livro de BAUMAN, Z., *"Vida para Consumo"*, 2008.

## II. 3. Utilidade e Produtividade

A relação entre produção e consumo, posta sob formas diversas pela Lei de Oferta e Demanda, Lei da Preservação do Poder de Compra e Lei da Utilidade Decrescente, envolve o conceito de trabalho como esforço humano sobre a natureza necessariamente gerador de transformações (produtos) que atendam necessidades e desejos (utilidade).

#### II.3.1 Utilidade do Trabalho e do Produto

O conceito de trabalho como relação entre homem, matéria e natureza se encontra precisamente exposto, por exemplo, em Karl Marx:

Antes de tudo, o trabalho é um processo de que participam o homem e a natureza, processo em que o ser humano com sua própria ação impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza. Defronta-se com a natureza como uma de suas forças. Põe em movimento as forças naturais de seu corpo, braços e pernas, cabeça e mãos, a fim de apropriar-se dos recursos da natureza, imprimindo-lhes forma útil à vida humana. Atuando assim sobre a natureza externa e modificando-a, ao mesmo tempo modifica sua própria natureza.<sup>51</sup>

Mesmo em Marx o trabalho humano está determinado pela utilidade, no seu caso utilidade significando criar formas úteis à vida humana. Evidente que a discussão do trabalho em Marx não está restrita à relação homem-natureza ou à apropriação útil dos recursos naturais. Integram de maneira igualmente fundamental a distinção de trabalho morto e vivo, a teoria do valor, o construto força de trabalho, o conceito de trabalho social, o fetichismo da mercadoria, etc. No entanto, é relevante, como mais um elemento de análise na relação entre produção e consumo, que também Marx inclua o tema da utilidade para a vida humana na definição do trabalho; ainda que não se trate de subordinar Marx ao utilitarismo, visto que este último é primeiramente uma doutrina

48

<sup>&</sup>lt;sup>51</sup> MARX, KARL; "O Capital – Volume I – Parte III – Capítulo VII – Seção 1 - O Processo de Trabalho ou o Processo de Produção de Valores de Uso"; Os Economistas; Abril Cultual; 1982

moral da qual derivou naturalmente uma determinação semelhante de utilidade do trabalho.<sup>52</sup>

Em Marx a utilidade do trabalho é associada à alienação, à reificação e à emancipação, questões pertinentes à preocupação com o individual e singular, ainda que sob a delimitação de uma classe trabalhadora, ou de uma comunidade; já no utilitarismo o indivíduo está completamente dissolvido no interesse social e a utilidade do trabalho é caracterizada exclusivamente pelos benefícios para a maioria. No entanto, para ambos a utilidade é a finalidade necessária do trabalho; mas não apenas para ambos, pois, a rigor, a relação direta entre utilidade e trabalho é uma constante em todas as doutrinas econômicas desde o século das luzes.

Neste contexto, o trabalho deve produzir algo útil para o homem em benefício de sua sobrevivência, seu bem-estar, seu prazer, ou sua comunidade. A ênfase na utilidade do trabalho, implicou e implica qualificar como trabalho apenas os esforços reconhecidos como úteis ao menos sob duas óticas: ou pela utilidade do consumo, ou pela utilidade de agregar valor, ou seja, a utilidade para o capital. Daí o economista inglês Alfred Marshal, expoente do Marginalismo, discutir especificamente a utilidade do trabalho em conexão direta com a utilidade de seu produto enquanto consumo e valor:

Utilidade é tida como correlata a Desejo e Necessidade. Tem sido argumentado que desejos não podem ser diretamente mensurados, apenas indiretamente através dos fenômenos externos que deles (desejos) surgem, e naqueles casos em que há interesse primário para a economia essa mensuração é encontrada no preço que uma pessoa se dispõe a pagar para a satisfação ou atendimento de seu desejo"<sup>53</sup>

<sup>&</sup>lt;sup>52</sup> A definição mais geral de utilitarismo vem do Princípio de Utilidade definido por Jeremy Bentham em: "Introduction to the Principles of Morals and Legislation" em cujo primeiro capítulo diz "Por princípio da utilidade, entendemos o princípio segundo o qual toda a ação, qualquer que seja, deve ser aprovada ou rejeitada em função da sua tendência de aumentar ou reduzir o bem-estar das partes afetadas pela ação. (...) designamos por utilidade a tendência de alguma coisa em alcançar o bem-estar, o bem, o belo, a felicidade, as vantagens, etc. O conceito de utilidade não deve ser reduzido ao sentido corrente de modo

felicidade, as vantagens, etc. O conceito de utilidade não deve ser reduzido ao sentido corrente de mode de vida com um fim imediato outros pensadores considerados utilitaristas são John Stuart Mill, Jean-Baptiste Say e Condillac.

<sup>&</sup>lt;sup>53</sup> MARSHAL, ALFRED; *op. cit.*; pág. 97

Decorre dessa visão do trabalho através da utilidade, tanto pela perspectiva do consumo, quanto pela do capital, quanto àinda pela do trabalhador, uma cisão do esforço humano em dois tipos de trabalho: de um lado o trabalho útil ou produtivo, que entrega bens e serviços atendendo e satisfazendo objetivamente necessidades ou desejos de consumo, ou de retorno sobre capital investido.

De outro lado restaria um trabalho secundário, não produtivo e sem valor posto que sem utilidade, uma vez que não atende nem satisfaz objetivamente nem necessidades nem desejos quer de consumo, quer de agregação de valor ao capital.

Fundamental perceber que o trabalhador é ao mesmo tempo fonte e objeto da utilidade, posto que para o capital o trabalho deve ser negociado como insumo, capital variável, ou seja, o trabalhador é também mercadoria e da mesma forma tem gradações de utilidade desde nenhuma a uma máxima que deverá decrescer conforme a lei de utilidade marginal.

#### II.3.2 Produtividade

A distinção entre trabalho produtivo e improdutivo atravessa no tempo a teoria econômica<sup>54</sup>. Principia no século XVIII com os fisiocratas, liderados por François Quesnay e Anne Robert Jacques Turgot, os quais defendiam ser apenas o trabalho fonte de valor econômico e mais especificamente o trabalho agrícola, de tal modo que todo trabalho não agrícola formaria agregados improdutivos.

Mais especificamente, para Quesnay, a sociedade se dividiria em três classes: (i) a produtiva, formada pelos trabalhadores na agricultura, (ii) a improdutiva, formada pelos proprietários imobiliários e, por fim, (iii) a classe estéril, formada por comerciantes, industriais e profissionais liberais de toda sorte. Como se vê, apenas a classe dos

<sup>&</sup>lt;sup>54</sup> *Cf.* trabalho produtivo e improdutivo em: (i) tese de mestrado em administração de MARILAND, FRANCISCO RIGHI *Trabalho Produtivo e Improdutivo, Conceitos Teóricos e Considerações acerca da economia Brasileira,1964 -198;* 1987 FGV São Paulo; (ii) ROWE, W. L; *Studies in labor theory and practice*; 1982; (iii) CÁMARA IZQUIERDO, SERGIO; *A value-oriented distinction between productive and unproductive labour*; 2006

trabalhadores agrícolas é considerada produtiva, as demais classes formam lócus para a circulação da riqueza, ou seja, circulação da renda.

Ainda no século XVIII, logo depois, a delimitação agrícola exclusiva do trabalho produtivo é revista por Adam Smith<sup>55</sup>, que, entretanto, mantém a associação entre trabalho produtivo e agregação de valor, mas já considerando questões como produtividade e automação com a divisão do trabalho, grande inovação à época. Ele fala do poder produtivo do trabalho ou produtividade nos termos atuais. Ainda que a forma matemática de índice e função não esteja presente de maneira explícita, a descrição da produtividade feita por Smith apresenta todos dos elementos de uma função matemática de um índice de produtividade, o que por sinal veio a se concretizar posteriormente tanto na micro quanto na macroeconomia do século XX.

Sendo um índice, a produtividade não é uma medição, mas um cálculo que resulta em uma escala comparativa do menos produtivo ao mais produtivo e que se comporta como uma função exponencial, pois cada aumento de produtividade se faz sobre o aumento anterior.

Produtividade é, portanto, uma grandeza intensiva exponencial, uma função da relação entre resultado, recursos e tempo que expressa o aproveitamento de recursos vis-à-vis o resultado gerado. Para Smith as variáveis da função produtividade são: (i) a destreza do trabalhador; (ii) a especialização; e (iii) a automação; todas, decorrentes da divisão do trabalho e têm como pano de fundo a geração de riqueza.

A produtividade é, então, resultado da divisão do trabalho e juntamente com a agregação de valor são os dois elementos chave para distinguir trabalho produtivo do improdutivo.

Em resumo, em Smith produtividade trata de unidades de produto no tempo e agregação de valor trata da geração de um superávit monetário (lucro); portanto só é trabalho produtivo aquele que gera valor agregado para o capital, e é tanto mais

<sup>&</sup>lt;sup>55</sup> Cf. SMITH, ADAM; *op. cit.*; Livro 2, capítulo III – Da Acumulação de Capital ou Do Trabalho Produtivo e Improdutivo.

produtivo quanto maior a produtividade. Smith supera a simples polarização entre o produtivo e o não produtivo e a delimitação agrícola dos fisiocratas ao criar uma estrutura não linear, uma grandeza intensiva, capaz de qualificar o trabalho de menos para mais produtivo (algo essencial na administração de empresas contemporânea).

# II. 4. Trabalho Produtivo e Trabalhador Útil

É senso comum considerar-se a produção como o eixo central de toda a obra de Marx, e dessa centralidade decorre naturalmente uma também centralidade do trabalho humano de tal modo que qualquer discussão sobre trabalho em economia política passa necessariamente por uma discussão profunda de como o trabalho é considerado na obra marxiana.

## II.4.1 Dupla Determinação Trabalho

É bastante usual, quase consensual, o entendimento de que em Marx o trabalho é concebido como dupla determinação constituída pela díade trabalho útil/concreto e pelo trabalho abstrato. A relevância do tema do duplo caráter do trabalho decorre de sua explicitação no Livro Primeiro (O Processo de Produção do Capital), Seção I (Mercadoria e Dinheiro), Capítulo I (A Mercadoria) e subcapítulo 2, com o título de: Duplo Caráter do Trabalho Representado nas Mercadorias. O trecho sempre citado é o primeiro parágrafo do subcapítulo:

A mercadoria apareceu-nos, inicialmente, como algo dúplice, valor de uso e valor de troca. Depois mostrou-se que também o trabalho, à medida que é expresso no valor, já não possui as mesmas características que lhe advêm como produtor de valores de uso. Essa natureza dupla da mercadoria foi criticamente demonstrada pela primeira vez por mim. Como esse ponto é o ponto crucial em torno do qual gira a compreensão da economia política, ele deve ser examinado mais de perto.

E complementa tal entendimento da duplicidade do caráter do trabalho o parágrafo final do mesmo subcapítulo:

Todo trabalho é, por um lado, dispêndio de força de trabalho do homem no sentido fisiológico, e nessa qualidade de trabalho humano igual ou trabalho humano abstrato gera o valor da mercadoria. Todo trabalho é, por outro lado, dispêndio de força de trabalho do homem sob forma especificamente adequada a um fim, e nessa qualidade de trabalho concreto útil produz valores de uso.

O qual para seu entendimento preciso deve ser sempre acompanhado da longa nota escrita por Friedrich Engels, a saber:

> Para provar que o trabalho, sozinho, é a medida real e definitiva com o que se avalia e pode ser comparado o valor de todas as mercadorias em todos os tempos, diz A. Smith: "Quantidades iguais de trabalho precisam em todos os tempos e em todos os lugares ter para o próprio trabalhador o mesmo valor. Em seu estado normal de saúde, força e atividade, e com o grau médio de habilidade, que ele possua, precisa ceder a mesma porção de seu sossego, sua liberdade e sua felicidade". (Wealth of Nations. v. I, cap. V, [p.104-105].) De um lado, confunde A. Smith aqui (nem sempre) a determinação do valor pelo quantum de trabalho despendido na produção da mercadoria com a determinação dos valores das mercadorias pelo valor do trabalho, e procura, portanto, comprovar que as mesmas quantidades de trabalho têm sempre o mesmo valor. Por outro lado, pressente ele que o trabalho, na medida em que se representa no valor das mercadorias, vale apenas como dispêndio de força de trabalho, mas capta esse dispêndio apenas como sacrifício do sossego, liberdade e felicidade, e não como uma atividade também normal de vida. Na realidade, ele tem em vista o trabalhador assalariado moderno. — Muito mais preciso, diz o antecessor anônimo de A. Smith, citado anteriormente: Um homem empregou uma semana no fabrico deste objeto necessário (...) e aquele que lhe dará outro objeto em troca não pode estimar melhor o que seria um equivalente apropriado, senão por meio do cômputo do que lhe custa a mesma quantidade de trabalho e tempo. Isso significa de fato a troca do trabalho que uma pessoa, em determinado tempo, empregou em um objeto, pelo trabalho de outra, no mesmo tempo aplicado a outro objeto. (Some Thoughts on the Interest of Money in General etc. p. 39.) — {À 4ª edição: A língua inglesa tem a vantagem de possuir duas palavras distintas para esses dois aspectos diferentes do trabalho. O trabalho que gera valores de uso e é qualitativamente determinado chama-se de work, em oposição a labour; o trabalho que cria valor e é medido apenas quantitativamente chama-se labour, em oposição a work.

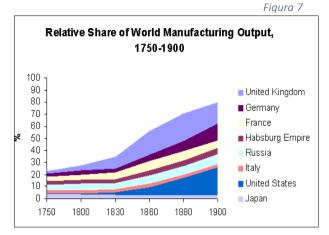
A abordagem de Marx e Engels indica que ambos estavam atentos às mudanças estruturais nas relações entre trabalho e capital em curso à sua época, sobretudo na relação entre tempo de trabalho e produção, ou seja, o aumento da produtividade sob condições de trabalho cada vez mais favoráveis ao capital e desfavoráveis para o trabalhador.

## II.4.2 Tendência de Hegemonia

Ao discorrer sobre método Hardt&Negri consideram que Marx antecipou um movimento histórico, vale dizer apreendeu uma tendência histórica, que resultaria em um domínio completo do capital sobre a produção em nível global.

"Lembrem que, como Marx mesmo destaca nas páginas iniciais de O Capital, quando estudou o trabalho industrial e produção capitalista eles ocupavam uma parte da economia inglesa, uma pequena parte da alemã e de outras economias europeias, e apenas uma fração infinitesimal da economia global. Em termos quantitativos a agricultura era certamente dominante, no entanto Marx reconheceu no capital e no trabalho industrial a *tendência* que deveria funcionar como o motor das transformações futuras. <sup>56</sup>

De fato, Marx identificou corretamente o que seria uma tendência mundial quantitativamente dominante e que modificaria todo o equilíbrio de forças de produção e comércio entre nações, como mostram o quadro ao lado (fig. 7). O



crescimento de manufaturas, a partir da metade do século XVIII, mostra a expansão do setor industrial com base no modelo de produção capitalista industrial com especialização do trabalho e uso intensivo de energia, máquinas e equipamentos.

Em menos de um século o domínio da manufatura europeia e estadunidense gerou uma inversão fabulosa: no ano de 1800 China e índia representavam quase 70% da produção mundial, em 1880 Europa e EUA detinham 70% das manufaturas mundiais, e ao final do século XIX produziam 85% da riqueza industrial reduzindo China e Índia a

Figura 8

Table 6. Relative Shares of World Manufacturing Output, 1750-1900 1900 1800 1830 1860 1880 1750 34.2 53.2 61.3 62.0 (Europe as a whole) 28.1 22.9 18.5 United Kingdom 1.9 4.3 9.5 19.9 3.2 3.2 4.2 2.9 Habsburg Empire 4.2 5.2 7.9 7.8 6.8 France 13.2 German States/Germany 2.9 3.5 3.5 4.9 8.5 2.4 2.5 2.3 Italian States/Italy 7.0 7.6 8.8 Russia 14.7 23.6 United States 0.1 0.8 2.4 7.2 2.4 2.6 2.4 Japan 3.8 3.5 2.8 Third World 73.0 67.7 60.5 36.6 20.9 11.0 29.8 197 12.5 6.2 India/Pakistan 19.7 17.6 8.6 24.5

meros 11% dessa produção. Se ainda mais for considerado que a própria produção mundial cresceu em quantidade, diversidade e valor dos bens, e aumentaram população e mercados, essa inversão é incomensurável.

56 L

<sup>&</sup>lt;sup>56</sup> HARDT, MICHAEL e NEGRI, TONI; *Multiude - War and Democracy in the Age of Empire*; Excursus 1: Method: In Marx's Footsteps; 2005; pág. 141.

Ademais, toda a capacidade de estruturação econômica segue esse movimento, na medida em que uma parte da produção é destinada para infraestrutura e bens de capital. Como mostra a história do século XX, criou-se um abismo entre um mundo desenvolvido, industrial e tecnológico, com altas recompensas para o capital, e outro subdesenvolvido, miserável, de produção manual e extrativista, eternamente atrasado em tecnologia e conhecimento, eternamente devedor do capital, que sobretudo financia o consumo da produção do "mundo desenvolvido", com a promessa de chegarem ao olimpo do desenvolvimento, de ser "primeiro mundo".

Marx procurou dar sequência para sua perspectiva de tendência histórica através da formulação de instrumentos de análise e entendimento inovadores em seu tempo e bem fundamentados. Daí a construção de abstrações conceituais e de modelos de funcionamento da economia, a partir dos quais podem sem pensadas mudanças e criados instrumentos de intervenção.

Cumpre ressaltar que a construção de abstrações inovadoras não é um entendimento consensual sobre como Marx fundamenta seu método; sua colocação aqui não representa qualquer juízo a esse respeito, mas ao tomar Hardt&Negri como referencial na análise da categoria trabalho é necessário compreender como apropriam o método marxiano para que se possa compreender sua revisão da categoria trabalho.

## II.4.3 Abstração e Valoração

A adoção de um método marxiano assentado sobre construtos e modelos, é também adotado por David Harvey em suas análises sobre Marx e *O Capital* a partir da seguinte questão: Como podemos representar e analisar a dinâmica complexa – as leis internas de movimento – do modo de produção capitalista?

Segundo Harvey, Marx lida com essa questão criando várias "representações abstratas" dos processos de produção e circulação do capital. Ele então trata tais representações como "objetos teóricos", investiga suas propriedades e assim constrói

vários "modelos" da dinâmica de acumulação.<sup>57</sup>. Dentre as abstrações inovadoras de Marx a distinção de valor de uso e valor de troca, em associação com duas concepções de trabalho, útil/concreto e abstrato, é sem dúvida um avanço perante as teorias clássicas que lhe eram contemporâneas, e cumpre a função de formar a base que sustenta uma teoria do valor também inovadora.

Um simples exemplo geométrico torna isso evidente. Para determinar e comparar as áreas de todas as figuras retilíneas é necessário as decompor em triângulos. O triângulo, por sua vez, reduz-se a uma expressão completamente diferente de sua figura visível — a metade do produto de sua base pela sua altura. O mesmo ocorre com os valores de troca das mercadorias: tem-se que reduzi-los a algo comum, do qual eles representam um mais ou um menos. <sup>58</sup>

A chave, portanto, para valorar a mercadoria seria um elemento abstrato comum independente deste ou daquele produto, do seu processo de produção e do trabalhador específico. Como apontam Hardt&Negri, foi a concepção desse elemento redutor ao elemento comum, o trabalho abstrato que criou as condições para a teoria do valor:

Na produção capitalista o trabalho específico do pedreiro, do soldador, do lojista, e assim por diante, são equivalentes ou comensuráveis porque cada um deles contém um elemento comum, trabalho abstrato, trabalho em geral, trabalho desconectado da sua forma específica. Este trabalho abstrato, explica Marx, é a chave para entender a noção capitalista de valor.<sup>59</sup>

Importante notar que a díade trabalho abstrato e trabalho concreto não está estruturada como oposição, ou seja, a relação condicional entre os dois tipos de trabalho não é de um ou exclusivo, e tampouco um polo define o outro por negação. Também não se trata de pura continência, mas sim de uma interdependência sem bi-implicação efetiva, de tal modo que em todo o trabalho concreto está presente trabalho abstrato e trabalho abstrato se distribui como presença em diferentes trabalhos concretos, mas não exclusivamente, ou seja, pode haver trabalho abstrato a despeito de um trabalho que gere um produto concreto. É justamente por essa propriedade de presença mandatória do abstrato no concreto que Marx pode afirmar que o trabalho abstrato é a chave para entender o valor da mercadoria.

<sup>&</sup>lt;sup>57</sup> HARVEY, DAVID; Os Limites do Capita"; Boitempo; 2013, pág. 225.

<sup>&</sup>lt;sup>58</sup> MARX KARL, O Capital; Livro Primeiro – Seção I – Capítulo I – subcapitulo 1 - Os dois fatores da mercadoria: Valor de uso e valor (substância do valor, grandeza do valor); *op. cit*.

<sup>&</sup>lt;sup>59</sup> HARDT&NEGRI; *Multitude*; pág. 144.

No entanto, apesar da reconhecida importância da teoria do valor de Marx, a díade trabalho concreto-abstrato deve ser entendida como uma parte da investigação das propriedades do trabalho, mas não sua totalidade. É preciso cuidar para não reduzir apenas à questão do trabalho abstrato e concreto todo o esforço de abstração em torno da produção e do trabalho. O duplo caráter do trabalho, concreto e abstrato, é um dos aspectos do estudo do trabalho, e está diretamente conectado ao estudo da mercadoria enquanto valor, como determina a própria estrutura do *Livro Primeiro do Capital*.

As demais derivações abstratas do trabalho, e são muitas em Marx, todas elas cumprem outras funções importantes e contribuem para a compreensão precisa da categoria trabalho e suas conexões com o modo de produção capitalista, cooperando com um outro conjunto de abstrações, qual seja, a construção de diferentes modelos da dinâmica de acumulação. A complexidade de Marx se deve, em grande medida, a essa teia de abstrações a partir da categoria trabalho, suas combinações e suas derivações em modelos de produção e acumulação. Nesse sentido, da diversidade de abstrações sobre o trabalho, e em consonância com a abordagem histórica e historiográfica do trabalho desenvolvida neste capítulo, é interessante investigar a relação proposta por Marx entre utilidade e concretude.

## II.4.4 Utilidade, Materialidade e Valoração

Em Marx utilidade seria distinta de valor (valor de troca), embora seja um seu requisito essencial, ou seja, só adquire valor de troca aquilo que tem valor de uso por utilidade:

Uma coisa pode ser valor de uso, sem ser valor. É esse o caso, quando a sua utilidade para o homem não é mediada por trabalho. Assim, o ar, o solo virgem, os gramados naturais, as matas não cultivadas etc. **Uma coisa pode ser útil e produto do trabalho humano, sem ser mercadoria**. <sup>61</sup> (grifo meu)

Tudo que tem valor de troca necessariamente é útil, mas nem tudo que é útil necessariamente tem valor de troca. Trata-se de uma relação condicional assimétrica (*a* 

<sup>&</sup>lt;sup>60</sup> Ver a respeito de modelos de acumulação em Marx, David Harvey, *O Limites do Capital, capítulo 6 A Dinâmica da Acumulação*, pág. 225-226

<sup>&</sup>lt;sup>61</sup> MARX, KARL; O Capital, Volume I – Tomo 1; op. cit., pág. 49.

implica b, mas b não implica a). De maneira semelhante, nem todo trabalho útil implica valor de troca, muito embora todo produto de trabalho seja útil se tem valor de uso.

O trabalho cuja utilidade representa-se, assim, no valor de uso de seu produto ou no fato de que seu produto é um valor de uso chamamos, em resumo, trabalho útil. $^{62}$ 

O valor de uso é definidor da utilidade do produto do trabalho e por consequência da utilidade do trabalho. Por outro lado, segundo Marx, existe trabalho humano que é útil sem estar associado a uma presença material que na troca adquire valor como mercadoria, ou seja, o produto do trabalho útil só é mercadoria uma vez trocado. Em suma, existe trabalho útil em geral e existe trabalho útil-concreto; Marx abstrai uma outra díade de todo e parte, uma relação condicional de continência. Uma parcela de todo trabalho humano útil é também trabalho útil-concreto.

Mas o que vem a ser a relação entre útil e concreto? "Essa utilidade [...] não paira no ar. Determinada pelas propriedades do corpo da mercadoria, ela não existe sem o mesmo."63.

Para Marx é condição para a utilidade do produto do trabalho humano vir a ser valor como mercadoria a sua materialidade, pois:

(...) os corpos das mercadorias são ligações de dois elementos, matéria fornecida pela natureza e trabalho. Subtraindo-se a soma total de todos os trabalhos úteis contidos no casaco, linho etc., resta sempre um substrato material que existe sem ação adicional do homem, fornecido pela natureza. Ao produzir, o homem só pode proceder como a própria natureza, isto é, apenas mudando as formas das matérias.<sup>64</sup>

O concreto, portanto, pode ser entendido como a simples materialidade do produto do trabalho no sentido mesmo de sua corporeidade, de possuir propriedades físicas que podem ser reconhecidas tais como peso, dimensão, temperatura, aroma, gosto, etc. E através dessa materialidade, de suas propriedades, pode ser estabelecida sua utilidade, uma vez que trata da satisfação de necessidades e/ou desejos materiais, mediados pelos sentidos.

<sup>62</sup> Ibidem

<sup>63</sup> Ibidem, pág. 166

<sup>&</sup>lt;sup>64</sup> Ibidem, pág. 172

Destas considerações sobre corporeidade do produto do trabalho humano podese depreender claramente a distinção entre trabalho material e imaterial no marxismo ortodoxo: só adquire valor de troca o produto que é matéria transformada pelo trabalho e tem sua utilidade reconhecida em valor de uso.

Também é importante para a conexão com o pensamento de Hardt&Negri sobre a categoria do trabalho entender como Marx critica o conceito de trabalho produtivo tão fundamental para as principais teorias econômicas que lhe eram contemporâneas:

O processo de trabalho foi considerado primeiramente em abstrato (ver capítulo V), independentemente de suas formas históricas, como processo entre homem e Natureza. Disse-se aí: Considerando-se o processo inteiro de trabalho do ponto de vista de seu resultado, então aparecem ambos, meio e objeto de trabalho, como meios de produção, e o trabalho mesmo como trabalho produtivo. E na nota 7 foi complementado: Essa determinação de trabalho produtivo, tal como resulta do ponto de vista do processo simples de trabalho, não basta, de modo algum, para o processo de produção capitalista. Isso é para ser mais desenvolvido aqui. 65

O trecho citado abre a *Seção V do Livro I de O Capital*, a qual tem por título *A Produção da Mais-Valia Absoluta e Relativa*. A relação entre trabalho produtivo e maisvalia está posta explicitamente em seguida:

O conceito de trabalho produtivo [...] não encerra de modo algum apenas uma relação entre a atividade e efeito útil, entre trabalhador e produto do trabalho, mas também uma relação de produção especificamente social, formada historicamente, a qual marca o trabalhador como meio direto de valorização do capital.<sup>66</sup>

Marx entende o conceito de trabalho produtivo como expressão de um modelo de produção que reduz o trabalhador e seu trabalho a meios para agregar indefinidamente mais e mais valor ao capital. O trabalhado produtivo foi o caminho conceitual que justificou tornar o trabalhador ele mesmo uma mercadoria pela sua utilidade para o capital. Parece então que o mesmo fundamento, a utilidade, enseja a abstração do humano como apenas materialidade.

Será importante, então, abordar ao menos outa díade na investigação do trabalho decorrente da materialidade: trabalho material-imaterial, o que será feito no capítulo

65 MARX, KARL; O Capital, Volume I – Tomo 2; op. cit.; pág. 105

66 Ibidem, pág. 138

59

seguinte especificamente dedicado ao tema do trabalho imaterial, tal como Hardt&Negri o propõe. Por ora os elementos trazidos do trabalho abstrato, concreto e útil ensejam mais um movimento em busca da apreensão de uma tendência histórica: a relação entre utilidade, alienação e reificação.

# II. 5. Utilidade, Alienação e Reificação

Trazer a questão da utilidade para o centro do debate sobre trabalho produtivo e improdutivo é uma estratégia de coordenação das diferentes formas de conceber a divisão do trabalho, utilizando um fator que lhes é comum, qual seja: o trabalho é útil quando produz algo útil.

Cada forma de estabelecer utilidade do produto do trabalho adota determinações que lhe são próprias, e compreender tais determinações é essencial para apreender suas implicações práticas e cotidianas, onde afinal acontecem de fato os impactos (positivos e negativos) para os indivíduos.

## II.5.1 Especialização para a Utilidade

Gradualmente desde o século XVIII a definição de trabalho foi ficando mais e mais restrita à categoria da utilidade, de tal modo que a materialidade dos resultados do trabalho, definida pela demanda e consumo dos resultados do trabalho, deveria estar expressa claramente na forma de valor monetário, uma quantidade de dinheiro como foi mostrado acima em Adam Smith, Marshal e Marx.

À discriminação monetária do trabalho foi adicionada, pelo campo da microeconomia e administração de empresas, uma outra qualificação da utilidade do trabalho, originada em meados do século XIX, a partir da teoria de custos industriais<sup>67</sup>, qual seja: a distinção entre trabalho direto e indireto.

modelo que classificava custos pela combinação de dois pares: um par direto/indireto e outro par

<sup>&</sup>lt;sup>67</sup> Nas Ciências Contábeis existe o ramo da contabilidade de Custos que estuda formas de apurar o custo de um produto ou serviço para fins de tributação, calcular resultados, e definir preços intermediários e finais. Diferentes modelos e métodos surgiram a partir da primeira Revolução Industrial pela necessidade de controle da produção e do retorno para o capital, e em meados do século XIX surgiu o primeiro

Essa distinção assume sua expressão mais bem-acabada e potente nas teorias da administração de empresas das últimas décadas do século XX, nas quais foi consolidada e tornada natural a separação entre atividades fim e atividades meio<sup>68</sup>, conforme uma atividade esteja ou não conectada com o produto ou serviço final.

Assim sendo, em uma montadora de automóveis, por exemplo, as atividades realizadas em sua linha de montagem são atividades fim enquanto a negociação de capital de giro por um gerente de tesouraria seria uma atividade meio. Em um banco o gerente de conta que vende uma operação de crédito realiza atividades fim, enquanto um analista de recursos humanos que avalia o desempenho dos colaboradores realiza atividades meio.

Essa distinção entre trabalho direto e indireto considera como trabalho produtivo aquelas atividades que não se conectam explicitamente ao fazer do produto ou serviço e ao seu consumo. Tem sua origem na especialização funcional iniciada no século XVII e que gradualmente extingue o trabalhador "completo", no qual um artesão, por exemplo, cuidaria de todos os aspectos da sua produção desde a compra de materiais e insumos até a comercialização de seus produtos e a administração de suas finanças.

Como apontaram Smith e Marx, entre outros, da produção por especialização funcional surge um outro trabalho útil que não está diretamente ligado à utilidade do produto final, mas é útil na medida em que permite a existência de trabalhos especializados geradores de produtos intermediários.

No trabalho especializado por funções o trabalhador deve manter foco exclusivo em realizar ao máximo uma parte específica da produção total, aumentando a quantidade final produzida versus o tempo de produzir versus a especificação do

fixo/variável. Essa combinação forma, portanto, quatro tipos de custo: direto e fixo, direto e variável, indireto e fixo e indireto e variável.

<sup>&</sup>lt;sup>68</sup> A distinção entre fins e meios se tornou relevante conforme se expandiu a prática da terceirização (outsourcing) a partir dos anos 80 do séc. XX. Ao longo dos anos 90 a terceirização se tornou um fenômeno global tanto para o setor privado da economia, quanto público. No setor privado a discussão fundamental foi o grande deslocamento, a partir da Europa ocidental e dos EUA, de manufaturas para Índia, China e o restante do leste asiático. No setor público a terceirização foi contraparte do conceito de estado mínimo central na agenda neoliberal.

produto. Decorrem daí respectivamente os conceitos de produtividade e qualidade em cada parte e no todo, bem como toda uma nova facilidade de gestão de estoques, através da gestão dos estoques de produtos intermediários e toda sorte de compartilhamento de componentes. A especialização funcional é em si economicamente útil, conforme antecipava Adam Smith<sup>69</sup>, na medida em que aumenta a produtividade e reduz a complexidade de qualificação para o trabalho.

Ademais, ao identificar e separar produtos intermediários e a eles associar atividades laborais determinadas, é possível estabelecer uma outra ótica de custeio direto, qual seja, a dos produtos "invisíveis", posto que estão internos, incorporados, ao produto consumido. Decorreu daí a constituição das árvores de materiais associadas ao Planejamento e Controle da Produção (PCP) e das chamadas cadeias produtivas, posteriormente "aperfeiçoadas" como um conceito de planejamento competitivo para Estados<sup>70</sup>, blocos econômicos e regiões, qual seja, a concepção, planejamento e apoio estatal aos "Industrial Clusters" como forma de desenvolver e aperfeiçoar a atividade econômica de um Estado ou de uma região<sup>71</sup>. Interessa lembrar essa forma de planejamento, pela intensidade de sua presença nas estratégias de planejamento, desde as últimas duas décadas do século XX, e seus impactos na relação entre o trabalhador e os produtos finais, muito mais amplos do que imaginou Marx, no século XIX.

## II.5.2 Reificação: Ontem e Hoje

A especialização já criara uma muralha entre o trabalho realizado e o reconhecimento do trabalhador no produto consumido, distanciando o trabalhador da percepção de seu valor enquanto trabalhador; pela via da fragmentação especializada do trabalho sua relevância é como que apagada, dissolvida, fazendo-o coisa qualquer, igual,

<sup>&</sup>lt;sup>69</sup> SMITH. ADAM; A Riqueza das Nações; op. cit.; Capítulo I a X, do Livro Primeiro

Of. Porter, M.E., "The competitive advantage of nations"; 1990. Também a teoria dos aglomerados de Marshal em "Princípios da economia - Livro Quarto - capítulo X – Organização Industrial. Concentração de Industrias Especializadas em Certas Localidades".

<sup>&</sup>lt;sup>71</sup> No Brasil um exemplo de política industrial baseada no conceito de planejamento de cluster é o Vale do Paraíba no Estado de São Paulo no qual foi implantado o cluster da indústria aeronáutica com um tripé de ensino (ITA), pesquisa (CTA) e aplicação (Embraer, Avibras, etc.).

dispensável e substituível a qualquer tempo, reificando-o conforme apontava Marx e posteriormente Lukács.

A "clusterização" aprofunda e sofistica esse distanciamento, na medida em que, de uma constituição inicial de elos produtivos encadeados segundo uma delimitação de finalidades, segundo um certo conjunto comum de produtos finais, como carros de passeio na indústria automobilística, a estratégia de formação de clusters passou a pensar e praticar estruturas de produção interconectáveis, de tal modo que um elo produtivo em uma cadeia pode servir a múltiplas finalidades ,e por extensão, a múltiplas cadeias produtivas, maximizando assim o retorno sobre investimentos e distanciando ainda mais trabalhador do produto final.

Nesse contexto, uma indústria que opera máquinas injetoras produzindo peças para a indústria de eletrodomésticos, também produz partes para telefones celulares, para painel de carros de passeio, e assim por diante. Ou seja, a reificação do trabalhador é exponencial conforme aumenta o velamento do significado<sup>72</sup> e valor de seu trabalho em desconexão com o bem ou serviço final gerado e a diversidade de seu consumo.

Cumpre ressaltar que não é implicação imperativa, como se fosse uma lei da microeconomia, que da especialização funcional decorra reificar o trabalhador. Trata-se de uma constatação empírica<sup>73</sup> a partir da significativa presença da reificação nas relações de trabalho, observável desde o início do século XX nas pautas históricas de reinvindicação de condições e direitos de trabalho, e mais recentemente observável na legislação sobre assédio moral, nos usos e costumes estabelecidos pela administração de empresas, nos modelos de gestão de pessoas e na consolidação do jargão "recursos" humanos, entre outros sintomas.

A constatação empírica da reificação no Brasil pode ser encontrada em trabalhos de pesquisa, livros e artigos como: (i) *Síndrome do Trabalho Vazio*<sup>74</sup>; (ii) *Saúde dos* 

<sup>&</sup>lt;sup>72</sup> Cf. CODO, W. E.; SAMPAIO, J. J. C; *Sofrimento psíquico nas organizações: saúde mental e trabalho;* também *Síndrome do Trabalho Vazio em Bancário*; 1995.

<sup>&</sup>lt;sup>73</sup>DEJOURS, CHRISTPPHE; *A Loucura do Trabalho; op. cit.*; pág.48-62

<sup>&</sup>lt;sup>74</sup> CODO, WANDERLEY; op. cit.

Bancários<sup>75</sup>; (iii) A Racionalização do Mal nas Organizações<sup>76</sup>; (iv) A Reificação Humana: estado indutor da doença e dos acidentes de trabalho<sup>77</sup>; (v) As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital<sup>78</sup> e (vi) Alienação, reificação e fetichismo da mercadoria<sup>79</sup>; dentre vários outros trabalhos que tratam do tema do sofrimento no trabalho a partir da composição entre aportes teóricos e dados empíricos.

A empiria enseja a hipótese de que reificar o trabalhador é uma escolha do empregador, ou em última análise, a escolha mais conveniente ao capital, conforme apontava Lucákcs.

(...) enquanto o sistema capitalista continuamente produz e reproduz economicamente a si mesmo em níveis mais e mais altos, a estrutura de reificação progressivamente penetra mais profundamente, mais fatalmente e mais definitivamente na consciência dos homens"80

O atual estado das relações de trabalho agrega à especialização novas formas de organização do trabalho que aprofundam a reificação disfarçando-a sob o manto de uma nova era na qual autonomia, empregabilidade, empoderamento e capital humano são os jargões da moda. O disfarce tem nome e sobrenome: precarização de direitos trabalhistas em nome de um neo-empreendedorismo, o do empreendedor de si mesmo. Impressiona como tal precarização esteja aceita como natural, o que faz do diagnóstico de Lukacs quase uma profecia.

<sup>&</sup>lt;sup>75</sup> SZNELWAR, LAERTE e Companhia; *Saúde dos Bancários*; Publisher Brasil; 2011

<sup>&</sup>lt;sup>76</sup> MENEGHETTI, FRANCIS KANASHIRO e TARGA, TAÍS ANDRADE; *A Racionalização do Mal nas Organizações*; ANPAD ENEO; 2006

<sup>&</sup>lt;sup>77</sup> INÁCIO, JOSÉ REGINALDO; A Reificação Humana: estado indutor da doença e dos acidentes de trabalho; VII Seminário de Saúde do Trabalhador e V Seminário O Trabalho em Debate "Saúde Mental Relacionada ao Trabalho"; 2011

<sup>&</sup>lt;sup>78</sup> ANTUNES, RICARDO e ALVES, GIOVANI; *As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital;* Educação. Social, Campinas, vol. 25, n. 87, pág. 335-351; maio/ago 2004

<sup>&</sup>lt;sup>79</sup> JAPPE; ANSELM; *Alienação, reificação e fetichismo da mercadoria*; Limiar - vol. 1, nº 2; 1º semestre 2014

<sup>80</sup> LUKÁCS, GEORG; História e Consciência de Classe; Editora WMF Martins Fontes; 2012; pág.211

## II. 6. Tempo, Necessidade, Desejo e Consumo

Em paralelo ao incremento gerado pela produção especializada, pelo uso intensivo de tecnologias e pela formação de cadeias produtivas e seus elos comuns de produção intermediária, outro vetor, menos explícito, mas igualmente determinante firmou-se como outra forma de qualificar trabalho útil, qual seja, a relação entre trabalho e tempo.

O tempo talvez seja a faceta mais complexa da qualificação do trabalho como útil, pois, além de ser em sim um dos grandes enigmas filosóficos apontados por Agostinho, na compreensão da utilidade em economia política deve ser desdobrado em três formatos de uso: obsolescência, moda e ciclos de consumo.

A rigor, o tempo faz mais visível a qualificação do trabalho útil pela negação ao dar ênfase na inutilidade do trabalho per se ou através da inutilidade do produto no tempo. Ascensão, queda e regularidade de produtos, serviços e saberes são as matérias-primas que foram manipuladas e compostas através de séculos para constituir uma lógica de reposição infinita que presentemente iguala necessidade e desejo através da obsolescência, do modismo e dos ciclos de consumo.

## II.6.1 Obsolescência: do Produto ao Trabalhador

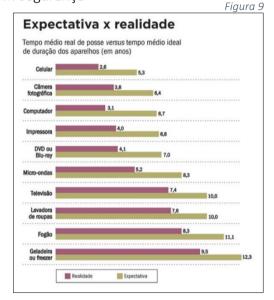
Surgida na década de 40, a obsolescência programada firmou-se definitivamente na segunda metade do século XX, após a Segunda Grande Guerra, e foi responsável pelo desenvolvimento acelerado dos instrumentos de estímulo ao consumo, em especial a publicidade e a propaganda, o culto às marcas e principalmente, um modelo de inovação tecnológica que ao estocar novas tecnologias antecipa e planeja movimentos de substituição de produto, por uso e desgaste, por descarte ou por inovação.

A obsolescência por inovação utiliza a ascensão e queda de tecnologia aplicada e se constituiu como essência do que se convencionou denominar sistema de inovação, em que se estabeleceu com elemento central a tecnociência. Exemplos dessa estratégia de ascensão e queda de tecnologias não faltam: super8, videocassete (VCR), long play, tocafitas, compact disk, HiFi, Dolby, flopdisk, disquete de dados, aparelho de fax, pager, fibras naturais, poliéster, tergal, antibióticos, telefonia fixa comutada, etc., a lista se estende e

se expande indefinidamente, todos exemplos de produtos que surgiram em um dado momento como avanços de bem-estar e gradualmente foram fossilizados e substituídos por novos avanços à espera também de serem descartados, e assim por diante.

A engenharia de produtos incorporou o conceito de obsolescência por uso e desgaste, com a criação constante de novos materiais, e conhecimento dos seus padrões de desgaste e fadiga, a ponto de estabelecer com segurança

a vida útil de cada componente e seus períodos ideais de garantia, bem como o tempo de substituição. A obsolescência programada e a obsolescência tecnológica foram tornadas naturais. Ninguém espera que seu forno de micro-ondas, ou seu fogão, durem mais que oito anos, ou um automóvel seja passado de pai para filho, ou o compressor da geladeira funcione por dez anos. Ao contrário, como mostra o quadro (fig. 9), o tempo real praticado



para trocar um produto é sempre inferior ao tempo de vida útil estimado pela indústria. É inequívoco concluir que, a substituição periódica de bens como roupas, carros, eletrodomésticos, telefones celulares mais do que naturalizada está sendo acelerada.

Esse mundo da obsolescência impacta diretamente o mundo do trabalho, da produção. O trabalhador é tornado obsoleto conforme novos produtos e tecnologias surgem. Da manufatura aos serviços de tecnologia de informação, da agroindústria aos profissionais médicos todos vivem sob a ameaça de se verem antigos, ultrapassados e por consequência inúteis. O jargão da moda nesse contexto é empregabilidade, uma demanda infinita e ininterrupta por atualização profissional que a rigor sustenta toda uma outra indústria, a da educação oportunista e puramente tecnológica.

A estruturação de ciclos de consumo determina ciclos produtivos e constrói uma complexa teia de conexões entre cadeias produtivas, teia essa que foi tecida e re-tecida ao longo de séculos de reconfigurações tecnológicas, financeiras, culturais e sociais.

## II.6.2 Utilidade e Tempo: Previsão e Medida

Ciclos são em parte determinados por condições naturais tais como o clima e sazonalidade, bem como pela constituição intrínseca do produto como no caso dos telefones celulares, nos quais a tecnologia da rede móvel determina de tempos em tempos a obsolescência de todos os aparelhos móveis<sup>81</sup>. Também geram obsolescência a modificação sem compatibilidade dos sistemas operacionais dos aparelhos móveis<sup>82</sup> e a própria vida útil das suas baterias. Uma tripla certeza de constante substituição de produtos.

O conceito de ciclo anima as substituições através da moda que torna obsoletos designs, cores, materiais e estilos nos mais variados bens de consumo. Na forma como hoje a entendemos a moda foi criada no século XVII por Luís XIV<sup>83</sup> como um instrumento social pois serviu para dar identidade e coesão a uma elite de poder monárquico, e também instrumento econômico pois gerou um movimento cíclico (bianual) de demanda por novos tecidos, designs de roupas, acessórios e artigos de luxo, além da constante demanda por outros itens de afirmação de poder e riqueza tais como jardins, residências, carruagens, etc.

A criação de Luís XIV foi aperfeiçoada e hoje em dia a moda segue os mesmos fundamentos de estabelecer referenciais novos para produzir e consumir em intervalos de tempo determinados de modo a tornar obsoleto não o bem em sim na sua materialidade, mas em sua atualidade de desejo/necessidade. As indústrias da moda e de automóveis particulares são exemplos eloquentes dessa estratégia de ciclos de design e materiais: os ciclos determinados para lançamento de novas coleções de roupa a carros, estabelecem o conforto de prever o que deverá ser produzido e consumido para toda a

<sup>81</sup> A constante "evolução" das redes de telefonia celular gerou em duas décadas seis padrões sucessivos de tecnologias: tdma, cdma, 2g, hedge, 3g, 4g e 5g. A cada reconfiguração da tecnologia ficam obsoletos todos os aparelhos que operavam na tecnologia anterior, gerando a "necessidade" de troca em um período relativamente curto de todos os parelhos em operação.

<sup>82</sup> Para não esperar a troca de aparelhos comandada pela mudança de tecnologia de rede os fabricantes de aparelhos introduzem modificações nos software de funcionamento dos aparelhos gerando versões novas incompatíveis com as anteriores, ou descontinuando atualizações para resolução de problemas. 83 *Cf.* CHRISMAN-CAMPBELL, KIMBERLY; "Fashion Victims: dress at the court of Louis XVI and Marie Antoinette; Yale University Press; 2015

cadeia produtiva: este ano tecidos verdes com estampas geométricas no verão, dirigir um roadster na praia e um Porsche na cidade ... e assim por diante....

Além da obsolescência programada e dos ciclos de consumo o tempo serve a outra forma de medir utilidade do trabalho quando tomado como denominador (ou numerador) de uma razão denominada produtividade, ou mais usualmente indicador de produtividade, e cujo numerador (ou denominador) é a quantidade de produtos diretos ou indiretos. Carros por hora e horas por carro, peças por minuto, vendas por semana, etc. são exemplos de índices de produtividade. Através dos indicadores de produtividade, e em associação com indicadores de lucratividade, as possibilidades de contribuição do trabalhador são reduzidas a esses números os quais devem ser crescentes no tempo conforme as expectativas do capital e, principalmente, do mercado acionário.

Por fim, o mais sútil dos qualificadores da utilidade do trabalho, que realiza a tarefa de qualificar pelo negativo e em uma escala relativa de maior ou menor utilidade. A qualificação negativa mede a importância de uma atividade laboral em vista de um conjunto de atividades e finalidades e pela perspectiva da inovação; classifica atividades laborais específicas, ou mesmo toda uma profissão, em uma escala que vai de muito essencial até completamente dispensável. Essa classificação é constantemente refeita e está diretamente relacionada com o conceito de capital humano e de constante atualização do trabalhador, na medida em que é ele o objeto de consumo: seu tempo e sua capacidade de trabalho produtivo são coisas a serem ou não consumidas conforme sejam úteis ou não. É uma qualificação pelo negativo porque tem em si a determinação de que todos os trabalhadores são dispensáveis e substituíveis, pois todos estão, em algum grau, a caminho da obsolescência!

# II. 7. Ativo, Útil, Produtivo e Consumível

A qualificação da utilidade do trabalho não foi estabelecida de forma abrupta, como ruptura ou revolução, mas sim por um processo gradual de reconfiguração do significado do trabalho, cujas raízes remontam ao período específico da Renascença Italiana, em particular do humanismo florentino, entre os séculos XIV, XV e XVI, através dos escritos de Petrarca, Salutati, Bruni e mesmo Maquiavel, nos quais se encontram reflexões e eventualmente o elogio sobre a vida ativa e a revisão da vida contemplativa como ideal de bem viver. Não significa dizer que esses autores defenderam o nosso modo de vida capitalista, o que pode e deve ser apontado é como nasce uma condição de possibilidade de toda uma nova atitude perante a vida que a rigor é o embrião do biopoder e da biopolítica.

## II.7.1 Vida Ativa: Ação sobre a Natureza

Decorreu da valorização florentina da vida ativa, a posteriori, todo um movimento filosófico que desenvolveu a ideia de uma relação com a natureza ativa e apropriativa, e que tem na declaração de Fancis Bacon que compreendendo a natureza o homem poderá subjuga-la à sua vontade a base da revolução científica.

(...) sua característica mais assinalada foi a descoberta, pela consciência humana, de sua subjetividade essencial e, por conseguinte, a substituição do objetivismo dos medievos e dos antigos pelo subjetivismo dos modernos; outros ainda creem que o aspecto mais destacado daquela revolução terá sido a mudança de relação entre a teoria e a práxis, o velho ideal da vita contemplativa cedendo lugar ao vita activa. Enquanto o homem medieval e o antigo visavam à pura contemplação da natureza e do ser, o moderno deseja a dominação e a subjugação. 84

Como aponta Koyrè, o ideal da vida ativa abriu espaço para afirmar a capacidade do homem para determinar seus rumos pessoais e sociais perante as forças da natureza, através do conhecimento das leis naturais, colocando-as a seu serviço, realizando intervenções e transformações criadoras de produtos e serviços para seu bem-estar.

<sup>&</sup>lt;sup>84</sup> KOYRÉ, ALEXANDRE. Do mundo fechado ao Universo infinito; Coleção Campo Teórico; Forense Universitária; 2006; pág. 5-6

Protagonizam esse nascimento da ciência moderna, além de Bacon, Galilei, Descartes, Leibniz e Newton, entre outros, e essencialmente ao longo dos séculos XVI, XVII e XVIII.

É razoável considerar, então, que os economistas do século XVIII já nasceram sob os desígnios de valorização da vida ativa e sob um vínculo objetivo com a ideia de trabalho útil como uma extensão da utilidade do produto do trabalho que transforma a natureza em seu benefício, o que em si não é uma distorção ou impropriedade.

No entanto, surge uma distorção importante a partir do momento em que o trabalho é tomado como útil exclusivamente a partir da utilidade do produto; decorre desse movimento que o próprio conceito de vida ativa fique reduzido à utilidade. O conceito de vida ativa foi retomado de Cícero por Salutati e Bruni, e na sua concepção original abrangia bem mais do que uma relação ativa apenas no sentido de domínio da natureza, sentido que a rigor apareceu como uma consequência posterior do ideal original de vida ativa, como propusemos acima a partir de Koyré; o ideal original de vida ativa, proposto por Salutati e Bruni e inspirado no senador romano, pensava vida ativa como uma dimensão política de cidadania, um cidadão ativo, um cidadão capacitado através de conhecimentos e habilidades.

A capacitação para a vida política, uma vida pública virtuosa, seria dada pela educação com o objetivo de formar um homem com capacidades humanas universais, à semelhança da educação omnilateral preconizada pelos pedagogos marxistas do final do século XX.

Em suma, os critérios para atribuir utilidade ao trabalho e ao produto deveriam se manter distintos, e mesmo incompatíveis, de tal forma que existiriam trabalhos úteis que não geram produtos úteis, como era o caso, por exemplo, do trabalho político de cada cidadão florentino.

A utilidade implicada pelo ideal de vida ativa pode facilmente conter a utilidade do trabalho e a utilidade do produto, mas estará para além da produção de bens e serviços, pois se aplica à vida em geral, a partir da vida política onde a virtude estaria em construir o bem-estar de todos. Assim, se o ideal de vida ativa for tomado como critério geral de

utilidade, existirá inconsistência quando a utilidade do trabalho for atribuída exclusivamente pela utilidade do produto material.

## II.7.2 Produtivo ou Improdutivo

Na relação entre individual e social poder-se-ia afirmar que o ideal da vida ativa é uma vida socialmente útil, que por decorrência também seria útil para o indivíduo, uma vez que o bem-estar de todos conteria o bem-estar de cada um, ao passo que o bem-estar de um único indivíduo não implicaria necessariamente o bem-estar de todos os demais.

Decorre da crítica da utilidade em geral restrita apenas a utilidade do produto a oportunidade de uma crítica também à distinção entre trabalho produtivo e improdutivo. Nesse sentido David Harvey afirma que "todo o trabalho produz valor para o capital" logo não existe trabalho improdutivo, ou melhor, a distinção entre trabalho produtivo e improdutivo seria ilusória.85 Harvey considera que:

(...) Marx declara que ser um trabalhador produtivo (...) não é um golpe de sorte, mas uma desgraça<sup>86</sup>. Se alguns trabalhadores são produtivos e outros são improdutivos, mas todos são explorados ou dominados pelo capital, então o trabalhador improdutivo não é mais afortunado que os produtivos: a declaração de Marx é vazia. Uma vez que entendamos o trabalhador produtivo sendo qualquer um que é subjugado pelas relações sociais capitalistas, qualquer um que executa trabalho alienado, abstrato, imposto e sem limites, a declaração de Marx adquire alguma força.<sup>87</sup>

Ou seja, nos termos do modelo capitalista na relação entre trabalho e capital, independente da distinção entre trabalho produtivo e improdutivo, o trabalho estará subsumido ao capital, e o trabalhador subjugado e alienado.

De outro lado, a exigência aceita do trabalho produtivo (lembrando que de acordo com Harvey todo trabalho produz valor para o capital) estabelece um regramento sobre os vínculos sociais que passam a ser determinados pela conveniência esmagadora de que eles também estejam inscritos na utilidade. Ora, por essa via estariam ausentes no

<sup>&</sup>lt;sup>85</sup> HARVEY, DAVID, *The Commoner - The Carnival of Values and the Exchange Value of Carnivals*; Number 10: 2005

<sup>86</sup> Ibidem

<sup>87</sup> Ibidem

indivíduo as condições fundamentais que o tornam humano, na medida em que o convívio social abstrai e desvaloriza toda singularidade que não seja útil, devemos valorizar apenas as relações que nos sejam úteis, o que evidentemente significa reduzir cada indivíduo a coisa, em si mesmo e no outro. Consome-se pessoas como se fossem produtos. Daí um conjunto de patologias sociais e individuais que tem sua origem na desconformidade entre o que se é (singularidade) e o que se deveria ser (utilidade produtiva). Por esse caminho, o principal meio, senão o único meio, de convívio social é o seu próprio consumo apresentado a outrem sob a forma de exibição, ostentação, inclusão em grupo, ou discriminação. 88 Vale o quanto pesa, vale pelo que consome. Daí o marketing pessoal, o culto às marcas e grifes, a aceleração da obsolescência, enfim, a sociedade de consumo.

O percurso desde o humanismo florentino com a valorização da vida ativa, passando pelas revoluções cientificas e industrias, e a proeminência da economia como ciência, levou, através da utilidade puramente instrumental, a partir da segunda metade do século XX, a uma sobrevalorização do consumo como fenômeno socioeconômico fundamental, gerador de determinações sobre o indivíduo.

Essas determinações, sempre agressivas ao estatuto de uma existência singular, bloqueiam a formação e reconhecimento de uma identidade particular, de tal modo que uma produção massiva de subjetividades, preconcebidas e instáveis, seria a forma padrão de reconhecimento, um dos aspectos característicos do capitalismo pós-moderno e neoliberal.

#### II.7.3 A Centralidade do Consumo

A ênfase no consumo tem suas raízes na própria categorização do trabalho produtivo e improdutivo que associada ao conceito de utilidade exige o consumo, como pensou originalmente Say quando assumia que toda produção seria necessariamente consumida simplesmente porque fora produzida. A exigência de consumir cada vez mais

a respeito de ostentação, exibicionismo e fetichism

<sup>&</sup>lt;sup>88</sup> A respeito de ostentação, exibicionismo e fetichismo associados ao consumo ver o filme "The Jonesses", de 2009, direção e roteiro de Derrick Borte.

é uma distorção na atitude contra o desperdício: o desperdício não está em produzir além do necessário em quantidade ou em materialidade, o desperdício está em não consumir o que foi produzido!

De outro lado, a ênfase no consumo tem também uma motivação financeira claramente definida, qual seja a remuneração continuamente crescente do capital, algo que se convencionou denominar de rentismo<sup>89</sup>. A exigência de retornos crescentes no mercado de ações ilustra bem essa pressão que o capital exerce sobre o aumento constante de consumo.

Dessa ênfase no contínuo crescimento do consumo derivou um consenso teórico crítico, também aceito como natural, qual seja, a centralidade do consumo enquanto essência do sistema capitalista, categorizado como *consumismo* em direta correlação com o constructo *sociedade do consumo*. Tal centralidade passou a ser considerada em toda e qualquer análise crítica que pretendesse algum vislumbre de compreensão e mudança do sistema capitalista, mudança que teria sempre por fim mitigar imensas diferenças de bem-estar. Ora, o próprio conceito de bem-estar se refere ao acesso de todos a bens e serviços, públicos e privados, caracterizando um tipo específico de equidade, qual seja, a da igualdade na capacidade e qualidade do consumo, distribuída para toda a população. Bem-estar, portanto, enquanto conceito econômico, é também reconhecimento da importância fundamental do consumo!

Trata-se, portanto, de uma naturalização: tributária da lei de conservação de Lavoisier, sua contemporânea, a Lei de Say diz que toda produção deverá ser necessariamente consumida. Ou seja, ainda que Marx e Keynes, por caminhos distintos, tenham apresentado argumentos para revogar a Lei de Say ela está em pleno vigor natural, pois, de fato, no capitalismo vigente, toda produção de bens ou serviços deve ser consumida, e para tanto trabalham os governos em todo o globo independente dos impactos negativos que políticas de incentivo ao consumo possam gerar, tais como: endividamento excessivo dos trabalhadores e famílias, sobrecarga na infraestrutura

<sup>&</sup>lt;sup>89</sup> KRUEGER, ANNE; *The Political Economy of the Rent-Seeking Society*; The American Economic Review, Vol. 64, No. 3; pág. 291-303, 1974.

(aeroportos, rodovias, energia, água, etc.), exigência de sobre investimentos em curto prazo levando a endividamento do Estado, excesso de lixo, degradação ambiental, adoecimento crônico massivo (obesidade, diabetes, hipertensão), esgotamento de recursos hídricos e energéticos, etc.

Segundo outra naturalização, mais recente, o consumo seria a categoria fundamental para todo e qualquer estudo e teoria crítica acerca do sistema capitalista contemporâneo. A partir da compreensão do consumismo, nos termos de uma sociedade de consumo, como traço mais relevante do capitalismo, suas incoerências e seus paradoxos seriam revelados e plenamente compreendidos, implicando assim a capacidade de constituir outro modo de vida, o que em última análise se poderia realizar pela revisão dos valores de consumir.

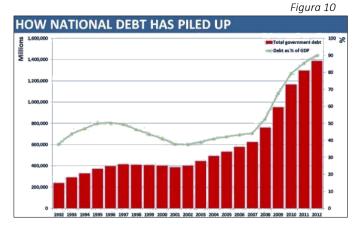
Emanam dessas naturalizações as digressões acerca de escassez, suficiência, cooperação e superávit e suas relações com produção, tecnologia, mercado, competição e capital, temas que ocuparam a mente dos economistas através dos séculos XVIII e XIX chegando até a segunda metade do século XX, momento em que a teoria neoliberal monetarista (escola de Chicago) tornou-se dominante com a pretensão, muitíssimo aceita, de ter logrado um domínio teórico definitivo sobre a dinâmica das relações de produção e consumo.

#### II.7.4 Neoliberalismo

A escola de Chicago teria equacionando no interior da teoria econômica instrumentos efetivos e eficientes de intervenção e causação através de um Estado mínimo orientado pela força gestora de um Banco Central independente, a salvo das oscilações políticas republicanas, capaz de controlar a disponibilidade e liquidez de moeda (circulação e crédito), seu valor absoluto (inflação e taxa de juros) e seus valores relativos (preços e câmbio).

No neoliberalismo o consumo crescente se mantém como fundamento intocável, bem como um trabalhador endividado e alienado, agora considerado capital humano e sob demanda de uma atualização profissional constante para torna-lo cada vez mais produtivo. Ou seja, o endividamento garante a expansão do consumo que inclui o

consumo de "investimento profissional em si mesmo" que deixou de ser parte da função social das empresas e passou a ser ônus para o trabalhador que tem que se desenvolver e atualizar sob pena de ser "obsoletado". Mesmo a ausência de emprego não impediu

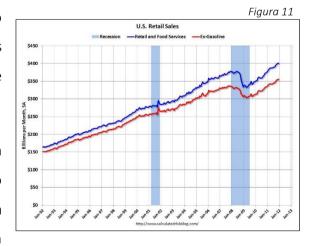


a expansão do endividamento e por consequência do consumo, como demonstra a expansão do chamado crédito *subprime* e *ninja* (no income, no job, no assets) que como diz a sigla, incluiu no mercado de consumo trabalhadores desempregados, sem renda e sem ativos. Essa estratégia, nascida nos EUA, foi replicada em diversos países com economias neoliberais e gerou a crise financeira mundial de 2008. No entanto, como mostra a figura ao lado (*fig. 10*) chamada crise dos empréstimos *subprime* foi absorvida como sendo um leve soluço na expansão de consumo, ou seja, a alavancagem de crédito para consumo não só se recuperou como voltou a se expandir.

Da mesma forma os Estados aumentaram seus débitos uma vez que são também grandes consumidores e contribuem para a expansão continuada do consumo. Tomando o exemplo da Grã-Bretanha em dez anos, de 1992 a 2012, seu endividamento passou de 20% do PIB para 90% do PIB, de duzentos e vinte bilhões de libras para um trilhão e quatrocentos bilhões de libras! Cumpre ressaltar que boa parte do endividamento vem

de consumo para guerra pela participação da Grã-Bretanha nas intervenções internacionais nos conflitos do oriente médio e Afeganistão.

A mesma evolução será observada em todos os principais Estados da União Europeia com maior endividamento para Espanha, Grécia, Itália e Portugal, mas sem



excluir evoluções significativas na França e na Alemanha todos com dívidas acima de 70% de seus respectivos PIBs em 2012.

Os paradoxos da monotonia neoliberal são evidentes nas crises estruturais como a de 2008, na degradação das economias de Grécia, Portugal, Espanha, Irlanda, Islândia e Itália, bem como no crescimento e persistência do desemprego em todos os países com avançado programa neoliberal, a precarização dos direitos trabalhistas, o alto endividamento de Estados, empresas, trabalhadores e unidades familiais, e a realidade para os trabalhadores de uma vida plena de alienação e sofrimento.

No entanto, a submissão intelectual ao consumo, a aceitação do neoliberalismo como panaceia, e a desesperança com o marxismo não são unânimes, especialmente se considerarmos autores tidos como renovadores do marxismo como David Harvey, Frederic Jameson, Félix Guattari, Axel Honneth, Maurizio Lazzarato, Michael Hardt e Toni Negri entre outros.

A partir da relação fundamental como teórico e praticante primeiro do Operaísmo e depois do Autonomismo Toni Negri, em especial, mantém o trabalho e os trabalhadores sob foco na economia política sem ceder à ênfase exclusiva no mercado e no consumo. Para tanto, Negri incorporou a filosofia de Espinosa, Foucault e Deleuze à sua fundamentação marxista de formação e construiu inovações conceituais, entre as quais uma nova categorização do trabalho que pretende superar os limites que identifica em Marx com a categorização bipartida do trabalho em produtivo e improdutivo e com a obsolescência de sua teoria do valor.

Tal esforço tem na introdução do conceito de trabalho imaterial reconfigurado no tecido da biopolítica e da produção de subjetividades um de seus principais fundamentos, que traz novas perspectivas críticas extremamente relevantes, uma vez que permite uma compreensão mais efetiva das atuais práticas do trabalho, bem como permite uma atualização das questões de alienação e reificação, e uma reconfiguração da teoria do valor.

Também participa dessa reconfiguração conceitual, realizada em parte apenas por Negri, e em parte em parcerias com Guattari, Casarino, Lazzarato e Hardt, uma reformulação do conceito foucaultiano de biopolítica que se desdobra para uma bioprodução, em vínculo com o trabalho imaterial, conforme o capítulo seguinte apresentará.

# III. Do Biopoder ao Trabalho Imaterial

Em economia política a história do trabalho, tanto de suas práticas quanto suas teorias, pode ser contada como um processo contínuo de redução do trabalho, e do trabalhador, ao número e à medida. Através da utilidade do trabalho, do trabalhador e do produto, ou serviço, convertidos em mercadoria, tendo a mediação de valor monetário como denominador comum de razões que expressam utilidades o trabalhador foi sendo deslocado do subjetivo para o objetivo.

Na perspectiva acadêmica, desde a economia clássica até o neoliberalismo atual, a utilidade do trabalho assume valor em moeda através da utilidade do que é produzido. Tal utilidade se transformaria dinamicamente em valor monetário objetivo, segundo leis econômicas que configurariam um mercado, no qual oferta e demanda de bens e serviço se apresentariam sob incessante tensão e movimento em busca de um equilíbrio quantitativo e pecuniário, conforme oscilam necessidades, desejos, preços, técnicas e estoques.

Na sua maioria as teorias em economia política, com exceção das teorias marxistas, consideram a subsunção formal e real do trabalho ao capital como uma condição preliminar, de tal modo naturalizada, que jamais é discutida como tal, uma vez que essa subsunção não seria um resultado histórico, econômico ou social, e muito menos um problema a ser resolvido, mas sim condição de possibilidade do processo social econômico. Dessa certeza "natural" sobre a relação entre trabalho e capital segue o corolário de que o capital propicia trabalho, pois seria, por seu turno, sua condição de possibilidade. Ou seja: é porque existe capital que existem trabalho e mercado, portanto, o trabalho deve indefinidamente ao capital, o trabalhador é devedor do empregador, e tal débito deve ser quitado na forma de mais-valia, de lucro.

As principais contraposições críticas a essa "subsunção natural" do trabalho ao capital proveem de Marx e as subsequentes variações do marxismo em socialismo, real

socialismo<sup>90</sup> e neomarxismo, entre outras derivações. Esses marxismos têm em comum os conceitos de alienação e reificação como sintomas de um mal-estar social e individual que se expressam em relações de poder assimétricas, segundo as quais o acesso aos resultados da produção se fará sempre em benefício de uma minoria detentora de capital.

Para as tradições marxistas as diferenças no usufruto dos resultados do trabalho, no sentido do acesso de cada um à diversidade da produção agregada, deveriam ocorrer em proporção ao trabalho efetivo que cada trabalhador realiza e não pela remuneração privilegiada do capital, sendo a essência dessa assimetria a prática, pelo capitalista, da mais-valia que, grosso modo, representa a diferença entre o tempo de trabalho que iguala em valor de produção o valor do salário e o tempo efetivamente trabalhado, sempre maior, que gera mais produção sem o correspondente incremento salarial. O lucro como remuneração legitima para o risco do capitalista é defendido pelos economistas clássicos, neoclássicos, utilitaristas, marginalistas, liberais, monetaristas, neoliberais, e todas as demais doutrinas econômicas, exceto as doutrinas marxistas que veem no lucro a apropriação expropriadora do tempo do trabalhador através da maisvalia.

No entanto, todas as tradições marxistas foram seguidamente enfraquecidas ao longo do século XX, tanto na prática quanto na teoria, a ponto de quase completa extinção das perspectivas revolucionárias. Da perspectiva prática todas as experiências revolucionárias de base marxista ou se desviaram para regimes totalitários com base em partido único levando ao surgimento de uma classe privilegiada de burocratas e dirigentes, como nos casos da União Soviética, da Alemanha Oriental e da China comunista, ou foram absorvidas pelas mutações do capitalismo como nos casos dos socialismos no Canadá e na Inglaterra, das sociais democracias europeias e de movimentos autonomistas como na Itália, na França e na Alemanha.

<sup>&</sup>lt;sup>90</sup> Com o distanciamento do socialismo da União Soviética do ideário socialista do marxismo-leninismo foram cunhados termos alternativos para nominar a experiência soviética tais como: socialismo de fato existente, socialismo desenvolvido e socialismo de estado. O termo socialismo real firmou-se como essa denominação alternativa que representaria as particularidades da experiência comunista soviética. *Cf.* Dictionary of Sociology, 1998, Oxford University Press 1998

É dessa última linhagem marxista, o autonomismo, mais especificamente o autonomismo italiano, sucessor do operaísmo, que procede o pensamento de Antonio Negri, o qual pretende renovar o marxismo, atualizando-o, a partir da revisão, ou criação, de alguns conceitos fundamentais como trabalho imaterial, multidão, biopolítica e mais recentemente biocapitalismo. Nessa revisão e criação conceitual Negri busca gerar impactos inovadores, efetivos e relevantes na construção de diagnósticos e prognósticos socioeconômicos, bem como na definição de tendências, estratégias e ações de mudança e revolução frente ao sistema capitalista.

São as inovações de Negri que passo agora a apresentar, a partir de seus escritos individuais em livros, artigos e entrevistas, e seus escritos em parceria com Hardt, Casarino, Lazzarato, Virno, Guattari e Sceslsi, entre outros. Considerando que o trabalho enquanto conceito é o centro desta dissertação, desenvolverei um percurso através dos conceitos que formam os pilares para a emergência e centralidade do conceito de trabalho imaterial em Negri. Esse percurso é iniciado pela discussão em torno do biopoder e da biopolítica, de tal modo a estabelecer o contexto no qual as forças sociais e econômicas se confrontam em torno da produção, estabelecendo a conexão imediata com o que Hardt&Negri chamam de produção biopolítica que por seu turno tem como essência o trabalho imaterial e a produção de subjetividades.

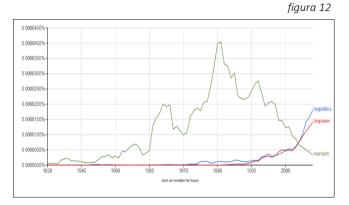
Muito embora esse percurso coloque no seu final a questão principal do trabalho, considero fundamental estabelecer as bases sobre as quais tanto Hardt&Negri, quanto outros autores, discutem o trabalho imaterial, uma vez que implicam modificações significativas na tradição marxiana. Nesse sentido, principiar pelos temas do biopoder e biopolítica tem um sentido histórico natural vis-à-vis as mutações do trabalho.

# III. 1. Vida, Poder e Política: Biopolítica

Uma breve pesquisa da incidência dos termos biopolítica, biopoder e marxismo em publicações de língua inglesa (livros, artigos e noticiário) no período de 1930 a 2008, evidencia como o conceito de biopolítica experimentou um aumento exponencial de

interesse a partir do início do século XXI<sup>91</sup>.

O gráfico (fig. 12) mostra como o termo biopolítica tem um primeiro ciclo de exposição nas mídias escritas em meados da década de 40 para em seguida praticamente



desaparecer, até ser retomado, com alguma força, no final da década de 60 do século XX e firmar-se como tema constante no decorrer das três décadas seguintes, mas experimentando uma explosão de interesse, em regime exponencial, da segunda metade da década de 90 em diante, de tal modo que adentrou o século XXI como tema muito relevante. Ao mesmo tempo o gráfico indica uma ligação de acompanhamento entre biopolítica e biopoder, bem como um movimento inverso, iniciado nos anos 80, de decréscimo exponencial na incidência do marxismo como tema de interesse em livros, artigos e demais mídias escritas.

Ainda que consideradas as restrições desse tipo de pesquisa (não se tem um dado confiável do volume de tiragem e circulação efetiva de cada texto) tal quadro parece indicar que o conceito de biopolítica tem sido reconhecido como uma resposta relevante, ou ao menos parte de uma resposta relevante, à constatação de um descompasso entre a teoria e a prática em política econômica que colocou em xeque a tradição marxista como capaz de estabelecer análises críticas dos fenômenos contemporâneos, em especial nas complexas modificações das relações entre o individual, o social, o político e o econômico.

<sup>&</sup>lt;sup>91</sup> A pesquisa realizada em 15 de fevereiro de 2016 via Google Ngram Viewer para os termos biopolitics, biopower e biocapitalism cobrindo o período de 1900 a 2008.

O conceito de biopolítica parece ter configurado, no final do século XX e primeira década do XXI, um novo marco conceitual a partir do qual novos referenciais e estruturas conceituais podem ser criados, permitindo gerar, então, instrumentos atualizados de análise e compreensão dos fenômenos socioeconômicos, sobretudo nas relações entre política, economia e vida, ou como pretendem Hardt&Negri, uma revisão e atualização do marxismo ortodoxo capaz de estabelecer prognósticos e instrumentos de mudança efetivos sobre as relações de poder que implicam reificação, alienação e por que não dizer sofrimento.

## III.1.1 Biopolítica, Higienismo e Eugenia

Da perspectiva puramente cronológica foi possível identificar uma primeira aparição do termo biopolítica<sup>92</sup> em um artigo de G. W, Harris publicado em 28 de dezembro de 1911 em um semanário britânico sobre política, literatura e arte chamado "The New Age". No texto intitulado *Bio-Politics* Harris define biopolítica da seguinte maneira:

Com o termo "bio-política" nós queremos significar uma política que deve considerar dois aspectos da nação: em primeiro lugar, o crescimento da população e competição; em segundo lugar, os atributos individuais dos homens que estão disponíveis para ocupar lugares de responsabilidade no Estado.

Harris considera o excessivo crescimento populacional como ameaça e defende a intervenção do Estado sobre a natalidade através do controle do número de mulheres, pois: "Os atuais problemas com as mulheres histéricas são devidos grandemente ao excesso de mulheres em relação à população masculina, este excesso não tem de acontecer e as tornam extremamente doentes." A solução seria, então, simples: "(...) é claramente um caso onde a legislação deveria racionalmente diminuir o número de nascimento de mulheres, e então deixar o bastante de mulheres ao todo, sem excesso."

Essa definição inicial de biopolítica não foi um evento isolado e passageiro do início do século XX. A partir da década seguinte foi formado e passou a crescer todo um movimento político intelectual que conceituou o Estado ora como um organismo, ora

<sup>&</sup>lt;sup>92</sup> TURDA, MARIUS; Modernism and Eugenics; Palgrave MacMillam; 2010; pag. 112.

como ator privilegiado no exercício do poder humano sobre a natureza biológica, de tal forma que, em ambos os casos, o Estado poderia e deveria intervir sobre a vida e as condições de vida de todos os seres vivos, a partir de critérios de "saúde" e "bem-estar" coletivos.

Tomando por base a lógica da analogia, no caso do Estado organismo, ou um darwinismo social no caso do Estado dominador da natureza, foram fundamentadas ações de Estado com o fim de extirpar aquilo que ameace, ou não contribua, para o bemestar de todos. Assim, para apurar o corpo do Estado a Alemanha nazista deveria eliminar os judeus, no caso dos EUA, no início do século XX, esterilizar negros e índios, ou segregar em campos de concentração descendentes de japoneses na costa oeste durante a 2ª grande guerra, no caso da URSS de Stalin a eliminação sistemática dos opositores segundo a elevação mítica do "genuíno homem soviético" como ser superior e no caso da China de Mao Tse Tung a uniformização cultural com a execração e execução pública de qualquer traço de dissidência. Evidentemente sempre restará saber a quem caberá a definição do que é bom e qual o mal que deve ser extirpado.

Podemos então considerar que uma apropriação do conceito de biopolítica se faz como uma forma de Estado discriminador moral da vida boa ou má, a partir de um critério social de saudável ou doente, com a característica de deter, esse Estado, exclusividade do direito, e mesmo da obrigação, de aplicar instrumentos de controle sobre todas as manifestações de vida. Tal apropriação do termo biopolítica tem, em termos de literatura e mídia impressa, sua maior incidência nos anos 40 do século XX.

Muito embora essa biopolítica da eugenia tenha sido fortemente questionada a partir dos anos 60, sobretudo no contexto das democracias do "primeiro mundo" não se pode afirmar que tal conceituação e prática na atuação do Estado esteja ausente na economia política no século XXI. Parece haver um fundamento higienista e discriminatório nas recentes questões migratórias, raciais e religiosas que se apresentam sob a forma ou de conflitos civis nacionais, ou de questões transnacionais. São exemplos de conflitos nacionais internos tanto o caso da Síria em guerra civil desde 2010, quanto às tensões entre terrorismo e Estado na Inglaterra, Espanha, EUA e França. Neste último caso, a partir dos atentados de 2015 em Paris, um conjunto relevante de reações

discriminatórias foi posto em marcha pelo governo francês, dentre as quais chama a atenção o confisco de nacionalidade para descendentes de imigrados (sobretudo franco-africanos oriundos das colônias francesas) considerados ameaça terrorista potencial. Na prática o parlamento francês criou duas classes de cidadão franceses, uma dos franceses nascidos franceses, com plenos direitos, e outra dos franceses binacionais, franceses híbridos, com direitos de cidadania restritos a critério do poder de polícia do governo de plantão.

De outro lado, a crise dos refugiados sírios, por toda a Europa, ensejou reações tipicamente eugenistas e higienizadoras, tais como o fechamento de fronteiras, casos da Bulgária, Romênia e Sérvia, a constituição de campos de refugiados nos moldes de um campo de detenção, ou a discriminação através de barreiras financeiras como no caso do confisco de bens e valores adotado na Dinamarca, entre outros tantos exemplos. No século XXI, aquela biopolítica de Harris não parece tão superada na prática quanto se poderia imaginar.

Entretanto, graças aos fenômenos sociais e tecnológicos das décadas de 60 e 70 do século XX o conceito de biopolítica foi desvinculado de um Estado que discrimina seres vivos em bons e maus a partir de critérios de eugenia e atua como higienizador.

#### III.1.2 Política, Natureza, Biologia e Biotecnologia

Durante a década de 60 duas ramificações conceituais de biopolítica surgiram em completa desconexão com fundamentos higienistas e de eugenia, mas mantendo, por abordagens diversas, a população como questão central. De um lado floresceram discursos com foco sobre a relação entre crescimento populacional, consumo, produção e meio ambiente, abordagem inaugurada formalmente com a publicação em 1962 de *Silent Spring* livro de Rachel Carson sobre os riscos para a saúde humana e equilíbrio do meio ambiente que considera ameaças à vida o uso de pesticidas e produtos químicos em geral. Nesse livro inaugural do debate ambiental, Carson também discute a degradação da qualidade da água, bem como o desflorestamento e seus efeitos sobre a biodiversidade e o clima.

Posteriormente, no final da década de 60, surgiu um *think tank* batizado de Clube de Roma. 93 Criado em 1968 o Clube de Roma publicou em 1972 um estudo contratado junto ao MIT sobre o futuro da humanidade com o título *Os Limites do Crescimento* versando sobre o esgotamento dos recursos naturais do planeta com base em modelos matemáticos de predição 94 e na criação de indicadores de degradação e uso de recursos naturais, sendo o mais conhecido e utilizado até hoje o indicador denominado pegada ecológica. Devido às duas crises do petróleo da década de 70 95 as previsões de esgotamento dos recursos naturais de *Os Limites do Crescimento* foram tomadas como profecias, ainda que a variação tenha se devido fundamentalmente às questões de política regional que levaram a conflitos no oriente médio 96 onde estavam as maiores reservas e o maior produtor mundial.

A consequência, do ponto de vista da economia política, foi um alinhamento global em torno da ideia de destruição do planeta pelo esgotamento ou poluição de recursos naturais. Inicialmente os temas centrais em termos de recursos naturais foram energia, ar e água, e as consequências principais seriam pobreza, fome, conflitos e morte em grande escala. Protagonizou e ainda protagoniza essa abordagem a ONU, que ao longo da década de 70 realizou conferências sobre meio ambiente, criou organismos específicos e instalou em 1983 uma comissão especial de estudo sobre desenvolvimento e meio ambiente denominada Comissão Brundtland, a qual concluiu seus trabalhos em 1987 com a apresentação do relatório *Nosso Futuro Comum* quando foi criado o conceito de desenvolvimento sustentável como formação de uma biopolítica.

<sup>&</sup>lt;sup>93</sup> O clube de Roma se autodenomina "(...) um grupo de cidadãos do mundo, que compartilham uma preocupação em comum sobre o futuro da humanidade". Foi criado e fundado em abril de1968 pelo industrial e acadêmico italiano Aurelio Peccei e pelo cientista escocês Alexander King. É composto por exchefes de estado, funcionários da ONU, políticos e ministros, diplomatas, cientistas, economistas e empresários líderes de diferentes nacionalidades.

<sup>&</sup>lt;sup>94</sup> Cf. Forrester, Jay, World Dynamics, MIT Press.

<sup>&</sup>lt;sup>95</sup> Em 1973 o preço do barril saltou de um valor nominal de US\$ 1,80 para US\$ 10,00 (cerca de US\$ 60,00 em valor atual) e em 1980 chegou a um valor nominal de US\$ 39,00 (cerca de US\$ 100,00 em valor atual. No ano de 2016 o barril de petróleo está cotado a US\$ 34,00 após um pico de preços em 2008 de US\$ 139,00 (atualizado para 2016). cf. http://br.investing.com/commodities/brent-oil-historical-data.
<sup>96</sup> Em 1972 a guerra do Yon Kippur entre Israel e uma aliança liderada por Egito e Síria e em 1980 a guerra entre Irã e Iraque, consequência da revolução islâmica no Irã que derrubou o Xá Mohammad Reza Pahlevi aliado dos EUA.

Daí todo um conjunto de esforços patrocinados pela ONU na forma de uma série de conferências das partes (COP) sendo a última a 21ª realizada em Paris no ano de 2015. Esse modelo de desenvolvimento comprometido com a disponibilidade de recursos naturais e condições ambientais no futuro requeridos para a vida humana juntamente com a construção de acordos globais em torno das questões ambientais também foi denominado biopolítica. Trata-se, portanto, de uma inversão na relação entre homem e natureza que desde a modernidade afirma o poder do homem sobre a natureza. Na biopolítica do desenvolvimento sustentável o homem reconhece sua subordinação à natureza e coloca limites no uso de recursos naturais em compromisso com a preservação do seu meio ambiente para as gerações futuras.

Outro movimento de definição de uma biopolítica, também datado dos anos 70, vem da reafirmação de uma analogia entre padrões biológicos e a política sob a Teoria Geral de Sistemas de von Bertalanffy a partir da biologia em 1937<sup>97</sup>. Essa acepção afirma que "biopolítica é uma abordagem em ciência política que utiliza conceitos e técnicas de pesquisa para estudar e explicar o comportamento político" 8. Segundo Somit&Peterson tal acepção tem três características fundamentais: (i) o comportamento político humano é fortemente determinado por estruturas biológicas e herança genética, (ii) o comportamento humano, social e político, pode ser modificado através de mudanças no funcionamento biológico induzidas por doença, estresse, drogas, dor, fadiga, desnutrição, etc. e (iii) métricas fisiológicas (p.ex., resposta galvânica da pele, batimento cardíaco, o piscar dos olhos, tensão muscular, postura corporal e pressão sanguínea) podem ser utilizadas para estimar, direta ou indiretamente, estados emocionais e/ou comportamentos em potencial. 99

Bertalanffy considerava que o positivismo lógico, o qual a partir da metade do século XX passou a ser dominante também no campo das ciências humanas, era reducionista e pretendeu construir uma abordagem transversal a todo tipo de ciência que "deve ser um importante dispositivo regulador em ciência como salvaguarda contra

<sup>&</sup>lt;sup>97</sup> BERTANLAFFY, LUDWIG von; *General system Theory*; University of Alberta, Edmonton, Canada, 1968.

<sup>&</sup>lt;sup>98</sup> SOMIT, ALBERT & PETERSON STEVEN A.; *Main Currents in Biopolitics*; International Political Science Review; Vol. 8, No. 2,107-110; 1987

<sup>&</sup>lt;sup>99</sup> Ibidem

analogias superficiais que são cientificamente inúteis e danosas nas suas consequências práticas"<sup>100</sup>. Assim, nessa biopolítica que pensa a vida regulada e sob constante intervenção do Estado, busca-se um modelo explicativo da política em bases causais, bem como existe a crença na capacidade de prever e modificar os fenômenos políticos e sociais através da gestão dos corpos físicos individuais e dos corpos sociais, não apenas como simples analogia direta entre corpo humano e Estado, mas sobretudo como aplicação de uma gramática que extrai seus fundamentos, princípios e procedimentos do corpo humano enquanto um sistema. Daí a utilização de termos como entropia, integração, estrutura, sinergia, interdependência, função, etc.

Embora distintas essas duas acepções de biopolítica da década de 70 têm em comum não terem logrado sua consolidação enquanto conceito ou instrumental em filosofia política. Ambas as abordagens foram completamente absorvidas como condições de mercado, ou como inovações financeiras e mercantis, ou como métodos de produção.

#### III.1.3 Sustentabilidade e Vida como Política

É certo que o Desenvolvimento Sustentável (doravante referido por DeS) e as discussões ambientais se tornaram o principal discurso de contraposição ao modelo neoliberal desde a última década do século XX, no entanto, todos os indicadores de desigualdade e de qualidade ambiental pioraram, como mostraram os relatórios do clube de Roma e da ONU.

Após quase cinco décadas o DeS gerou mais resultados indiretos e paliativos do que os diretos e definitivos pretendidos. Se por um lado, o esgotamento dos recursos naturais e a destruição do meio ambiente adquiriram centralidade no debate econômico social, por outro, resultados efetivos estão longe de atender a gravidade dos prognósticos. O relatório *Limits to Growth: The 30-year Update*, de 2003, atualizou o estudo original do Clube de Roma<sup>101</sup> e estabeleceu, com eloqüência, a timidez dos resultados e o

<sup>100</sup> Ibid idem; pág. 81

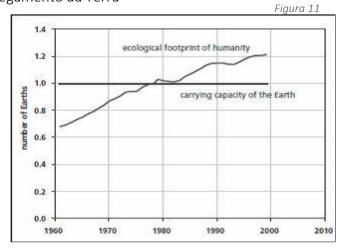
<sup>&</sup>lt;sup>101</sup> Limits to Growth: The 30-year update. Considerando os limites de um artigo como este tomo alguns dados essenciais e suficientes para embasar esta crítica. Outros trabalhos que corroboram a avaliação de

agravamento dos problemas e riscos para a humanidade. A atualização é fiel à estrutura original de compilação, interpretação de dados, e modelos preditivos, conforme a teoria de *dynamic modeling*<sup>102.</sup> Indicadores por tema e agregados sintetizam e demonstram a relação entre humanidade e natureza.

Dentre os indicadores apurados dois servem de maneira precisa ao meu propósito crítico, através de sua inter-relação: Pegada Ecológica da Humanidade (Ecological Footprint - EF) e Capacidade de Carregamento da Terra

(Carrying Capacity – CC).

Através da relação entre EF e CC, no período que vai de 1960 até 2000, o gráfico ao lado (fig. 13) mostra a evolução cronológica de quantas "Terras" são consumidas pela humanidade, em dado momento, considerando os ciclos



de reposição dos recursos naturais vis-à-vis seu consumo.

Os dados cobrem o período desde a década de 60 até o final do século XX e mostram um pequeno decréscimo no início da década de 80, para logo em seguida retomar o movimento ascendente, a tendência inercial ascendente da curva EF (vale dizer de agravamento do problema) antes e depois do DeS não sofre alterações significativas. Há um segundo movimento de estabilidade e ligeira queda no início dos anos 90 revertido logo a seguir.

ora absoluta e relativa da sustentabilidade global apontados na bibliografia s

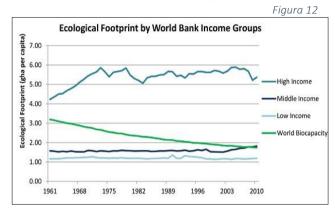
piora absoluta e relativa da sustentabilidade global apontados na bibliografia são os relatórios da agência norte americana do meio ambiente <a href="https://www3.epa.gov/">https://www3.epa.gov/</a> e os dados apurados pelo Bnaco Mundial disponíveis em http://data.worldbank.org/indicator#topic-6.

<sup>&</sup>lt;sup>102</sup> FORRESTER. JAY W.; *Industrial Dynamics* MIT Press, Cambridge, Mass., USA; 1961, *Urban Dynamic*" MIT Press, Cambridge, Mass., USA; 1969, *World Dynamics* MIT Press, Cambridge, Mass., USA; 1971. O trabalho de modelos matemáticos desenvolvido por Forrester culminou com a publicação de World Dynamics, de tal forma que Limits to Growth é considerado um texto sucessor e decorrente, conforme o prefácio à segunda edição de World Dynamics em 1973. Originalmente Limits to Growth era o 4º capítulo de Worlrd Dynamics..

O indicador *Ecological Footprint* (Pegada Ecológica), apurado pela *Global Footprint Network* da ONU, sintetiza diferentes indicadores ambientais: desde o consumo em si de recursos naturais (petróleo, minérios, gás, etc.), passando pelo aumento da emissão de gases de efeito estufa por tipos de atividade, e incluindo outros indicadores específicos como qualidade da água em rios, mares e aquíferos, aquecimento global, geração e manuseio de detritos sólidos orgânicos e não orgânicos, desmatamento, etc.

A piora na Pegada Ecológica, representada no gráfico (fig. 14) por seu aumento, reflete, por definição, a piora generalizada de todos os indicadores específicos 103.

Em síntese, a humanidade consumia uma Terra em 1978 e passou a consumir 1,2 Terras em 2000 e 1,5 Terras em 2010. Todos os acompanhamentos em curso indicam que a piora persiste e aumenta<sup>104</sup> em direta correlação



com o aumento de renda conforme mostra estudo do Banco Mundial no gráfico. Por outo lado, é essencial destacar como a assimetria econômica resulta em mais desperdício, pois apenas a elite de alta renda consume hoje quase 6 Terras!

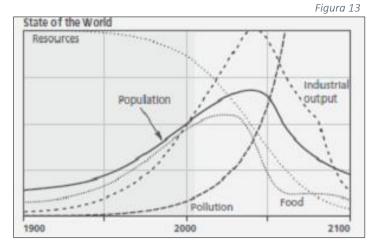
<sup>&</sup>lt;sup>103</sup> Em termos absolutos, todos os indicadores pioram. Em termos relativos há variação no ritmo de degradação conforme o tema, o tipo de indicador e a região. Indicadores específicos podem ser acompanhados por ONG's ambientais, por estudos publicados em revistas cientificas, por estatísticas de governos, pela imprensa e ONU. Para os fins deste artigo não cabe detalhar cada indicador e seus significados, daí o valor de um índice com o *Ecological Footprint*, apoiado em uma metodologia transparente, comparável no tempo a partir de organizações sérias e reconhecidas como o Clube de Roma e o MIT.

<sup>&</sup>lt;sup>104</sup> Dados de ONG's dizem que em 2010 o Ecological Footprint já ultrapassou 1,50. Ver em World Ecological Footprint and Biocapacity. (2009). In *UNEP/GRID-Arendal Maps and Graphics Library*. Retrieved 17:54, February 2, 2010 em <a href="http://maps.grida.no/go/graphic/world-ecological-footprint-and-biocapacity">http://maps.grida.no/go/graphic/world-ecological-footprint-and-biocapacity</a>.

O segundo conjunto de informações ambientais vem dos modelos de simulação de cenários futuros adotados pelo Clube de Roma. Ainda que sejam passíveis de críticas e contestação, mais do que o prognóstico (que será sempre disputado), interessa destacar o registro do real plotado nas curvas (fig. 15) de 1900 até 2010, incluindo, portanto, o

marco de 1987 do DeS.

O período de dados reais pós-DeS (de 1987 a 2010) evidencia aumento de população, produção/consumo e poluição geral com redução dos recursos naturais, sem modificação significativa, a



partir do relatório Brundtland, da tendência histórica de esgotamento de recursos e degradação do meio ambiente. As atualizações disponíveis para 2010 indicam manutenção dessa curva com piora continuada.

O histórico do Desenvolvimento Sustentável (DeS) mostra que da mesma forma que ocorreu com o marxismo, após os anos 70 do século XX, o DeS não logrou uma contraposição efetiva ao modelo neoliberal, ao contrário, seu antagonismo foi absorvido de maneira gradual e constante de tal modo que as questões ambientais foram incorporadas ao mercado sob a forma de valor monetário em mercadorias "verdes", uma rede de ONG's ávidas por verbas públicas e direitos financeiros como no caso do mercado de créditos de carbono.

Essas considerações sobre duas acepções de biopolítica implicam alguns questionamentos essenciais dada a relevância que o termo passou a ter nas duas primeiras décadas do século XXI:

Vivemos então, com o neoliberalismo, um mecanismo perfeito de auto sustentação de um estado de coisas baseado na constante absorção em formas de valor-mercado de todos os antagonismos, sempre em favor de elites financeiras e políticas?

Trata-se do fim da história preconizado por Francis Fukuyama?

Existe alguma nova abordagem que indique o contrário e aponte caminhos de mudança na direção de uma sociedade menos assimétrica no acesso e distribuição de riquezas?

As respostas a essas perguntas são atravessadas por uma escolha fundamental que determina os possíveis desdobramentos teóricos e práticos.

Por um lado pode-se partir da aceitação do fracasso das abordagens ditas revolucionárias, desde a revolução francesa no século XVIII até o operaismo europeu do XX, passando pelas experiências comunistas e socialistas que tiveram seu fim simbolicamente determinado com a queda do muro de Berlim na década de 80 do século XX e em seguida o esfacelamento da União Soviética, considerando então que o final do século XX mostra uma derrota definitiva do ideário revolucionário de uma vida comunitária com reduzidas assimetrias no acesso aos benefícios do trabalho e aos bens sociais, econômicos e culturais comuns.

Nessa visão o neoliberalismo seria o resultado de um movimento histórico inexorável de afirmação de relações sociais e econômicas necessariamente assimétricas, baseadas no poder do mais forte e mais adaptado à competição, modelo que teria amadurecido ao longo da história humana e, portanto, representaria seu melhor resultado.

Ou, por outro lado, poder-se-ia partir da constatação que os instrumentos revolucionários em si foram falhos ao se constituírem em bases conceituais pouco sólidas ou insuficientes, ou falharam em responder com atualizações conceituais às mutações do capitalismo, ou mesmo, falharam em empreender uma autocrítica que questionasse suas próprias bases conceituais e condições sociais objetivas de sucesso.

Nesta visão a assimetria nas relações de poder entre capital e trabalho poderia ser resolvida se estabelecidos os fundamentos e instrumentos adequados e corretos. Os fracassos revolucionários seriam, então, passos de um aprendizado que vem aperfeiçoando e viabilizando a mudança; seriam momentos de confronto que indicariam o alargamento das contradições internas do sistema capitalista e por consequência tais contradições confirmariam as possibilidades de mudança.

É nessa segunda perspectiva, de rever criticamente a fundamentação do pensamento revolucionário, que a biopolítica introduzida por Foucault tem sido vista como uma inovação fundamental, capaz de revitalizar o debate e a prática sobre as assimetrias sócio econômicas próprias do capitalismo neoliberal, assimetrias que continuam a se apresentar sob a forma de alienação, discriminação, reificação, exploração e abuso.

# III. 2. Negri e a Biopolítica: uma tensão entre Poder e Vida

Autores como Giorgio Agambem, Thomas Lemke, Roberto Esposito, Paolo Virno, Melinda Cooper e Maurizio Lazzarato, entre outros, juntam-se a Hardt&Negri na apropriação da biopolítica foucaultiana. Para esses autores, ao estabelecer uma outra chave histórica de leitura da economia política, baseada nas diferentes relações entre poder, Estado, política e vida, Foucault constrói, ou reconstrói, um novo conceito de biopolítica, continente das demais acepções de biopolítica, fazendo-as seus recortes parciais.

No entanto, há pouco ou nenhum consenso entre esses autores quanto ào emprego e significado da biopolítica e, em assim sendo, irá nos interessar aqui a abordagem desenvolvida por Hardt&Negri tanto na interpretação do que escreveu Foucault, quanto na adaptação que realizaram ao utilizar a biopolítica com diferentes ênfases e subsequentes elaborações conceituais. Negri pontua a qualidade de constructo na formulação de conceitos, pois:

Não há nenhuma tal coisa como uma biopolítica ou bio-Poder: eles não existem como tal, como coisas. Estes são nomes que podem ou não ser úteis para descrever o real, ou, melhor, para capturar o real do ponto de vista daqueles que estão vivendo, que vivem nele, bem como para identificar tendências e imaginando projetos de constituição que já existem em potentia, aqui e agora no real. E por enquanto, biopolítica e bio-Poder são nomes extremamente úteis precisamente neste sentido

## III.2.1 Foucault: Biopoder, Biopolítica e Anatomopolítica

Conforme entendem Hardt&Negri, Foucault configurou a biopolítica como resultante de um deslocamento do poder do soberano sobre o súdito (Poder Soberano) para um poder do Estado sobre a vida (Biopoder), de um poder sobre a vida pela ameaça

de morte para um poder de vida pela determinação de condições de vida, de um poder dirigido diretamente a cada indivíduo para um poder dirigido para o conjunto de indivíduos, a população.

O Poder Soberano, paradigma de poder político até o século XVIII tinha como característica o poder de um governante decidir, autocraticamente, deixar viver ou fazer morrer, quer diretamente ao sentenciar à morte os que se rebelavam contra sua autoridade ou suas leis, quer indiretamente ao dispor da vida de seus súditos para defendê-lo contra inimigos ou para guerrear visando expandir seus domínios. <sup>105</sup>

Do século XVIII em diante o poder de Estado, ainda segundo o Foucault de Hardt&Negri, se configurou como o direito, estabelecido ao mesmo tempo como obrigação, do Estado de gerir a vida como um poder que "exerce uma influência positiva na vida, que busca administrar, otimizar, e multiplica-la, submetendo-a (a vida) a controles precisos e regulações em todas as suas dimensões" 106

Negri entende como sendo a definição foucaultiana de biopolítica "a maneira como o poder transforma a si mesmo em um certo período de maneira a governar não apenas indivíduos através de um certo número de procedimentos disciplinares, mas também o conjunto de coisas vivas constituintes de 'populações'" 107.

Note-se que o conceito de população está associado às coisas vivas em geral, na medida em que "o poder é situado e exercido ao nível da vida, da espécie, da raça, e do fenômeno da população em larga escala" <sup>108</sup>. Tal aspecto do biopoder é fundamental para uma correta compreensão de como Hardt&Negri irão utilizar a relação entre poder e vida no contexto da economia política, pois a biopolítica investiria em uma relação de determinação entre política e vida humana, individual e social, a qual também

<sup>&</sup>lt;sup>105</sup> FOUCAULT, MICHEL; *The History of Sexuality - Volume I: An Introduction*; Pantheon Books; New York; 1978; pág. 130 a 132

<sup>&</sup>lt;sup>106</sup> Idem; pág 137

<sup>&</sup>lt;sup>107</sup> NEGRI, ANTONIO; *The Labor of the Multitude and the Fabric of Biopolitics*; Ed. Mark Coté. Mediations 23.2 (Spring 2008) 8-25; www.mediationsjournal.org/the-labor-of-the-multitude-andthe-fabric-of-biopolitics

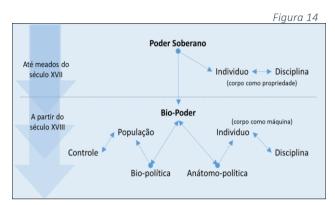
<sup>&</sup>lt;sup>108</sup> FOUCAULT, MICHEL; *The History of Sexuality - Volume I: An Introduction; op. cit.*; pág. 137

determinaria, a partir dessa relação fundamental, todas as demais manifestações de vida, subordinando-as aos interesses de bem-estar da população humana.

Foucault localiza especificamente a biopolítica como uma faceta do biopoder, faceta essa que forma um par com a anátomo-política, de tal sorte que biopolítica e

anátomo-política são expressões do biopoder e dirigidas respectivamente aos indivíduos e às populações.

Ambas "políticas" estão, ao mesmo tempo, em relação direta respectivamente anátomo-política com a disciplina e biopolítica com o



controle, e em relação de integração entre si, de tal modo que disciplina e controle fazem parte de "dois polos de desenvolvimento (do poder sobre a vida) conectados por todo um conjunto de mediações dos relacionamentos" <sup>109</sup>. Sobre a anátomo-política, Foucault diz ser:

Um desses polos (do biopoder) – aparentemente o primeiro a ser formado – centrado no corpo como maquina: sua disciplina, a otimização de suas capacidades, a extorsão de suas forças, sua utilidade e docilidade aumentadas em paralelo, sua integração e, sistemas de eficiência e controle econômico, tudo isso foi garantido pelos procedimentos de poder que caracterizam as disciplinas: uma anátomo-política do corpo humano. 110

Concretamente, o poder pela disciplina se apresenta em instituições como o exército e as escolas, se expressa em táticas militares, na forma de aprender e ensinar, na educação e na natureza das sociedades, desde as militarizadas até as utopias políticas.

Denominado biopolítica, o outro polo do biopoder seria " (...) formado em certa medida mais tarde, com foco no corpo da espécie, o corpo imbuído dos mecanismos da vida e servindo como base dos processos biológicos: propagação, nascimentos e mortalidade, o nível da saúde, expectativas de vida e longevidade, com todas as condições que podem causar suas variações. Tudo supervisionado por uma completa

<sup>109</sup> Ibidem

<sup>&</sup>lt;sup>110</sup> Ibidem, pág. 139

série de intervenções e <u>controles regulatórios</u>: <u>uma biopolítica da população</u>."<sup>111</sup> Esses controles da população se apresentam pela emergência da demografia, a avaliação da relação entre recursos e habitantes, os modelos matemáticos de análise de geração e circulação de riquezas, a expansão da coleta e manipulação massiva de dados e a sofisticação no uso da Estatística, entre outros eventos.

# III.2.2 Uma díade: Biopoder e Biopolítica

É precisamente sobre a estruturação do biopoder em um par subordinado, anátomo e biopolítica, como decomposição do biopoder que Negri passa a divergir de Foucault. Tal divergência principia, e não se esgota, no entendimento de que com a biopolítica ocorre uma passagem de uma sociedade disciplinadora para uma sociedade de controle e não uma integração entre dois modos distintos de organização do poder sobre a vida.

(...) a obra de Foucault nos permite reconhecer uma passagem histórica e divisora, em termos de formas sociais, de uma sociedade disciplinadora e uma sociedade de controle. 112

Essencial remeter à nota que Hardt&Negri fazem sobre essa conclusão, na qual reconhecem uma apropriação recriadora sobre o texto de Foucault dizendo:

(...) A passagem de uma sociedade disciplinadora para uma sociedade de controle não é explicitamente articulada por Foucault, mas permanece implícita na sua obra. Nós (Hardt&Negri) seguimos o excelente comentário de Gilles Deleuze nesta interpretação. 113

Enquanto Foucault pensa uma distinção clara entre poder sobre a vida dirigido ao indivíduo, vis-à-vis o poder sobre a vida dirigido à população, Hardt&Negri partem da perspectiva deleuziana e pensam a dissolução do indivíduo em completa subordinação ao número, à medida e às estatísticas. Para Deleuze "não se está mais diante do par massa-indivíduo. Os indivíduos se tornaram 'dividuais', divisíveis, e as massas tornaram-se amostras, dados, mercados ou 'bancos'"<sup>114</sup>. Para Hardt&Negri a consequência direta

<sup>&</sup>lt;sup>111</sup> Ibidem

<sup>&</sup>lt;sup>112</sup> HARDT, MICHAEL and NEGRI, ANTONIO; *Empire, op. cit.*; pág. 22-23

<sup>&</sup>lt;sup>113</sup> Ibidem: pág. 419

<sup>&</sup>lt;sup>114</sup> DELEUZE, GILLES; Conversações; Post-Scriptum sobre as Sociedades de Controle; Editora 34; 2006; pág. 222

de ler Foucault pela ótica deleuziana é o reconhecimento da dissolução da individualidade, nos termos de afirmação de identidades singulares, no interior de conjuntos populacionais variáveis, conforme segmentações de mercado e estruturas de produção. Nesse sentido, entendem que

(...) a sociedade de controle pode, então, ser caracterizada por uma intensificação e generalização dos aparatos normalizadores da disciplina que internamente anima nossas práticas comuns e cotidianas, mas em contraste com a disciplina, este controle se estende para muito além dos espaços estruturados das instituições sociais através de redes flexíveis e flutuantes. 115

A biopolítica de Foucault serve como ponto de partida para Hardt&Negri que, no entanto, a reconfiguram, ao adotar as perspectivas propostas por Deleuze, e também por Guattari, tornando-a expressão de um poder integral sobre a vida, em todos os seus aspectos e manifestações.

Para Hardt&Negri, com o advento da biopolítica a sociedade de controle "absorve" a disciplina, subordinando-a e modificando-a a ponto de descaracterizar a estrutura produtiva do capitalismo baseada em controle e determinação precisos, uma vez que ocorre o deslocamento da produção das coisas em tempo, forma e local determinados para a produção de vida em todo lugar, sob formas variáveis e a qualquer tempo.

#### III.2.3 Capitalismo, Biopoder e Biopolítica: Imaterialidades e Subjetividades

A revisão conceitual da biopolítica foucaultiana é essencial para Hardt&Negri estabelecerem as bases para discutirem as mutações do trabalho, quer enquanto prática, quer enquanto categoria: de um lado ocorre a dissolução da relação entre indivíduo e espaços estruturados em instituições de produção (fábrica, caserna, escola, templo, escritório, etc.), pois no contexto da biopolítica tanto as individualidades quanto os espaços estruturados, vale dizer, espaços fixos e formalmente determinados, de produção são dissolvidos.

O papel central previamente ocupado pelo poder de trabalho dos trabalhadores da fábrica de massa na produção de mais-valia está, hoje em dia, crescentemente preenchido pelo poder de trabalho intelectual, imaterial e comunicativo. <sup>116</sup>.

<sup>&</sup>lt;sup>115</sup> HARDT, MICHAEL and NEGRI, ANTONIO; *Empire, op. cit.*; pág. 23

<sup>&</sup>lt;sup>116</sup> Ibidem, pág. 29

De outro lado, o objeto de produção deixa de ser exclusivamente a coisa material, ou o serviço definido por um resultado determinado material e temporalmente, e passa a ser flexível e flutuante como é próprio da vida que se pretende controlar através de sua produção. O objeto da produção é tudo que é vida ou serve à vida, de tal modo que se pretende produzir a própria vida. O imaterial toma para si o material e o expande no tempo em afetos e relações.

A rigor, Foucault procurou sim estabelecer a vinculação e relevância da biopolítica para o capitalismo, mas através do biopoder, ao considerar que "(...) este biopoder foi, sem dúvida, um elemento indispensável no desenvolvimento do capitalismo; este não teria sido possível sem a inserção controlada dos corpos dentro da maquinaria de produção e o ajustamento do fenômeno da população aos processos econômicos." <sup>117</sup>. Ademais, aponta o ajustamento dos corpos individuais e da população às demandas do capitalismo de massa, além de pontuar que foram também "necessários métodos de poder capazes otimizar forças, aptidões, e a vida em geral sem ao mesmo tempo tornálos mais difíceis de governar." <sup>118</sup>.

Hardt&Negri consideram insuficientes os aprofundamentos oferecidos por Foucault na relação entre biopoder e capitalismo, argumentando que "Foucault falha em finalmente apreender reais dinâmicas de produção em uma sociedade biopolítica." <sup>119</sup>. A distinção entre biopoder e biopolítica que fazem invalida a relação foucaultiana entre poder e capitalismo a partir do biopoder como polo ativo e determinante da relação com a biopolítica, ou no mínimo a reveste de insuficiência.

De outro lado, mesmo tendo recorrido a Deleuze na fundamentação da passagem de uma sociedade disciplinadora para uma sociedade de controle, também discordam dele, e de Guattari, quanto à correta apreensão da produção em uma sociedade biopolítica, pois "(...) Deleuze e Guattari descobrem a produtividade da reprodução social (produção criativa, produção de valores, relações sociais, afetos, transformações), mas

<sup>&</sup>lt;sup>117</sup> FOUCAULT, MICHEL; The History of Sexuality - Volume I: An Introduction; op. cit.; pág. 141

<sup>&</sup>lt;sup>118</sup> Ibidem

<sup>&</sup>lt;sup>119</sup> HARDT&NEGRI, Empire, *op. cit.*; pág. 28

conseguiram formular tal produtividade apenas superficialmente e efemeramente, como um horizonte caótico e indeterminado marcado por um evento inapreensível."<sup>120</sup>.

Mas, qual então seria a relação "profunda" e "perene" entre biopolítica e produção? Qual seria a real dinâmica da produção em uma sociedade biopolítica?

Para responder tais questões, nos termos de Hardt&Negri, sigo o movimento lógico adotado por Negri em textos como *The Labor of Multitude and The Fabric of Biopolitics* e *In Praise of The Common* este último em parceria com Casarino.

Tal movimento principia por construir uma nova definição de biopolítica, a partir da interpretação do conceito de poder em Foucault, com o objetivo de desfazer sua subordinação da biopolítica ao biopoder.

(...) a relação entre biopolítica e bio-Poder. Sinto que é necessário, na verdade, a introduzir uma distinção dentro do próprio conceito de biopolítica, para distinguir dois aspectos diferentes e antagônicos, ou tendências desse conceito: biopolítica, por um lado, se transforma em bio-Poder [biopotere] concebido como a instituição de um domínio sobre a vida e, por outro lado, se transforma em biopoder [biopotenza] concebido como a potencialidade do poder constituinte. Em outras palavras, na biopolítica concebida como biopoder, é os bios que cria Poder, enquanto em biopolítica concebida como bio-Poder, é o Poder que cria o bios, ou seja, que tenta alternadamente determinar ou anular a vida, que postula a si mesmo como potência contra a vida. 121

Negri enxerga na subordinação da biopolítica ao biopoder a subordinação da vida ao poder, o que seria uma contradição em termos, na medida em que "(...) se o poder possibilita e instala a vida não significa que vida é poder, podemos localizar na vida em si — isto é, no trabalho e na linguagem, mas também nos corpos, no desejo, e na sexualidade — o sítio de emergência de um contra poder, o sítio de uma produção de subjetividades que pode se apresentar como um momento de desassujeitamento (désassujettisement)?"<sup>122</sup>

<sup>&</sup>lt;sup>120</sup> Ibidem

<sup>&</sup>lt;sup>121</sup> CASARINO&NEGRI; In Praise of the Common; op. cit.; pág. 148

<sup>&</sup>lt;sup>122</sup> NEGRI, ANTONIO; The Labor of the Multitude and the Fabric of Biopolitics; op. cit.

Aparentemente Negri pretende trazer para primeiro plano a consideração que Foucault faz ao conceder à biopolítica o duplo caráter de ser parte ativa de um poder sobre a vida e ao mesmo tempo resistência ativa a esse mesmo poder, pois:

(...) contra esse poder, que era ainda novo no século dezenove, as forças que resistiam se apoiavam no suporte na mesma coisa que ele instaura qual seja na vida e no homem enquanto ser vivo.<sup>123</sup>.

A luta contra o poder sobre a vida surge em Foucault como *continuum* desde o século dezenove até o presente; uma luta inevitável contra a usurpação da vida em si, pois "o que foi demandado e o que serviu como objetivo era vida, entendida como necessidades básicas, a concreta essência do homem, a realização do seu potencial, a plenitude do possível".<sup>124</sup>

Anteriormente a luta contra o poder soberano era, em essência, uma luta contra a tirania, por liberdade, por autonomia e por isonomia, a partir do advento do biopoder a luta tem sido contra uma vida artificial e reduzida à pura materialidade e utilidade. Nesse sentido atravessam e fundamentam essa luta contra o controle da vida a reificação, a alienação e a real subsunção ao capital. Talvez a faceta mais contraditória do biopoder seja que em nome de uma "boa vida" para todos a vida de cada um é reduzida a coisa, como utilidade para todos, e a forma concreta dessa redução é a assunção do corpo como máquina de produção material e imaterial.

Para Negri biopoder e biopolítica se caracterizam como resultantes de um processo histórico, marcado pelo surgimento, expansão e aperfeiçoamento de uma sociedade de controle. No entanto, biopolítica não é um aspecto do biopoder, ou uma forma sua de manifestação ao lado da anátomo-política, biopolítica é contraparte antagônica intrínseca do biopoder. Enquanto o biopoder representa o exercício do poder sobre a vida, a biopolítica seria a resistência da vida contra essa tentativa de controle.

A chave para compreender corretamente a relação entre biopoder e biopolítica estaria, para o filósofo italiano, na compreensão do poder em Foucault, o qual "nunca é uma entidade coerente, estável, unitária, mas sim um conjunto de 'relações de poder'

<sup>&</sup>lt;sup>123</sup> FOUCAULT, MICHEL; The History of Sexuality - Volume I: An Introduction; *op. cit.*; pág. 144

<sup>124</sup> Ibidem

que implica condições históricas complexas e múltiplos efeitos: poder é um campo de poderes. Por consequência quando Foucault escreve sobre poder nunca se trata da descrição de um princípio inicial ou fundamental, mas, ao contrário, trata de um conjunto de correlações nas quais prática, conhecimento, e instituições estão emaranhadas."<sup>125</sup>

Tratar-se-ia de reconhecer uma mudança que sujeitou à crítica o modelo jurídico de soberania, vale dizer a concepção de Estado em si enquanto um conjunto de leis que o definem, validam e constituem como poder hegemônico e unívoco. Essa mudança revelou, imediatamente, o fenômeno de circulação social do poder, o que leva a uma imensa variabilidade dos fenômenos de subjugação dos indivíduos entre si e pelas instituições de produção, o que poderíamos nominar como a plasticidade da dominação.

De outro lado, paradoxalmente, essa circulação social do poder, pela sua própria variabilidade e despadronização, se apresenta extremamente complexa de manter sob controle, ou seja, ao pretender estender ao todo da vida o poder de controlar, esse mesmo poder se torna incontrolável. E essa impossibilidade de controle configura vida, dá vida e cria espaços de insubordinação e resistência incontroláveis contra a tentativa de controlar a vida em todas as suas manifestações, o que poderíamos considerar uma forma resiliência da vida.

A partir dessas considerações Negri irá declarar que "a gênese do conceito de biopoder deve, então, ser modificada como uma função das condições sobre as quais esses elementos foram dados." 126. Consequentemente uma nova definição de biopolítica passa a ser exigência direta dessa outra gênese do biopoder e poderá ser tanto melhor constituída, quanto melhor for compreendida a passagem da disciplina ao controle a partir das relações de produção e suas mudanças no decorrer do século XX. Nesse sentido, propõe um paralelo entre a passagem da disciplina ao controle e as transformações estruturais na organização do trabalho (cujo início localiza na década de 70 do século XX) como sendo, de um lado, "a crise do fordismo, no momento em que a organização taylorista do trabalho não mais deu conta de disciplinar os movimentos

<sup>&</sup>lt;sup>125</sup> NEGRI, ANTONIO; The Labor of the Multitude and the Fabric of Biopolitics; op.cit.

<sup>&</sup>lt;sup>126</sup>Ibidem

sociais"<sup>127</sup>, e de outro lado"(...) a crise das técnicas macroeconômicas kenesianas, as quais não se mantiveram efetivas na mensuração do trabalho"<sup>128</sup>.

Negri entende que naquele período, durante a década de 70 do século XX<sup>129</sup>, foi configurada uma mutação do poder indissociável de um processo de profundas transformações econômicas e, portanto, laborais. O par biopoder-biopolítica foi então reconfigurado sobre outras bases: o primeiro elemento do par como um poder sobre a vida que pretende "uma suicida redução de bios a zoe a qual consegue remover todo poder biopolítico de qualquer ato que seja perpetrado (a despeito do julgamento que se possa ter sobre tal ato) "; o segundo elemento seria a biopolítica, como a poderosa e excessiva reação da vida ao poder, ao biopoder, que instala uma produção biopolítica (bioprodução) que pretende alcançar todas as formas individuais e sociais de vida. Biopolítica é então:

A tentativa de construção de pensamento, a partir de formas de vida (sejam individuais ou coletivas), para remover o pensamento (e a reflexão sobre o mundo) da artificialidade — entendida como a recusa de qualquer fundamentação natural — e do poder de subjetivação. Biopolítica não é um enigma, nem um conjunto de confusas e incompreensíveis relações das quais a única saída parece ser a imunização da vida: pelo contrário é o terreno recuperado de todo o pensamento político, na medida em que é atravessada pelo poder dos processos de subjetivação"<sup>130</sup>.

Esses 'processos de subjetivação' são entendidos, por Hardt&Negri a partir das reflexões de Foucault e Deleuze como produção de subjetividades segundo um conceito de produção ampla, a bioprodução, o qual utilizam para denominar a tentativa de produzir vida em todas as suas manifestações e suas condições, direta e indiretamente, conforme pretende o biopoder. A bioprodução é conceituada em linha com a tradição marxista de materialismo histórico no qual as organizações e reorganizações sociais e políticas estão em direta correlação com as mutações da produção e do trabalho.

<sup>127</sup> Ibidem

<sup>&</sup>lt;sup>128</sup> Ibidem

<sup>&</sup>lt;sup>129</sup>NEGRI, ANTONIO; "Biocapitalismo e constituição política do presente" em "Biocapitalismo", Iluminuras, 2015, pág. 57 - 61

<sup>&</sup>lt;sup>130</sup> NEGRI, ANTONIO; "The Labor of the Multitude and the Fabric of Biopolitics; op. cit.

# III. 3. Produção Biopolítica, Bioconsumo e Biocapitalismo,

Os termos bioprodução<sup>131</sup>, biolabor e bioconsumo não estão presentes nos textos de Negri, no entanto, em alguns comentadores e interpretes tais denominações tem surgido, indicando uma tendência de expandir a utilização do prefixo *bio*, como estruturante de um conjunto de conceitos associados, ou decorrentes, da conceituação sobre biopolítica elaborada por Hardt&Negri a partir de Foucault e Deleuze.

Recentemente o próprio Negri introduz uma nova denominação do sistema capitalista com o neologismo biocapitalismo ao mesmo tempo que tenta qualificar o conceito de trabalho imaterial através do recurso a termos como trabalho cognitivo, trabalho afetivo, trabalho cooperativo ou trabalho social.

Em especial é relevante atentar para a completa ausência em *Commonwealth* do termo composto trabalho imaterial que foi ora substituído por produção imaterial, ora por produção biopolítica. Não fica clara a motivação para tal afastamento do conceito de trabalho imaterial, ainda que o tema da imaterialidade e sua conexão com a tentativa de subordinar a vida à produção esteja mantido. No entanto, o texto posterior, *Biocapitalismo e Constituição Política do Presente* apresenta elaborações em torno do trabalho imaterial, retomando-o como questão central. É essa centralidade do trabalho material e imaterial que procuro manter, algo que o próprio Negri indica ao declarar:

O conceito de biopolítica para mim precisa, em última análise, enfrentar e resolver a questão do trabalho. Em qualquer caso, é algo que faço com todo e qualquer conceito que elaboro: Eu sempre tento trazer conceitos para uma conexão com o trabalho — por isso é que eu ainda me considero um marxista.<sup>132</sup>

#### III.3.1 Biocapitalismo: Nova Mutação do Capitalismo

De maneira semelhante ao que se passa com o conceito de biopolítica o conceito de biocapitalismo também carece de univocidade. O próprio Negri indica ao menos dois sentidos: "o primeiro é aquele que indica um capitalismo industrial que se aplica ao

<sup>&</sup>lt;sup>131</sup> Já em *Império* e em toda a trilogia (*Império, Multidão e Commonwealth*) Hardt&Negri utilizam frequentemente o termo composto produção biopolítica

<sup>&</sup>lt;sup>132</sup> CASARINO&NEGRI; "In Praise of the Common"; op. cit.; pág. 242

desenvolvimento das ciências biológicas e sua transformação em mercadoria "133". Vale lembrar uma das acepções de biopolítica surgidas na década de 70 do século que mencionei anteriormente, a qual precisamente considerava biopolítica esse tipo de produção. De outo lado, diz o filósofo paduano, existe um "segundo conceito de biocapitalismo que nomeia um capitalismo que, para sua valorização e benefício, já investiu para a totalidade da sociedade. (...) isto é, o conjunto da vida humana individual e social que é posta, enquanto tal, a trabalhar." 134.

É essa segunda conceituação de biocapitalismo que irá interessar aqui, pois está diretamente associada aos conceitos de biopoder e biopolítica, os quais formam um par em tensão pela disputa da vida, na medida em que se procura "colocar a vida humana social e individual a trabalhar" <sup>135</sup>.

A vida humana é posta a trabalhar para ao mesmo tempo produzir bens e serviços e produzir vida, e o viver é igualado ao consumo de vida produzida, em um circuito fechado que reduz vida à produção de si mesma enquanto determinação de algo que possa ser consumido.

Essa conceituação de biocapitalismo é compartilhada pelo economista político suíço Christian Marazzi que analisa a emergência do biocapitalismo como parte de um contexto de crise do capitalismo a partir da década de 70:

(...) crise de um modelo de capitalismo que vem se afirmando a partir da crise do capitalismo fordista-industrial dos anos 1970. Os pilares do capitalismo financeiro, hoje em crise, são os seguintes: um ataque sistemático à classe operária, com redução dos salários, flexibilização do trabalho e aumento da extração de mais-valor na esfera da distribuição. É o assim chamado biocapitalismo, que põe no trabalho a vida inteira dos trabalhadores, fazendo-os trabalhar gratuitamente na esfera da reprodução e da circulação, mas sem pagá-los. A globalização, por sua vez, estendeu este processo de "colonização" capitalista, dos processos de valorização do capital, para além dos portões das fábricas. 136

<sup>133</sup> NEGRI, ANTONIO; Biocapitalismo; op. cit.; 2015; pág. 57

<sup>&</sup>lt;sup>134</sup> Ibidem

<sup>135</sup> Ibidem

<sup>&</sup>lt;sup>136</sup> MARAZZI, CHRISTIAN; entrevista à IHU on-line; revista do Instituto Humanitas Unisinos, 301, Ano IX; 20.07.2009; http://www.ihuonline.unisinos.br/

Marazzi identifica como estratégia do capitalismo neoliberal uma continua geração e gestão de crises locais e globais, que se sucedem sem descanso, as quais têm um conjunto comum de fundamentos de governo da vida de cada indivíduo, pois:

(...) o capitalismo governa hoje nossas vidas através da crise, das demissões, da pobreza difusa, do medo e do sentimento de culpa (a culpa por ter se endividado e de dever construir o próprio balancete familiar!).<sup>137</sup>

O seja, o capitalismo, na sua quintessência atual o neoliberalismo, é um gerador de sofrimentos, os quais mitiga sempre parcialmente, deixando um resto de ameaça, sofrimento e frustração que funciona como a forma valor do que foi "dado". Com o perdão da generalização é como se o trabalhador mantivesse em sua mente: poderia ser pior, eu poderia ter perdido o emprego, o banco poderia ter caçado meu crédito, ainda bem que consegui pagar os juros, e assim por diante.

Por essa via ficam constantemente ativados aqueles mecanismos de falta, frustação, inveja e gratidão em suas modalidades mais primárias que reafirmam a dependência impotente do sujeito em relação ao capital, como se fora a dependência avassaladora experimentada em uma relação parental primeva.

Nesse contexto o biocapitalismo assume duas conceituações distintas, de um lado como faz Marazzi e eventualmente também Negri o biocapitalismo é a possibilidade de mudança a partir de uma contradição implícita constituída pelo neoliberalismo ao colocar a vida no centro, diz Marazzi:

O biocapitalismo põe a vida no centro do crescimento econômico. A própria vida, a vida nua, se torna fonte de valor, ou melhor, um mais-valor absoluto que não é reconhecido pelo capital e, portanto, não é pago. Por essa razão, o rendimento garantido é a forma de reconhecimento da força produtiva da vida colocada no trabalho.<sup>138</sup>

Nessa perspectiva biocapitalismo seria a transformação da vida em matéria prima do crescimento econômico; daí a insistência de Marazzi com a "financeirização" da vida como elemento central do biocapitalismo, que ele também denomina em sinonímia como bioeconomia. A financeirização da vida é entendida como o passo decisivo que faz

<sup>137</sup> Ibidem

<sup>138</sup> Ibidem

do biocapitalismo o sucedâneo do capitalismo cognitivo<sup>139</sup> e cria a contradição inevitável de uma mais-valia absoluta (vida) que o capital não pode reconhecer porque não pode monetizar, ainda que tente, e, portanto, escapa ao modelo de circulação dinheiro-mercadoria-dinheiro e dessa maneira não se submete à produção pelo capital e não gera reprodução para o capital.

## III.3.2 Produção Biopolítica: Econômica, Política e Omnilateral

A conceituação de Hardt&Negri do biocapitalismo determina diretamente o conceito de produção biopolítica e gera ambiguidade, pois os autores colocam a produção biopolítica como expressão e instrumento do biopoder distante, portanto, da conceituação de biopolítica enquanto resistência ao biopoder. Produção biopolítica gera, portanto, certa confusão uma vez que não foi enunciado, pela a dupla de filósofos, o conceito de produção do biopoder. Daí ser preferível manter o uso do prefixo bio como uma espécie de conector entre biopoder e biopolítica no contexto do trabalho imaterial que pode servir a dois propósitos adotando o neologismo bioprodução.

A dupla face da bioprodução começa a ficar explícita quando Hardt&Negri consideram produção biopolítica é ao mesmo tempo econômica e política, pois cria diretamente relacionamentos sociais. Nesse mesmo sentido, de uma dupla função, dizem ainda que o comum aparece em dois lados da produção biopolítica: é ao mesmo tempo produto final e também condição preliminar de produção.

A bioprodução seria o novo modo dominante de produção, pós-fordista, que não apenas envolve a produção de bens materiais, mas também se refere à apropriação com fins produtivos de todas as facetas da vida social, econômica, cultural e política, bem com sua própria produção. Sendo assim a bioprodução está na tensão entre biopoder e biopolítica, pois ao mesmo tempo em que serve ao biopoder na sua investida sobre a vida em todos os sentidos serve à biopolítica enquanto mobilização de forças de

<sup>&</sup>lt;sup>139</sup>FUMAGALLI, ANDREA e LUCARELLI, STEFANO, entre outros, utilizam a denominação biocapitalismo cognitivo,. *Valorization and financialization in cognitive biocapitalism* em *Investment Management and Financial Innovations*, Volume 8, num. 1, 2011

resistência, na medida em que tem, entre outros fatores de mobilização de resistência, o comum como resultado e condição do trabalho.

A bioprodução é, portanto, a chave mestra para identificar e compreender as manifestações concretas do confronto em torno da vida protagonizado por biopoder e biopolítica, pois conforme a conceituação de Hardt&Negri "(...) aí onde há reificação, onde há exploração capitalista, sempre há resistência. Resistência que evidencia que o capital é só uma forma de relação." <sup>140</sup>. Tais manifestações se apresentam como produção e consumo de produtos e serviços, revestidos, ou acompanhados, de afetos, relacionamentos, memória, desejo e experiências, ou mesmo diretamente desses elementos imateriais que são produzidos e consumidos *per se*.

Retomo, agora no contexto biopoder-biopolítica, a relação entre produção e consumo que investiguei no primeiro capítulo, sem, no entanto, a necessidade de estabelecer se produção determina consumo, ou vice-versa. O interesse fundamental está na hipótese de correspondência ente "bioproduzir" e "bioconsumir", seja como causa, como consequência, ou como interdependência.

A relevância da relação entre consumo e produção é reconhecida por Hardt&Negri, no contexto das novas formas de trabalho, como uma relação "omnilateral que vem a ser mais importante quando a produção de mercadorias tende a ser definida predominantemente pelos serviços imateriais incrustados em estruturas em rede" que interconecta coisas e pessoas em processos produtivos e de circulação baseados em cooperação.

Ainda que o tema do trabalho, especialmente o trabalho imaterial, seja central na trilogia *Império, Multidão e Commonwealth*, Hardt&Negri não se furtam a investigar o consumo e a relação entre consumo e produção, e como mostra a citação acima visualizam, no contexto do biocapitalismo, uma mudança significativa na relação entre produção e consumo ao qualificá-la como omnilateral.

<sup>&</sup>lt;sup>140</sup> NEGRI, ANTONIO; *Biocapitalismo; op.cit.*; pág. 63

<sup>&</sup>lt;sup>141</sup>HARDT&NEGRI; Empire; op. cit.; pág. 317

Omnilateralidade se refere à natureza do vínculo entre pessoas em distinção com vínculos unilaterais, bilaterais ou multilaterais. Tem origem, no campo da filosofia, em Immanuel Kant em *Filosofia do Direito – Uma Exposição do Princípios Fundamentais da Jurisprudência como Ciência do Direito* onde define omnilateralidade nas seguintes passagens:

(...) as Vontades de todos os indivíduos, consequentemente tornam-se todafaceta ou omnilateral.

Exercício de Vontade que é tanto unilateral, como o ato de uma Vontade única (facto), ou bilateral, como o ato de duas Vontades (pacto), ou omnilateral, como o ato de todas as Vontades de uma Comunidade em Conjunto (leye) "

(...) uma Vontade omnilateral ou universal, que não é contingente, mas a priori, e que é, portanto, necessariamente unificada e legislativa. 142

Omnilateral teria, portanto, em seu senso mais original, a propriedade de definir uma vinculação entre indivíduos que transcenderia suas individualidades, incluindo-os em uma totalidade comum maior do que a simples soma das perspectivas individuais, uma composição completa das vontades de indivíduos, isoladamente e nas mais diversas combinações, que as inclui todas em uma vontade comum.

De outro lado, apesar de não estar explicitamente presente na obra de Marx e de Engels o termo omnilateral tem sido frequentemente associado a uma educação de fundamentação engelo-marxista, ou ainda como uma síntese conceitual, extraída da obra de Marx, de uma produção oposta àquela baseada na reificação e na alienação.

Ao longo de sua obra Negri raramente utiliza o termo omnilateral, tornando-o secundário, pois prefere uma outra gênese para o conceito do comum baseado menos na natureza dos vínculos e mais em uma resultante da produção biopolítica e uma essência ontológica (*kairos* e vazio) como sua condição de possibilidade, como será visto mais à frente. A qualificação omnilateral posta sobre a relação entre produção e consumo implica, mesmo reconhecendo a centralidade da questão da produção e do trabalho, ter atenção também para como o consumo é abordado nas obras de Marx, de Negri e de Hardt&Negri.

 $<sup>^{142}</sup>$  KANT, IMMANUEL; The Philosophy of Law - an Exposition of the fundamental principles of jurisprudence as the Science of Right. Pág. 84-90

### III.3.3 Produção, Consumo e Produtividade

O ponto de partida para Hardt&Negri refletirem sobre a relação entre produção e consumo está no Marx que investigou o consumo ao menos sob duas perspectivas. De um lado pela necessidade de circulação incessante e crescente em quantidades e diversidades das mercadorias, e de outro pelo poder de gerar e satisfazer demandas de prazer como se fossem necessidades.

Para Marx a circulação de mercadorias segue o esquema Mercadoria-Dinheiro-Mercadoria (M-D-M) configurando uma complexa estrutura de movimentação e valorização sempre através da expressão monetária do produto considerados o valor do trabalho e a mais-valia. Pode-se dizer que as considerações marxianas sobre o dinheiro são precursoras das doutrinas monetaristas<sup>143</sup> e do sistema nacional de contas no que tange aos agregados monetários, bem como a relação entre base monetária, preços e inflação, muito embora a teoria monetarista adote uma posição antagônica à teoria do valor que a rigor é a base da teoria do dinheiro marxiana.<sup>144</sup>

O fluxo apresenta a circulação e transformação de dinheiro (D) e mercadoria (M) segundo a produção (P). A mais-valia se faz na medida em que D'>D, e o ciclo M-D-M se faz pelo retorno de D' à posição inicial como um novo D. Marx denomina esse movimento como o ciclo de reprodução do capital que principia com o dispêndio de capital na

107

PAULANI, LEDA MARIA e ROTTA, TOMAS NIELSEN; *A Teoria Monetária de Marx: Atualidade e Limites Frente ao Capitalismo Contemporâneo*; EconomiA, Brasília (DF), v.10, n.3, p.609–633, set/dez 2009; e DE CARVALHO, FERNANDO J CARDIM; *A teoria monetária de Marx: uma interpretação pós-keynesiana*; Revista de Economia Política, vol. 6, nº 4, 2008; e DA COSTA VAL, VANESSA E LINHARES, LUCAS; *O Papel da Moeda em Marx e Keynes*; Leituras de Economia Política, Campinas, (14): 81-107, 2008.

<sup>&</sup>lt;sup>144</sup> HARDCASTLE, EDGAR; *Was Marx a Monetarist?*; Socialist Standard, January 1983, Marx Internet Archives, 2007.

<sup>&</sup>lt;sup>145</sup> MARX, KARL; O Capital - Livro Segundo - O Processo de Circulação do Capital; op. cit.; pág. 25

aquisição de mercadorias (M), força de trabalho (FT) e meios de produção (MP) e conta, necessariamente portanto, com movimentos de consumo, os quais ensejam a transformação de mercadorias em dinheiro (sob a ótica da produção) e caracterizam, de imediato, dois tipos de consumo: para produção (D-M) e consumo por demanda (M´-D´). Por seu turno, o consumo por demanda é subdivido em consumo para produção e consumo pessoal, e finalmente o consumo pessoal é também subdivido em consumo dos trabalhadores e consumo dos capitalistas e atravessado por duas finalidades: necessidade e prazer.

A contínua formação de mais-valia implica assimetria no consumo entre trabalhador e capitalista, de tal sorte que a proporção entre necessidade e prazer será inversa: o trabalhador deverá consumir sobretudo segundo necessidades objetivas de sobrevivência e de manutenção da sua capacidade de trabalho e, portanto, irá consumir em menor escala as coisas associadas ao prazer. Para o capitalista a relação será inversa, não porque o consumo para suprir necessidades não ocorra, mas sim porque a disponibilidade de dinheiro, gerada pela mais-valia, permite o consumo para prazer em valores crescentemente maiores, porém sob a limitação de manter a capacidade de reinvestimento, pois o "Capital em si mesmo demanda que capitalistas renunciem aos prazeres e se abstenham o máximo possível do 'desperdício' de mais-valia no seu próprio consumo" uma vez que o melhor negócio será sempre colocar o máximo de capital para gerar mais-valia, reproduzindo infinitamente o capital.

A força de trabalho deverá, então, com o seu trabalho, produzir um excedente em relação a sua capacidade/necessidade de consumo e dessa forma criar mais-valia. No entanto, a classe capitalista não absorverá toda a produção excedente (conforme determina a restrição ao desperdício contra a reprodução do capital exposto logo acima) e, assim sendo, fica estabelecida a necessidade de criar novos mercados consumidores, para a realização da mais-valia através de mais consumo, o que seria obtido ou pela expansão da produção agregando novos trabalhadores consumidores, ou agregando novos capitalistas investidores, ou aumentando o poder de compra de todos através do

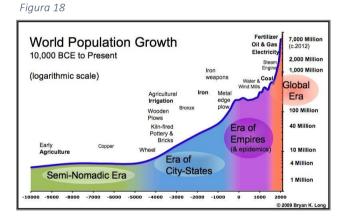
<sup>&</sup>lt;sup>146</sup> HARDT&NEGRI; Empire; op. cit.; pág. 223

crédito, ou uma combinação dessas alternativas. Segundo Negri, fica evidenciada para Marx uma contradição inerente e inevitável que se acelera conforme aumenta a produtividade do trabalho, pois:

Com o aumento da produtividade e o consequente crescimento na composição do capital o capital variável (ou seja, os salários pagos aos trabalhadores) constitui uma parte sucessivamente menor do valor total das mercadorias. Isto significa que o poder de consumo dos trabalhadores é sucessivamente menor com relação às mercadorias produzidas: 'Quanto mais a produtividade se desenvolve, mais se forma o conflito com a base reduzida sobre a qual as relações de consumo se apoia' 147.

Cumpre ressaltar que Marx não considerou em seus estudos apenas a hipótese de aumento de produtividade; no entanto, esse foi de fato o paradigma do capitalismo através do século XX e no início do XXI, com sucessivas ondas de inovação em tecnologias de produção que resultaram em ganhos cumulativos de produtividade, ainda mais acentuados naqueles países de maior produção capitalista.

Algumas respostas à contradição apontada por Marx foram dadas com sucesso ainda que em um regime cíclico de crises. As respostas foram de duas naturezas: expansão dos mercados e expansão do consumo através de formas de



consumo renováveis segundo uma insuficiência controlada. A expansão de mercados seguiu, em parte, os pressupostos marxistas entendidos por Hardt&Negri como a constante inclusão do que está de fora (*outside*), ou seja, a inclusão de regiões, mercados, pessoas, grupos, ou

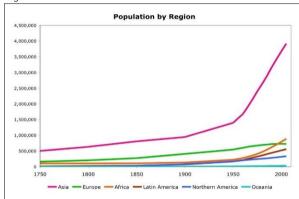
nações até então estranhos ao modo capitalista de produção e consumo, o que afinal resultou na globalização. Os mercados já existentes também foram expandidos, pela diversificação de produtos e serviços e sobretudo pela mudança no volume e longevidade da população. O gráfico (fig. 18) mostra a evolução crescente da população mundial que

<sup>&</sup>lt;sup>147</sup> Ibidem

dobrou no período de 1980 até 2010, passando de três e meio bilhões para sete bilhões de habitantes.

Cumpre ressaltar que a população mundial experimentou taxas de crescimento significativas em outros períodos, no entanto, a base sobre a qual se deu o crescimento, ou seja, o crescimento absoluto, foi bem inferior. Uma coisa é agregar 60 milhões de

Figura 17



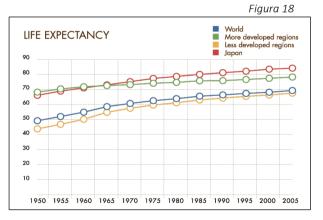
habitantes em quatro séculos logo antes do *Anno Domini*, outra é agregar três e meio bilhões de habitantes em 30 anos!

O detalhamento da curva de crescimento populacional nos últimos dois séculos e meio, ao lado (fig. 19),

explica a ênfase que as economias mais industrializadas colocaram na aquisição de mercados asiáticos. Mostra também que o crescimento populacional é um fenômeno global, com exceção da Europa.

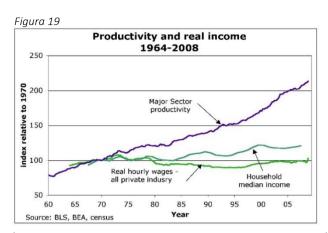
O crescimento populacional não foi um fenômeno isolado: foi acompanhado, em correlação direta, pelo aumento do tempo de vida, conforme demonstram os dados ao lado (fig. 20). O aumento da longevidade nos países com maior desenvolvimento capitalista

fez a expectativa de vida passar de 64 anos para 79 anos de vida no período recente de 1950 a 2015. O aumento da longevidade garante, sobretudo na Europa e na América do Norte, mercados em crescimento e compensa a estabilidade de crescimento populacional nessas regiões.



Mas, o aumento de produtividade tem sido maior do que o imaginado por Marx, quando a industrialização era incipiente em termos da produção total e as perspectivas tecnológicas imensas, porém muito menos sofisticadas, e, portanto, com menor impacto no emprego e renda, do que as inovações na segunda metade do século XX.

O aumento da produtividade consumiu salários, postos de trabalho e renda familiar com uma voracidade incontornável desde a década de 70 (processo iniciado em fins da década de 50), como mostra a figura.



Tomando por base o ano de 1970 (base 100 no gráfico [fig. 21]) a produtividade aumentou em 110% até 2008, ou seja, mais do que duplicou a quantidade produzida para um mesmo volume de horas trabalhadas, enquanto o salário real, com muita

luta, manteve-se no mesmo patamar, isso tendo experimentado queda entre 1980 e 2003. Por outro lado, a renda média familiar teve um incremento de apenas 25% no mesmo período! Ou seja, mais pessoas em uma unidade familiar passam a trabalhar e ainda assim, o aumento de renda fica longe do aumento da capacidade de produção.

### III.3.4 Crédito e Endividamento

Hardt&Negri parecem ter compreendido como o paradoxo do descompasso produção/consumo mantem-se em expansão, sem o colapso do sistema capitalista: graças à expansão do crédito e o consequente endividamento do trabalhador, individual, ou familiar, pois:

(...) o capitalista acumula riqueza basicamente por meio da renda, e não do lucro; de modo mais frequente, essa renda assume a forma financeira, sendo garantida por meio de instrumentos financeiros. É quando a dívida entra em cena, como uma arma para manter e controlar a relação de produção. Hoje, a exploração se baseia principalmente não na troca (igual ou desigual), mas na dívida, ou seja, no fato de que 99 por cento da população está sujeita — deve trabalho, deve dinheiro, deve obediência — ao 1 por cento restante. A dívida obscurece a produtividade dos trabalhadores, mas elucida sua subordinação. 148

<sup>&</sup>lt;sup>148</sup> HARDT&NEGRI declaração – Isto Não É um Manifesto; n-1 Edições; 2014; pag. 25

A válvula reguladora do abismo construído entre aumento da produtividade e redução da renda do trabalho, que colapsaria o sistema capitalista pela redução do

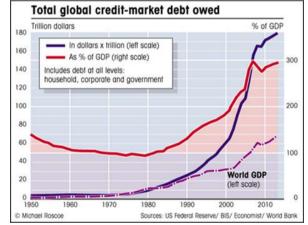
consumo, é, portanto, a expansão do endividamento em paralelo com uma imensa redução da poupança. No período compreendido entre o ano de 1982 e o ano de 2008, na economia estadunidense, a relação entre poupança e PIB caiu de 12% para menos



de 1%, enquanto o endividamento total dos domicílios subiu de 1% para 125% do PIB. Tal comportamento está replicado em nível global conforme demonstram os números consolidados apresentados abaixo (fig. 23).

O gráfico mostra com clareza como os anos 80 do século XX são o ponto de inflexão

a partir do qual separam-se as curvas de evolução do PIB e da proporção



mundial dívida/PIB que explode a partir de 1995: parte de cinquenta trilhões de dólares para cento e oitenta trilhões em 2012, mais que o triplo!

Em relação ao PIB mundial o endividamento estava em uma proporção de um por um, ou seja, era

devido o mesmo valor que era produzido; em 2012 ficou estabelecida uma alavancagem<sup>149</sup> de três vezes o PIB em valor devido. Considerando que os dados disponíveis estão atrasados em quatro anos em relação a hoje é bastante provável, dada ao regime exponencial da curva, que estejamos vivendo um cenário onde a dívida já ultrapassa quatro vezes o que é globalmente produzido em um único ano.

Esse crescimento do crédito ocorreu em conjunto com a naturalização da posição de trabalhador devedor eterno com base no "bom" conceito de alavancagem e tem sido

 $<sup>^{149}</sup>$  Termo que o mercado financeiro cunhou para dever mais do que está sendo produzido

o principal instrumento do capitalismo neoliberal para solucionar o crescente descompasso entre produção e consumo, ainda mais com a disponibilidade de dinheiro para crédito, o fantástico excesso de liquidez mundial desde fins do século XX.

Hardt&Negri enxergam na estratégia de endividamento dois componentes fundamentais que atendem aos interesses do capital. De um lado, o endividamento está inserido em um deslocamento na forma de gerar retorno para o capital: da ordem do lucro pela mais-valia direta sobre a produção para a ordem da renda pela remuneração direta do capital que ao final da cadeia de capitais decorre de uma remuneração indireta pela mais-valia sobre a produção. Ou seja, a mais-valia tem que aumentar para também remunerar o capital na forma de juros.

De outro lado, da perspectiva do capital, o endividamento não é tratado como questão individual, mas sim como um volume agregado de crédito, dívida, juros, adimplência e inadimplência. As estruturas políticas de governo somam nessa política de dissolução do indivíduo através da adoção incondicional ao monetarismo que enxerga nos agregados de emissão e circulação da moeda o pilar essencial das políticas econômicas e públicas. Entra em jogo, segundo Hardt&Negri, "o valor médio da exploração do desenvolvimento social (...) em uma forma progressivamente abstrata. (..) apoia-se cada vez mais sobre números socializados, e não individuais do trabalho."<sup>150</sup>.

Nesse segundo elemento da estratégia de endividamento a consequência fundamental é o distanciamento absoluto do rentista do processo produtivo e das consequências da exploração pelo rentismo. Uma espécie de assepsia moral é lograda, de tal modo que não se trata de ignorar o sofrimento alheio, no caso o do trabalhador endividado que expande o trabalho para todo seu tempo de vida, mas sim, de sequer perceber que existe sofrimento, pois: "De Wall Street não se enxerga o sofrimento de cada trabalhador na produção de valor, já que esse valor tende a se basear na exploração de uma grande multidão, assalariada e não assalariada." 151.

<sup>&</sup>lt;sup>150</sup> Ibidem; pág. 26

<sup>151</sup> Ibidem

### III.3.5 Consumo e Consumismo

A expansão do crédito tanto para produção (investimento e giro), quanto para consumo, formou um circuito bidirecional produção ←→crédito ←→consumo que aproximou produção e consumo através do crédito e viabilizou uma constante expansão do consumo da produção imaterial, desde meados da década de 70 do século XX.

O segmento de serviços experimenta, desde então, taxas de crescimento estrondosas, o que inclui as indústrias de comunicação, entretenimento, informação, turismo, lazer, arte e serviços em geral. Especificamente o setor de seguros convive com taxas expressivas de crescimento ininterrupto, sobretudo nas modalidades de segurosaúde, vida e performance.

Ademais, outras "imaterialidades" passaram a fazer parte do consumo, tanto como itens de consumo *per se* quanto em conexão com outros itens imateriais e materiais. Estão nessa condição afetos, ofertados pela indústria cultural em geral (cinema, literatura, obras de arte, museus, concertos musicais, eventos esportivos, etc.), ou inseridos como agregados aos produtos materiais como a emoção "fora da estrada", ou a adrenalina da velocidade em modelos "customizados" na indústria automobilística, e assim por diante.

Também estão nessa condição imaterial a gestão de riscos, vale dizer gestão do medo da mudança e da morte, estruturada nos produtos de seguridade (saúde, vida, trabalho, perda de emprego, etc.), bem como as experiências virtuais em internet para sexo (chat, sexting, online dating, etc.), relacionamento profissional (linkedin), socialização (facebook, whatsapp, instagram, etc.) e competição (role play games – RPG, jogos cooperativos, etc.), as quais "entregam" ou "solucionam" emoções próprias da vida cotidiana. Por fim, importante citar o consumo de informação através dos mecanismos de busca (searching engines), dos serviços de comparação de produtos e serviços, dos blogs, tuites, bibliotecas digitais, etc.

Em suma, o consumo transcendeu a materialidade dos produtos, e trouxe para seu domínio tudo que faz parte da vida, inclusive corpos e identidades. Nesse contexto, Hardt&Negri insistem na centralidade da subjetividade na produção, considerando sua

omnilateralidade com o consumo. Os argumentos quanto à centralidade da produção de subjetividades, no contexto da produção e consumo biopolítico são inicialmente apresentados no seguinte trecho de *Império*:

De um lado estavam os pós-modernistas que em geral focavam na produção de consciência. Em alguns aspectos sua posição repetiu a clássica tese da Escola de Frankfurt que consciência alienada é produzida em uma sociedade capitalista, suas indústrias culturais, sua exigência de consumo e sua cultura mercantil, porém substituindo a melancolia da escola de Frankfurt por uma disposição mais alegre. A alegação de que a subjetividade é produzida nos circuitos da cultura capitalista mercantilizada parecia a alguns anunciar uma fraca noção de liberdade com base em ato e contingência. De outro lado estavam os defensores modernistas do sujeito em nome não só da razão, da realidade e da verdade, mas também a possibilidades de uma política de libertação. Um sujeito estável residindo para além do funcionamento do poder foi pensado para ser necessário como fundamento para a política na política de classe, política de raça, feminismo e outros domínios de identidade. Esses dois lados, que pintamos em termos reconhecidamente redutores, monopolizaram os debates mais visíveis, no entanto uma terceira abordagem, muito mais próxima da nossa, foi desenvolvida nesse mesmo período por Foucault, Deleuze e Guattari. Esses autores focam nos mecanismos sociais da produção de subjetividade em arquiteturas institucionais, no discurso psicanalítico, nos aparelhos de estado e assim por diante, mas eles não expressam o reconhecimento de que a subjetividade é produzida através de aparelhos de poder por celebração ou desespero. Eles consideram, ao contrário, a produção de subjetividade o principal terreno no qual se passa a luta política. Precisamos intervir nos circuitos de produção de subjetividade, fugir dos aparelhos de controle e construir as bases para uma produção autônoma.152

Se a produção de subjetividades é o eixo em torno do qual se elaboram as produções sobre a vida, sua contraparte necessária é, portanto, o consumo de subjetividades através das quais consumir-se-ia formas de vida. Da mesma forma que que na face da produção há que se falar de um *bio* produzir, na face do consumo há de se falar de um *bio* consumir, daí a proposição do neologismo bioconsumo.

Mas a conceituação do par bioprodução- bioconsumo implica de imediato um desafio fundamental: o consumo (e a produção) para o prazer, o qual no contexto da apropriação da vida pelo biopoder, enseja, ou mesmo implica, antagonismos, na medida em que "(...) a demanda por prazer é indissociável das aspirações revolucionárias." <sup>153</sup>. Por esse motivo é essencial compreender como o biopoder absorve ou é confrontado

<sup>&</sup>lt;sup>152</sup> HARDT&NEGRI; Empire; op. cit., pág. 223

<sup>&</sup>lt;sup>153</sup> CASARINO&NEGRI; In Praise of the Common; op. cit.; pág. 242

pelo prazer. Tal compreensão Casarino procura no pensamento de Negri a partir de suas reflexões sobre como Marx pensa o prazer:

O capital é bem ciente dos perigos inerentes a esta demanda irrefutável, e é por essa consciência que em no nosso tempo tal uma demanda foi atendida pelo capital através da autonegação dos prazeres naquilo que Marx denomina "hedonismo", e que agora passamos a conhecer pelo seu nome próprio, ou seja: o consumismo. O consumismo veio a se constituir como uma das soluções mais eficazes para os problemas colocados pelo constante alargamento das esferas dos prazeres, uma das mais eficientes maneiras de dissipar a ameaça de um verdadeiro estado de emergência intrínseco na crescente e intensificada demanda pelo prazer.<sup>154</sup>

Essencial afastar condenações ascéticas ou religiosas de toda e qualquer busca humana por prazer, e estabelecer a distinção entre consumismo e demanda por prazer. No consumismo o prazer desejado, demandado, é distorcido pelo capital porque é ofertado e tomado sob condições: por um lado o trabalhador poderá ter todos os prazeres que o dinheiro puder comprar, ou seja, poderá ter desde que invista dinheiro e o prazer esteja expresso em valor monetário.

O objetivo de vida dos indivíduos passa ser obter mais e mais dinheiro para ter a capacidade de adquirir mais e mais prazer, indefinidamente; contudo, ficam excluídas todas as formas de prazer que escapam à expressão monetária de valor, segundo a valoração pelo valor de uso. Ademais, dever-se-ia renunciar às expressões coletivas desses prazeres monetizados, extirpando-se a possibilidade do usufruto comum, delimitando quaisquer vínculos, ou relacionamentos sociais, segundo os ciclos do dinheiro, segundo seu tempo e movimento, sempre individual e não compartilhado.

O prazer negociado pelo consumismo tem tempo determinado de duração, com início, meio e fim, não abriga surpresas e é usufruto pessoal que instala um falso poder e valor individual (narcisismo) e uma plenitude fugaz que ao atender uma demanda padrão engatilha uma falta subsequente que exige a próxima dose; qualquer semelhança com a estrutura do vício não é mera coincidência.

O prazer estruturado pelo capital é a forma mais completa de negação da frustração segundo a falácia de uma felicidade duradoura e cumulativa, que nunca se

.

<sup>154</sup> Ibidem

realiza. No entanto, mesmo nesse prazer estreitado e estripado de emoção e satisfação real ocorre um alargamento do desejar como expressão incontrolável da existência. Segundo Casarino, Negri pensa tal alargamento como potencial revolucionário incontornável nos seguintes termos:

(...) 'a oposição dos trabalhadores, a luta proletária, tenta continuamente alargar a esfera do não-trabalho, ou seja, a esfera de suas próprias necessidades, o valor do trabalho necessário', para Negri, tal 'alargamento' é afinal equivalente 'a ontológica ampliação do valor de uso [do trabalhador], através da intensificação e elevação do valor do trabalho necessário'. 155

Decorre diretamente do aumento do valor do trabalho socialmente necessário o decréscimo do trabalho para mais-valia e por consequência a própria criação de mais-valia e seu correlato o lucro. Negri, ainda segundo Casarino, entende haver não apenas uma mudança quantitativa, mas também uma mudança qualitativa na recomposição da proporção entre trabalho mais-valia e trabalho necessário. A expansão do trabalho necessário representa, decorre e implica expansão das necessidades do trabalhador, expansão que representa sua inclusão em novas esferas e formas de consumo de prazer, não por acomodação às regras de consumo hedonista (consumismo), mas antes pelo simples exercício do direito ao bem-estar, uma demanda por vida plenamente satisfatória, pela afirmação genuína de singularidade e pela maior realização dos potenciais subjetivos.

A mudança qualitativa de consumo configura um consumo para a vida enquanto o padrão de consumo que interessa ao capital, o consumismo, seria um consumo de vida que falseia a vida, ou mesmo que reduz a vida a pequenos vislumbres de vida. A rigor, um mesmo afeto, uma mesma criação, uma mesma mercadoria, e assim por diante, podem tanto ser tomados em consumo ou consumismo dependendo da subjetividade em ação.

Assim, bioprodução e bioconsumo formam um par indissociável em constante mútua recepção, e em conjunto servem a dois senhores: biopoder e biopolítica, em uma tensão de objetivos, também constante, tensão que abriga potências de vida e se resolve em ato conforme a posição escolhida pelo trabalhador/consumidor.

<sup>155</sup> CASARINO&NEGRI; In Praise of the Common; op. cit.; pág. 241

### III. 4. Trabalho, Produção e Consumo: Material e Imaterial

Com o advento do biopoder a produção passa a ser bioprodução, pois a vida na sua totalidade passa a ser objeto e interesse do poder, e tal interesse implica necessariamente a composição entre produtos materiais e imateriais em composição com demandas de consumo e consumismo, também materiais e imateriais. Segundo Hardt&Negri o campo do imaterial compreende afetos, informação, conhecimentos, relações, entretenimento, cultura, modelos, experiências, ideias, imagens, etc., e, sobretudo, subjetividades.

O produto imaterial não está, necessariamente, sempre apartado de alguma materialidade, quer no processo produtivo, quer no processo de consumo, quer na fruição. De outro lado, ainda segundo Hardt&Negri, produção imaterial implica trabalho imaterial, o qual também por seu turno não estaria necessariamente isolado de materialidade. Ao contrário ocorre mui frequentemente a composição entre trabalho material e imaterial, a qual se manifesta em múltiplas maneiras de organizar a produção, uma vez que não se trata de uma oposição exclusiva conforme entendem Lazzarato&Negri:

A integração do trabalho imaterial no trabalho industrial e terciário torna-se uma das principais fontes da produção e atravessa os ciclos de produção definidos precedentemente, que por sua vez a organizam.  $^{156}$ 

O produto imaterial pode, ou não, estar em amálgama com um produto material e tal configuração, na qual imaterial e material são mesclados, é entendida por Negri, Hardt e Lazzarato como uma tendência inexorável que vem se espraiando desde a década de 70 do século XX, de tal forma que toda produção resultará de trabalho imaterial, com ou sem o concurso de trabalho material. Segundo esses autores trata-se da mais profunda transformação do trabalho desde a revolução industrial iniciada no século XVIII, a tal ponto que "a categoria clássica de trabalho se demonstra absolutamente insuficiente para dar conta da atividade do trabalho imaterial" 157.

<sup>&</sup>lt;sup>156</sup> Lazzarrato, Maurizio e Negri, Antonio; *Trabalho Imaterial: formas de vida e produção de subjetividades*; Lamparina editora; 2013; pag. 50

<sup>157</sup> Ibidem; pag. 53

Ainda que a categoria de trabalho nos moldes clássicos seja considerada superada e insuficiente, o trabalho e a produção se manteriam como centros constitutivos das relações sociais e políticas mesmo com a hegemonia do trabalho imaterial. No entanto, a forma como tal centralidade se dará, e seus desdobramentos, deverão sofrer modificações, bem como as relações sociais e políticas. O pano de fundo de todo esse processo seria a tensão entre biopoder e biopolítica em torno do controle da vida, o que em última análise significaria o controle sobre a produção de subjetividades.

Com o trabalho imaterial desafios de autonomia e liberdade frente à reificação e a exploração se mantém, não mais apenas pela subsunção real da sociedade ao capital (através da completa subsunção do trabalho ao capital), mas pela subsunção da vida ao capital que incluiria e ultrapassaria a subsunção completa do trabalho ao capital, ao realizar a produção de subjetividades segundo os desígnios do capital.

Assim como Marx defendeu, em seu tempo, a tendência do modelo de trabalho padronizado, especializado e reificante nas fábricas vir a ser hegemônico, levando à subsunção do trabalho ao capital, Hardt&Negri defendem que o trabalho imaterial é uma tendência hegemônica que leva à subsunção da vida ao capital.

Ou seja, tratar-se-ia de um novo paradigma que reconfigura todas as relações econômicas, sociais e políticas, e demanda uma profunda revisão de todos os conceitos e prognósticos marxianos, em especial quanto ào movimento de subsunção real e às contradições inerentes ao capitalismo que nutrem antagonismos e revoluções.

Da mesma forma que a centralidade da categoria de trabalho implicou em Marx uma profunda investigação do trabalho, destrinchando-o em várias subcategorias como trabalho vivo, trabalho abstrato, trabalho produtivo, força de trabalho, etc., o trabalho imaterial solicita esforço similar que principia por estabelecer ao menos uma definição clara do que é o trabalho imaterial.

### III.4.1 Trabalho Imaterial

O trabalho na categorização marxiana tem, na sua definição mais geral de partida, uma direta condição de materialidade:

Antes de tudo, o trabalho é um processo de que participam o homem e a natureza, processo em que o ser humano com sua própria ação impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza. Defronta-se com a natureza como uma de suas forças. Põe em movimento as forças naturais de seu corpo, braços e pernas, cabeça e mãos, a fim de apropriar-se dos recursos da natureza, imprimindo-lhes forma útil à vida humana. Atuando assim sobre a natureza externa e modificando-a, ao mesmo tempo modifica sua própria natureza.<sup>158</sup>

Ou seja, a introdução e conceituação do trabalho imaterial no marxismo não se esgotam em si mesmas, pois geram reflexos em todo o conjunto de elaborações sobre o trabalho na obra de Marx, vale dizer, em todos os conceitos e implicações trazidos ou desenvolvidos a partir de uma categoria de trabalho material, tais como: produtividade, reificação, alienação, especialização, mais-valia, intelecto geral, força de trabalho, etc.

Tal desafio não deve ser entendido apenas como uma reescrita ou invalidação da obra marxiana e de suas elaborações subsequentes, o que por si só seria mui complexo. A composição entre trabalho material e imaterial traz em si a complexidade maior de reverter as perspectivas revolucionárias cultivadas por décadas em torno do conceito de emancipação humana.

Quando a produção imaterial se torna hegemônica, todos os elementos do processo capitalista têm que ser vistos sob uma luz nova, às vezes em termos completamente invertidos das análises tradicionais do materialismo histórico. O que foi chamado "a transição do capitalismo para o comunismo" assume a forma de um processo de libertação, na prática, a constituição de um novo mundo. 159

159 NECDI

<sup>159</sup> NEGRI, ANTONIO & HARDT, MICHAEL, Commonwealth, Penguim Books, 2009; pág. 25

<sup>&</sup>lt;sup>158</sup> MARX, KARL; "O Capital – Volume I – Parte III – Capítulo VII – Seção 1 - O Processo de Trabalho ou o Processo de Produção de Valores de Uso"; *op. cit.*; 1982

Conforme o trabalho imaterial venha a ser hegemônico o desafio seria incorporar na teoria marxista a nova categoria de trabalho imaterial, construindo uma revisão de todo o conjunto teórico marxista, de tal modo a espraiar sua presença em todos os cantos da teoria nos quais o trabalho está presente segundo o pressuposto marxiano de materialidade, sem, no entanto, descaracterizar o marxismo em seus fundamentos, sobretudo aqueles metodológicos.

Hardt&Negri têm no materialismo histórico o fundamento principal para realizar essa empreitada de reconstrução da teoria marxista a partir da mutação do trabalho imaterial, e configuram o materialismo histórico como a cooperação de quatro componentes que devem ser aplicados em geral, e mais especificamente no presente caso ao fenômeno do trabalho imaterial: (i) Tendência Histórica<sup>160</sup>; (ii) Abstração Genuína<sup>161</sup>; (iii) Antagonismo<sup>162</sup>; (iv) Produção de Subjetividades<sup>163</sup>.

A argumentação sobre a tendência histórica de hegemonia do trabalho imaterial fornece os principais elementos para sua conceituação. Hardt&Negri entendem que a partir da década de 70 ocorreram mudanças na produção e no consumo que determinaram deslocamentos e modificações fundamentais no trabalho e que solicitam uma revisão da categoria trabalho

O trabalho teria sido modificado com a entrada em cena dos sistemas de processamento de dados, viabilizados pela aplicação crescente de computadores no trabalho e nas relações de consumo, das redes de telecomunicação e a associação entre ambos (no que se convencionou chamar de teleprocessamento), com a criação de infraestruturas de redes globais móveis possibilitando a conexão pessoa a pessoa, o advento de bancos de dados relacionais com grandes volumes de dados sobre todo tipo de conhecimento, produto, pessoas e organizações, com a integração das bolsas de

<sup>&</sup>lt;sup>160</sup> Ibid. p. 141-144; (apreender o movimento político social em curso, antecipando sobretudo o funcionamento das relações de produção)

<sup>&</sup>lt;sup>161</sup> Ibid, pág. 144-149; (formular construtos, entes abstratos que existem apenas para fins lógicos, os quais devem ter como ponto de partida algo com existência real)

<sup>&</sup>lt;sup>162</sup> Ibid, pág. 150-151; (a capacidade e necessidade de confronto contra uma situação contrária à liberdade e bem-estar)

<sup>&</sup>lt;sup>163</sup> Ibid, pág. 151-153

valores através do globo e com a automação e robotização das tarefas industriais e aquelas de retaguarda (*back office*).

Todos esses eventos fazem parte de um contínuo processo de reestruturação do trabalho que Hard&Negri, e um sem número de autores, denominam trabalho pósfordista e tem como consequência mudanças nas relações de trabalho, de tal modo que "o centro de gravidade da produção capitalista não mais reside na fábrica, mas se deslocou para fora de suas paredes." Ao transcender os limites espaciais e materiais da fábrica, do maquinário, dos escritórios, o trabalho se expande para toda a vida, subordinando ao capital a totalidade da força de trabalho social disponível.

O capital explora progressivamente toda a gama de nossas capacidades produtivas, nossos corpos e nossas mentes, nossa capacidade de comunicação, nossa inteligência e criatividade, nossas relações afetivas mútuas, etc., ou seja, "(...) a sociedade se tornou uma fábrica. (...) a própria vida foi atrelada ao trabalho" <sup>165</sup>

A apreensão dessa expansão do trabalho para toda a vida deve, no entanto, evitar uma imediata tendência, esquizoide, de realizar uma cisão entre trabalho imaterial e material, como se este último tivesse sido completamente extinto e substituído. Apenas em distopias futuristas tal hipótese se realiza como um mundo no qual a produção material é completamente robótica e a vida humana se subordina a uma pura razão computacional. Hardt&Negri tomam o cuidado de se referirem a "nossos corpos e nossas mentes" enquanto capacidades produtivas, e dessa maneira mantêm a materialidade do trabalho em composição com a crescente imaterialidade.

O trabalho imaterial fica caracterizado, na perspectiva do biopoder, como o processo pelo qual a vida, em sua totalidade de formas, é posta a serviço do capital. Negri esclarece seu entendimento sobre trabalho imaterial com a seguinte passagem:

Havíamos dito que chamar de imaterial o trabalho em certa medida e por diferentes motivos nos envergonhava, mas por outro lado, chama-lo de trabalho social ou cognitivo, ou de trabalho cooperativo social era insuficiente, continuava faltando um nome para compreender esses processos. Por isso, quando falo de trabalho imaterial não me refiro somente a trabalhos que não suponham o maltrato dos corpos e sua fadiga (trabalho que recusamos).

<sup>&</sup>lt;sup>164</sup> Hardt&Negri; declaração, isto não é um manifesto; op. cit.; pag. 24

<sup>165</sup> Ibidem

(...) essa modificação do trabalho pressupõe a financiarização, a globalização, e sobretudo, a passagem do trabalho material para o trabalho imaterial, isto é, cognitivo, cooperativo, social  $(...)^{166}$ 

Tudo no viver deve ter expressão monetária enquanto valor de uso atual ou potencial, significa dizer que nada no viver deve ser perdido, como um boi que é aproveitado dos ossos às orelhas, o viver na sua totalidade de manifestações individuais e socais deve ter utilidade mediata ou imediata.

A disponibilidade para o trabalho não é a disposição para trabalhar a partir de um estado de ociosidade: corpo, pensamento, emoções, energia, memória estão constantemente mobilizados e sob tensão de atenção direta ou flutuante para responder imediatamente como produção. Um e-mail pode chegar a qualquer tempo em qualquer lugar e mobilizar todo o ser em uma imediata e continuada resposta produtiva, uma ligação no telefone celular pode ser atendida enquanto ao volante e a produção será realizada, e assim por diante. Na fábrica, no escritório, no cinema, em casa, na festa de 100 anos da avó, todas as habilidades e capacidades físicas e mentais devem estar initerruptamente disponíveis ou alocadas para produzir. Mesmo nos espaços delimitados da fábrica, do escritório, da loja, onde o trabalho material foi dominante "é a alma do operário que deve descer na oficina. É a sua personalidade, a sua subjetividade, que deve ser organizada e comandada." 167.

Mas, o trabalho imaterial tem também sua concepção proposta pela perspectiva da biopolítica uma vez que:

O fato de que o trabalho imaterial produz ao mesmo tempo subjetividade e valor econômico demonstra como a produção capitalista tem invadido toda a vida superando todas as barreiras que não só separavam, mas também opunham economia, poder e saber. O processo de comunicação social (e o seu conteúdo principal: a produção de subjetividade) torna-se aqui diretamente produtivo porque, em certo modo, ele 'produz' a produção. 168

Do ponto de vista biopolítico a produção de valor econômico pelo trabalho imaterial se faz pela mobilização de capacitações imateriais do trabalhador, tais como: conhecimento, tempo ilimitado, afetos, comunicação e relações para gerar produtos

<sup>166</sup> Negri, Antonio; Biocapitalismo; op. cit.; pág. 62-63

<sup>&</sup>lt;sup>167</sup> Lazzarato&Negri; op. cit.; pag. 49

<sup>&</sup>lt;sup>168</sup> Ibidem, pag. 67

materiais e imateriais, os quais são negociados conforme a teoria de formação de valor que considera valor de uso e valor de troca. Tal mobilização de capacitações imateriais em cada trabalhador não é um fenômeno isolado ainda que considere a singularidade de cada conjunto individual de capacitações, o trabalho imaterial é sobretudo um fenômeno social, de cooperação que tem por base a comunicação social.

Assim, o trabalho imaterial, ao superar a disjunção entre economia, poder e saber, cria as condições de possibilidade para a emergência do comum, na medida em que seus traços fundamentais são a produção de subjetividades e a cooperação produtiva através de redes.

Enquanto o trabalho material pode ser claramente relacionado ao produto, em toda a sua cadeia de construção, o mesmo não ocorre com o trabalho imaterial, especialmente quando o consumo do imaterial é concomitante ao material, pois "(...) trabalho imaterial se encontra no cruzamento (é a interface) dessa nova relação produção/consumo. É o trabalho imaterial que ativa e organiza a relação produção/consumo." <sup>169</sup>. Ou seja, uma nova relação entre produção e consumo incluir-se-ia necessariamente na tendência hegemônica do trabalho imaterial. *Do que se trata*?

### III.4.2 Revoluções Contínuas ou Sucessivas?

Para compreender o que seria a nova relação entre produção e consumo, a partir do advento do trabalho imaterial, devemos falar primeiro das condições sociais e econômicas criadas pela composição e cooperação das mudanças de fundo científico tecnológico que desde a década de 50 foram se acumulando, potencializando e reinventando umas às outras, a ponto de formar o paradoxo de uma grande revolução continuada feita de revoluções específicas, sucessivas, ou paralelas, ou combinadas. Tais revoluções podem ser subsumidas a cinco grandes grupos temáticos: comunicação, robótica, energia, gestão da vida e conhecimento.

<sup>169</sup> Ibidem; pag. 66

A revolução robótica foi iniciada com a máquina de Turing que funda todo o ramo da computação aplicada, cobrindo o processamento de dados, a automação de processos e maquinários de produção, os instrumentos de controle e medição, a inteligência artificial, a tecnologia da informação, os bancos de dados relacionais, etc.

A revolução energética principia ainda no século XIX com a termodinâmica e a físico-química e trata da manipulação pelo homem de fontes fósseis e naturais para geração, transmissão e armazenagem de energia. Sucessivas revoluções implicaram constante ganhos de produtividade na geração, armazenamento, distribuição e aproveitamento de energia em forma elétrica, mecânica, calorifica e material.

A revolução na comunicação diz respeito sobretudo aos meios de comunicação. De um lado a telecomunicação nasce com o telégrafo ainda no século XVIII e no século seguinte com a telefonia, e tem um primeiro momento decisivo com a expansão e popularização da radiodifusão desde o século XIX até meados do século XX, quando a televisão assume papel principal na comunicação de massa. De outro lado, a telefonia realiza uma expansão constante ao longo do século XX, realizando sucessivamente integração urbana, interurbana, regional, internacional e intercontinental para finalmente no último terço do século XX incorporar a computação, as redes digitais de fibras óticas e de radiocomunicação e constituir o teleprocessamento, as redes dedicadas e finalmente a internet e a rede global de dados.

Essa integração entre processamento de dados e telecomunicações inaugura a era do consumidor que é também produtor no setor financeiro que deslocou seus custos de back office para o chamado front end de tal modo que boa parte das atividades de registro de dados para realizar uma dada transação passou a ser realizada pelo próprio cliente. Exemplo típico é a digitação de informações para efetuar o pagamento de um boleto de cobrança tanto em um app em telefone celular, quanto em uma tela de site em internet, quanto em um terminal de autoatendimento.

A revolução da gestão da vida foi em alguns momentos, como visto anteriormente, denominada de biopolítica e responde em parte pelo fenômeno da absorção da vida pela política. De um lado o desenvolvimento da indústria farmacêutica gerou tanto o aumento da qualidade de vida e longevidade dos seres humanos, por exemplo com técnicas

cirúrgicas crescentemente sofisticadas e efetivas, quanto o controle sobre a natalidade, quer no sentido de escolha, pela pílula anticoncepcional e as técnicas de fertilização e manipulação genética, quer no sentido de manter a vida com as inovações em neonatologia.

Também participa da revolução continuada da gestão da vida a revisão e redescoberta da relação homem-natureza empreendida pelo ambientalismo e suas correntes de sustentabilidade que invertem a relação homem-natureza de uma posição de domínio e exploração para uma de limitação e risco. Importante notar que desde sua primeira enunciação em 1987 pela já citada Comissão Brundtland<sup>170</sup>, a pobreza e a desigualdade de renda são incluídas como fatores determinantes de desequilíbrio ambiental.

Por fim, participa da gênese do trabalho imaterial uma continuada revolução do conhecimento, ou conforme Alexandre Koyré revolução científica, a qual se inicia no século XVI e configura a mais longa série de inovações e renovações dentre esses cinco campos, todos em constante mudança. Em meio a uma infinidade de eventos e realizações devemos destacar o método científico que através da integração entre dedução, indução e experimento construiu referenciais para a inovação continuada em ciência pura e aplicada, em tecnologia e em técnica, bem como a construção dos ramos de saber a partir da filosofia, gerando os campos específicos da física, da química, da biologia, da sociologia, da engenharia, da medicina, da psicologia, etc., e o constante movimento pendular entre especialização/fragmentação e integração/cooperação nos diversos ramos de conhecimento, gerando, por exemplo, a mecatrônica, a psicologia social, ou a biotecnologia.

Mas como essa digressão sobre revoluções continuadas se relaciona com a conceituação do trabalho imaterial?

<sup>&</sup>lt;sup>170</sup> cf. página 73 acima

### III.4.3 A Expansão do Imaterial

Creio que abordar o trabalho imaterial também pela sua relação com as revoluções em comunicação, robótica, energia, gestão da vida e conhecimento é pertinente em dois sentidos: de um lado permite compreender a gênese do trabalho imaterial como fruto e parte, historicamente determinados, das relações de poder entre sujeitos, conforme preconiza o método do materialismo histórico, de tal modo que seus impactos sobre as relações capital/produção devem ser estabelecidos e correlacionados com o trabalho imaterial.

De outro lado, permite também compreender os impactos dessas revoluções continuadas sobre a relação entre produção e consumo, de tal modo a indicar um processo contínuo de crescimento e domínio do imaterial a partir de reconfigurações da subjetividade enquanto produtor e consumidor que explicam a localização do trabalho imaterial como interface produção/consumo.

A tese negriana do trabalho imaterial tem a comunicação social e subjetividade como elementos centrais, mas oscila entre uma delimitação restrita ao interior do campo da produção e a indeterminação entre os campos da produção e do consumo, como no texto, já citado acima, escrito a quatro mãos em 2001 por Lazzarato e Negri, segundo o qual o trabalho imaterial está localizado "no cruzamento (é a interface) dessa nova relação produção/consumo.".

É essa última posição que tomo como ponto de partida para estabelecer a conceituação do trabalho imaterial em sua relação com os fenômenos gerados pelas revoluções continuadas que apresentei, mas mantendo sempre a centralidade da comunicação e produção social e da produção de subjetividades.

Um dos resultados fundamentais dessas revoluções perenes, ao lado do constante aumento da produtividade, foi a contínua e drástica redução dos tempos e das distâncias entre produzir e consumir, inclusive nos ciclos internos à produção, com a redução de estoques finais e intermediários e a atração dos fornecedores e consumidores para o interior da grande indústria. Tal redução de tempos e espaços se coaduna com a

compressão espaço temporal e a aceleração dos ciclos econômicos diagnosticadas por David Harvey<sup>171</sup>:

(...) A aceleração da produção foi alcançada por mudanças organizacionais através de desintegração vertical-subcontratação, terceirização, etc - que inverteu a tendência fordista para a integração vertical e produziu uma crescente circularização da produção, mesmo em face da crescente centralização financeira. Outras mudanças organizacionais - tal como o sistema de entrega 'just-in-time' que reduz estoques - quando acoplado com as novas tecnologias de controle eletrônico, produção de pequenos lotes, etc., todas reduzem os ciclos temporais dos negócios em diversos setores de produção (eletrônicos, máquinas, ferramentas, automóveis, construção, vestuário, etc.).<sup>172</sup>

A aceleração dos ciclos de produção privilegia o conceito de liquidez de capitais, reduz por consequência o capital imobilizado e o capital de giro, e modifica a proporção entre capital fixo e capital variável. Traz consigo uma reversão de perspectiva sobre a máxima atribuída a Henry Ford: "o carro (Ford modelo T) está disponível em qualquer cor desde que seja preto" <sup>173</sup>. Tal máxima representou toda uma era de funcionamento da produção e sua forma de relacionamento com os trabalhadores e consumidores, denominada ciclo da economia de massa, onde a ênfase esteve na produtividade e no custo em função de escala, ou seja, produzir maior quantidade de um produto, com menor custo por aumento da produtividade sobre um custo fixo estável.

Os efeitos da compressão espaço-temporal e da aceleração da produção sobre o trabalho são imediatos, constantes, profundos e exponenciais: os processos de trabalho são intensificados (acelerados) bem como são aceleradas as desconfigurações e reconfigurações dos perfis profissionais requeridos para satisfazer sempre novas necessidades laborais.

Por fim, "a aceleração do giro da produção implica acelerações paralelas nas trocas e no consumo. Melhoria de sistemas de fluxo de informação e comunicação, juntamente com racionalizações nas técnicas de distribuição (embalagem, controle de estoque, 'containerization', mercado feedback, etc.), tornou possível a circulação de mercadorias

<sup>&</sup>lt;sup>171</sup> HARVEY, DAVID; The Postmodern Condition; Blackwell Publishers, 1992, pág. 260 e seguintes

<sup>&</sup>lt;sup>172</sup> Ibidem; pag. 285

<sup>&</sup>lt;sup>173</sup> Lazzarato&Negri; *Trabalho Imaterial; op. cit.*; pag. 64

através do sistema de mercado com maior velocidade" <sup>174</sup>, o que configura a redução, ou mesmo extinção, das distâncias entre produção e consumo.

Não significa dizer que produção e consumo passam a ser indistintas, ou se misturam, mas sim que são aproximados segundo a dissolução de espaços e a descontinuidade no tempo da tradicional relação de justaposição que Marx caracterizou no fluxo completo da reprodução do capital<sup>175</sup>. Nesse fluxo o consumo está caracterizado na sequência P-M´-D´ a qual, com a expansão do trabalho imaterial, foi modificada de tal modo que além desse ciclo tradicional, também passa a acontecer uma diversidade de momentos de consumo que pode ser concomitante à produção, antecedentes a ela, ou ainda, em combinações dessas três alternativas de consumo.

Hardt&Negri propõem uma dupla determinação do trabalho imaterial enquanto produção: econômica e social. No terreno da produção econômica o trabalho imaterial, conforme os autores, terá a tendência de "mover-se" para além do estritamente econômico, pois envolve "(...) a produção e reprodução da sociedade como um todo. A produção de idéias, conhecimentos e afetos, por exemplo, não cria meramente meios pelos quais é formada e mantida a sociedade."<sup>176</sup>.

A conexão imediata e determinante entre as dimensões econômica e social não é novidade, nem sua mutualidade. No entanto, é a expansão da atividade imaterial tanto na produção, quanto no consumo, que modifica, rompe, algo de fundamental que deveria estar estável e determinada como condição preliminar para a dominação social pelo capital.

O que o imaterial rompe? Hardt&Negri pontuam essa ruptura pelo imaterial nos seguintes termos:

Esse trabalho imaterial também produz diretamente relações sociais. Trabalho imaterial é biopolítica orientada para a criação de formas de vida social; tal trabalho, então, já não tende a limitar-se ao econômico, mas se torna imediatamente também uma força social, cultural e política. Em última análise,

<sup>&</sup>lt;sup>174</sup> HARVEY, DAVID; The Postmodern Condition; op. cit., pág. 285

<sup>&</sup>lt;sup>175</sup> cf figura à página 97

<sup>&</sup>lt;sup>176</sup> Hardt&Negri; *Multitude*; op. cit.; pág. 66

em termos filosóficos, a produção envolvida aqui é a produção de subjetividade, a criação e reprodução de novas subjetividades na sociedade. 177

O trabalho imaterial ao mesmo tempo que participa dos fluxos materiais tradicionais (fordista e toyotista) e daqueles da reengenharia de processos (matricial, just in time, terceirizados, cooperativos, etc.) participa também de processos produtivos desvinculados e desconfigurados de determinações espaço-temporais, uma produção puramente imaterial, "fora-fluxo", flexível e desmedida.

A produção imaterial não tem local e tempo determinados, pode estar em todo e qualquer lugar e a qualquer tempo onde haja relações humanas e comunicação social, inclusive nos fluxos determinados por local, tempo, método, máquina ou processo. Enquanto utilidade o imaterial é por definição sobredeterminado e, em assim sendo, não reconhece utilidade marginal, pois atenderá demandas incomensuráveis e imprevisíveis, ainda que atenda também aquelas demandas que tenham sido determinadas, mas não exclusivamente.

Por consequência o imaterial *per se*, tanto como trabalho quanto como produto, está além de qualquer número e medida. É precisamente essa impossibilidade de número e medida que impede a total subsunção do imaterial à disciplina e controle, o que em última análise impede sua subsunção ao capital, o que por seu turno destrói a pretensão de uma subsunção real de todo o social pelo econômico. No entanto, o capital não se submete à ruptura do imaterial silente e dócil.

Na produção biopolítica, no entanto, o capital não determina o arranjo cooperativo, ou pelo menos não na mesma abrangência. Em geral trabalho cognitivo e trabalho afetivo produzem cooperação autônoma vis-à-vis o comando capitalista, mesmo em algumas das mais restritas e exploradas circunstâncias, tais como call centers ou serviços de alimentação. Meios de cooperação intelectuais, comunicativos e afetivos geralmente são criados nos encontros produtivos em si e não podem ser dirigidos de fora. Na verdade, ao invés de proporcionar cooperação, poderíamos até dizer que capital expropria a cooperação como um elemento central da exploração da força de trabalho biopolítica. Essa expropriação toma lugar não tanto com o trabalhador individual (porque a cooperação já implica uma coletividade), mas mais claramente desde o campo de trabalho social, operando no nível de fluxos de informação, redes de comunicação, códigos sociais, inovações linguísticas e práticas de afetos e paixões. 178

<sup>&</sup>lt;sup>177</sup> Ibidem

<sup>&</sup>lt;sup>178</sup> HARDT&NEGRI; Commonwealth, op. cit.; pág. 140

Novamente se apresenta uma tensão entre duas formas de poder, o poder que quer submeter a vida expropriando-a e o poder que quer a vida como infinito de possibilidades de valor social. Surge aqui outra qualificação do confronto entre biopoder e biopolítica: submissão versus cooperação. *Qual cooperação?* 

Quem somos, como vemos o mundo, como interagimos uns com os outros, tudo isso é criado através dessa produção biopolítica social. O trabalho imaterial, tende a tomar a forma social de redes baseada na comunicação, colaboração e relacionamentos afetivos. O trabalho imaterial só pode ser realizado em comum, e trabalho cada vez mais imaterial inventa novas redes independentes de cooperação através do qual ele produz. Sua capacidade de se envolver e transformar todos os aspectos da sociedade e sua forma de rede colaborativa são duas características muito poderosas pelas quais o trabalho imaterial está se espalhando para outras formas de trabalho.<sup>179</sup>

Assim, não estando submetido às determinações da produção material, o trabalho imaterial atravessa e dissolve o isolamento "maquinal" do trabalhador em sua especialidade de produzir segundo os modos tradicionais de organizar a produção por especialização, automação e padronização, e se configura por excelência um trabalhador social, cujo trabalho é calcado na cooperação laboral que solicita e propõe novas subjetividades.

### III. 5. Produção Imaterial e Subjetividade

Desde sempre o operaísmo e posteriormente o autonomismo italianos defendem que não é o *capital per se* que determina as posições assumidas pelos trabalhadores, ao contrário são as demandas e escolhas dos trabalhadores que sucessivamente levariam o capital a criar formas para manter poder e por consequência obter e manter mais e maiores benefícios assimétricos. Retornamos assim ao ponto fundamental, escolhido por Hardt&Negri, na compreensão do trabalho a partir do confronto entre produção para o biopoder e produção biopolítica, uma disputa social fundamental: a produção de subjetividades, pois:

A quintessência da produção biopolítica, pode ser vista a partir de um nível mais alto de abstração, não é a produção de objetos para os indivíduos, como a produção de mercadorias é muitas vezes entendida, mas a produção de

<sup>&</sup>lt;sup>179</sup> HARDT&NEGRI; Multitude, op. cit.; pág 66

subjetividade em si. Este é o terreno a partir do qual deve partir nosso projeto ético e político. <sup>180</sup>

A produção de subjetividades pode ser entendida como a disputa pela maneira de ser humano em todas as suas manifestações individuais e sociais, ou seja, inclui e vai muito além de ser trabalhador, ser consumidor, ser parte de um grupo étnico ou religioso, ser capitalista, etc., em suma, tal disputa é a expressão objetiva do confronto entre a vida restrita ao produzir/consumir sob controle absoluto e a vida como infinitas possibilidades de manifestação.

Em última análise a produção de subjetividades é o terreno onde se decide as condições de possibilidade de liberdade e, portanto, das possibilidades de resistência ao biopoder.

Esta produção de subjetividade, através da resistência e luta, provar-se-á central conforme nossa análise prossiga, não só para a subversão das formas existentes de poder, mas também para a constituição de instituições alternativas de libertação. <sup>181</sup>

A constituição de *instituições alternativas de libertação* tem relação direta com a entrada em cena do trabalho imaterial em regime de contínua expansão, o que para Negri configura a tendência a uma forma hegemônica de trabalho, bem como tem relação direta com a posição do trabalho imaterial na tensão biopoder-biopolítica e sua função na gênese e nas manifestações práticas da multidão.

Em toda subjetividade duas forças, biopoder e biopolítica, se opõe durante e após sua produção, de tal modo que sua análise sempre implica compreender essas duas perspectivas em tensão produtiva. Por outro lado, não se pode falar em produção de subjetividade, no singular; cabe falar de produção de subjetividades, quer enquanto pluralidade de indivíduos singulares, quer enquanto uma diversidade de composições singulares dessas individualidades sob uma diversidade de tipos e formas de agrupamento, de instituições a grupos informais, de grupos momentâneos a duradouros, etc.

<sup>&</sup>lt;sup>180</sup> Ibidem, preface X

<sup>&</sup>lt;sup>181</sup> HARDT&NEGRI; Commonwealth, op. cit.; pág. 31

### III.5.1 O Biopoder e suas Subjetividades: Naturalização

Na perspectiva do biopoder, que entendo ser a perspectiva do capital, a qual tem atualmente no neoliberalismo seu mais qualificado representante, a subjetividade é tratada como uma condição "natural" de ser humano em vida civilizada, se aplica tanto a indivíduos quanto à grupos, e em ambos os casos é múltipla no tempo e no espaço, em um constante processo de ascensão e decadência de subjetividades, segundo padrões civilizatórios de produção e consumo.

Sobre a naturalização do contínuo processo de construção de subjetividades Hard&Negri declaram que:

Uma das teses centrais e mais comuns das análises institucionais, propostas pela teoria social moderna é que a subjetividade não é pré-determinada e original, mas pelo menos em algum grau formada no campo das forças sociais. Neste sentido, a teoria social moderna progressivamente esvaziou qualquer noção de uma subjetividade pré-social e ao contrário ancorou a produção de subjetividade no funcionamento das grandes instituições sociais, como a prisão, a família, a fábrica e a escola.<sup>182</sup>

Em cada configuração espaço-temporal seriam estabelecidas subjetividades individuais e grupais que representariam a melhor adequação humana às condições materiais vigentes, de tal modo que cada subjetividade é vivida como condição natural da existência, individual e social, naquele tempo e localidade. O que ascende e decai, portanto, são modelos de subjetividade, ou formas de vida, e sua ocorrência prática; o sistema capitalista mantém, ou mesmo aprofunda, as assimetrias de poder e bem-estar através da produção de novas subjetividades, segundo as condições particulares de uma época em um local. Essa produção de subjetividades é provida por instituições estáveis que atravessam o tempo de mãos dadas com o capital, justamente por sua função produtora de subjetividades, conforme apontam Hardt&Negri.

Dois aspectos desse processo de produção devem ser destacados. Primeiro, a subjetividade é um constante processo social de geração. Quando o chefe te chama no chão de fábrica, ou o diretor da escola te cumprimenta no corredor da escola, uma subjetividade é formada. As práticas materiais estabelecidas para o sujeito no contexto da instituição (seja ajoelhando-se para rezar, trocando centenas de fraldas) são processos de produção de subjetividade. De maneira reflexiva, então, através de suas próprias ações, o sujeito é constituído, gerado. Em segundo lugar, as instituições fornecem acima de tudo

<sup>&</sup>lt;sup>182</sup> HARDT&NEGRI; *Empire*; op. cit.; pág. 195

um lugar discreto (casa, capela, sala de aula, o chão de fábrica) onde a produção de subjetividade é performada. As diferentes instituições da sociedade moderna devem ser encaradas como um arquipélago de fábricas de subjetividades. No decurso de uma vida, um indivíduo passa linearmente para dentro e para fora destas várias instituições (da escola para o quartel para a fábrica) e é formado por elas. A relação entre dentro e fora é fundamental. Cada instituição tem suas próprias regras e lógicas de subjetivação: 'a escola nos diz: você não está em casa mais; o exército nos diz: 'Você já não está na escola.'. No entanto, dentro das paredes de cada instituição o indivíduo é pelo menos parcialmente blindado das forças das outras instituições; no convento, normalmente se está a salvo do aparato familiar, em casa normalmente se está fora do alcance da disciplina da fábrica. Este lugar claramente delimitado das instituições é refletido na forma regular e fixa das subjetividades produzidas.<sup>183</sup>

Ou seja, na essência do capitalismo, desde sempre, estaria uma plasticidade frente todas as subjetividades e sua produção por instituições conhecidas, controladas, compatíveis e a serviço do capital e do biopoder. Tal plasticidade ensejou, conforme o biopoder se estabeleceu, uma capacidade de continua absorção de antagonismos sob a forma de reconfigurações, extinção, ou acréscimos de subjetividades. Essa absorção é efetiva e rápida por conta de uma rede de instituições que identificam, estudam, concebem e produzem subjetividades à feição do biopoder. A rigor, tais instituições são parte integrante do biopoder. Exemplo eloquente desse fato é a resistência, já para mais de século, a qualquer mudança significativa nas instituições educacionais, desde os ensinos na infância até os da maturidade.

O biopoder encontra no neoliberalismo instrumentos privilegiados para submeter a produção de subjetividades ao seu interesse de manutenção das relações econômicas e sociais assimétricas. As considerações de Hardt&Negri sobre globalização e pósmodernidade ilustram com precisão a dominação exercida:

A situação pós-moderna é eminentemente paradoxal, quando é considerada do ponto de vista da Biopolítica — entendida como um circuito ininterrupto de vida, produção e política, globalmente dominada pelo modo de produção capitalista. Por um lado, nesta situação, todas as forças da sociedade tendem a ser ativadas como forças produtivas; mas, por outro lado, estas mesmas forças são submetidas a uma dominação global que é continuamente mais abstrata e, portanto, cega para a consciência dos aparelhos da reprodução da vida. Na pós-modernidade, o 'fim da história' é efetivamente imposto, mas de tal forma que, ao mesmo tempo, paradoxalmente, todos os poderes da humanidade são chamados a contribuir para a reprodução global do trabalho, da sociedade e da vida. Neste quadro, a política (quando esta é entendida como a administração e gestão) perde toda sua transparência. Através de seus

<sup>&</sup>lt;sup>183</sup> Ibidem; pag. 195-196

processos institucionais de normalização, o poder se esconde ao invés de revelar e interpretar as relações que caracterizam seu controle sobre a sociedade e a vida.

A estratégia fica clara: faz parte integrante de toda subjetividade um padrão de velamento que retira da consciência o processo em si que produz aquela subjetividade. Daí ser importante atentar para a necessidade de dar estatuto de conceito ao processo de naturalização, pois é ela o instrumento padrão que produz tal velamento. Na subjetividade "dada" pelo biopoder não há que se questionar a origem e propósito nem daquela subjetividade em uso, nem do porquê de sua existência. O fato de que uma subjetividade fora produzida enquanto um tipo, uma forma, de vida nunca deverá entrar em questão, esse fato, a produção de subjetividades, simplesmente não existe!

### III.5.2 Subjetividade e Biopolítica: o Comum

Ainda que a produção de subjetividades possa ser claramente identificada com o biopoder como sendo a sofisticação das suas estratégias de gestão do consumo e produção através de subjetividades sob medida, ocorre um fenômeno diretamente associado a essa estratégia que Hardt&Negri entendem como decorrência inevitável, ou como gostam de qualificar, como condição imanente: uma concomitante produção de subjetividades, em bases opostas e sob a perspectiva da biopolítica:

O valor em biopolítica está fundamentado sobre o comum da cooperação. As necessidades interpretadas pela valorização derivam dos sujeitos e em seguida os transforma continuamente: o terreno do comum é animado pela produção de subjetividade. 'Se dois se juntam e unem suas forças, ' Spinoza afirma, 'eles têm mais poder, e consequentemente mais direito sobre a natureza do que qualquer um sozinho: e quanto maior for o número dos que se juntam em aliança, maior será o direito que juntos possuirão. ' O valor na situação atual deve se referir a atividade da vida como um todo, e, portanto, incomensurabilidade e transbordamento do trabalho produtivo é um processo que atravessa todo o tecido biopolítico da sociedade. 184

Como por sua natureza o trabalho imaterial implicaria necessariamente cooperação, sua consequência imediata seria a constituição e ativação do comum. No entanto, o comum será determinante na produção de subjetividade, a qual, por seu turno, estabelece as bases para a emergência do comum, tanto suas condições de

<sup>&</sup>lt;sup>184</sup> HARDT & NEGRI; *Commonwealth*; op. cit.; pag.317

possibilidade, quanto suas manifestações iniciais. Mas, também, ainda, tanto a produção de subjetividades quanto o comum seriam pontos de partida para a existência do trabalho imaterial.

Formar-se-ia, portanto um circuito "oroboro", no qual tudo que sucede a um movimento, ou conjunto de movimentos, também se apresenta como movimento antecedente, sendo que todos os



movimentos teriam como articulador constante e principal a produção de subjetividades. Daí a produção de subjetividade ser "fiel da balança" na tensão entre biopoder e biopolítica, podendo determinar como afinal o comum será, ou não, uma força política revolucionária, ou estagnante. Hard&Negri identificam nesse circuito autorreferente em torno da subjetividade uma contradição em termos nas estruturas de formação de subjetividades utilizadas pelo biopoder:

(...) subjetividades continuam a ser produzidas na fábrica social. Na verdade, as instituições sociais produzem subjetividade de forma cada vez mais intensa. Poderíamos dizer que o pós-modernismo é o que você tem quando a moderna teoria social do construtivismo é levada ao seu extremo e toda subjetividade é reconhecida como artificial. Como isso é possível, no entanto, quando hoje, como quase toda a gente diz, as instituições em questão estão, em todos os cantos, em crise e continuamente implodindo? Esta crise geral não significa necessariamente que as instituições já não produzem subjetividade. O que mudou, pelo contrário, é a segunda condição: ou seja, o lugar da produção de subjetividade já não é definido dessa mesma maneira. 185

A constatação/dedução dos autores da trilogia *Império, Multidão e Commonwealth* aponta diretamente para o trabalho imaterial como o fator disruptivo na produção de subjetividades pelo biopoder, na medida em que é pelo trabalho imaterial que são dissolvidas ou atenuadas as delimitações de espaço e tempo que favoreciam disciplina e controle na produção de subjetividades. Não apenas isso, como o trabalho imaterial faz emergir o comum através da cooperação dele advém imediatamente a biopolítica. *Mas como ocorre essa vinculação entre comum e biopolítica?* 

A produção biopolítica de subjetividades gera formas de vida que tendem a estar para além do almejado controle do biopoder sobre a vida, pois inclui explicitamente todas as possibilidades de formas de vida, vida incomensurável pois tomada em suas infinitas

<sup>&</sup>lt;sup>185</sup> Ibidem; pág. 196

possibilidades. Mas não apenas isso, pois também mobiliza a contribuição do comum através da comunicação, de modo a incluir em toda subjetividade a capacidade de reconhecer sua própria singularidade e ao mesmo tempo a capacidade de reconhecer as demais subjetividades como formas singulares de vida.

Assim em cada subjetividade produzida existiriam, ao mesmo tempo, a afirmação de si, a consciência da diferença e a abertura para diversos comuns. No centro desse movimento de ir e vir entre o individual e o comum estão as relações entre linguagens e trabalho imaterial, conforme Hardt&Negri apontam a partir da obra de Paolo Virno:

Enquanto o trabalho da fábrica é mudo, afirma ele (Virno), o trabalho imaterial é gregário e loquaz: muitas vezes envolve habilidades linguísticas, comunicacionais e afetivas, porém, em geral, compartilha as principais características da performance linguística. Antes de tudo, a linguagem sempre é produzida em comum: uma língua nunca é o produto de um indivíduo, mas sim é criada, sempre, por uma comunidade linguística em comunicação e colaboração. Segue-se que a performance linguística conta com a capacidade de inovar na mudança de ambientes com base em hábitos e práticas anteriores. Enquanto o trabalho de fábrica tendeu para a especialização em atividades fixas e determinadas, repetidas durante longos períodos, o trabalho imaterial requer a habilidade de adaptação constante a novos contextos - de acordo com a flexibilidade e a mobilidade sobre as quais falamos anteriormente - e atuar nesses contextos instáveis e indeterminados para: solucionar problemas, criar relacionamentos, gerar ideias, e assim por diante. 186

Através dessa tese linguística Hardt&Negri estabelecem a conexão entre produção de subjetividades e trabalho imaterial, uma vez que de um lado todas as subjetividades devem estar adaptadas e qualificadas, de alguma forma, para o trabalho imaterial, tanto na produção, quanto no consumo material e imaterial de bens e serviços, e de outro lado a produção de subjetividades é também, e afinal, uma produção imaterial (sem entretanto a tentativa de expressão objetiva em valor de troca e de uso) e, portanto, está sob as mesmas condições de performance de qualquer produção imaterial:

A organização contemporânea do trabalho," escreve Virno," mobiliza a competência humana linguística genérica: na execução de inúmeras tarefas e funções não é tanto uma questão de familiaridade com uma determinada classe de enunciados, mas a aptidão para produzir vários enunciados afiliados; não é tanto o que é dito, mas o puro e simples poder de dizer.<sup>187</sup>

<sup>&</sup>lt;sup>186</sup> Hardt & Negri; *Multitude*; op. cit.; pag.216

<sup>&</sup>lt;sup>187</sup> Ibidem

A conexão entre trabalho imaterial e produção de subjetividades advém, portanto, da linguagem como mediadora indispensável entre trabalho, imaterialidade, subjetividade e produção de subjetividade, no contexto e sob a perspectiva da biopolítica. Também pode-se identificar a conexão entre trabalho imaterial e subjetividades, pela linguagem, através da constatação da redução, ou mesmo extinção em certos casos, das distâncias espaço-temporais nos movimentos econômicos, políticos e sociais, pois:

(...) no mundo da imaterialidade em que vivemos, reprodução – que é a primeira possibilidade de definição da biopolítica – e produção não mais estão distinguidas uma da outra. Biopolítica torna-se completamente realizada precisamente quando produção e reprodução são uma e a mesma coisa, ou seja, quando a produção é conduzida primária e diretamente através da linguagem e das interações sociais.

Estabelecida a procedência e fundamentação do vínculo entre trabalho imaterial, produção de subjetividades e subjetividades, fica logicamente estabelecida a implicação do comum na biopolítica e na produção de subjetividades que Hardt&Negri articulam da seguinte maneira:

O circuito biopolítico é de fato todo contido na produção do comum, que é também, simultaneamente, a produção de subjetividade e vida social. O processo pode ser entendido como ambos, dependendo da perspectiva, a produção de subjetividade através do comum e a produção de comum através da subjetividade. Crises, no circuito biopolítica, devem ser entendidas, então, como um bloqueio na produção de subjetividade, ou um obstáculo para a produtividade do comum. 188

E da mesma forma que subjetividade e produção de subjetividades são posicionadas no centro do confronto entre biopoder e biopolítica, o comum também será fundamental nessa contenda, não como elemento de formação, mas como o locus de uma nova forma de expropriação que o capital institui em tempos de trabalho imaterial.

Na verdade, ao invés de proporcionar cooperação, poderíamos mesmo dizer que o capital expropria a cooperação como um elemento central de exploração da força de trabalho biopolítica. Essa expropriação ocorre não tanto do trabalhador individual (porque a cooperação já implica uma coletividade), mas mais claramente desde o campo do trabalho social, operando no nível de fluxos de informação, redes de comunicação, códigos sociais, inovações linguísticas e práticas de afetos e paixões. 189

<sup>&</sup>lt;sup>188</sup> Hardt&Negri; *Commonwealth*; op. cit.; pág. 299

<sup>&</sup>lt;sup>189</sup> Ibidem; pág. 140

A exploração do comum não só renova a capacidade de gerar lucro para o capital, atualizando e expandindo o instrumento da mais-valia para os desafios da hegemonia do trabalho imaterial, como também cumpre a tarefa de despersonalizar o explorador e o explorado, realizando um ciclo contínuo de subjetivação e dessubjetivação que desconfigura o comum e bloqueia sua produtividade.

A exploração biopolítica envolve a desapropriação do comum, desta forma, ao nível da produção social e prática social. O capital, portanto, captura e expropria valor através da exploração biopolítica que é produzida, em certo sentido, externamente a ela. 190

Neste ponto, adentro o terreno das consequências estabelecidas pelo trabalho imaterial, tanto como condições atuais, quanto como tendências, o que será objeto do próximo capítulo, que tratará das consequências diretas, as defesas do capital, e as contradições intrínsecas que estabelece a hegemonia do imaterial, as condições revolucionárias, etc. Entretanto, antes de iniciar o capítulo seguinte será relevante empreender uma última incursão sobre a questão do comum, compreendendo sua gênese segundo Negri e a conexão com o tema da produção de subjetividades que propõe.

### III.5.3 A gênese do Comum: Kairos e Vazio em direção da Multidão

A compreensão do Comum em Negri e em Hardt&Negri passa necessariamente pela compreensão da relação entre múltiplo e singular enquanto uma díade em conexão direta com a subjetividade, mas sob a ótica da complementaridade dialética ao invés de uma dialética hegeliana.

Para Negri o fato do conceito de síntese ser tradicionalmente, sobretudo no marxismo, associado à dialética hegeliana não implica que deva ser exclusivamente associado a ela. Segundo Casarino o que Hardt&Negri estão "(...) tentando fazer, já há algum tempo, especificamente, é produzir um conceito não dialético de síntese, e um conceito tal que em seu trabalho consista na produção do Comum (...) "191" o que realizam ao tomar uma díade não como oposição e sim como complementaridade. A relação de

<sup>&</sup>lt;sup>190</sup> Ibidem; pág. 141

<sup>&</sup>lt;sup>191</sup> CASARINO&NEGRI; In Praise of the Common; op. cit.; pág. 119

complementaridade, proposta por Hardt&Negri, não é uma relação dialética nos termos hegelianos, portanto seria capaz de produzir uma síntese não dialética, uma *transformação*.

Em diálogo, Casarino e Negri aprofundam essa conceituação sobre complementaridade e transformação:

Casarino: A relação complementar, em outras palavras, é a única e exclusiva relação que leva à reunião ao produzir algo que é compartilhado em comum: se você e eu somos complementares, isso significa que estamos vinculados uns aos outros pela atividade de produzir algo em comum, bem como por esse algo, ou seja, pelo produto dessa atividade. Pode ser mais preciso, então, recorrer à complementaridade para descrever as relações entre todas as singularidades que constituem o Comum, ao invés de caracterizar as relações entre o singular e o comum em si — mas talvez eu esteja me apegando em demasia a pequenos detalhes. Em qualquer caso, o crucial, é que para você esse tipo de relação apenas pode ser construída sobre o vazio.

Negri: Sim. E esta é outra maneira de dizer que uma relação de complementaridade marca uma transformação ao invés de uma síntese dialética, que cada processo de produção conceitual é uma metamorfose, ao invés de uma Aufhebung. 192

É precisamente sob essa qualidade de transformação que Hardt&Negri colocam a díade singularidade-multiplicidade como uma das originações do Comum enquanto produção da Multidão.

De um lado, a singularidade em Hardt&Negri forma uma díade com o próprio Comum a qual, de maneira semelhante ao que ocorre em Deleuze&Guattari, busca questionar a composição entre identidade e diferença. Negri pontua que enquanto à dupla de *Mil Platôs* tem como fonte de suas reflexões sobre o marxismo Bergson, Freud, Espinosa, etc., ele e Hardt têm como fundamento essencialmente Marx.<sup>193</sup>

Sendo assim, o uso do conceito de Comum é o "elemento crucial" que diferencia uma teoria de singularidade de outra. Segundo Negri o conceito de comum pouco aparece em Deleuze&Guattari, e quando aparece se apresenta como um elemento dialético. Tanto Hardt&Negri quanto Deleuze&Guattari concordam que a dialética hegeliana deve ser superada. Mas, para Negri, desconsiderar ou ignorar a síntese não é

<sup>&</sup>lt;sup>192</sup> Ibidem; pag. 120

<sup>&</sup>lt;sup>193</sup> Ibidem; pag. 117

solução, pois ao proceder dessa forma Deleuze&Guattari criam uma concepção horizontal das relações entre singularidades, vale dizer, o singular ficaria contido em um plano comum e reduzidas a condições e limites bem específicos.

De outro lado, considerando que a díade singularidade-multiplicidade está na origem do Comum, também deve ser feita a distinção sobre multiplicidade entre as duas duplas de autores. Segundo Negri a gênese do conceito de multiplicidade em Deleuze&Guattari é matemática, e implica um tipo de análise crítica formal, o que *per se* delimita o conceito de multiplicidade como determinação puramente lógica. Já, Hardt&Negri concebem multiplicidade como originada na análise da singularização do trabalho, que se apresenta na passagem do trabalho fordista para um trabalho pósfordista, de um trabalho de produção em massa para um trabalho de produção social que nominam como "trabalho em enxame". A respeito da diferenciação dos dois conceitos de multiplicidade, Negri pontua:

Há uma enorme diferença entre, por um lado, considerar um conjunto infinitamente subdivisível que é recomposto cada vez que uma divisão ocorre repetidamente e, por outro lado, considerar uma massa infinitamente subdivisível, que produz e que está ligada com o aparecimento de infinitas singularidades, cada uma em si produtiva. 194

Dessa forma há um vínculo entre multiplicidade e comum em um processo contínuo de construção que se faz através de dissolução e recomposição de singularidades e de comuns. Na medida em que cada singularidade se expressa, essa expressão só pode ser compreendida pela linguagem e nunca pela formalidade matemática; a linguagem captura a singularidade em movimento na forma de elementos de expressão tais como dizer, ver, contar, sonhar, questionar, etc., enquanto à abordagem formal procura estados determinados de singularidade

Em resumo, a multiplicidade em Deleuze&Guattari trata da dissolução de uma totalidade, de um uno, em uma diversidade de singularidades diferenciadas enquanto posição e/ou entidades. Já em Hardt&Negri todas essas posições diferenciadas, vale dizer a multiplicidade de singulares, se reconfiguram e se remontam, constitutivamente

<sup>&</sup>lt;sup>194</sup> Ibidem; pág. 126

através da linguagem e da atividade social em geral. Retornando à relação entre multiplicidade e comum, Negri dirá:

O Comum, ao contrário, é aquilo que se apresenta quando modalidades singulares se remontam como um ser especificamente discursivo e expansivo. (...) O comum tem consistência ontológica? O comum é de alguma forma determinado ontologicamente? A resposta é inequívoca: não. 195

O comum é, portanto, conceito central na compreensão da Multidão e sua relação com trabalho e produção imateriais em Hardt&Negri. A articulação entre singularidade e multiplicidade se faz produzindo Multidão como síntese transformativa através do Comum.

Mas se o Comum não pode ser determinado ontologicamente como compreendêlo? O que afinal é o comum para Hardt-Negri?

O Comum seria ao mesmo tempo fator de produção e resultado, produção imaterial em si mesma. Negri esclarece que o Comum, enquanto produto, é em si resultado também de uma outra síntese especifica, segundo a lógica síntese-transformação por complementariedade na díade vazio-kairos.

A relação complementar não passa pela negação; pelo contrário, ela atravessa o vazio (void). Há apenas uma coisa que enfrenta e confronta o kairòs, é o vazio. E é no vazio que o kairòs constrói aquilo que reúne, o que está em comum. 196

Negri define o vazio como sendo o absoluto não ontológico. É a condição de possibilidade da complementaridade e da transformação que resolve o impasse de uma síntese dialética pela negação que dissolve polaridades. Estando fora de todo e qualquer referencial ontológico, *Vazio* prescinde, portanto, de determinação ou indeterminação e desconhece dualidades, possibilitando assim sínteses afirmativas, o Comum nomina essa transformação, o Comum é, portanto, a produção que se faz a partir do nada em *Kairós*: produção imaterial.

<sup>&</sup>lt;sup>195</sup> Ibidem; pág. 127

<sup>&</sup>lt;sup>196</sup> Ibidem; pág. 120

Segundo Negri, vazio e Kairós são pura imanência, infinitas condições de possibilidade. O vazio dissolve toda determinação e indeterminação oferecendo todas as possibilidades de determinar e indeterminar.

Kairòs é a modalidade do tempo através do qual o ser se abre, atraído pelo vazio que está no limite do tempo, e decide preencher este vazio. Podemos dizer que, no Kairòs, nomear e coisa nomeada chegam, 'ao mesmo tempo', à existência, e que são, portanto, exatamente 'isto aqui'?" 197

Se *o* vazio aniquila o ontológico pelo infinito *Kairòs* aniquila *Chronos* não como oposição, ausência de tempo, mas sim afirmando o instante em movimento de porvir produzindo *vazio* na franja do tempo que perde sua propriedade de determinar antes, depois ou intervalo medido e justaposto. Assim, não há *vazio* sem *Kairòs* e não há *Kairòs* sem *vazio*.

Kairòs é singularidade. Mas as singularidades são múltiplas. Por isso, diante de uma singularidade, há sempre uma outra singularidade, e o Kairòs é, por assim dizer, multiplicado em outros Kairòs. Quando um nome é dito, ouvido e vive na linguagem, todos os Kairòs estão abertos a outros Kairòs - e todos esses eventos do nomear, juntos, constituem nomes comuns, confrontando-se, dialogando e, eventualmente, encontrando-se. É em relação à alteridade que o nome se expande no Comum. Aqui o ser se revela como mit-Sein, como 'sercom'. 198

Negri entende que em uma outra díade Eu-Outro, ou seja, na alteridade, o Comum é necessariamente produzido quando qualquer determinação pela linguagem for realizada. Qualquer singular expressará um Comum na sua particularidade. Completa-se assim o circuito de associações conceituais em torno do trabalho imaterial e da produção de subjetividades com a formação do Comum e o conceito de transformação que afinal retornam à subjetividade pela singularidade, pela multiplicidade e pela alteridade.

Concluído este segundo capítulo resta compreender os prognósticos encadeados por Hardt&Negri e confrontá-los com a prática em busca de suas efetividades e deficiências, bem como trazer à tona eventuais contradições intrínsecas à abordagem desenvolvida por Hardt&Negri, bem como alguns questionamentos críticos, o que será desenvolvido pelo terceiro capítulo.

<sup>&</sup>lt;sup>197</sup> Negri, Antonio; Kairòs, Alma Vênus, Multitudo, 2003, pag. 43

<sup>&</sup>lt;sup>198</sup> Ibidem; pag. 49

# IV. Fundamentos Críticos e a Crítica da Crítica

Na longa tradição da filosofia em geral, que se aplica à filosofia política em particular, é evidenciado como uma obra filosófica guarda uma semelhança estrutural com a episteme matemática<sup>199</sup>, em especial com a teoria da prova matemática. Não por acaso filósofos como Descartes, Leibniz, Kant e Espinosa, entre tantos outros, utilizam ou explicitam tal semelhança. O ponto de partida para essa conclusão é a possibilidade de identificar em todo sistema filosófico um conjunto de fundamentos que, afinal, fazem as vezes de axiomas, definições ou postulados.<sup>200</sup>.

Assim, a crítica a um sistema filosófico pode ser bem empreendida através da crítica a seus fundamentos em ao menos duas direções: de um lado a aderência do conjunto de fundamentos à realidade tanto em termos de atualidade quanto de compatibilidade interna; de outro lado as contradições internas entre fundamentos e na sua aplicação enquanto uniformidade e coerência. Para tanto, é necessário estabelecer qual a fundamentação axiomática que Negri estabelece para seu sistema filosófico, o que será feito a seguir, para posteriormente identificar suas implicações e realizar sua crítica, objetivo deste último capítulo.

## IV. 1. A Fundamentação

Negri faz questão de pontuar, com frequência, que sendo um marxista sua obra está fundamentada em Marx, porém sem ortodoxias. Seu projeto político filosófico pretende atualizar o marxismo a partir das modificações na produção e consumo, surgidas após os escritos marxianos, tarefa que considera uma necessidade definida no próprio método marxista, conforme escreve em parceria com Hardt:

<sup>&</sup>lt;sup>199</sup>. FAJARDO, ROGÉRIO AUGUSTO DOS SANTOS; *Lógica Matemática*; www.ime.usp.br/~fajardo/Logica.pdf

<sup>&</sup>lt;sup>200</sup> FAJARDO, *Lógica Matemática*; Euclides (...) estabeleceu um novo padrão de demonstrações matemáticas, introduzindo os conceitos de axiomas e postulados. Um axioma era, na definição daquela época, uma verdade evidente em si mesma. Ou seja, corresponde ao óbvio na argumentação. Os postulados também tinham um significado semelhante, mas eram específicos para a geometria - enquanto os axiomas dissertavam sobre grandezas matemáticas em gera — "e menos óbvios". Correspondem ao que chamamos, na argumentação, de senso comum.

A chave para o método do materialismo histórico de Marx é que teoria social deve ser moldada conforme os contornos da realidade social contemporânea. Em contraste com vários idealismos que propõem enquadramentos teóricos independentes, trans-históricos, adequados a todas as realidades sociais — tamanho único — Marx explica em sua introdução nos Grundrisse de 1857, em um maravilhoso e compacto discurso do método, que nosso modo de entendimento deve ser adaptado ao mundo social contemporâneo e assim sendo mudar de acordo com a história: o método e a substância, a forma e o conteúdo devem se corresponder.<sup>201</sup>

Prosseguem, Hardt&Negri, resumindo como sua filiação marxista deve se traduzir em um caminho atual:

[...] para seguir as pegadas de Marx deve-se realmente andar à frente de Marx e desenvolver sobre a base de seu método um novo aparato teórico adequado à nossa situação presente.<sup>202</sup>

Desse posicionamento decorrem três axiomas essenciais para Negri: de um lado a escolha renovada pelo método marxista do materialismo histórico e seus fundamentos, porém atualizados para o tempo presente. De outro lado, o trabalho como o elemento central da organização política, social e econômica e por consequência a centralidade também do trabalhador, porém sob uma nova concepção de identidade e classe. Por fim, a multidão como o verdadeiro ente político que resulta da diversidade em lugar do povo que resulta de uma unidade artificial.

### IV.1.1 Método: Materialismo Histórico

Hardt&Negri incluem em *Multidão*, segundo livro da trilogia sobre império e multidão, um excurso sobre método intitulado *Excurso I: Método: Nas Pegadas de Marx*. Nele o determinismo do materialismo histórico é relativizado em sua universalidade pelo conceito de tempo presente, segundo o qual cada época tem características de organização social e política distintas que devem estar refletidas tanto no método quanto nos conteúdos produzidos. Trata-se, portanto, de um determinismo de época que manteria certos atributos fundamentais que permitem denominar tal método de materialismo histórico.

<sup>&</sup>lt;sup>201</sup> HARDT&NEGRI; op. cit. Multitude; 2004; pag. 140

<sup>&</sup>lt;sup>202</sup> Ibidem; pag. 140-141

Segundo Hardt&Negri são quatro esses atributos: Tendência Histórica, Abstração Genuína, Antagonismo e Produção de Subjetividade, assim entendidos:

- (i) Tendência Histórica<sup>203</sup>, significa compreender o movimento histórico em curso, antecipando, sobretudo, o funcionamento das relações de produção. Hardt&Negri usam o exemplo do trabalho à época de Marx, argumentando que ele sabia que quantitativamente o trabalho especializado assistido por maquinários em fábricas era mínimo perante o todo do trabalho realizado na Europa. No entanto, era- evidente a Marx uma tendência segundo a qual essa seria a forma dominante de produção. Assim, a tendência histórica é a apreensão de um determinismo causal realizando-se no interior do processo, o que demonstra como as relações sociais e políticas, serão determinadas pelos processos produtivos, bem como os próprios processos produtivos são determinados em um continuum histórico.
- (ii) Abstração Genuína<sup>204</sup> denomina o recurso de formular construtos, entes abstratos que existem apenas para fins lógicos, os quais devem ter como ponto de partida algo com existência real. O trabalho social enquanto categoria é exemplo de abstração, pois subsumir todos os trabalhos de todos os trabalhadores sob "o trabalho" é uma ficção, não pode ser observado, experimentado, não tem manifestação real enquanto materialidade, ou fenômeno. No entanto, tal abstração está baseada em algo real: o trabalho verdadeiro de cada um que gera riqueza, o trabalho individual que pode ser experimentado e visto.

Segundo Hardt&Negri é graças a essa abstração, baseada no trabalho individual realizado de fato por um trabalhador real, que pode ser concebida uma teoria do valor, pois "(...)o dinheiro é a representação mais bem acabada de indiferença e abstração de valor no capitalismo.<sup>205</sup>.

(iii) Antagonismo<sup>206</sup> configura o tema da emancipação frente à exploração, na medida em que trata do confronto contra a apropriação pelo capital da riqueza criada pelo trabalho material. O antagonismo é, portanto, a capacidade e necessidade de confronto contra uma situação contrária à liberdade e bem-estar, no caso em função de como as riquezas e benefícios gerados pelo trabalho revertem para o trabalhador ou para o capital.

<sup>&</sup>lt;sup>203</sup> Ibidem. p. 141-144

<sup>&</sup>lt;sup>204</sup> Ibidem, pág. 144-149.

<sup>&</sup>lt;sup>205</sup> Ibidem, pág. 145

<sup>&</sup>lt;sup>206</sup> Ibidem, pág. 150-151

(iv) Produção de Subjetividade<sup>207</sup>, se refere à constituição do subjetivo em si mesmo e em sociedade, resultado social posto como individualidade, autocriado, concebido e constituído através do trabalho. Hardt&Negri partem da definição de subjetividade dada por Marx nos seguintes termos: "A produção não cria apenas objeto para o sujeito, mas também cria sujeito para o objeto" <sup>208</sup>, e complementam: "a subjetividade do trabalhador é também criada no antagonismo da experiência de exploração (...) é produzida na prática material da produção."209.

A partir desses quatro fundamentos (tendência histórica, abstração genuína, antagonismo e produção de subjetividade) Hardt&Negri construíram uma abordagem histórico materialista que pretende compreender as realidades sociais econômicas e políticas de nosso tempo e implicam um conjunto de conclusões prospectivas sempre a partir da centralidade do trabalho como será visto mais à frente.

# IV.1.2 Trabalho, Trabalhador e Capital: Ação e Reação

Para Negri a centralidade do trabalho está baseada na posição do trabalho frente ao capital defendida por Marx. Tal posição foi, ou melhor, tem sido objeto de uma reversão de perspectiva, ou reversão no seu oposto, realizada pelo capital, segundo a qual o capital determina o trabalho. O combate a essa reversão foi um dos elementos centrais na atuação do operaismo italiano nos anos 60:

> O operaismo parte da afirmação de Marx de que o capital reage às lutas da classe trabalhadora; a classe trabalhadora é ativa e o capital reativo. (...) onde existirem greves, máquinas se seguirão. 'Seria possível escrever toda uma história das invenções criadas desde 1830 com a única finalidade de prover o capital com armas contra a revolta da classe trabalhadora'. (...) a legislação fabril na Inglaterra foi uma reposta às lutas da classe trabalhadora sobre o tamanho de um dia de trabalho. 'Sua formulação, reconhecimento oficial e proclamação pelo Estado, foi o resultado de uma longa luta de classes. 210'

A reafirmação da posição ativa do trabalho faz com que o trabalho e, portanto, a produção, sejam elementos essenciais para a compreensão histórico materialista da economia política. Tal reafirmação foi fundamental naquele momento em que o

<sup>&</sup>lt;sup>207</sup> Ibidem pág. 151-153

<sup>&</sup>lt;sup>208</sup> Ibidem

<sup>&</sup>lt;sup>209</sup> Ibidem

<sup>&</sup>lt;sup>210</sup> HARDT, MICHAEL and NEGRI, ANTONIO; Marx's Mole is Dead!; Eurozine; www.eurozine.com/articles/2002-02-13-hardtnegri-en.html; 2002

operaismo italiano se consolidava, em meados da década de 60 do século XX, pois o capital era tido, tanto pela direita, identificada com o capitalismo, quanto pela grande maioria da esquerda, identificada com o marxismo, como polo ativo no confronto com o trabalho, de tal modo que as lutas dos trabalhadores seriam determinadas pelos movimentos do capital, como reação a tais movimentos, em uma cadeia de causas e efeitos que teria, *ad eternum*, os movimentos do capital como seu princípio motor.

Hardt&Negri entendem que, no tempo presente, o desafio de desnudar essa reversão de perspectiva que afirma o capital como polo ativo das relações de produção ainda se mantém, porém com uma abrangência ampliada para toda a vida, dados os fenômenos da bioprodução e do trabalho imaterial. Para o biopoder seria então fundamental a crença no capital como determinante da produção de vida em todas as suas dimensões, inclusive e sobretudo na subjetividade do trabalhador, de tal modo que o capital passa a ser entendido como origem da vida, sua condição natural.

Na perspectiva do biopoder as inovações em tecnologias de produção seriam a confirmação da eterna posição ativa do capital. Seriam exemplos nesse sentido a especialização do trabalho nos primórdios da primeira revolução industrial, a continua expansão de automação de processos, o uso de biotecnologia na agricultura, os sistemas de informação sobre indivíduos (database marketing, *bigdata*, *etc.*), entre tantos outros exemplos.

A marcha das tecnologias de produção seria, nessa perspectiva do capital como polo ativo, a manifestação de uma determinação própria do capital de gerar mais produção com menos trabalho (produtividade) para expandir indefinidamente seu poder de ganho, ainda que implicando alienação e reificação. Em suma, a luta dos trabalhadores seria reação e resistência contra as determinações do capital, detentor desde sempre dos meios de produção, materiais e financeiros: o capital determinaria o trabalho.

Considerar a inversão da relação capital-trabalho, ou seja, que o capital reage ao trabalho, pode parecer banal e pouco relevante para a compreensão de relações de poder assimétricas e para a escolha de caminhos que modifiquem ou eliminem tal assimetria. Poder-se-ia argumentar pela indiferença desta ou daquela abordagem: a assimetria de poder seria um fenômeno recorrente na história humana, ela se

apresentaria tanto pela perspectiva de um capital ativo e um trabalho reativo quanto à inversa. Ademais, um longo processo histórico de aperfeiçoamento social teria chegado a seu fim com um resultado diferente do prognosticado por Marx. O fim da história<sup>211</sup> apresentaria uma organização social, política e econômica segundo os valores e as crenças neoliberais do capital humano, do empreendedor de si, do poder de determinar seu destino pelo seu esforço. Nesse contexto neoliberal a assimetria de poder está naturalmente presente e representaria a recompensa proporcional ao esforço individual; o trabalho ser ou não o polo ativo na relação com o capital seria então indiferente, a questão sobre a relação trabalho-capital simplesmente é irrelevante.

Importante ressaltar que tais argumentações em prol do capital como polo ativo, consideram, implicitamente, o fenômeno das elites como condição necessária para a organização política de uma sociedade, vale dizer, a política é o poder de uma minoria sobre a maioria para determinar os destinos de todos, de tal sorte que essa minoria "remunera" mais e melhor seu "esforço de gestão da sociedade" e tais assimetria de poder e recompensas são aceitas pela maioria. Essa abordagem tem sido denominada Teoria das Elites e tem como protagonistas Wilfried Fritz Pareto, Gaetano Mosca e Robert Michels, e está inserida no domínio de um certo realismo político que, conforme aponta Cristina Buarque de Hollanda, se autodefine por oposição a um "irrealismo" político:

Para os elitistas, todos os sistemas políticos, apesar de seus discursos de justificação, instituem uma relação de dominação entre os homens. Michels sintetiza essa percepção com a tese da lei de ferro das oligarquias, que destina toda organização a um regime necessário de subordinação da maior parte pela menor. Os elitistas opunham às ficções democrática e socialista o que consideravam uma investigação criteriosa da realidade social.

(...) Os homens teriam substituído a crença no sobrenatural por exercícios abstratos da razão, igualmente alheios aos termos concretos da realidade social. O século XIX, animado pela ficção igualitária, testemunhou a expansão do sufrágio e a inclusão do povo nos rituais da política. A democracia representativa produziu espaço institucional para a expansão do socialismo. Conforme o diagnóstico elitista, um equívoco acolheu e fortaleceu o outro. <sup>212</sup>

Ou seja, Jean-Jacques Rousseau, François Fourier, Pierre-Joseph Proudhon e Karl Marx compunham um cenário intelectual rejeitado pelos elitistas, por seu forte

<sup>&</sup>lt;sup>211</sup> Cf.; Fukuyama, Francis, The End of History?; The National Interest, lecture presented at the University of Chicago's John M. Olin Center, Summer 1989

<sup>&</sup>lt;sup>212</sup> Hollanda, Cristina Buarque; Teoria das Elites; Zahar; 2011; pág. 10-12;

irrealismo. Para os defensores da tradição elitista tanto a tradição democrática quanto a comunista-socialista falham ao conceber como possível uma organização social fraternal e igualitária. Tal possibilidade é vista como fantasiosa dada a realidade histórico-social que investigada cientificamente demonstra empiricamente a tese elitista de relações de poder assimétricas em oligarquia. Ou seja, a simetria de poder econômico e político seria uma utopia.

Entretanto, a experiência do anarcosindicalismo italiano no princípio do século XX (1919 a 1920), conhecida como biênio vermelho<sup>213</sup> (biennio rosso), demonstra que considerar o trabalho polo ativo e o capital polo passivo pode fazer uma diferença imensa, ou mesmo fundamental. Ao colocar o trabalho como condição de possibilidade do capital fica estabelecido que o trabalho determina a existência do capital e por consequência é fundamental para a manutenção e expansão do capital, em todo o processo de acumulação.

Ou seja, o capital seria fruto de uma assimetria na fruição dos resultados do trabalho que inclusive se expressaria no controle e na posse dos meios de produção, no domínio sobre o fluxo de mercadorias e serviços e na emissão e movimentação de dinheiro. Prosseguindo nessa via, o capital reconhecendo sua dependência do trabalho procura escondê-la e superá-la, exercendo um poder político de controle diretamente sobre cada trabalhador através da ameaça de destruição do trabalho. Dessa maneira o capital inverte a relação de dependência na percepção do trabalhador, configurando assim a reversão no seu oposto.

Do ponto de vista prático, a referência ao biênio vermelho quer lembrar a estratégia de ocupação pelos trabalhadores das fábricas italianas em 1920<sup>214</sup>, que decorreu da instalação dos conselhos de fábrica inspirados por Gramsci. Tal estratégia teve por fundamento a retomada dos meios de produção que existiam, conforme a visão dos trabalhadores naquele momento, a partir dos frutos do trabalho acumulados

<sup>213</sup> FAULKNER, NEIL; *A Marxist History of the World part 76: Italy's 'Two Red Years'*; Plutopress; 2013; pág. 208-209

<sup>&</sup>lt;sup>214</sup> D'ALESSANDRO, FERNANDO; *Italy September 1920: The Occupation of the Factories The Lost Revolution*; https://www.marxist.com/Europe-old/italy\_september\_1920.html; 2002

assimetricamente pelo capitalista desde fins do século XVIII até então. O movimento operário na Itália dos anos 60 e 70 deve sua essência àquela experiência de após Primeira Grande Guerra, quando não apenas as fábricas foram ocupadas em toda a Itália, como foi realizada com sucesso a experiência de produção em regime de autogestão.

Os acontecimentos subsequentes ao ano 1920 demonstram a tese do trabalho como polo ativo gerador de transformações sócio políticas de interesse econômico do capital: a crescente autonomia e descentralização do poder decorrentes da ocupação e autogestão das fábricas italianas levou a uma inédita aliança entre líderes das centrais sindicais e o capital para preservar seus poderes o que implicou o aparecimento do fascismo italiano.<sup>215</sup>

Em suma, se o trabalho for polo ativo na relação como capital então o fundamento nas ações de confronto com o capital será retomar o que foi expropriado, exercer direitos e não apenas reivindicar concessões e melhorias nas condições de trabalho e participação nos ganhos futuros.

A diferença entre as duas perspectivas fica evidente: no primeiro caso, do trabalho como polo ativo, o trabalhador afirmar-se-ia como membro de uma comunidade produtiva e provada viável a partir da autogestão, no segundo caso, do capital como polo ativo, o trabalhador se manteria vassalo, ou na melhor das hipóteses súdito, que buscaria a compaixão do poder econômico e político e almejaria, no fundo, fazer parte dele, ou mesmo ser o poder.

#### IV.1.3 Entre o Povo e a Multidão

Além do materialismo histórico atualizado e da centralidade do trabalho o marxismo de Negri tem um terceiro elemento essencial: o conceito de multidão recuperado, segundo ele, da filosofia de Espinosa.

A multidão de Negri não é um conceito independente recortado de Espinosa e enxertado no marxismo, é parte de uma ampla revisão crítica do marxismo cuja

<sup>&</sup>lt;sup>215</sup> Ibidem

necessidade radical tem sua raiz na dolorosa realidade de uma derrota da esquerda italiana durante a década de 70, a qual foi aceita como lição e tomada como desafio. Nas palavras de Negri, o desafio era "não ser derrotado por uma derrota"<sup>216</sup>.

#### Multidão

Do ponto de vista etimológico multidão vem do latim *multitudo* palavra constituída pela sufixação de *multi* (muitos, vários, muito) pelo sufixo *tudo*. Vindo do adentra a filosofia política pela pena de Maquiavel no século XV, sobretudo nos *Discorsi*, e é retomado por Espinosa dois séculos depois no *Tratado Teológico-Político* e no *Tratado Político*. Em Maquiavel Multidão significa o povo sem unidade, sem lideranças, sem identidade ou função política. A multidão deve necessariamente ser liderada e controlada.<sup>217</sup>

No *Tratado Teológico Político* de Espinosa a multidão responde pela massa inculta que deve ser liderada, em consonância com a perspectiva maquiaveliana. No entanto, no *Tratado Político* acontece uma variação relevante nessa tematização quando Espinosa fala de um poder da multidão.

Este direito, que é determinado pelo poder da multidão, geralmente é chamado de Domínio. E, falando em geral, detém o domínio, aquele a quem são confiados, por comum consentimento, os assuntos de estado — como estabelecer, interpretar e revogar as leis, a fortificação de cidades, a decisão sobre guerra e paz, etc. Mas se este comando pertencer a um Conselho, composto da multidão geral, então o Domínio é chamado uma democracia; Se o Conselho for composto por determinadas pessoas escolhidas, então é uma aristocracia; e se, por último, o cuidado dos assuntos de estado e, consequentemente, o domínio repousar em um homem, então, é uma monarquia.<sup>218</sup>

Em outra passagem é possível entrever como Negri fundamenta em Espinosa a retomada do conceito de multidão em um contexto marxista:

(..) e como o direito da Comunidade (commonwealth) é determinado pelo poder comum da multidão, é certo que o poder e bem da Comunidade serão tanto mais reduzidos quanto mais for dada ocasião para alguns conspirarem iuntos". <sup>219</sup>

<sup>&</sup>lt;sup>216</sup> CASARINO&NEGRI; In Praise of the Common; op. cit.; pág 170

<sup>&</sup>lt;sup>217</sup> MAQUIAVEL, NICOLAU; Discursos; 2007; Capítulo XLIV;

<sup>&</sup>lt;sup>218</sup> ESPINOSA, BARUCH; Tratado Político; Capitulo II – Do direito Natural, seção 17; Editora WMF Martins Fontes; 2009,

<sup>&</sup>lt;sup>219</sup> ESPINOSA, BARUCH; Tratado Político, Capitulo III – Do direito a Autoridade Suprema, seção 9; *Op. Cit.* 

Considerando que Maquiavel e Espinosa são autores relevantes para a filosofia política, cumpre perguntar o porquê da submersão do conceito de multidão no cenário da filosofia política por ao menos longos três séculos e meio.

No século XVIII a filosofia política inglesa estabeleceu o termo *People* (Povo) acompanhado de todo um conjunto de implicações conceituais, sobretudo quanto ào que seria a constituição do Estado laico moderno, de tal modo que foi imediatamente estabelecido um confronto teórico-político em torno dos seus fundamentos. Tal confronto se desenrolou sob um capitalismo mercantilista global largamente dominado pelo império britânico o qual patrocinou a transição para o modo de produção capitalista industrial de escala. Assim, segundo Paolo Virno "as duas polaridades, povo e multidão, tiveram sua paternidade atribuída respectivamente a Hobbes e Espinosa".<sup>220</sup>

Ao retomar desde Espinosa o conceito de multidão e insistir na distinção com o conceito de povo Negri confronta a longa dominância da tradição filosófico política inglesa fundada sobre Locke e Hobbes.

Os autores da trilogia Império, Multidão e Commonwealth elaboram a distinção entre os conceitos de povo e multidão como elementos fundamentais e representativos de dois sistemas antagônicos ao declararem que "multidão é a alternativa viva que cresce no interior do próprio Império". O conceito de povo fica então claramente associado a uma estruturação do estado como poder capitalista global, que denominam de Império, enquanto multidão passa a ser uma das essências de um estado alternativo baseado em um poder distribuído, em rede e no comum viabilizado pela produção imaterial.

Se por um lado em um império globalizado, para manter controle e dominar através de conflitos constantes, uma rede integrada e global de hierarquias e divisão de trabalho é requerida, por outro, essa mesma globalização gera uma outra rede dentro da rede composta por circuitos de cooperação e colaboração que se espalham independentemente de fronteiras políticas e de povos. Essa outra rede local-global propicia uma infinidade de interações e encontros para além de um controle hierárquico

<sup>&</sup>lt;sup>220</sup> VIRNO, PAOLO; Grammatica della Moltitudine - Per un'analisi delle forme di vita contemporanea; 2001, pág. 21

baseado na geração de conflitos. Enquanto uma rede hierarquizada de poder baseado no conflito requer preliminarmente divergências, uma rede autônoma ponto a ponto gera infinitas conexões de convergência sem qualquer possibilidade de hierarquias ou conflitos de valor. Circuitos autônomos propiciam alternativas de estar com o outro que atendem tanto a multiplicidade quanto à singularidade.

### Multidão, Povo e Classes

Em Hardt&Negri a distinção entre multidão e outros coletivos como Povo, População, Classe, Massa, etc. é feita segundo três vetores de diferenciação aplicados conforme o caso.

O primeiro vetor trata da cardinalidade. Povo é uma unidade, ou seja, partindo de uma população que traz em si todo tipo de diferença, o conceito de Povo reduz a população ao Um, um Povo, fazendo existir para uma população a contradição de uma identidade singular com a qual todos as pessoas podem se identificar como o mesmo, um mesmo.

O povo tem sido tradicionalmente uma concepção unitária. A população, é claro, é caracterizada por todos os tipos de diferenças, mas o povo reduz essa diversidade a uma unidade e faz da população uma identidade singular: "o povo" é um. A multidão em contraste é "muitos". A multidão é composta de inumeráveis diferenças internas que nunca podem ser reduzidas a uma unidade, ou uma simples identidade — diferentes culturas, raças, etnias, gêneros, e orientações sexuais; diferentes formas de trabalho; diferentes maneiras de viver; diferentes visões do mundo; e diferentes desejos. A multidão é a multiplicidade de todas essas diferenças singulares.<sup>221</sup>

Da mesma forma que multidão o conceito de massa contrasta o de povo pois uma massa também não pode ser reduzida a qualquer unidade ou identidade. No entanto massa e multidão guardam entre si uma divergência fundamental estabelecida a partir de outro vetor de caracterização, qual seja a indiferença. Segundo Hardt&Negri as massas têm como característica fundamental a indiferença, sem produzir uma identidade a

<sup>&</sup>lt;sup>221</sup> HARDT&NEGRI; Multidão; Preface xiv; Op. Cit.

massa não pode ser reduzida a uma unidade, não pode ser nominada<sup>222</sup>. Da mesma forma que o povo a massa desconhece diferenças, pois em seu interior todas as diferenças são dissolvidas. Diversamente na multidão, a ausência da unidade e identidade, vale dizer sua impossibilidade, não implica desconhecer internamente a diferença.

Já para o conceito de povo a diferença deve se apresentar conforme os limites próprios da identidade, no caso a identidade de um povo, o que permite abrigar discriminações, reduções ao mesmo e exclusões. Povo é necessariamente excludente das diferenças e assim estabelece algum tipo de fechamento; já multidão seria um conceito aberto, multiforme e inclusivo de todas as formas de vida e diferenças.

Ainda nesse vetor da diferença os autores realizam a crítica do conceito de classe, em particular classe trabalhadora. Segundo Hardt&Negri no seu uso mais estrito classe trabalhadora se referia apenas aos trabalhadores no setor industrial, no seu senso mais amplo se refere a todos os trabalhadores assalariados, excluindo pobres, trabalhadores domésticos não remunerados e todo tipo de trabalho não assalariado. Mais do que incluir todo tipo de trabalhador, o conceito de multidão está vinculado a um conceito de trabalho mais abrangente que ultrapassaria a dimensão puramente econômica e trataria da produção ampla, uma produção social, "... não apenas a produção de bens materiais, mas também a produção de comunicação, relações e formas de vida".<sup>223</sup>

O terceiro vetor, portanto, é o fator de organização, tanto produtiva quanto política. Ao contrário de povo e massa, a multidão se organiza segundo o comum. É a "descoberta" do comum que constitui a condição de possibilidade para que exista comunicação e ação conjunta. No entanto, o comum é ao mesmo tempo condição e produção, pois "Nossa comunicação e colaboração não estão baseadas unicamente no comum, pois por seu turno elas (comunicação e colaboração) produzem o comum em uma relação que se expande em espiral".<sup>224</sup>

<sup>&</sup>lt;sup>222</sup> Ibidem

<sup>&</sup>lt;sup>223</sup> Ibidem

<sup>&</sup>lt;sup>224</sup> Ibidem

Do ponto de vista da organização política a multidão solicitaria uma democracia absoluta<sup>225</sup>, sem mediações de poderes centrais, em um modelo de autoridades distribuídas em relações colaborativas.

Negri pontua, na conversação com Casarino<sup>226</sup>, que essa organização política onde o poder está distribuído nas relações cooperativas pressupõe superar inteiramente o adágio hobbesiano "homo homini lupus". Mais ainda, o conceito de povo decorreria da estrutura de poder própria de uma falsa democracia, pois "(...) aí reside uma profunda mistificação: demos se coloca, na verdade, como base de legitimação política — isto é, como a fundação do poder — quando na verdade demos é o produto da soberania e, portanto, da rédea disciplinadora do poder".<sup>227</sup>

Negri define duas democracias ligadas a duas linhagens distintas e conflitantes: uma pensa a democracia como uma forma de governo e seria composta por Hobbes-Rousseau-Hegel dentre outros possíveis pensadores. Outra linhagem pensa a democracia para além das formas de governo, mas antes e sobretudo, como forma de viver em comunidade, condição de possibilidade de governar, e seria composta por Maquiavel-Espinosa-Marx.<sup>228</sup>

Eis, portanto, uma outra explicação para a longa submersão do conceito de multidão, ao menos nos termos propostos por Hardt&Negri. Todos os demais termos coletivos estiveram a serviço de uma estruturação política de poder onde existe o governo de todos pelo Um, ou seja, a democracia que foi naturalizada desde a modernidade não é o governo do povo para o povo, simplesmente por que povo é uma categoria que na verdade atende a uma inversão solicitada pelo poder concentrado pelo capital, tratar-se-ia na verdade de um povo para um governo. Muitos que se unem para se definirem como uma unidade que elimina a multiplicidade.

<sup>225</sup> CASARINO&NEGRI; *In Praise of the Common; op. cit.*; pág. 101

<sup>&</sup>lt;sup>226</sup> Ibidem

<sup>&</sup>lt;sup>227</sup> Ibidem

<sup>&</sup>lt;sup>228</sup> Ibidem; pag. 103

Desde *Império*, e com muito maior ênfase em *Multidão* e *Commonwealth*, Hardt&Negri defendem o diagnóstico de que a democracia nascida na modernidade baseada em instituições sociais e políticas de representação está corrompida ao extremo de uma corrupção ética, um diagnóstico, dizem, que toda gente concorda.

Estabelecidos os referenciais que fundamentaram a construção da trilogia *Império*, *Multidão* e *Commonwealth* resta estabelecer qual a visão prospectiva que Hardt&Negri oferecem e como respondem à pergunta fundamental: como a perspectiva do capital determinar o trabalho tem sido dominante<sup>229</sup>, desde ao menos a primeira revolução industrial, recoloca-se a questão que Deleuze retoma de La Boetie e Espinosa através de Reich e entende ser fundamental em economia política: por que os homens lutam por sua servidão tão determinados como se lutassem por sua salvação?

# IV. 2. Visão Prospectiva: Determinação, Implicação e Contradição

O marxismo de Hardt&Negri está assentado em um materialismo histórico atualizado, como foi visto. Uma vez que na tradição marxista o trabalho é compreendido como o elemento central e ativo, tal tradição tem por um de seus fundamentos considerar uma continuidade histórica de modos de produção, os quais se sucedem em ciclos específicos<sup>230</sup>, de tal modo que cada ciclo surge e se esgota devido a suas contradições intrínsecas, devendo culminar tal processo em um modo de produção cooperativo, em um comunismo.

<sup>&</sup>lt;sup>229</sup> A tendência de considerar o capital como o polo ativo na díade com o trabalho pode ser confirmada na escolha de palavras que passaram a representar os confrontos entre trabalho e capital: anti capitalismo, contra capitalismo, revolução proletária, etc. Ver NITZAN, JONATHAN &SHIMSHON BICHLER; *Capital as Power: a study or order and creorder;* Routledge; New York; 2009

<sup>&</sup>lt;sup>230</sup> Os modos de produção identificáveis nos escritos de Marx seriam cinco: Asiático (forma primitiva de produção comunitária); ancestral (baseado na escravidão); feudal (baseado na servidão), capitalista (baseado no trabalho assalariado); e comunista (baseado na propriedade comunitária dos meios de produção). *Cf.* DAVID WALKER, DANIEL GRAY; *Historical dictionary of Marxism*; Scarecrow Press; Maryland, 2007

### IV.2.1 Determinação

Pela tese marxista, há uma lógica histórica que se desenrola em torno e através dos modos de produção. Em um mesmo tempo, em uma mesma organização sócio-política, diferentes modos de produção poderiam conviver. No entanto, o modo de produção que está em dominância tende a eliminar os modos anteriores, ao mesmo tempo que desenvolve adaptações e mecanismos para "solucionar" suas contradições e eliminar antagonismos em busca de se manter indefinidamente. Em comum a todos os modos de produção haveria, com base na produção, uma relação de determinação de três elementos estruturais: a estrutura econômica, a jurídico-política e a ideológica.

Tanto o modo de produção, como elemento central da história sócio-política humana, quanto o determinismo a ela associado são objetos de polêmicas constantes na história do materialismo histórico como apontam diversos autores, interpretes e comentadores marxistas.<sup>231</sup>

A rigor, considerando a centralidade do modo de produção, o materialismo histórico lança mão de duas estruturas de determinação: uma interna ao modo de produção que estabelece a relação entre o trabalho e as estruturas que organizam as relações sociais em geral e outra externa ao modo de produção que estabelece determinações de presença e sucessão entre diferentes modos de produção, em um movimento histórico e contínuo que resultaria em um último modo de produção ideal: o modo de produção comunista.

A determinação interna é comum a todos os modos de produção e foi inicialmente caracterizada por Marx como a relação necessária de determinação de uma superestrutura (jurídica, política, relações sociais, cultura e ideologia) por uma infraestrutura (tecnologias, economia e relações de produção):

Na produção social da própria existência, os homens entram em relações determinadas, necessárias, independentes de sua vontade; estas relações de produção correspondem a um grau determinado de desenvolvimento de suas forças produtivas materiais. A totalidade destas 'relações de produção' constitui a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se eleva

<sup>&</sup>lt;sup>231</sup> Cf. Barros, José D'Assunção; Crítica e Sociedade: revista de cultura política. v.1-n.1, 2011; pag. 96

uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência. O modo de produção da vida material condiciona o processo de vida social, política e intelectual. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser; ao contrário, é o seu ser social que determina a sua consciência". 232

Nesse momento, Marx denomina como infraestrutura a "estrutura econômica da sociedade" entendida como a totalidade das relações de produção da vida material. A infraestrutura é também denominada de base econômica, ou simplesmente de base. A superestrutura, determinada (porque "os homens entram em relações determinadas, necessárias, independentes de sua vontade") a partir da infraestrutura, seria, conforme o texto de Marx, o conjunto dos processos da vida social, política e intelectual.

A questão da determinação, tanto interna quanto externa, é um dos elementos conceituais do marxismo gerador de extensa polêmica, tanto na interpretação do texto marxiano, quanto nas revisões conceituais posteriores. Como autodeclarados marxistas Hardt&Negri não escapam dessa polêmica.

O estudo do tema da determinação realizado por José D'Assunção Barros oferece um resumo histórico conceitual dos diversos autores e abordagens na figura abaixo. Mais do que a relação de autores (necessariamente incompleta, pois estão ausentes

marxismos

Marx

Argan

referências a Kautsky, Lenin, Sartre e Mao, entre outros), interessa a compilação de ao

menos oito posições sobre

determinação, a saber:

- Determinação Absoluta da Base a Superestrutura
- 1. Determinação Econômica em última instância
- Autonomia Relativa de 2. Elementos da Superestrutura
- Interação Recíproca entre Base e 3. Infraestrutura
- 4. Sobredeterminação
- 5. Redefinição conceitual de determinação
- R. Willians Reconfiguração da Base e do Modo de Produção 6.
- 7. Abandono ou Revisão do par Base - Superestrutura

<sup>&</sup>lt;sup>232</sup> Marx, Karl; 1859, pag, 24-25; apud op. cit. Barros, 2011; pag. 99.

Detalhar cada uma dessas oito posições não será objeto aqui. No entanto, interessa destacar três aspectos sobre determinação no marxismo. Primeiramente é fundamental lembrar que considerar a posição inicial de determinação absoluta da base sobre a superestrutura como sendo a posição de Marx não é um entendimento comum aos marxistas em geral. Como foi apontado acima, o próprio Marx relativizou tal determinação ao propor que distintos modos de produção convivem em um mesmo tempo, mesmo sob um modo dominante e tendente à hegemonia. Essa proposição é fundamental para a recepção e crítica do marxismo de Hardt&Negri, na medida em que uma dada tendência, o trabalho imaterial por exemplo, se afirmará hegemônica, mas não em termos absolutos. Nesse sentido, seguindo no exemplo, apontam para a convivência entre trabalho material e imaterial.

# IV.2.2 Determinado ma non troppo

A posição de Hardt&Negri sobre a determinação se mostra ambivalente quando diagnosticam que o trabalho imaterial invalida a teoria do valor marxiana e requer sua reconfiguração completa, o que afinal irá configurar um exercício de determinação estrita da produção para a superestrutura, ou para todo restante da vida, seguindo pelo registro da bioprodução, biopoder e biopolítica.

A diversidade de posições confirma a relevância do tema do determinismo no marxismo e demonstra como tem sido essencial enfrentar as dificuldades que dele decorreram, ou decorrem. Em especial a questão da construção de prognósticos não realizados, ainda que afastados os exageros de tomar Marx como profeta, precisou ser enfrentada, sobretudo a partir das mutações do capitalismo e do desmantelamento dos estados socialista europeus e asiáticos nas décadas de 80 e 90.

Nesse sentindo, a construção de uma determinação nuançada em Hardt&Negri parece ser uma resposta às dificuldades enfrentadas pelo marxismo no passado, incluindo-se aí a experiência pessoal de Negri nas décadas de 60 e 70 na Itália. Seu posicionamento está de acordo com a ideia de superação e abandono da díade base-superestrutura, de tal modo que a adoção da relação tensionada entre biopoder e biopolítica constitui, juntamente com a tendência à hegemonia do trabalho imaterial e o

conceito de multidão como agente político constituinte, o novo referencial para construção de diagnósticos e prognósticos.

Esse rumo dado ao determinismo interno ao modo de produção, aquele que se daria entre a base e a superestrutura, é o terceiro aspecto a ser destacado. Hardt&Negri esclarecem a origem de seu posicionamento a partir de um elogio a Gramsci:

Gramsci também reconhece no Fordismo que a subsunção da sociedade ao capital leva à transformação da composição técnica do proletariado, e ele parece intuir que eventualmente, conforme o diagrama biopolítico, a produção capitalista iria transbordar para além das paredes da fábrica para investir sobre toda a esfera social, eliminando as divisões entre estrutura e superestrutura, trazendo as relações culturais e sociais diretamente para o reino do valor e da produção econômicos. Ele até mesmo apreendeu que a nova composição técnica implica uma nova produção de subjetividade: "na América a racionalização determinou a necessidade de elaborar um novo tipo de homem adequado ao novo tipo de trabalho e de processo produtivo".<sup>233</sup>

Em seguida introduzem decisivamente sua posição através de uma crítica, nos seguintes termos:

Mas, Gramsci deixa de antecipar –e como poderia ele antecipar? – que com o desenvolvimento do diagrama biopolítico abre-se a possibilidade de uma nova diagonal política. A construção da multidão e a composição e consolidação de suas capacidades para a tomada de decisões democráticas em instituições revolucionárias é exatamente o tipo de produção de subjetividade que Gramsci vê como necessária para uma revolução ativa em lugar de uma passiva. Tal retorno ao Gramsci Leninista, no terreno da biopolítica, nos permite agrupar os ramos aparentemente divergentes de seu pensamento. Não nos é oferecida uma alternativa – ou insurreição ou luta institucional, nem mesmo revolução ativa ou passiva. Ao contrário, revolução deve ser simultaneamente ambas, insurreição e instituição, transformação estrutural e superestrutural.<sup>234</sup>

Ainda que introduzam conceitos que ensejam relações de indeterminação tais como biopoder, biopolítica, diagrama biopolítico, diagonal política e trabalho imaterial, não deixam, Hardt&Negri, de apresentar no seu marxismo uma certa tensão interna considerando a temática da determinação.

De um lado, como mostra a citação acima, os conceitos de estrutura e superestrutura, bem como sua relação de determinação, estão mantidos para caracterizar um desafio revolucionário, muito embora a essência do antagonismo no

<sup>&</sup>lt;sup>233</sup> HARDT&NEGRI; Commonwealth; Op. Cit.; pág 366

<sup>&</sup>lt;sup>234</sup> Ibidem

terreno da biopolítica seja a reação à determinação da vida pelo biopoder: um elogio à indeterminação na produção de subjetividades como a vida que não se submete à subsunção pelo capital.

De outro lado, sua declaração de método explicita a crença na tendência histórica, uma determinação necessariamente absoluta quando declaram que:

> Está implícito na ideia de tendência histórica a ideia de periodização histórica. Mudanças infinitesimais na história ocorrem todo dia, mas existem também grandes paradigmas que por longos períodos definem nosso modo de pensar, estruturam nossos conhecimentos, o que aparece como normal e anormal, o que é óbvio e obscuro, e até mesmo o que pode ser pensado ou não, e então muda dramaticamente para formar novos paradigmas.<sup>235</sup>

Também estabelecem uma lógica determinista quando abraçam o conceito de abstração genuína (e por consequência de uma teoria do valor) e de produção de subjetividades revolucionárias.

Ademais, o recurso de Hardt&Negri a Espinosa, na recuperação do conceito de multidão, traz em si uma dificuldade relevante: a filosofia de Espinosa é tida como de determinação absoluta, a ponto de a questão da possibilidade, da contingência e da liberdade serem polêmicas recorrentes no seu estudo. <sup>236</sup> No entanto, para Hardt&Negri, a gênese da multidão se assentaria ao menos em três indeterminações fundamentais: a ausência de identidade na multidão enquanto ente uno em contraste com o conceito de povo, o comum como condição de possibilidade da multidão fruto do vazio e de kairós e a incomensurabilidade do trabalho imaterial como articulação entre subjetividade, comum e multidão.

Tais possíveis tensões, bem como suas potencialidades, podem ser mais claramente estabelecidas no interior das implicações que Hardt&Negri elaboram a partir do trabalho imaterial no contexto da biopolítica.

Volume 2 - Issue 1; 2008; e Ramacciotti. Bárbara Lucchesi; Deleuze e Chauí: Leituras Paralelas sobre a

<sup>&</sup>lt;sup>235</sup> HARDT&NEGRI; Multitude; op.cit.; pág. 140

<sup>&</sup>lt;sup>236</sup> SANTIAGO, HOMERO S.; A questão do Possível no Espinosismo e suas Implicações em Antonio Negri; Revista Conatus; Filosofia de Spinoza; Volume 4 – No 8; dezembro 2010 ver também: Wolfe, Ross Laurence; Substance, Causation, and Free Will in Spinoza and Leibniz; Arché -,

# IV. 3. O Trabalho Imaterial Modifica?

Sendo marxistas Hardt&Negri, como vimos, têm a produção como o fator central na determinação das relações sociais em amplo senso (relações sociais, econômicas e políticas). Em sua avaliação o trabalho imaterial é uma tendência histórica consolidada de tal modo que será hegemônico, e tal marcha iniciou-se desde ao menos a década de 70 do século XX. A imaterialidade do trabalho se estenderia ao consumo e atravessaria toda a materialidade atingindo todas as manifestações de vida, e dessa forma a teoria do valor marxiana deveria ser reconfigurada com base no comum como o foco de exploração pelo biopoder.

#### IV.3.1 O Imaterial e a Teoria do Valor

Segundo Hardt&Negri com o advento do trabalho imaterial e da bioprodução a teoria do valor de Marx deixaria de funcionar, por conta da incomensurabilidade da vida enquanto produção e consumo imateriais: "a produção biopolítica (bioprodução) é, por um lado, imensurável porque não pode ser quantificada em unidades fixas de tempo, e, por outro lado, é sempre excedente com respeito ao valor que o capital pode dela extrair porque o capital nunca poderá capturar toda a vida.<sup>237</sup>

Sendo assim, número e medida não mais sustentariam disciplina e controle, ou, em outras palavras, sem mensuração não poderia haver biopoder, pois o determinismo da economia e da administração se assentam na capacidade de reduzir fenômenos a números. Como foi lembrado anteriormente a essência de todo método científico está na capacidade de medir fenômenos, ou seja, "quando você pode medir a coisa sobre a qual está falando, e expressá-la em números, você sabe algo a respeito dela"<sup>238</sup>.

Marx construiu sua crítica ao capitalismo e seu exercício prospectivo sob a mesma racionalidade cientificista que anima economistas e administradores desde o século XIX

<sup>&</sup>lt;sup>237</sup> HARDT&NEGRI; Multitude; Op. cit.; pag. 146

<sup>&</sup>lt;sup>238</sup> Cf. citação acima na pág 16

até os dias de hoje. Hardt&Negri localizam Marx em uma tradição de medida que teria seu princípio em Aristóteles:

A grande tradição metafísica Ocidental sempre abominou o incomensurável. Desde a teoria aristotélica da virtude como medida até a teoria hegeliana da medida como a chave para a passagem da existência a essência, a questão da medida tem sido estritamente ligada aquela da ordem transcendente, Mesmo a teoria do valor de Marx presta tributos a esta tradição metafísica: sua teoria do valor é na verdade uma teoria da medida do valor.<sup>239</sup>

Em essência a teoria do valor de Marx revê a estruturação de valores constituída e praticada, no capitalismo industrial nascente de seu tempo, sob determinações de número e medida, de modo a desnudar suas contradições e em assim sendo identificar as implicações que levariam necessariamente ao seu fim.

Para Hardt&Negri a teoria do valor de Marx é em essência uma teoria quantitativa do trabalho<sup>240</sup> que utiliza as mesmas referências de determinação científica presentes nas escolas de economia clássica, liberal e utilitarista, para confrontar práticas de valor na relação trabalho mercadoria vigentes à época no campo da economia política.

Partindo da hegemonia do trabalho imaterial Hardt&Negri indicam uma nova contradição interna ao capitalismo na sua tentativa de reduzir à medição o incomensurável: a vida como resultado da bioprodução excederia qualquer forma ou instrumento de medição<sup>241</sup>. Tal contradição estabeleceria de fato a inadequação da teoria do valor de Marx:

Marx estabelece a relação entre trabalho e valor em termos de quantidades correspondentes: uma certa quantidade de tempo de trabalho abstrato iguala uma quantidade de valor. Conforme esta lei de valor, a qual define a produção capitalista, valor é expresso unidades homogêneas e mensuráveis de tempo de trabalho. (...). Esta lei, entretanto, não pode ser mantida hoje na forma que Smith, Ricardo e Marx mesmo a conceberam. A unidade temporal do trabalho como a medida básica de valor não faz mais sentido hoje.<sup>242</sup>

A hegemonia do trabalho imaterial abriria uma nova perspectiva de crítica e antagonismo no interior do modo de produção capitalista contemporâneo que tem seu

<sup>&</sup>lt;sup>239</sup> HARDT & NEGRI; Empire; Op. cit; pág. 355

<sup>&</sup>lt;sup>240</sup> HARDT &NEGRI; Multitude; Op. cit.; pág. 145

<sup>&</sup>lt;sup>241</sup> Idem; pag. 146

<sup>&</sup>lt;sup>242</sup> Idem; pág. 145

paradigma central fundado a partir da cooperação, colaboração e comunicação implicando o comum:

No paradigma da produção imaterial, em contraste, o próprio trabalho tende a produzir os meios de interação, comunicação e cooperação para a produção diretamente. O trabalho afetivo sempre constrói diretamente uma relação. A produção de ideias, imagens, e conhecimentos não apenas conduzidas em comum — ninguém de fato pensa sozinho, todos pensamentos são produzidos em colaboração com o pensamento passado e presente de outros — mas também cada nova ideia e imagem convida e abre colaborações. A produção de linguagens, enfim, tanto linguagens naturais quanto às artificiais, como as linguagens de computadores e vários tipos de código, são sempre colaborativas e sempre criam novos meios de colaboração. Em todos esses caminhos, na produção imaterial a criação de cooperação tornou-se interna ao trabalho e assim sendo externa ao capital.<sup>243</sup>

A externalidade ao capital dos produtos do trabalho imaterial implicaria que o capital utilizaria tais produtos sem, contudo, ter de remunerá-los integralmente, o que por seu turno implicaria a impossibilidade do capital manter sua produção e uso sob controle integral. Assim, "hoje, uma teoria da relação entre trabalho e valor deve necessariamente ser baseada no comum. O comum surge nas duas pontas da produção imaterial, como pressuposto e como resultado"<sup>244</sup>.

Para Hardt&Negri o comum atravessa todo o processo produtivo e desse atravessamento emana um novo antagonismo uma vez que mantêm o princípio marxiano de associação direta entre o antagonismo e a exploração. Como "Marx insiste que qualquer conceito de exploração deve estar baseado em uma teoria do valor" e como a nova teoria do valor está baseada no comum, a exploração passa a ser a expropriação do comum. Ou seja, o comum teria passado a ser o *locus* da mais-valia.<sup>245</sup>

No entanto, a revisão da relação entre trabalho e valor empreendida por Hardt&Negri tem sido questionada, juntamente com outros elementos de seu pensamento. Desde o início do século XXI, ao mesmo tempo que os livros da trilogia *Império*, *Multidão* e *Commonwealth* tornaram-se best-sellers, surgiram questionamentos

<sup>&</sup>lt;sup>243</sup> Idem; pág. 147

<sup>&</sup>lt;sup>244</sup> Idem; pág. 149

<sup>&</sup>lt;sup>245</sup> Idem; pág. 150

relevantes e bem fundamentados<sup>246</sup>, sobretudo quanto à novidade do trabalho imaterial e, portanto, quanto às implicações a ele atribuídas.

Tais críticas questionam como Hardt&Negri fundamentam seu argumento do impacto do trabalho imaterial sobre a teoria do valor em ao menos três aspectos: (i) a hegemonia do trabalho imaterial; (ii) a novidade da incomensurabilidade da produção imaterial, uma vez que produzem vida sob a forma de afetos, relações, valores, cultura e subjetividades; e (iii) o Comum como meio e resultado inevitável da produção imaterial. Ademais, também estão presentes questionamentos quanto à indeterminação na gênese da multidão e quanto à produção de subjetividades revolucionárias a partir do trabalho imaterial.

### IV.3.2 A Hegemonia do Trabalho Imaterial

Desde a etimologia o conceito de hegemonia deve ser entendido como dominância de uma coisa sobre outra. Sua aplicação ordinária remeterá a algum tipo de relação de poder entre duas instâncias, uma dominante e uma dominada, que se configuram em torno de uma questão que define a natureza e extensão de tal poder.

Em sua origem, hegemonia vem da palavra grega hêgemôn (ηεγεμον) que significa chefe, comandante, soberano, e foi utilizada para exprimir a predominância de uma cidade estado sobre as demais. Daí poder-se falar em hegemonia política, tecnológica, cultural, etc. como manifestações de uma hegemonia no sentido mais geral e amplo. O uso de formas compostas que adjetivam um conceito pode sempre enfraquecê-lo ou ampliá-lo, o que no caso do conceito de hegemonia representou um risco de fragmentação e um desafio de consolidação enfrentados pela pena de Gramsci.

Hegemonia, no campo do marxismo, tem uma delimitação precisa como um conceito em economia política. Introduzido inicialmente por Marx com foco na expansão da produção industrial, foi retomado por Lênin e definitivamente consolidado como

<sup>&</sup>lt;sup>246</sup> SEWEL, ROB; *In Defence of Marx's Labour Theory of Value*; http://www.marxist.com/in-defence-of-ltv.htm: 2014

CAMFIELD, DAVID; The Multitude and the Kangaroo: A Critique of Hardt and Negri's Theory of Immaterial Labour; Labour Studies; University of Manitoba; 2006

conceito por Gramsci como o fio condutor das relações sociais de dominação em um contexto de lutas de classes, no caso classe trabalhadora versus a classe capitalistaburguesa, a partir de uma outra relação de determinação entre estrutura e superestrutura:

A noção de hegemonia propõe uma nova relação entre estrutura e superestrutura e tenta se distanciar da determinação da primeira sobre a segunda, mostrando a centralidade das superestruturas na análise das sociedades avançadas. Nesse contexto, a sociedade civil adquire um papel central, bem como a ideologia, que aparece como constitutiva das relações sociais.<sup>247</sup>

Hardt&Negri utilizam o conceito de hegemonia sob uma outra acepção distinta dessa conformação conceitual dada por Gamsci. Sua opção é por associar hegemonia com tendência histórica, de tal modo, que a hegemonia seja um movimento em direção a uma futura hegemonia que está sinalizada no momento presente. Mais especificamente, dada a centralidade recuperada do trabalho em economia política, tratar-se-ia de identificar a hegemonia de uma forma de trabalho no interior do modo de produção capitalista. Tal forma de trabalho, como foi extensivamente visto, seria o trabalho imaterial. Para os autores tal tendência mostra uma determinação causal com entorno e datação bem definidos:

Não é coincidência que o tratado ABM tenha sido assinado entre o desligamento do dólar americano do padrão ouro em 1971 e a primeira crise do petróleo em 1973. Esses anos não foram apenas de crise monetária e econômica, mas também tanto do princípio da destruição do estado de bemestar quanto do deslocamento da hegemonia da produção econômica da fábrica para setores mais sociais e imateriais. <sup>248</sup>

Esse uso do conceito de hegemonia, como ponto futuro de uma tendência não está completamente desvinculado da conceituação gramsciana, na medida em que há também em Hardt&Negri uma determinação entre estrutura e superestrutura, em linha com o modelo de Gramsci: a hegemonia do trabalho imaterial implicaria um conjunto de sobredeterminações entre estrutura e superestrutura em torno das relações sociais,

<sup>&</sup>lt;sup>247</sup> CAVALCANTI ALVES, ANA RODRIGUES; *O conceito de hegemonia: de Gramsci a Laclau e Mouffe*; Lua Nova, São Paulo, 80: 71-96, 2010

<sup>&</sup>lt;sup>248</sup> Hardt&Negri; *Multitude*; op. cit.; pág. 39

políticas, econômicas. Em ambos os casos, da determinação histórica presente na tendência histórica de hegemonia do trabalho imaterial e das determinações internas presentes nas mudanças provocadas pelo trabalho imaterial sobre o todo da vida, surgem aquelas dificuldades próprias ao marxismo vis-à-vis a determinação, como foi apontado anteriormente. No entanto, outras dificuldades relevantes surgem e devem ser apresentadas neste ponto, principiando pela seguinte declaração:

A figura hegemônica não é dominante em termos quantitativos, mas, ao contrário, na maneira como exerce um poder de transformação sobre os outros, Hegemonia aqui designa a tendência. <sup>249</sup>

As dificuldades decorrem dessa revisão do conceito de hegemonia e de sua aplicação à produção, a partir da questão da materialidade/imaterialidade do produto e do trabalho. O conceito de hegemonia pressupõe uma combinação de domínio quantitativo e qualitativo que confere a uma dada polaridade poder sobre as demais polaridades ativas naquele contexto, assunto, dimensão, etc. Um poder de determinação que ou extingue, ou anexa as diferenças, gera antagonismo porque as quer manter sob controle.

A constatação de uma hegemonia, portanto, é em um primeiro movimento necessariamente empírica, através da manifestação objetiva desse poder de determinar em ambas as dimensões (quantidade e qualidade). Tal constatação empírica da hegemonia do trabalho imaterial não se apresenta de maneira inquestionável do ponto de vista quantitativo como admitem Hardt&Negri e antecipam em certa medida tais dificuldades ao declararem que:

A cena contemporânea do trabalho e da produção que iremos expor está sendo transformada sob a hegemonia do trabalho imaterial, ou seja, o trabalho que produz produtos imateriais tais como informação, conhecimentos, ideias, imagens, relações e afetos. Isto não significa que não existe mais a classe do trabalho industrial cujas mãos calejadas labutam com maquinas ou que não existam mais trabalhadores na agricultura que aram o solo. Não significa que o número de tais trabalhadores tenha decrescido globalmente. De fato, trabalhadores envolvidos primariamente na produção imaterial são uma pequena minoria do total global. Significa, ao contrário, que as qualidades e características da produção imaterial estão tendendo a transformar outras formas de trabalho e na verdade a sociedade como um todo.<sup>250</sup>

<sup>&</sup>lt;sup>249</sup>Ibidem; pág. 107

<sup>&</sup>lt;sup>250</sup>Ibidem; pág. 65

Reafirmam seu posicionamento, em outro momento, da seguinte forma:

Ainda que o trabalho imaterial não seja dominante em termos quantitativos, nossa alegação é que impôs uma tendência sobre todas as outras formas de trabalho, transformando-os conforme suas próprias características, e nesse sentido ele adotou uma posição hegemônica. 251

Em suma, Hardt&Negri pretendem solucionar a ausência de uma dominação quantitativa demonstrável do trabalho imaterial como prova de sua hegemonia propondo a distinção entre dominância quantitativa e hegemonia e estabelecendo por consequência apenas a dominação qualitativa como a forma de constatação empírica da

hegemonia do trabalho imaterial.

O argumento apresentado iguala o trabalho imaterial ao trabalho vivo de Marx e dessa forma estabelece a distinção entre criar os meios para a vida social, próprios da produção material, e criar a vida social em si<sup>252</sup>. A constatação da hegemonia (leia-se do poder transformador) do trabalho imaterial sobre as demais formas de trabalho se

manifestaria através dessa criação da vida social própria do trabalho vivo.

Tal estratégia soa mais como estratagema do que uma construção conceitual rigorosa, na medida em que a distinção entre dominação quantitativa e qualitativa surge como natural, como se fosse própria da história do conceito de hegemonia, pois essa modificação conceitual sobre o conceito de hegemonia não é argumentada ou justificada e seguer apontada, o que permite depreender que tal reconfiguração é realizada com o fim de solucionar a dificuldade de comprovar a dominação quantitativa do trabalho

Ademais, o recurso ao trabalho vivo não se sustenta na medida em que na prática há trabalho morto imaterial. A automação dos processos de comunicação e informação em redes interativas prescinde do humano no processo de produção como acontece, por exemplo, nos sistemas de pesquisa na internet que geram informações a partir de uma

pura interação homem-máquina e ao mesmo tempo adquire informação sobre a pessoa.

<sup>251</sup> Ibidem; pág. 141

imaterial.

<sup>252</sup> Ibidem; pág. 146

169

Posteriormente essas informações são concatenadas com uma diversidade de fontes de dados sobre cada pessoa, formando um imenso depósito denominado *big data*, que através de algoritmos pré-definidos disparam informações e relações personalizadas ainda sem qualquer intervenção ou participação humana. Existe, portanto, uma produção social a partir do trabalho morto imaterial.

Em suma, mesmo aceita a tese da hegemonia como dominância qualitativa, ainda assim restará a dificuldade de comprovar uma hegemonia no caso do trabalho imaterial. Os autores reconhecem a diversidade de formas de trabalho tanto em estágios de convivência quanto em diversidades geográficas e culturais como uma questão acessória, o que em absoluto não é, na medida em que defendem um antagonismo globalizado assentado sobre uma teia de comuns que atravessa todas as formas de trabalho dado o trabalho imaterial hegemônico. Ou seja, a rigor, esse estatuto de um trabalho imaterial hegemônico que modifica todas as demais formas de trabalho é um postulado naturalizado como condição dada de nosso tempo.

Estabelecer postulados não significa em si um problema, desde que expostos à crítica e estabelecidas as condições de aceitação, ou rejeição, daquele sistema. Novamente, trata-se de aceitar uma indeterminação em um sistema que aposta em determinações.

### IV.3.3 Incomensurabilidade do Imaterial: um novo velho dado

A incomensurabilidade do imaterial, especificamente enquanto trabalho e produção, é argumentada por Hardt&Negri como um novo elemento gerador de tensão no interior do modo de produção capitalista, o qual, com o advento do biopoder, passou a procurar a produção e controle de tudo na vida, inclusive a própria vida.

Na verdade, o próprio trabalho imaterial é entendido como uma ruptura estrutural na tradição capitalista que havia se consolidado com base no trabalho material,

característico da produção industrial. Tal ruptura teria, segundo Hardt&Negri, se iniciado na década de 70 do século XX.<sup>253</sup>

Dessas afirmações surgiram inúmeras contestações das quais duas são fundamentais: a invalidação da lei de valor de Marx e a marcação cronológica sobre a ruptura do trabalho imaterial. Princípio por discutir esta última afirmação.

### A novidade do trabalho imaterial

A década de 70 está profundamente conectada com o espirito revolucionário para além do espirito de época (zeitgeist). A rigor a década de 70 é uma longa e ampliada série de ecos dos eventos dos anos finais da década anterior, em particular de maio de 68. Ao lado do fenômeno dos totalitarismos pré e pós Segunda Grande Guerra (sobretudo os campos nazistas de extermínio) e da debacle dos regimes comunistas e socialistas, cuja marcação é a queda do muro de Berlim em 89, tais datações mobilizaram e ainda mobilizam intelectuais de todos os campos que tendem a torna-los referência indispensável na construção de analises de base histórica. Certamente é o caso de Negri, sobretudo se considerarmos a particularidade do processo italiano no qual esteve envolvido como protagonista.

Assim, tomar a década de 70 como marcação para sua teoria de biopoder e biopolítica e para a alegação de início da hegemonia do trabalho imaterial foi-lhe natural. No entanto, é também impreciso e envolve um grau acentuado de abstração da presença da imaterialidade e da relação entre produção e vida em tempos anteriores da história humana, bem como uma redução da análise marxiana dos fenômenos sociais a partir da produção.

Hardt&Negri defendem que a hegemonia do trabalho imaterial é um fenômeno contemporâneo a partir de uma revolução nas formas de trabalho que caracterizam como pós-fordismo. No entanto, as características que atribuem ao trabalho imaterial sempre estiveram presentes na história do trabalho humano em todos os modos de produção:

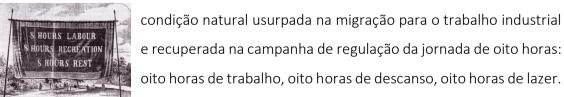
<sup>&</sup>lt;sup>253</sup> Ibidem; pág. 39

- Ausência de limites de tempo para o trabalho (no trabalho escravo e feudal)
- Cooperação entre trabalhadores da mesma especialização (as guildas entre os séculos XII e XV são exemplos evidentes) e entre trabalhadores de especialidades diversas (a construção de embarcações no ciclo de navegação português)
- Mobilização de conhecimento em regime de cooperação (no mesmo ciclo de navegações e no desenvolvimento da eletricidade).
- Comunicação como aglutinadora social e produtora de relações sociais (como no caso da religião, especialmente a disseminação da leitura da bíblia na reforma protestante)
- Produção de afetos (como no caso da música presente em todas as culturas atravessando todos os modos de produção, e de todas as demais artes)

Ou seja, poder-se-ia falar de novidades nos meios pelos quais se realiza o trabalho imaterial, mas não em uma surgência surpreendente que rompe um paradigma, e nem mesmo falar de uma hegemonia qualitativa própria do poder de penetração da imaterialidade, uma vez que essa mesma relação entre o material e o imaterial pode ser apontada em variados ofícios e profissões ao longo da história, tal como, para citar apenas um exemplo, a imaterialidade das relações de poder mobilizadas através do corpo no trabalho das cortesãs.

Cumpre também questionar se afinal toda a história do exercício de poder político<sup>254</sup> e serviço público na longa tradição republicana não se refere a trabalho imaterial. Não relata Maquiavel exemplos de trabalho imaterial nos Discorsi quando apresenta a política como atividade social e pública na história do Império Romano?

Por outro lado, a ideia de expansão do trabalho para o todo da vida implica aceitar uma condição anterior na qual a divisão de tempo entre vida e trabalho seria uma



<sup>&</sup>lt;sup>254</sup> Refiro-me ao fato de o poder legislativo realizar produção imaterial soba forma de leis, do poder judiciário produzir imaterialmente quando realiza julgamento e do executivo também produzir imaterialmente quando define e aplica políticas econômicas tecnológicas, educacionais, de saúde, etc.

172

No entanto, conforme mostra a prática, a jornada de oito horas de trabalho não garante que a vida do trabalhador não seja tomada pelo trabalho, estabelece sim limites para a exaustão de corpos e mentes, e define regras para a valoração do trabalhador a partir do tempo, de tal forma que o tempo de trabalho será o denominador comum das conquistas laborais subsequentes, tais como descanso semanal remunerado, férias remuneradas, décimo terceiro salário, horas extras, estabilidade, etc.

É preciso considerar que durante a jornada de oito horas há vida no trabalhador, há vida em geral. Logo, se antes não havia limite na invasão da vida pelo trabalho, com a jornada de oito horas essa invasão foi delimitada, porém não extinta. Ainda que tal fato soe óbvio ele é frequente esquecido como se essa perda de vida fosse aceitável, em uma espécie de barganha inicial que nunca resultou efetivamente em uma relação capital trabalho menos agressiva ao bom viver do trabalhador. Basta lembrar alguns poucos e óbvios exemplos de usurpação da vida no trabalho, tais como a restrição de se ausentar do posto de trabalho sem a autorização do empregador, a diferença de ganhos entre homens e mulheres, ou a restrição de acesso a recursos de redes sociais que sejam de natureza pessoal.

Daí terem surgido, recorrentemente, questões sobre qualidade de vida no trabalho, em um percurso que levou, por exemplo, à construção de legislações trabalhistas sobre assédio moral, discriminação de gênero e opção sexual entre outras. Ou seja, a dominação da vida pelo biopoder sempre esteve presente naquelas relações entre trabalho e capital regidas por tempo e espaço determinados, como acontece com o trabalho nas fábricas e escritórios.

Ademais, o advento do trabalho assalariado não levou a uma uniformidade das relações entre trabalho e capital, mesmo considerando delimitações de espaço e tempo, vale dizer, em uma dada época e em uma dada geografia. Umas das características fundamentais do modo de produção capitalista tem sido a diversidade de vínculos entre capital e trabalho em um processo cumulativo no qual novas modalidades de vínculo trabalhista não substituem antigas, mas se somam aumentando o leque de opções como foi o caso, por exemplo, das terceirizações desde meados da década de 80. Tal diversidade se faz sob os mesmos pressupostos de domínio e controle sobre a vida

através do trabalho. Mesmo nas profissões ditas liberais, como médicos, advogados, consultores, entre outros, a subsunção da vida ao capital está presente como uma determinação do que deve ser o trabalho perante o todo da vida.

Considerar a invasão da vida pelo trabalho como um fenômeno recente de um biopoder reconfigurado com a emergência de uma hegemonia do trabalho imaterial é um engano que tem duas facetas.

De um lado, como demonstrado acima, não existe uma nova condição de subsunção da vida ao trabalho por conta da dissolução do tempo fixo do trabalho e da remoção dos limites intra fábrica ou escritório. A ocupação ininterrupta da mente do trabalhador não decorre, e não decorria no passado, da sua presença física em um dado local. A relação ininterrupta com o processo produtivo se consolidou como cultura e identidade: o sujeito passou a ser sua profissão antes de qualquer outro atributo identitário

Quando uma questão profissional ocupa a mente de um trabalhador fora do tempo e do ambiente do trabalho, há trabalho imaterial sendo realizado, quer na elaboração de soluções para problemas que restaram para ser resolvidos, quer na tensão de cumprimento de metas e orçamentos, quer no exercício competitivo exigido para seu desenvolvimento profissional, quer na demanda por auto investimento na expansão das competências profissionais.

De outro lado, as facilidades de comunicação e processamento de dados expandiram-se fabulosamente desde a década de 70, culminando em sua fusão no que se denominou teleprocessamento em redes ponto a ponto. Como consequência tempo e espaço foram reconfigurados: as distâncias e encolheram e a velocidade de circulação, material e imaterial, de bens e serviços foi incrementada exponencialmente.

Nesse cenário, de fato, tornou-se materialmente mais fácil constatar a presença do trabalho na vida do trabalhador para além de espaço e tempo determinados. Tal constatação se fez em meio a uma avassaladora disponibilidade de informação e meios de comunicação e obliterou a constatação da presença histórica da imaterialidade, desde sempre, no modo de produção capitalista.

Em suma, a presença do imaterial no ciclo de produção e consumo nem atingiu uma tal dominação, em termos quantitativos, que o torne hegemônico, nem é uma novidade nascida ou afirmada na década de 70 do século XX, como pretendem Hardt&Negri. O fenômeno que observam é a rigor uma aceleração do ciclo de produção, material e imaterial, que implica modificações amplas tanto na relação entre o material e o imaterial, quanto nos planos social e individual, as quais podem exigir outras respostas conceituais capazes de explicação e atuação sobre novos fenômenos econômicos e políticos.

No entanto, para Hardt&Negri a teoria do valor de Marx deveria ser revista uma vez que não contemplaria as modificações introduzidas pelo trabalho imaterial nas relações econômicas de produção e consumo. Mas será de fato essa a dificuldade? Estará obsoleta a teoria de valo marxiana?

### A obsolescência das teorias de valor

Em Hardt&Negri, a alegação de obsolescência da teoria do valor de Marx, como foi visto, se assenta na impossibilidade de mensuração da vida decorrente da hegemonia do trabalho imaterial.

Neste ponto nós podemos reconhecer que esta produção biopolítica é, por um lado, incomensurável, porque não pode ser quantificada em unidades fixas de tempo, e, por outro lado, sempre excedente com respeito ao valor que o capital pode dela extrair porque o capital nunca poderá capturar toda a vida. É por isto que nós temos que revisar a noção de relação entre trabalho e valor na produção capitalista.<sup>255</sup>

Como toda teoria do valor na produção capitalista é uma teoria da medida (no caso específico de Marx medida do tempo de trabalho abstrato), não se trataria de invalidar apenas a teoria do valor de Marx, mas todas as teorias de valor, visto que todo o ciclo produção e consumo teria passado a ser incomensurável.

<sup>&</sup>lt;sup>255</sup> Idem; pág. 146

Neste capítulo, na seção anterior, foi abordada a questão da hegemonia do trabalho imaterial, o que configurou um primeiro questionamento sobre a obsolescência da teoria do valor marxiana, dado que não existiria nem homogeneidade nem dominância quantitativa do trabalho imaterial sobre as demais formas de trabalho e, portanto, não seria pela via da hegemonia do imaterial que teorias de valor estariam invalidadas.

Por outro lado, a própria questão da incomensurabilidade do imaterial tomada como fator de obsolescência das teorias de valor também merece ser afastada uma vez que tal alegação estaria baseada na premissa de que algo novo (o trabalho imaterial) não estava contemplado na teoria do valor.

A possível novidade do trabalho imaterial não implica necessariamente que teorias de valor concebidas antes dele deixem de valer. Uma teoria pode ter fundamentações suficientemente abrangentes e sólidas para incorporar novos fenômenos sem que deva ser abandonada. Tal processo pode seguir variados caminhos: em certos casos como na teoria neuronal, no eletromagnetismo ou na termodinâmica ocorreram expansões em camadas, porém em torno de certos eixos fundamentais estáveis em aprofundamentos sucessivos, em outros casos a teoria foi "emendada" por hipóteses *ad hoc* a partir de exceções, como no caso da mecânica celeste de Newton sobre o problema da órbita de Mercúrio, ou o ajuste da constante cosmológica na teoria da relatividade geral de Einstein. Em outros casos houve alternância entre teorias diversas até que ocorreu uma integração, como no caso da luz com a teoria corpuscular e a ondulatória, ou a integração entre mecânica e eletrônica na mecatrônica. O caso extremo é sempre o da completa rejeição de uma teoria o que configura uma revisão de estruturas causais a posteriori, vale dizer, implica reescrever a história constituída em torno do antigo paradigma, o que efetivamente pode ser chamado de uma quebra de paradigma<sup>256</sup>.

Assim, a revisão da teoria do valor de Marx, pretendida por Hardt&Negri a partir do trabalho imaterial, teria o impacto de uma quebra de paradigma e levaria a uma

<sup>&</sup>lt;sup>256</sup> Utilizo aqui a conceituação de paradigma proposta por Thomas S Kuhn em A Estrutura das Revoluções Cientificas, Editora Perspectiva, 1998.

completa reconfiguração do marxismo. A relevância da teoria do valor se evidencia dado o tema da mais-valia e da exploração, conforme pontuam:

> A teoria da exploração deve revelar a violência estrutural diária do capital contra os trabalhadores que gera antagonismo e serve, em paralelo, como a base para os trabalhadores se organizarem e recusarem o controle capitalista. Marx insiste que qualquer conceito de exploração deve ser baseado em uma teoria do valor. 257

Conforme a escolha de método o antagonismo é elemento essencial e tem na exploração sua atualidade: "o termo exploração hoje, mais que nunca, nomeia a constante experiência de antagonismo do trabalhador" 258. A relação entre medição, mais-valia e exploração seria fundamental, pois:

> Para Marx, exploração é definida em termos de quantidades de tempo de trabalho, exatamente como na teoria do valor. A intensidade da exploração corresponde ao tempo de trabalho excedente, ou seja, a porção de um dia de trabalho que se estende para além do tempo necessário para o trabalhador produzir valor igual o salário que ele ou ela recebe<sup>259</sup>.

A mudança exigida pela tese do trabalho imaterial fica então evidente e exige uma solução na medida em que continua existindo exploração. Hardt&Negri propõe uma outra estrutura para a exploração:

> Mas hoje, no paradigma da produção imaterial, a teoria do valor não pode ser concebida em termos de quantidades medidas de tempo, e assim exploração não pode ser entendida nesses termos. Assim como nós devemos entender a produção de valor em termos do comum, da mesma maneira também devemos tentar conceber exploração como a expropriação do comum. O comum, em outras palavras, tornou-se o locus da mais-valia. 260

Assim como o trabalho imaterial a expropriação do comum seria algo novo, próprio do cenário do capitalismo neoliberal de nossos tempos. Dada a implicação direta entre trabalho imaterial e teoria do valor, se apresentam as mesmas dificuldades quanto aos postulados que Hardt&Negri utilizam na alegação do comum como locus de uma nova forma de mais-valia. A alegação da novidade da expropriação do comum exige considerar que na história dos modos de produção capitalista a produção comum em bases cooperativas não acontecia antes e que essa produção cooperativa tenha acontecido sob exploração e gerado mais-valia.

<sup>&</sup>lt;sup>257</sup>HARDT&NEGRI; Multitude; Op. cit.; pág. 150

<sup>&</sup>lt;sup>258</sup> Ibidem

<sup>&</sup>lt;sup>259</sup> Ihidem

<sup>&</sup>lt;sup>260</sup> Ibidem

Tal dificuldade não se resume apenas a uma constatação histórica da produção comum, mas encontra também uma raiz conceitual relevante: em Marx o trabalho abstrato é o constructo essencial para a construção de uma teoria do valor e cumpre ao menos duas funções.

Por um lado, o trabalho abstrato realiza uma subsunção da diversidade de tipos e formas de trabalho, constituindo assim uma essência comum a todo trabalho, qual seja, a relação do trabalho com o tempo. O trabalho abstrato, portanto, é uma estrutura que conforma um comum e permite estabelecer uma relação de valor com uma outra instância comum, o dinheiro. De outro lado, a partir do trabalho abstrato Marx fala de tempos médios para pensar a mais-valia em termos de um sistema geral de exploração e domínio, o que necessariamente implica pensar uma exploração do comum, na medida em que trata de uma totalidade de mais-valia.

Assim, o trabalho abstrato, e por consequência a teoria do valor de Marx, se constitui como uma relação com o comum, contempla o comum. Nesses termos, não procederia afirmar, que surgiu uma nova forma de exploração e por consequência um novo antagonismo.

Dificuldades na relação entre trabalho imaterial e teoria do valor proposta por Hardt&Negri não se resumem a essas considerações. Diversos autores<sup>261</sup> apontaram para estas e outras questões desde a publicação de *Império* e *Multidão*. Interessa notar que no terceiro livro da trilogia, *Commonwealth* de 2009, Hardt&Negri parecem reagir a essas críticas de tal modo que o composto 'trabalho imaterial' desaparece quase completamente: há apenas uma ocorrência falando de "força de trabalho imaterial".

<sup>&</sup>lt;sup>261</sup> Dentre vários autores que elaboram questionamentos e desdobramentos sobre a teoria de trabalho imaterial de Hardt&Negri estão: Rob Sewel (In Defence of Marx´s Labour Theory of Value), Henrique Amorim (Trabalho Imaterial, forças produtivas e transição nos Grundrisse de Kar Marx, entre outros textos), Maria Turcheto (O triste fim do operaismo italiano), David Camfield (The Multitude and the Kangaroo: A critique of Hardt and Negri´s Theory of Immatrial Labour, Joshua Gooch (The Victorian novel, service work, and the nineteenth-century economy)

O conceito de imaterialidade surge como produção imaterial, bens imateriais, produtos imateriais e ativos imateriais. Não significa dizer que abandonam a crítica à teoria do valor pela via da medição:

Valore intangíveis e ativos intangíveis, como os economistas os chamam, apresentam um problema porque os métodos da análise econômica se apoiam em medidas quantitativas e calculam o valor dos objetos que podem ser contados, tais como carros, computadores, e toneladas de trigo. A crítica da política econômica, também, incluindo a tradição marxista, tem em geral focado em métodos quantitativos para entender mais-valia e exploração. Produtos biopolíticos, tendem a exceder toda medida quantitativa e tomam as formas do comum, as quais são facilmente compartilhadas a dificultam seu cercamento como propriedade privada. <sup>262</sup>

A rigor Hardt&Negri insistem na relação entre imaterialidade, exploração e maisvalia como sendo a expropriação do comum, substituindo em sua argumentação o trabalho imaterial pelo conceito de produção biopolítica e mantendo as mesmas implicações dadas pela incomensurabilidade. Não se apresenta com clareza a motivação e razão da mudança no jargão conceitual naquele momento, a hipótese que parece mais razoável é a de uma guinada em direção ao conceito de biopolítica como alternativa ao biopoder de tal modo que a produção, logo o trabalho, se apresentaria como foco de uma tensão entre duas forças (biopoder e biopolítica) de tal sorte que produção biopolítica (bioprodução) seria a composição de materialidade e imaterialidade segundo dois polos de interesse e determinação.

De fato, conforme foi exposto, o conceito de produção biopolítica traz uma expansão conceitual em relação ao trabalho imaterial, na medida em que insere a imaterialidade no quadro geral de uma biopolítica em tensão com o biopoder e considera a produção do comum e de subjetividades como uma disputa nessa tensão.

No entanto, persiste na sua essência a questão do comum como resultado imanente de um processo produtivo atravessado pelo imaterial o que leva à necessidade de esclarecer o que é esse comum.

<sup>&</sup>lt;sup>262</sup> Hardt&Negri; Commonwealth;

# IV. 4. O Comum

Ao menos desde Aristóteles o conceito de comum está presente na história da filosofia política. Em geral, tal conceito se apresenta em constructos compostos tais como, senso comum, interesse comum e bem comum, ou derivados como comuna, comunidade ou comunismo. Em Hardt&Negri, na trilogia *Império, Multidão* e *Commomnwealth*, o comum é estabelecido, sem composições ou derivações e como um dos seus polos conceituais fundamentais. Para Negri, caracterizar o comum de forma precisa é fundamental dada sua relação com o trabalho imaterial, com a biopolítica e com a multidão. Para tanto, delimita a compreensão do comum por uma cronologia desde a modernidade, e estabelece distinções ente diferentes acepções de comum.

A ideia de que o comum é mais importante que o individual atravessa toda a história da modernidade deste seu começo até seu final — e sem dúvida Espinoza marcou um momento crucial no desenvolvimento dessa ideia. Como Deleuze explicou milhares de vezes, o problema com o individual não é absolutamente ser uma singularidade, mas que não é uma singularidade!<sup>263</sup>

Nessa conversa com Casarino sobre o comum, Negri enfatiza a relação entre o comum, o individual e o singular, relação que forma a base para sua definição de comum.

#### IV.4.1 Qual Comum?

Para Negri o conceito de comum se inicia com a modernidade e tem uma variedade de acepções que devem ser esclarecidas de modo a diferenciar claramente a abordagem que ele e Hardt adotam:

O comum é o oposto exato de *Gemeinschaft*: o último é a comunidade orgânica – um conceito Romântico e completamente reacionário que constitui e continua constituindo a base para qualquer conceito de nação. (...) O conceito de povo é bastante Francês, enquanto o conceito de *Gemeinschaft* é completamente Alemão. E - deixe-me enfatizar isto mais uma vez – *Gemeinschaft* é um conceito absolutamente reacionário e irredimível. Pense, por exemplo, em todas aquelas pessoas que hoje em dia são antiglobalização em uma forma realmente coerente: gostando ou não, o que de fato estão invocando é a original *Gemeinschaft* – razão pela qual, no que me concerne, eles são um bando de fascistas.<sup>264</sup>

<sup>&</sup>lt;sup>263</sup> Casarino&Negri; In Praise of the Common; Op. cit.; pág. 82

<sup>&</sup>lt;sup>264</sup> Ibidem

Estabelecida a distinção entre o comum e seu derivado em comunidade (*Gemeinschaft*), que na tradição da sociologia alemã forma um par conceitual com *Gesellschaft* (sociedade), Negri pontua que o conceito comum – "entendido como aquilo que contém singularidades ao invés de indivíduos, diferença ao invés de repetição" <sup>265</sup> - é anterior à *Gemeinschaft*:

O que estou dizendo é que o comum (...) pode ser encontrado já no franciscanismo revolucionário, na heresia antitrinitária, na maioria das seitas camponesas durante a Guerra dos Trinta Anos, nos anabatistas holandeses e círculos comunitários, entre os discípulos de Comenius, e frequentemente até mesmo na Revolução Inglesa. Em contraste, a ideia de um compartilhamento em comunidade em e fundado sobre identidade é relativamente recente.<sup>266</sup>

Para Negri trata-se de recuperar o conceito de comum resgatando-o diretamente tanto da sociologia alemã de Ferdinand Tönnies, quanto das distorções de pseudo-comunismos, e indiretamente ao recuperar o conceito de multidão como ente político fundamental que emerge do comum em confronto com o de povo.

Hardt oferece outra caracterização do comum ao contrastar os conceitos de público, de privado e de comunismo. O comum não seria nem o público nem o privado, mas o coletivo: a capacidade produtiva coletiva; não haveria nem propriedade pública (socialismo) nem propriedade privada (capitalismo).

Um grande número de conceitos centrais no nosso vocabulário político, inclusive o comunismo, mas também a democracia e a liberdade, foram a tal ponto corrompidos que se tornaram quase inutilizáveis. De fato, no seu uso corriqueiro, o comunismo veio a significar seu oposto, ou seja, o controle estatal absoluto da vida econômica e social. Nós poderíamos, é claro, abandonar esses termos e inventar novos; mas, assim fazendo, abandonaríamos igualmente a longa história das lutas, das aspirações e dos sonhos que estão ligados a eles. Penso que é mais correto lutar para restabelecer ou renovar a significação dos próprios conceitos. No caso do comunismo, isso implica proceder a uma análise das formas de organização política que hoje são possíveis e, antes disso, a um exame da natureza da produção social e econômica contemporânea.<sup>267</sup>

Recuperar o comum no comunismo seria, portanto, recuperar também o comunismo verdadeiro. O exame da natureza da produção social e econômica leva à recuperação ou renovação de conceitos em si como o comum, a biopolítica, o biopoder,

<sup>&</sup>lt;sup>265</sup> Ibidem

<sup>&</sup>lt;sup>266</sup> Ibidem

<sup>&</sup>lt;sup>267</sup> HARDT, MICHAEL; *Reclaim the common in communism*; The Guardian; 2011; https://www.theguardian.com/commentisfree/2011/feb/03/communism-capitalism-socialism-property

o trabalho imaterial, ou a produção biopolítica. Leva também a uma recuperação ou reconfiguração das relações entre conceitos, ou seja, leva a uma revisão de todo um sistema filosófico.

No que tange ao comum tal recuperação e renovação levou a sua redefinição, ou sua explicitação, bem como a reflexão sobre sua gênese a qual se assentaria em duas condições de possibilidade.

De um lado a produção biopolítica implica necessariamente colaboração, cooperação e comunicação. Segundo Hardt&Negri, o trabalho imaterial na produção biopolítica produz o comum quando supera número e medida e assim libera um excesso que não pode ser conhecido, nominado ou controlado, não pode, portanto, ser transacionada em privado a totalidade da produção imaterial, e configura assim algo que escapa a qualquer propriedade sendo assim necessariamente coletivo e, portanto, comum.

De outro lado, Negri investe em uma ontologia do comum, que o apresenta como resultado da combinação de duas condições fundamentais: *kairós* e vazio. Ambos são considerados como requisitos necessários, ou seja, não basta a presença de *kairós* sem vazio ou vice-versa. A rigor vazio e kairós se expressam pela impossibilidade de medida própria do trabalho e da produção imateriais.

Kairós é um dos três conceitos de tempo propostos na filosofia grega clássica, ao lado de *Khrónos* e *Aeôn*. Grosso modo *Khrónos* trata do tempo medido em sucessão linear e, portanto, espaço, unidades fixas em pura determinação de número e medida; *Aeôn* trata da eternidade e do infinito perante a medida e o momento; por fim, *Kairós* seria o momento, a oportunidade, o tempo do acontecimento, inapreensível, imprevisível e indeterminável. O comum é, portanto, indeterminação de tempo, e indeterminação no tempo medido.

Na filosofia ocidental o vazio é tomado frequentemente como anulação, nada. Para Negri o vazio é anterioridade e condição de possibilidades para nomeações. Vazio é por um lado kairós em sua presença absoluta enquanto porvir, de outro lado vazio é condição ontológica do comum:

Do ponto de vista ontológico, nos deparamos com "o ser que está aí": mas está aí na sua qualificação de artefato, de determinação contraditória do comum, sempre exposto à desmedida do porvir. A teleologia materialista mostra uma história aleatória da construção do ser e com ela, do comum. E só pode mostrá-la porque é uma construção, um artefato (e o fato de, no biopolítico, natureza e artefato poderem ser usados como nomes intercambiáveis não muda a substância do problema); mas tudo o que é construído é aleatório, nasce da necessidade de se expor ao vazio: e só por essa necessidade a multidão se torna comum.<sup>268</sup>

Segundo Negri o vazio contém infinitas possiblidades de "estar aí" e, portanto, não aceitaria número ou medida, estaria presente em tudo que aleatoriamente se apresentar sob qualquer determinação, daí sua inerente condição de comum, além do que o vazio é comum a tudo que o preenche. Ou seja, o comum é indeterminação do "ser que está aí" ao mesmo tempo na anterioridade, na presença e no resultado.

Fica claro porque o comunismo do comum de Hardt&Negri se contrapõe tanto ao capitalismo quanto ào socialismo, e aos comunismos corrompidos em regimes totalitários: a propriedade (privada ou pública), em sendo uma determinação, é incompatível com o comum que é pura indeterminação. Toda forma de propriedade é necessariamente uma determinação que tenta reduzir o comum ao particular do número, da medida e da cronologia.

## IV.4.2 O comum: resultado, processo ou condição?

O comum de Hardt&Negri é dotado de uma indeterminação genuína e incontornável, de tal modo que não aceita qualquer tipo de relação causal. No comunismo de Marx e Engels o comum seria dado como fim de um processo causal histórico no inevitável, o qual levaria necessariamente ao modo de produção comunista como resultado determinado e final; no comunismo de Trotsky o comum é tido como processo: processo revolucionário permanente. No comunismo do comum recuperado e revigorado de Hardt&Negri o comum estaria em todas as fases da produção e consumo:

Todas essas produções revertem para o comum e em seguida servem de fundação para outras novas. O comum, de fato, não aparece apenas no começo e fim da produção, mas também em seu interior, visto que os

<sup>&</sup>lt;sup>268</sup> NEGRI, ANTONIO; Kairos, Alma Vênus e Multitudo; Op. Cit.; pág. 148

processos produtivos em si mesmos são comuns, colaborativos e comunicativos.<sup>269</sup>

Considerando que a produção é espinha dorsal do materialismo histórico, seu fio condutor, segue que o comum está no início, meio e fim da história da economia política. É desde essa abrangência que Hardt diz que "o comunismo é a crítica de tudo o que existe"<sup>270</sup>. Tal afirmação equivale dizer que o comum é a essência da biopolítica, na medida que esta também poderia ser definida como o comum enquanto multidão em movimento de antagonismo ao biopoder.

Esse antagonismo se apresenta na medida em que a riqueza afinal residiria no comum como a soma de um conjunto compartilhado de imaterialidades: prazeres, desejos, capacidades e necessidades. "A riqueza comum é o objeto real e próprio da produção". <sup>271</sup> Sendo o comum início, meio e fim da produção imaterial, entra em jogo a convivência entre o material e o imaterial:

Nós não queremos sugerir que o paradigma da produção imaterial é algum tipo de paraíso no qual nós produzimos livremente em comum e compartilhamos equanimemente a riqueza social comum. Trabalho imaterial continua sendo explorado sob a regra do capital como trabalho material. Em outras palavras, o trabalho de mulheres, homens, e crianças ainda são controlados pelos capitalistas que se apropriam da riqueza produzida por seu trabalho. É aqui que o antagonismo entra em cena (....)<sup>272</sup>

A contenda entre biopoder e biopolítica pela produção de subjetividades seria, portanto, uma disputa em torno do imaterial, de tal modo que o capital enquanto biopoder quer manter o imaterial sob as regras do material, vale dizer, reduzir a produção imaterial à condição de número e medida próprios da produção imaterial, reduzindo assim a vida ao capital, ou em termos mais marxianos, realizar a subsunção da vida ao capital.

O trabalho imaterial atravessaria todo tipo de trabalho, ou seja, como o imaterial está em toda e qualquer materialidade, o comum estará presente em qualquer perspectiva da produção, quer seja do produto material quer do imaterial, vale dizer: em

<sup>&</sup>lt;sup>269</sup> HARDT&NEGRI; *Mutitude; op. cit.*; pág. 148

<sup>&</sup>lt;sup>270</sup> HARDT, MICHAEL; *O comunismo é a crítica de tudo o que existe*; Praktyka Teoretyczna; Uninomade:2012

<sup>&</sup>lt;sup>271</sup> HARDT&NEGRI; Mutitude; op. cit; pág. 149

<sup>&</sup>lt;sup>272</sup> Ibidem

todo o ciclo da mercadoria há comum, e em tese o comum se acumularia conforme o capital busque mais reprodução.

Porém a acumulação do comum não funciona como um recurso que retorna à produção, mas como um estarmos juntos sem tempo ou espaço que pode constituir uma força política chamada multidão. E da mesma forma o comum seria anterioridade, presença e resultado na multidão.

Isto é porque o comum – ou, se preferir, comunismo – é extremamente importante para nós: democracia entendida como expressão da multidão nada mais é do que a expressão do comum.<sup>273</sup>

## IV.4.3 Comum e subjetividade

Para Hardt&Negri o desafio de mudança em economia política se apresenta na disputa entre biopoder e biopolítica pela produção de subjetividades. O biopoder busca a produção de subjetividades adequadas às relações assíncronas e assimétricas de poder e bem-estar: individualidades sob repetição, estáticas em círculos estáveis de pertencimento que moldam identidades controláveis e previsíveis orientadas para o ciclo de produção e consumo com o fim da reprodução do capital. Tal modelo assentado em individualidades tem na valoração do trabalho como mercadoria através do número e da medida seu fundamento. Ou seja, o biopoder aplica a teoria do valor como estratégia de redução da vida ao dinheiro, como forma de reduzir o imaterial ao material.

A rigor não é a distinção entre trabalho material e imaterial que define a relação com o número e a medida, mas sim como e por quem o trabalho é tratado, com que fim. No caso do biopoder o trabalho será sempre e necessariamente tratado como número e medida, como objeto, para cumprir a finalidade de valoração. No caso da biopolítica o trabalho seria tratado como forma de vida, trabalho vivo então, e assim sendo revelaria sua incomensurabilidade.

O antagonismo seria imediato, pois o trabalho em sendo medido revela sua essência de vida nessa mesma medida, e em todas as suas consequências: nas relações de produção, no produto material ou imaterial, no consumo há vida para além de valor.

<sup>&</sup>lt;sup>273</sup> CASARINO&NEGRI; In Praise of the Common; op. cit.; pág. 102

O antagonismo está em uma força resistente própria da vida que não se deixa valorar ou medir. Ou seja, o biopoder procura tornar tudo objetivo enquanto à biopolítica aceita a subjetividade porque reconhece a singularidade e a diferença próprias da vida.

O valor seria como uma fina membrana que reveste e contém a vida no biopoder e essa membrana estabelece uma barreira de contato, uma proteção, entre medida-objetividade e desmedida-subjetividade: o valor. Proteção para a perspectiva e interesse do biopoder, daí ser uma barreira. Essa relação entre biopoder e biopolítica mediada pela medida Negri explicita na seguinte fala:

Se começarmos pela ideia de que o trabalho vivo é a causa constituinte e motora — material e imaterial — de todas as formas de desenvolvimento, se pensarmos que a produção de subjetividade é o elemento fundamental que nos permite escapar de uma dialética do biopoder e construirmos, ao contrário, o tecido da biopolítica para completarmos a passagem de regime disciplinário simples para um regime que igualmente integra a dimensão do controle e permite ao mesmo tempo a emergência de insurgências poderosas e comuns, então o tema da medida (significa dizer, da racionalidade quantificada da valorização) volta a ser central novamente.<sup>274</sup>

Nesse ponto concatenam-se comum, valor e subjetividade, daí a extrema relevância da produção de subjetividades para Hardt&Negri. Assim como o trabalho a subjetividade é entendida em uma chave dupla: de um lado individualidade como fixidez e determinação adequadas ao biopoder e de outro lado singularidades e diferença na biopolítica.

Mas, o que afinal Negri entende por subjetividade e produção de subjetividades?

Tal questão surge naturalmente na medida em que o tema da subjetividade se entrelaça com as questões sobre o sujeito que ocuparam intensamente a filosofia francesa quase todo o século XX. Conhecedor presencial e participante desse longo debate Negri apresenta seu entendimento sobre a produção de subjetividade, partindo de Foucault e Deleuze, nos seguintes termos:

O que nós queremos dizer exatamente por "produção de subjetividade"? Aqui gostaríamos que nossa análise vá além da definição antropológica assumida tanto em Foucault quanto em Deleuze. O que parece importante nesta perspectiva é com efeito a concretude histórica (também produtiva) da constituição do sujeito. O sujeito é produtivo: a produção de subjetividade é, portanto, a subjetividade que produz. Deixe-nos insistir agora no fato de que

<sup>&</sup>lt;sup>274</sup> NEGRI, TONI; *The Labor of Multitude and the Fabrics of Biopolitics*; op.cit.; pág 7

a causa, o motor desta produção de subjetividade, é encontrada no interior das relações de poder, o que significa dizer no complexo conjunto de relacionamentos que são no mínimo atravessadas por um desejo por vida. Entretanto, na medida em que esse desejo por vida significa a emergência de força de resistência, é esta resistência que se torna o genuíno motor da produção de subjetividades <sup>275</sup>

Essa argumentação estabelece uma circularidade: a produção de subjetividade cria um sujeito produtivo que produz subjetividades que são produtivas na produção de subjetividades que....

Negri procura responder à crítica de circularidade e outras sobre sua definição de produção de subjetividade da seguinte maneira:

Alguns tem julgado essa definição de produção de subjetividade como insatisfatória porque ela comete o engano de reintroduzir uma certa dialética: poder inclui resistência, resistência poderia até alimentar o poder. E, em um outro nível, subjetividade poderia ser produtiva; a produtividade das resistências pode até mesmo construir subjetividade. Não é difícil bloquear esse argumento: basta retornar ao conceito de resistência que falamos antes, quer dizer, a ligação produtiva que vincula o conceito de resistência à subjetividade e imediatamente determina as singularidades no seu antagonismo ao biopoder.<sup>276</sup>

Negri endereça a circularidade de seu argumento como se fora uma argumentação dialética, e alega que a saída de tal dificuldade está no conceito de resistência, segundo o qual " toda dominação é sempre também resistência". Cumpre ressaltar que sua resposta utiliza um postulado, um dos mais relevantes na sua filosofia: nenhuma relação que usurpa a vida deixará de enfrentar resistência. Para Negri a história mostra que mesmo os regimes mais violentamente despóticos sofreram resistências e eventualmente foram superados.

Para Negri outro aspecto fundamental da produção de subjetividade é a pluralidade de sujeitos, na medida que fala em singularidades. Ou seja, tratar-se-ia de produção de subjetividades e não de uma subjetividade específica, porém com um traço comum fundamental: antagonismo contra a exploração, daí subjetividade revolucionária. Nas palavras de Marx trata-se do ser em sociedade na medida em que:

O indivíduo é o ser social. A manifestação de sua vida – mesmo se ela não aparecesse na forma imediata de uma manifestação vital comunitária,

<sup>&</sup>lt;sup>275</sup> Ibidem; pág. 5

<sup>&</sup>lt;sup>276</sup> Ibidem

realizada conjuntamente com outros homens – é, portanto, uma expressão e uma confirmação da vida social. A vida individual e a vida genérica do homem não são diferentes, por muito que – e isto é necessário - o modo de existência da vida individual seja um modo mais específico ou mais geral da vida genérica, ou por mais que a vida genérica seja uma vida individual mais específica ou mais geral. [...] O homem é, por conseguinte, um indivíduo particular, e é, precisamente, esta sua particularidade que faz dele um indivíduo e um ser comunal realmente individual<sup>277</sup>

A produção de subjetividades envolveria necessariamente a temática da relação estruturante de identidade entre o indivíduo e o social e da relação entre sujeito e poder.

A questão das subjetividades é também a questão do comum na medida em que coloca a questão de qual conceito de comum fica estabelecido em cada indivíduo enquanto sua constituição, ou não, como ser político: ou um sujeito revolucionário, ou um sujeito reacionário. Ao adotar uma distinção deleuziana entre individualidade e singularidade Negri procura demarcar duas formas de relação com o comum enquanto consciência no sujeito de sua condição social: inconsciência política ou um sujeito político. A ideia da constituição de subjetividade como uma questão política Negri argumenta estar apoiada em sua apreensão da filosofia de Espinosa:

Em Espinosa a passagem para o político é absolutamente necessária; a identificação da articulação subjetiva do desenvolvimento do ser deve ser política. A teoria política de Espinosa é a teoria da composição política da subjetividade. A passagem da natureza à segunda natureza, do físico para a ação humana, deve ser mediada pela subjetividade.<sup>278</sup>

Especificamente na questão da subjetividade Negri realizou uma fusão de elementos das filosofias de Espinosa, de Foucault e de Deleuze de tal modo que estabeleceu uma relação entre vida, política e subjetividade. Tal relação fica confirmada da seguinte maneira:

O movimento do comum, que vai do corpo linguístico ao intelecto geral, percorre também (já que o intelecto geral é biopolítico) o outro caminho, o que vai da máquina ao corpo. E, efetivamente, a máquina biopolítica produz subjetividade. (...) entendo por "intelecto geral" o corpo linguístico que se tornou máquina biopolítica<sup>279</sup>

<sup>&</sup>lt;sup>277</sup> MARX, KARL.; *Ökonomisch-philosophische Manuskripte;* In: MARX/ENGELS Werke (MEGA). Berlin: Dietz Verlag; 1990; v. 40; p. 538-539; *apud* Chagas, Eduardo F.; O Indivíduo na Teoria de Marx; Revista Dialectus Ano 1 - n. 1 - Julho-Dezembro 2012; p. 1-16; pág. 4

<sup>&</sup>lt;sup>278</sup> NEGRI, ANTONIO; *The Savage Anomaly* - the power of spinoza's metaphysics and politics; translation by Michael Hardt; University of Minnesota Press; 1991; pág. 129

<sup>&</sup>lt;sup>279</sup> NEGRI,TONI; Kairós, Alma Vênus, Multitudo, op. cit.; pág. 204-205

O comum se movimentaria em linguagem como "intelecto geral" que retorna ao corpo, portanto, ao indivíduo na sua antecedência em estar sujeito para produzir subjetividade. A biopolítica tem no "intelecto geral" os meios de uma máquina de constituir subjetividades.

Cumpre ressaltar que se mantém um confronto entre biopoder e biopolítica em torno do comum e da produção de subjetividades. Negri retorna a tal conflito apresentando o seguinte desafio:

Nossa questão é: como essa massa biopolítica (intelectual e cooperativa), que chamamos "multidão", pode exercer o "governo de si mesma"? Como a pluralidade e a cooperação das singularidades, uma vez que formam o poder constituinte do mundo, podem exprimir o governo do comum?<sup>280</sup>

Evidentemente Negri e Hardt, julgam ter respondido essa questão ao conferir à multidão a capacidade de organizar o comum em um movimento constituinte, um poder constituinte que reconfiguraria o poder político:

O "poder constituinte", no pós-moderno, não é mais aquela concentração criativa instantânea da multidão (ou da pobreza em revolta) que, pela insurreição (e suas sucessivas acomodações termidorianas), constrói uma nova ordem: era assim no moderno. Ora, o poder constituinte é a dimensão política inscrita no desenvolvimento da teleologia do comum, ou seja, é o impulso constitutivo que deriva de uma base biopolítica e atinge todo o horizonte do ser, em cada instante de temporalidade.<sup>281</sup>

Por conta de um impulso constitutivo que seria ativado em cada sujeito, agora sujeito revolucionário desde o biopolítico em um movimento reverso através do comum a estruturação do poder em si seria reconfigurada:

Quando dizemos que essa nova força de trabalho não pode ser definida no interior de uma relação dialética, queremos dizer que a relação que esta tem com o capital não é somente antagonista, ela está além do antagonismo, é alternativa, constitutiva de uma realidade social diferente. O antagonismo se apresenta sob a forma de um poder constituinte que se revela alternativo às formas de poder existentes. A alternativa é obra de sujeitos independentes, isto é, constitui-se no plano da potência, e não somente do poder.<sup>282</sup>

<sup>&</sup>lt;sup>280</sup> Ibidem; pág.171

<sup>&</sup>lt;sup>281</sup> Ibidem; pág. 185

<sup>&</sup>lt;sup>282</sup> Lazzarato&Negri; *Trabalho Imaterial; op. cit.*; pág. 59

Não se trataria mais de tomar o poder pela destruição dos poderosos em uma batalha de antagonismo, mas de descontruir o conceito de poder para a emergência de uma outra realidade social efetivamente baseada no comum.

No entanto, toda a elaboração entre o comum, a subjetividade, o biopolítico e o trabalho imaterial que conduz ao ideal do comunismo verdadeiro ou da democracia absoluta, traz a mesma contradição fundamental entre determinação e indeterminação que habita o marxismo. A necessidade de estabelecer prognósticos continua a construir estragos: à medida que prognósticos não se realizam a interpretação da realidade surge borrada por uma lente que parece ainda insuficientemente polida.

Hardt&Negri parecem apostar em uma condição original de ser humano orientado para vida o que constitui um axioma estrutural, sua pedra fundamental. A questão sobre o governo do comum - "Como a pluralidade e a cooperação das singularidades, uma vez que formam o poder constituinte do mundo, podem exprimir o governo do comum?" - requer uma resposta à questão essencial que a precede:

"Por que homens lutam por sua servidão tão determinados como se fosse sua salvação?" Como é possível que pessoas possam chegar ao ponto de gritar: "mais impostos! Menos pão! "? Como Reich observa, a coisa surpreendente não é que algumas pessoas roubem ou que outros, ocasionalmente entrem em greve, mas sim que todos aqueles que estão morrendo de fome não roubem como uma prática regular e todos aqueles que são explorados não saiam continuamente em greve: depois de séculos de exploração, por que as pessoas ainda toleram ser humilhadas e escravizadas, a tal ponto, de fato, que elas queiram a humilhação e a escravidão, não só para os outros, mas para si próprios?<sup>283</sup>

Hardt&Negri julgam ter respondido tal questão com a tese da produção de subjetividades em um ambiente biopolítico que germinou a partir do advento do biopoder. No entanto, trata-se de um axioma ontológico, uma crença preliminar em uma certa condição inata humana de participação e reconhecimento na cooperação, no compartilhamento, no comum. Tal crença remete necessariamente à uma teoria de constituição do sujeito.

<sup>&</sup>lt;sup>283</sup> DELEUZE&GUATTARI; Antioedipus; op.cit.; pág. 38

# IV. 5. O Sujeito

Do ponto de vista puramente etimológico a palavra sujeito está presente em duas palavras constituídas a partir da raiz latina: *subject* (anglo-latina) e *sujet* (franco-latina). Ou seja, é desde a palavra latina *subjectum* tradução do grego *hupokeimenon* (τὸ ὑποκειμένονque) que se desenvolveu a noção de sujeito. O termo grego, no entanto, não tem relação com a noção de sujeito que chegou até nós, uma vez que na cultura da Grécia clássica a atual noção de sujeito não fazia sentido. A rigor *hupokeimenon* é utilizado por Aristóteles para designar dois tipos de sujeito: o sujeito físico enquanto substrato para acidentes que acontecem como mudança e um sujeito lógico que possibilita a atribuição de predicados em uma construção proposicional.

Foi na modernidade, com Descartes segundo alguns historiadores da filosofia, que se iniciou um ciclo de progressiva reconfiguração da noção de sujeito com a introdução de um eu cindido entre razão e emoção. Esse sujeito cartesiano surge a partir da ideia de consciência de si expressa pelo cogito: "penso, logo existo" implica aceitar um sujeito capaz de uma consciência plena de sua existência, que o unifica estável e plenamente em uma identidade, um eu cognoscente capaz de conhecer e dominar a natureza em uma relação sujeito objeto. Posteriormente Kant conceberá a integração entre razão e emoção através da ideia de um sujeito transcendental que integra o racional e o sensível a partir de uma unidade original anterior a todo conceito e, portanto, condição de possibilidade para qualquer conceito puro do entendimento. É desde essa unidade original que o transcendental seria universal, o que ensejaria uma autoconsciência a partir de um sujeito transcendental.

Essas tradições do sujeito cartesiano e do sujeito transcendental kantiano foram finalmente confrontadas no século XX por diferentes linhas filosóficas: pelas diferentes fenomenologias de Husserl, Heiddeger e Merleau-Ponty, pelo existencialismo de Sartre, pelo estruturalismo de Jacques Lacan, por Foucault, por Deleuze, entre outros. Nesse confronto sobre a filosofia do sujeito cartesiano-kantiano Sigmund Freud estabelece uma quebra inicial de paradigma com o conceito de inconsciente, quebra que será aprofundada posteriormente através de um conjunto de conceitos sobre a constituição e funcionamento do sujeito, agrupados no que denominou metapsicologia e aplicados

em uma atividade clínica orientada para o tratamento das neuroses, o sofrimento humano que lhe era contemporâneo.

#### IV.5.1 O sujeito biopolítico

Como foi visto a constituição do sujeito, enquanto produção de subjetividade, é considerada por Hardt&Negri como um desafio biopolítico fundamental em um cenário de resistência e confronto com o biopoder. A tensão entre biopoder e biopolítica teria na produção de subjetividade um enfrentamento decisivo para a manutenção ou mudança de toda a estruturação sócio-política em torno da produção. Em essência a ênfase na produção de subjetividades mostra como Hardt&Negri buscam solucionar a reificação, a expropriação e a alienação mantendo o diagnóstico original de Marx.

É também a partir da produção biopolítica de subjetividades, de tal modo que essa produção constitua um sujeito revolucionário, que Hardt&Negri pretendem dar resposta à questão fundamental da filosofia política, como a denominam de Deleuze&Guattari no seu *Anti-édipo* - "Por que homens lutam por sua servidão tão determinados como se fosse sua salvação?". Esse sujeito da biopolítica, sujeito revolucionário de fato, deveria estar constituído para além de uma identidade definida na relação com o trabalho:

Obtendo melhores condições de trabalho, maiores salários, serviços sociais melhorados, mais representação no governo, e outras reformas, os trabalhadores podem conseguir reconhecimento e talvez emancipação, mas apenas preservando suas identidades como trabalhadores. Uma política revolucionária de classe deve destruir as estruturas e instituições da subordinação do trabalhador e, assim abolir a identidade do trabalhador em si, colocando em movimento a produção de subjetividade e um processo de inovação social e institucional.<sup>284</sup>

Ou seja, o sujeito revolucionário estaria para além de qualquer identidade que possa reduzi-lo a um aspecto particular de sua existência. A abolição de fatores identitários deve ser ampla e irrestrita, pois representa a abolição de qualquer forma possível de discriminação, de controle e de exploração, pavimentando o caminho para o comum ativar a multidão enquanto poder revolucionário.

O projeto para a abolição da identidade, portanto, preenche a tradicional função *da abolição da propriedade e abolição do estado*. Para que o

<sup>&</sup>lt;sup>284</sup> Hardt&Negri, Commonwealth; 2009; pág.333

comunismo revolucionário seja um projeto não de emancipação, mas de liberação – não emancipação no trabalho, mas liberação do trabalho – ele deve lançar um processo de autotransformação para além da identidade de trabalhador.<sup>285</sup>

A defesa da destruição da identidade está alinhada com à crítica a filosofia do sujeito cartesiano-kantiano e tem inspiração no trabalho de Foucault e Deleuze&Guattari o que leva Hardt&Negri a prescindirem por completo da psicanálise. Hardt&Negri defendem o comum como essência da existência e do poder revolucionário da multidão; e o comum seria resultado da conjunção cooperativa de kairós e vazio.

Entretanto, o neoliberalismo em sua atuação como biopoder bloqueia vazio e kairós através de uma consistente e continuada reconfiguração de subjetividades para produção e consumo que simulam vazio e kairós. Tal simulação se dá, no caso do vazio, através da instalação e preenchimento de vazios por uma sofisticada mistura entre necessidades e desejos, mistura essa expressa como a necessidade natural, vale dizer naturalizada, de produzir e consumir ininterruptamente e sempre sob a égide da próxima obsolescência. Já para kairós a simulação apresenta uma fantasmática capacidade de controlar o tempo como um recurso finito e determinável, de tal modo que o imprevisto e o incerto estão equacionados através de sua monetização: o tempo passa a ser mercadoria.

Cotejando nas duas últimas décadas o marxismo de Hardt&Negri com a realidade neoliberal, o que se constata é um aprofundamento da subsunção do trabalho ao capital com o consequente aprofundamento do sofrimento do trabalhador em desigualdade e reificação. Fica evidente uma não efetividade revolucionária do encadeamento trabalho imaterial-subjetividade-comum-multidão-revolução vislumbrado por Negri e seus parceiros de escrita e luta.

É desde um impasse na relação entre sujeito, vazio e kairós que se manifesta na prática do biopoder uma base conceitual objetiva de produção de subjetividades que constitui sujeitos em um limbo de alienação. Cumpre perguntar se não falta, ou está insuficiente, no marxismo negriano um aparato de explicação e intervenção sobre a

<sup>&</sup>lt;sup>285</sup> Ibidem

constituição dos sujeitos no confronto em torno da produção de subjetividades. Nesse sentido, é natural perguntar pelas possibilidades de contribuição da psicanálise e o porquê de sua ausência no pensamento de Negri.

#### IV.5.2 A negação da psicanálise

Considerando que a produção de subjetividades surge como fundamental no marxismo de Negri é natural perguntar pela psicanálise. Tal ausência parece decorrer, no caso de Negri, de sua constante convivência, pessoal e acadêmica, com a filosofia francesa da segunda metade do século XX. Além de estudar detidamente o trabalho de Foucault já nos tempos do operaismo e do autonomismo italiano nas décadas de 60 e 70, Negri conviveu e debateu constantemente com Deleuze e Guattari, entre outros filósofos franceses, desde seu exilio na França nos anos 80.

É notório o afastamento crítico da psicanálise empreendido por esses autores a partir dos anos 60 e 70, e que tem na destruição do conceito de sujeito dado pela psicanálise freudiana e lacaniana um dos seus pilares. O livro *Anti-édipo, Capitalismo e Esquizofrenia* publicado em 1972 é o representante mais afamado dessa crítica e conforme explicam Deleuze&Guattari tece um conjunto de restrições e invalidações sobre a psicanálise, a saber:

(...) a personificação desses aparelhos (o Superego, o Eu e o Isso), uma encenação teatral que substitui as verdadeiras forças produtivas do inconsciente por simples valores representativos.

Freud descobre o desejo enquanto libido, desejo que produz, e ao mesmo tempo o re-aliena sem parar a libido na representação familiar (Édipo). (...) É o rebatimento do desejo sobre uma cena familiar que faz com que a psicanálise desconheça a psicose, só se reconheça na neurose, e dê da própria neurose uma interpretação que desfigura as forças do inconsciente.

O que atacamos não é uma ideologia que seria a da psicanálise. É a própria psicanálise e sua teoria. (...) chamamos idealismo da psicanálise todo o sistema de rebatimentos, de reduções na teoria e nas práticas analíticas: redução da produção desejante a um sistema de representações ditas inconscientes e a redução a uma cena de teatro, Édipo, Hamlet.<sup>286</sup>

<sup>&</sup>lt;sup>286</sup> DELEUZE, GILLES; Conversações; editora 34; 1992; pág. 26-27

Negri absorve a crítica da psicanálise de maneira estrutural em sua obra: a psicanálise está deliberadamente ausente. Em certa ocasião, questionado sobre tal ausência justifica-a discutindo o conceito de inconsciente:

Provavelmente tenho essa experiência de outra forma e não está dito que deva chamá-la de inconsciente. Não vejo a razão por que tenha que chamá-la de inconsciente, enfim. Se alguém me diz que devo chamá-la de inconsciente, lhe digo que é um padre - não é? - que me diz que tenho que chamar de alma a alguma coisa que nunca vi. Logo, deixem-me um pouco de liberdade - não é? - de chamar como me parece esta coisa que talvez exista, talvez não exista. Vocês a chamam assim, outros a chamam de outra forma. Freud a chamava desta maneira, mas não está dito que Freud tinha razão, não é? Lacan a chamava de outra maneira e dizia que, no fundo, precisava se tornar um pouco discursivo este inconsciente para que assim se revelasse. No fundo, todos o dizem em termos bastante diversos. Por isso, se este inconsciente é uma alma, digam-me isso, neste caso me chamarei, como se diz, de irreligioso.<sup>287</sup>

A recusa do conceito de inconsciente é, portanto, a recusa a uma convenção, a um postulado, sobre o ser, uma recusa ao que não pode ser determinado como verdade inquestionável. Assim como a recusa à psicanálise a partir do Édipo é em si o mesmo procedimento de redução do todo à parte que Deleuze e Guattari atribuem à psicanálise. A psicanálise tem no Édipo sua essência? O vínculo preliminar, dual, mãe-filho, secundado pelo triangular mãe-pai-filho, é irreal? Improcedente? Se formos para a distopia de uma sociedade reprodutora in vitro talvez.... mas Aldous Huxley e George Orwel ainda são tidos como ficcionistas. Philip Dick também, por sinal...

Por outro lado, a recusa ao inconsciente desde uma posição de não comprovação mostra uma contradição intra-Negri na medida em que o critério de validade seria a navalha cortante da ciência exata que pretende separar ciência de não ciência, vale dizer, que joga o jogo da pura determinação do ser quando o ser é pensado enquanto objeto de conhecimento, sob determinação, portanto.

Afinal Negri na sua concepção de uma subjetividade biopolítica não clama por indeterminações? Uma tensão que vimos emana inerente ao próprio marxismo negriano, na medida em que prognostica a implosão do capitalismo globalizado neoliberal devido a suas contradições internas.

<sup>&</sup>lt;sup>287</sup> NEGRI, ANTONIO; *Subjetividade e Política na Atualidade*; Estados Gerais da Psicanálise: Segundo Encontro Mundial - Rio de Janeiro - outubro 2003

Ao tomar a psicanálise como um corpo rígido, estável e determinado de conhecimentos e práticas freudo-lacanianas Deleuze&Guattari empreendem um reducionismo. A própria obra de Freud é um monumento à contínua mutação prática e conceitual! Lacan só foi possível sendo ele mesmo um mutante. A psicanálise subdividiuse e regenerou-se incessantemente desde Freud, e certamente não se limita aos seus escritos, ou aos de Lacan.

Tomar o sujeito da psicanálise como determinação submissa ao capital pelo jogo de poder do Édipo ignora a revolução que Freud empreendeu sobre si mesmo com a teoria pulsional que reconfigurou o sujeito freudiano como uma tensão infinita entre determinação e indeterminação, entre individual e social, entre vida e morte. Por essa via, de uma psicanálise que entende o sujeito sob tensão de determinações e indeterminações talvez seja possível estabelecer uma relação produtiva entre biopolítica e psicanálise.

### IV.5.3 Biopolítica e Psicanálise.

Evidentemente a psicanálise apresentou insuficiências vis-à-vis as potencialidades práticas e teóricas que para ela se antevia no pós-guerra; possibilidades enquanto instrumento de compreensão e crítica social por um lado, e possibilidades de produção de sujeitos livres, singulares e ao mesmo tempo socialmente comprometidos. Considerando a conceituação de biopoder-biopolítica de Negri a psicanálise é um exemplo claro de trabalho imaterial, e, um exemplo preocupante.

A clínica psicanalítica foi absorvida pelo modelo de valoração e mercado do capitalismo, particularmente com o neoliberalismo a partir da década de 70. O conceito de investimento nas suas qualificações pessoais proposto como capital humano pelo liberalismo serviu à perfeição para a expansão da psicanálise individual. Expansão em volumes quantitativos e financeiros. Nas décadas de 60, 70 e 80 a psicanálise se transformou em bem diferenciado de consumo da elite financeira, e os psicanalistas em figuras relevantes nos cenários intelectuais, políticos, culturais e econômicos. É lícito afirmar que a psicanálise foi tragada pelo dinheiro em uma espetacular subsunção ao

capital. A crítica de Foucault à relação espúria entre psicanálise e poder parece ter bases empíricas afinal....

De outro lado, a psicanálise de grupo foi sendo relegada a um segundo, depois terceiro plano, até restar quase como uma memória teórica, com pouca ou nenhuma prática ou estudo. Com honrosas exceções, Herbert Marcuse e Erich Fromm certamente o são, a relação entre a psicanálise e o social foi apagada e a função social da psicanálise foi desconsiderada. Ou seja, toda uma contraparte teórica relevante para a reflexão política foi gradualmente soterrada tanto pela ênfase no atendimento individual quanto na introdução de uma psicologia social adequada aos interesses de gestão de pessoas pelo capital. Creio que mais do que argumentações sectárias e parciais esses fatores explicam a perda do poder de confronto que a psicanálise teria, em potencial, e justifica sua desconsideração enquanto contribuição conceitual no contexto da biopolítica.

Negri propõe o comum como imanência em que o ser humano reconhece indeterminação em sua singularidade, e para tanto deveria estar em harmonia com vazio e kairós (o momento oportuno). Suportar o vazio de não saber não seria uma das essências do processo psicanalítico? Aceitar o tempo em sua indeterminação não seria um desafio posto pela prática psicanalítica? Não se trata afinal de alargar limiares de frustração e expandir a diversidade em si e na relação com os outros?

Negri defende o comum como a essência do poder revolucionário da multidão, para além de um poder constituinte apenas por antagonismos, mas sim como uma alternativa de estruturação do poder em si. A partir do conceito de comum pode-se dizer que a multidão pressupõe sujeitos capazes de suportar indeterminação de saber (vazio) e indeterminações de planejar/prever/realizar (kairós/o momento), um sujeito que o neoliberalismo bloqueia habilmente através de instrumentos de consumo e previsibilidade que oferece e reconfigura constantemente enquanto identidades *prêt-à-porter*. A rigor o neoliberalismo oferece um certo tipo de pseudo poder a cada indivíduo que aparentemente o aceita como se fora liberdade.... Por que mesmo?

Como argumentei brevemente acima, a rejeição da psicanálise no contexto da biopolítica de Negri, quer como instrumento teórico explicativo e preditivo, quer como

prática de impacto social contra a reificação e a alienação, é um desperdício perpetrado a partir das mesmas distorções que se pretende combater.

Se a produção de subjetividades voltada para a tolerância ao vazio e à relação produtiva com a impermanência (a impossibilidade de prever e controlar tudo o tempo todo) é fundamento da biopolítica que resiste ao biopoder e movimenta o potencial de uma real mudança nas relações de poder, então a psicanálise não seria biopolítica por excelência? E da mesma forma que a produção de subjetividades a psicanálise não deveria ser objeto de disputa frente ao biopoder?

# V. Conclusão

A contribuição de Negri para a filosofia política tem sido inegável, preciosa e necessária. A extensa massa de leitores angariados por seus livros e em especial pela trilogia escrita com Hardt, *Império, Multidão e Commonwealth* confirma a relevância de uma renovação no pensamento marxista e indica uma demanda efetiva por conhecimento e mudança das relações entre política, sociedade e economia. No entanto, a demanda por mudança se mostra ambivalente: ao mesmo tempo que aparece como a necessidade de caminhos em direção a um funcionamento social pautado por cooperação e equidade surge também como o imperativo de satisfação dos desejos individuais a despeito de qualquer empatia social.

Negri é um personagem revolucionário na melhor acepção de ser um revolucionário. Jamais foi um príncipe protegido no castelo de cristal da academia, ao contrário tem sido o intelectual que procura escutar a multidão no seu interior e participa da vida política questionando e inovando práticas e conceitos. Ao dar o exemplo no seu comportamento, Negri se faz ouvir desde um lugar de isenção, rigor acadêmico, erudição, coerência e comprometimento.

Em assim sendo, não é tarefa fácil empreender um estudo crítico do trabalho de Negri e de suas parcerias. Uma crítica para estar à altura dos seus objetos deve ser genuinamente respeitosa para com eles, desprendida de admiração e de aversão, sem desejo e sem memória, como ensina Wilfred Bion.

É essencial, portanto, identificar e reconhecer especificamente as contribuições inovadoras de Negri e compreender suas repercussões para então elaborar alguma crítica. Nesse sentido um dos principais ganhos teórico e prático logrado por Hardt&Negri foi a definitiva recolocação do trabalho como categoria fundamental da filosofia política e talvez também para a economia. O trabalho sempre foi central para o marxismo uma vez que a ideia de uma sucessão de modos de produção é sua espinha dorsal. E o trabalho tem sido a manifestação humana mais determinante de ser político na medida em que vida e trabalho se confundem.

No entanto, conforme as experiências marxistas foram sendo questionadas e desmanteladas, as condições de trabalho e os direitos do trabalhador em geral foram gradualmente regredindo. O que era luta e conquista dos trabalhadores passou a ser luta e conquista do trabalhador; a crença e a prática do comum cederam lugar ao empreendedorismo de cada um sob a crença em uma potência individual que renova a antiga máxima individualista: cada um por si e o mercado por todos. Em lugar de trabalhar para viver bem é ensinado que se deve viver para trabalhar bem e sempre mais.

A crença na justa recompensa dada pelo mercado ao indivíduo está apoiada em um sistema natural de recompensas proporcionais às capacidades produtivas individuais; essa crença é um dos pilares fundamentais do neoliberalismo. O investimento no capital humano<sup>288</sup> passou a ser também e sobretudo o auto-investimento; e o fundamento que formaria o comum é o elogio à competição e a condenação do altruísmo<sup>289</sup>, uma ética denominada objetivista segundo a qual é o egoísmo que une.

A expansão mundial dos valores da ética objetivista de Ayn Rand é coincidente com a expansão do próprio neoliberalismo através do globo a partir da década de 70. Há uma complementaridade simbiótica entre o "bom egoísmo" de Rand e as teses econômicas neoliberais. Para os trabalhadores os resultados da globalização neoliberal foram desde a desarticulação das estruturas representativas dos trabalhadores e a regressão dos direitos e condições trabalhistas até o aprofundamento das desigualdades sociais e econômicas.

A expansão econômica mundial desde a década de 70 foi feita sob a égide de um forte incremento nas desigualdades, sobretudo na distribuição de renda direta pela produção e a renda indireta pela especulação financeira.

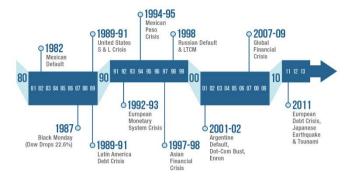
<sup>&</sup>lt;sup>288</sup> Cf.; Becker, Gary S.; The economic way of looking at life; Nobel Prize Lecture, Dec 9, 1992; www.nobelprize.org/nobel\_prizes/economic-sciences/laureates/1992/becker-lecture.pdf <sup>289</sup> Cf.; Rand, Ayn; The Virtue of Selfishness - A New Concept of Egoism; Penguin Books; 1964

A política econômica neoliberal foi gerando e administrando sucessivas crises bancárias, monetárias e especulativas, regionais e mundiais, até o ápice de uma crise

mundial em 2008 que só é comparável com a crise mundial iniciada em 1929.

Hardt&Negri publicaram *Império* no ano de 2000 pouco

antes da crise especulativa



iniciada na Nasdaq e que ficou conhecida como a bolha da internet. Ocorrida em 2001, a crise da Nasdaq se espalhou pelo mercado norte-americano e dizimou as esperanças de enriquecimento imediato de empreendedores e de milhões de pequenos investidores que sofreram imensos prejuízos com fraudes criadas por executivos ambiciosos e empresas de auditoria lenientes<sup>290</sup>; a crise colocou a nu os efeitos deletérios do empreendedorismo egoísta e da desregulamentação extrema do mercado financeiro norte-americano e mundial.

A certeza de sincronia entre o diagnóstico do *Império* e a crise de 2001 foi alimentada pelos protestos de Seattle de 1999 por ocasião da reunião da OMC (Organização Mundial de Comércio) e conhecido como N30 e de Davos em 2000 por ocasião do FEM (Fórum Econômico Mundial) dando a impressão de que os limites do crescimento neoliberal estavam se manifestando conforme anteviam Hardt&Negri.

No mesmo período a criação do FSM (Fórum Social Mundial) em Porto Alegre em 2001 parecia indicar uma capacidade de articulação mundial do antagonismo contra o modelo econômico de desigualdade social e degradação ambiental que referendava o diagnóstico de Hardt&Negri do poder de constituição da multidão revolucionária a partir do comum.

<sup>&</sup>lt;sup>290</sup> O caso emblemático foi a falência fraudulenta da Enron em outubro de 2001 com a complacência da auditoria da Arthur Andersen. Apenas em obrigações diretas a falência da Enron gerou um prejuízo de US\$ 23 bilhões. A perda total dos acionistas foi de US 12 bilhões

No entanto, o neoliberalismo ajustou perdas com a expansão do crédito, com a consolidação e expansão da união europeia e com as fortes taxas de crescimento da economia chinesa secundada por Brasil, Rússia, Índia e África do Sul no que se convencionou denominar de BRICS. Hardt&Negri não deixaram de apreender esse movimento quando apresentaram em 2012 em *declaração – isto não é um manifesto* as figuras subjetivas da crise como sendo o endividado, o midiatizado, o securitizado e o representado. O caminho da mudança surge como uma aposta em uma condição inerente ao homem comum de ser político:

A tarefa política do homem do comum é alcançada através das trocas entre singularidades, bem como nas suas transformações ao longo da luta. $^{291}$ 

Quando em 2007 Hardt&Negri publicam *Multidão* novamente estão em sincronia com uma crise do neoliberalismo considerada a mais profunda crise do capitalismo desde

a década de 30. Iniciada
nos EUA ainda em 2007 a
crise de 2008 repercutiu
globalmente colocando
em recessão toda a
América do Norte (México,
EUA e Canadá), toda a

Europa, a maior parte da Ásia e praticamente metade da África e da América Central e da América do Sul.

A posse em 2009 do primeiro presidente negro nos EUA e o segundo mandato de um presidente oriundo da classe trabalhadora em curso no Brasil se encaminhando para uma sucessão garantida para o Partido dos trabalhadores pareciam reconfirmar as tendências apontadas por Hardt&Negri de esgotamento do modelo neoliberal e o início de um processo de transição. Em *Commonwealth*, de 2009, terceiro movimento da trilogia com *Império* e *Multidão*, Hardt&Negri avançam retomando a questão da propriedade e esclarecendo a relação entre comum e multidão, como que antevendo a necessidade de referenciais para uma nova organização socioeconômica.

<sup>&</sup>lt;sup>291</sup> Hardt&Negri; declaração; op. cit.; pág. 142

No entanto, como demonstraram os anos subsequentes, a reação à crise neoliberal de 2008 em nada se aproximou de uma multidão constituinte e revolucionária. Nesta segunda década do século XXI temos assistido repetidamente ao recrudescimento do preconceito racial, econômico, religioso, de gênero e étnico. Eventos como a crise dos refugiados na Europa, a infindável guerra civil na Síria, o brexit, o retrocesso econômico da Grécia, a deterioração da primavera árabe em regimes autoritários e finalmente a eleição de um presidente nos EUA a partir de um discurso de ódio nacionalista, de misoginia e de racismo indicam que algo está errado ou faltante na teoria de Hardt&Negri. Constata-se um avanço sistemático e global das direitas radicais nacionalistas e xenófobas, sobretudo na Europa e nos EUA e que se prenuncia na América Latina.

Ou seja, a crise econômica mundial de 2008 fez surgir um comum muito diferente daquele que Hardt&Negri anteviram a partir da hegemonia do trabalho imaterial e a consolidação das redes comunicativas. Surge de fato um comum que articula afinal uma multidão que antagoniza o neoliberalismo e o ataca. Mas qual multidão? E qual comum?

O antagonismo dessa estranha multidão se expressa por uma radicalização à direita, nos moldes dos nacionalismos tacanhos e destrutivos do fascismo e nazismo do século passado. O ataque ao neoliberalismo unifica pessoas contra refugiados tachados de imigrantes perigosos, contra mulçumanos taxados de inimigos terroristas por sua crença religiosa, contra imigrantes legais e ilegais elevados à categoria de usurpadores morais e econômicos. O comum se faz sem singularidades em trocas transformadoras como pensam Hardt&Negri, mas por generalizações redutoras ao mesmo tempo que separa e divide em certos e errados, em bons e maus, em nós e eles. Todos iguais na divisão que lhe foi atribuída porque qualquer singularidade é negada.

Nessa multidão egocêntrica o ressentimento pela expropriação sofrida em 2008 se manifesta trocando nomes no comando político sem atentar para que o novo comando utiliza o mesmo fundamento de dominação e exploração. Troca-se seis por meia dúzia. E pior troca a justa reparação pelo esbulho pelo ataque à diferença e elege como alvos os mais indefesos e mais explorados. A revolução que esse comum anima é contra o neoliberalismo, sem dúvida. No entanto, é oposta ao comunismo, pois é excludente,

discriminatória e expropriadora dos menos protegidos e quer uma regressão no compartilhamento, nega empatia.

#### O que está dando errado?

Fundamentalmente parece que a reação à expropriação do comum não tem sido a preconizada por Hardt&Negri. A produção de subjetividades não está sendo modificada pelas condições cooperativas da bioprodução. A pergunta insiste sem resposta e se renova: por que lutam por sua servidão pensando lutar por sua liberdade?

A conceituação da biopolítica em uma relação de tensão com o biopoder é sem dúvida uma contribuição teórica fundamental de Negri. A conceituação do comum como essência viabilizadora de uma multidão capaz de confrontar a expropriação e constituir um novo paradigma de poder também é preciosa. No entanto, falta um aparato de compreensão da produção de subjetividades que apreenda as contradições do sujeito. Falta um instrumental que pense a questão da identidade no sujeito como um movimento constitutivo contínuo e não apenas como uma questão que será superada por uma experimentação do comum dada a produção imaterial ou biopolítica.

A constituição do sujeito sob a identidade do trabalho ainda é essencial para a maior parte da população mundial. É a partir dessa identidade de trabalhador que o eleitor estadunidense votou em um candidato que promete retomar os empregos "roubados" pelo México e pela China.

Ou seja, a discussão sobre identidade, produção de subjetividades e sujeito revolucionário em Hardt&Negri precisa ser aprofundada, questionada e melhorada.

A disputa sobre a produção de subjetividades não pode ser resolvida apenas indicando qual sujeito deve ser constituído e apostando em uma natural aptidão para o comum. É preciso considerar que neste momento centenas de milhões de sujeitos estão identificados com modelos muito diferentes do ideal de um sujeito biopolítico, e que estão constituídos como trabalhadores-consumidores segundo o ideal do biopoder. É preciso considerar que também na eleição de um líder totalitário se conformou uma vontade comum.

A pergunta fundamental é: o que transforma o sujeito do biopoder em sujeito biopolítico?

Neste ponto a lembrança da psicanálise me parece inevitável. Não como um recurso pronto a responder e equacionar tal questão. Mas como possiblidade de construção de uma teoria social que explique melhor os fenômenos sociais e políticos que estamos testemunhando. Considerando a centralidade da categoria trabalho é justo pontuar que falta à psicanálise uma teoria sobre a constituição do sujeito trabalhador do biopoder. Falta também uma conexão definitiva entre o comum e o individual através do singular. A conceituação freudiana do narcisismo das pequenas diferenças não pode indicar o começo de um caminho para compreender as dinâmicas sociais que se movem contra o comum desejado por Hardt&Negri. *Mal-estar na civilização* principia a expansão para o social da teoria pulsional revendo a relação entre vida, morte, agressividade e angustia. Principia apenas! Há todo um potencial para pensar o sujeito como tensão de contradições internas e em sua relação como o social.

A gênese do comum que Negri conceitua a partir de kairós e vazio estabelece uma lógica poderosa que explica o surgimento e a ação de uma multidão de fato politicamente constituinte de um arranjo socioeconômico alternativo para além do antagonismo. Mas são requeridos sujeitos singulares capazes de lidar com kairós e vazio, capazes de mudar a estrutura das relações de poder, não apenas de tomar o poder.

Como suportar vazio em um estado de continua ameaça e sofrimento? Por que sofrimento?

Negri lança mão de Foucault e Deleuze na sua concepção de biopolítica e integra no biopoder disciplina e controle. Os dispositivos para disciplina e controle da vigilância e punição, do saber velado e da norma são essenciais para o biopoder. Tais dispositivos necessariamente ativam nos sujeitos estruturas internas suscetíveis de serem manipuladas. Sentimentos como medo, inveja, inferioridade, desamparo e sobretudo angústia servem ao assujeitamento que submetem o singular ao biopoder.

A rigor trata-se de uma estratégia de gestão do sofrimento, daí a ideia de que o neoliberalismo desenvolveu e aperfeiçoou uma refinada e extensiva capacidade de gestão do sofrimento. Em última análise a redução do sujeito à coisa só é possível pela aceitação de um sofrimento de perda de si.

A produção de subjetividade do biopoder é, portanto, ensinar a sofrer: *no pain, no gain* diz a máxima capitalista contemporânea: sem dor, sem ganho. O trabalho ao envolver toda a vida, todo tempo em todo lugar, deve necessariamente estar ligado ao sofrimento. Daí ser essencial sua recuperação enquanto categoria. Retomar a categoria do trabalho em economia política é também recuperar o trabalhador como ser vivo, é lembrar que há trabalho vivo.

A compreensão do sofrimento e a busca por sua resolução deu origem à psicanálise porque Freud rejeitou a necessária conjugação determinista entre sintoma e sinal que a medicina exigia e ainda exige. Ou seja, ao aceitar que há um sofrimento relatado por um sujeito sem que necessariamente exista uma causa material, Freud abriu caminho para reconhecer a singularidade e incluiu o sujeito como polo ativo na relação social. Ao contrário, a psiquiatria e a psicologia neurocognitiva e comportamental pensam em determinações materiais corporais (neurológicas) e têm na medicação psicotrópica a essência no combate ao sofrimento. O biopoder quer o sofrimento sob controle como um fim para manter tudo igual, a biopolítica quer o sofrimento sob escrutínio como um meio para a mudança.

Não basta constatar o sofrimento, o que Hardt&Negri fazem a partir da constatação da atualidade da reificação e da novidade da expropriação do comum. É preciso compreender a condição de possibilidade do sofrimento instalada na constituição do sujeito desde a produção de subjetividade.

As considerações sobre pulsão de morte e pulsão de vida da psicanálise abrem a perspectiva de compreensão das relações sociais a partir de como o outro participa da constituição de uma subjetividade e como o outro participa singularmente da vida de cada sujeito.

Há que se qualificar o sofrimento e suas implicações. Sofrer por não trocar de carro todo ano não deveria ser diferente de sofrer por ser discriminado por sua opção sexual? Sofrer por faltas materiais não deve ser diferente de sofrer por aceitar o vazio de não

saber o que virá de uma ação? Sofrer de fome ou frio deveria ser equiparado a sofrer pela falta de trufas brancas ou de um bom charuto?

O biopoder precisa equalizar desejo e necessidade qualificando a validade do desejo pela objetividade de algum consumo. O desejo que convém ao biopoder é na verdade a busca eterna por uma falta que tem expressão material. O sujeito neoliberal consome para cultivar uma nova falta, um vazio determinado que esconde a indeterminação de fato que traz o vazio. Não há fruição, tudo é perda.

O modelo de psiquismo que surgiu com a introdução da pulsão de morte e de vida em constante enlace e sob tensão entre o social e o individual não pretende eliminar o sofrimento, mas sim torná-lo produtivo em uma relação de ir e vir entre o individual e o social. O sofrimento gerido pelo neoliberalismo só é produtivo para o capital.

A questão afinal não é sofrer, mas sim o que se obtém a partir do sofrimento. Mais sofrimento ou mais vida?

Negri optou por transformar o sofrimento de uma injustiça para cultivar vida na relação com seus semelhantes, entre a mesquinhez do ressentimento e a generosidade do compartilhamento foi este último caminho que tomou. No entanto, não se pode esperar que todo percurso seja feito por um homem, estaríamos retomando um messianismo desenfreado.

A crítica empreendida aqui quer cooperar com o imenso legado que está dado por Negri, Marx, Espinosa, Luther King, Gandhi e uma infinidade de autores e atores que doaram vida ao comum através de seu pensamento e de seu exemplo. O sofrimento que a assimetria cultivada e mantida pelo biopoder impõe à maioria dos seres humanos reduz a humanidade em todos nós. Nos faz menos em cada um de nós e em nosso conjunto. A luta essencial que Negri e Hardt abraçam é podermos ser mais em nós mesmos e juntos. Sejamos!

# VI. Bibliografia

ALBUQUERQUE, ROBERTO CHACON DE; "A Companhia das Índias Ocidentais: uma Sociedade Anônima", Revista da Faculdade de Direito da USP, v. 105 p. 25-38, jan/dez 2010.

ANTUNES, RICARDO e ALVES, GIOVANI; As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital; Educação. Social, Campinas, vol. 25, n. 87, pág. 335-351; maio/ago 2004

ARENDT, HANNAH; A Condição Humana; Forense Universitária; 2010.

BAXTER, BRIAN; Alienation and Authenticity; International Journal of Social Psychiatry vol. 29; 1983

BAUMAN, ZYGMUNT.; Vida para Consumo; Zahar; 2008.

BENTHAM JEREMY; Introduction to the Principles of Morals and Legislation; Batoche Books; (1781) 2000

BERTANLAFFY, LUDWIG von; General system Theory; University of Alberta, Edmonton, Canada, 1968

BOURDIEU. PIERRE; L'essence du néolibéralisme; Le Monde Diplomatique; 1998; http://www.monde-diplomatique.fr/1998/03/BOURDIEU/3609

BAUDRILLARD, JEAN; "The Consumer Society: Myths and Structures"; Sage; London; 1998

CÁMARA IZQUIERDO, SERGIO; A value-oriented distinction between productive and unproductive labour; Capital & Class Autumn vol. 30, no. 3, 37-63; 2006

CAMFIELD, DAVID; The Multitude and the Kangaroo: A Critique of Hardt and Negri's Theory of Immaterial Labour; Labour Studies; University of Manitoba; 2006

CARVALHO, FERNANDO J CARDIM de; A teoria monetária de Marx: uma interpretação pós-keynesiana; Revista de Economia Política, vol. 6, nº 4, 2008

CASCIO, WAYNE F., Journal of Organizational Behavior, #29, pp. 4559-468, John Wiley & Sons Ttd, 2008.

CAVALCANTI ALVES, ANA RODRIGUES; O conceito de hegemonia: de Gramsci a Laclau e Mouffe; Lua Nova, São Paulo, 80: 71-96, 2010

CAYGILL, HOWARD, Dicionário Kant, Jorge Zahar Editor, 1995.

CESARE CASARINO E ANTONIO NEGRI; In praise of the common: a conversation on philosophy and politics; University of Minnesota Press; 2008

CHRISMAN-CAMPBELL, KIMBERLY; Fashion Victims: dress at the court of Louis XVI and Marie Antoinette; Yale University Press; 2015

CLARK, COLIN; National Income; Editora Psychology Press, 1965 (1ª edição 1932)

CODO, WANDERLEY e SAMPAIO, JOSÉ JACKSON COELHO; Sofrimento psíquico nas organizações: saúde mental e trabalho; Editora Vozes; 1995

CONDILLAC, ÉTIENNE BONNOT, ABBÉ DE; Commerce and Government Considered in their Mutual Relationship; The Online Library of Liberty; 1776;

COSTA VAL, VANESSA da e LINHARES, LUCAS; O Papel da Moeda em Marx e Keynes; Leituras de Economia Política, Campinas, (14): 81-107, 2008

D'ALESSANDRO, FERNANDO; *Italy September 1920:* The Occupation of the Factories The Lost Revolution; https://www.marxist.com/Europe-old/italy\_september\_1920.html; 2002

DEJOURS, CHRISTOPHE, A loucura do Trabalho – estudo de psicopatologia do trabalho, Editora Cortez - Oboré, São Paulo, 1992.

DEJOURS, CHRISTOPHE, & ABDOUCHELLI, ELISABETH, & JAYET, CHRISTIAN, Psicodinâmica do Trabalho, Editora Atlas, São Paulo, 1994.

DELEUZE, GILLES; Conversações; Editora 34; 2006

DELFIM NETTO, ANTONIO; A matemática na economia - O pensamento mágico; Valor Econômico; 2011

DILTHEY, WILHELM; Introdução às ciências humanas – tentativa de uma fundamentação para o estudo da sociedade e da história; Forense Universitária, 2010

ESPINOSA, BARUCH; Tratado Político; Editora WMF Martins Fontes; 2009

FAJARDO, ROGÉRIO AUGUSTO DOS SANTOS; Lógica Matemática; www.ime.usp.br/~fajardo/Logica.pdf

FAULKNER, NEIL; A Marxist History of the World; Plutopress; 2013

FRANCO, SÉRGIO DE GOUVÊA; Dilthey: compreensão e explicação; Rev. Latino-americana de Psicopatologia Fundamental, São Paulo, v. 15, n. 1, p. 14-26, março 2012

FORRESTER. JAY W.; Industrial Dynamics; MIT Press, Cambridge, Mass., USA; 1961,

Urban Dynamics MIT Press, Cambridge, Mass., USA; 1969

World Dynamics MIT Press, Cambridge, Mass., USA; 1971

FOUCAULT, MICHEL; The History of Sexuality – Vol. I: An Introduction; Pantheon Books; New York; 1978

FUMAGALLI, ANDREA e LUCARELLI, STEFANO, Valorization and Financialization in cognitive Biocapitalism; Investment Management and Financial Innovations, Volume 8, num. 1, 2011

GRIMES, ANDREW J. & STEFFY, BRIAN D., Personnel/Organizational Psychology: A Critique of the Discipline in Critical Management Studies, Sage Publications, 1994.

HABERMAS, JÜRGEN, O Discurso Filosófico da Modernidade, Tradução de Luiz Sérgio Repa e Rodnei Nascimento, Martins Fontes, 2002

HAMEL GARY, PRAHALAD C. K.; Competindo pelo futuro: estratégias inovadoras para obter o controle do seu setor e criar os mercados de amanhã; Editora Campus; 1995

HARDCASTLE, EDGAR; Was Marx a Monetarist?; Socialist Standard, January 1983, Marx Internet Archives, 2007

HARDT, MICHAEL; Reclaim the common in communism; The Guardian; 2011; www.theguardian.com/commentisfree/2011/feb/03/communism-capitalism-socialism-property

O comunismo é a crítica de tudo o que existe; Praktyka Teoretyczna; Uninomade; 2012

HARVEY, DAVID, The Commoner-The Carnival of Values & the Exchange Value of Carnivals; Num 10; 2005 Os Limites do Capital; Boitempo; 2013

HEISENBERG, WERNER K.; Physics and Philosophy - The Revolution in Modern Science; Harper&Brothers; NY; 1958

HIRSCHHEIM, RUDY, KLEIN, HEINZ K and LYYTINEN, KALLE; Information Systems Development and Data Modeling: Conceptual and Philosophical Foundations; 1995;

HOLLANDA, CRISTINA BUARQUE; Teoria das Elites; Zahar; 2011

HONNETH, AXEL, Luta por Reconhecimento – uma gramática moral dos conflitos sociais, Editora 34, 2003.

Teoria Social Hoje - Teoria Crítica, Org. Anthony Giddens & Jonathan Turner; Fundação Editora Unesp.

The I in We – Studies in the Theory of Recognition, Polity Press, 2012.

HORKHEIMER, MAX, Coleção Os Pensadores - Teoria Tradicional e Teoria Crítica — Textos Escolhidos, Tradução J. Lino Grünnewald e outros, Abril Cultural, Coleção os Pensadores, 1980.

HUISMAN, DENIS, Dicionário dos Filósofos, Martins Fontes, 2001

INÁCIO, JOSÉ REGINALDO; A Reificação Humana: estado indutor da doença e dos acidentes de trabalho; VII Seminário de Saúde do Trabalhador e V Seminário O Trabalho em Debate "Saúde Mental Relacionada ao Trabalho"; 2011

INWOOD, MICHAEL, Dicionário Hegel, Jorge Zahar Editor, 1997.

JAPPE; ANSELM; Alienação, reificação e fetichismo da mercadoria; Limiar - vol. 1, nº 2; 1º semestre 2014

KANT, IMMANUEL; The Philosophy of Law - an Exposition of the Fundamental Principles of Jurisprudence as the Science of Right; Library of Victoria University; T&T Clark; 1887

KATZ, DANIEL E KAHN, ROBERT; Psicologia Social e das Organizações; Editora Atlas; 1967

KOYRÉ, ALEXANDRE. Do mundo fechado ao Universo infinito; Coleção Campo Teórico; Forense Universitária; 2006

KRUEGER, ANNE; The Political Economy of the Rent-Seeking Society; The American Economic Review, Vol. 64, No. 3; pág. 291-303; 1974

KUHN, THOMAS S.; A Estrutura das Revoluções Cientificas, Editora Perspectiva, 1998

LALANDE, ANDRÉ, Vocabulário Técnico e Crítico da Filosofia, Martins Fontes, 1999

LAZZARRATO, MAURIZIO e NEGRI, ANTONIO; Trabalho Imaterial: formas de vida e produção de subjetividades; Lamparina editora; 2013

LLEWELLYN, H. ROCKWELL JR; The Gold Standard: An Austrian Perspective; Heath D. C. and Company; 1985

LEFKOWITZ, JOEL, Journal of Organizational Behavior, #29, John Wiley & Sons, 2008

LUKÁCS, GEORG; História e Consciência de Classe; Editora WMF Martins Fontes; 2012

LUKÁCS, GEORG; Para uma Ontologia do Ser Social; Boitempo Editorial; 2012

THE RHETORIC OF ECONOMICS

MCCLOSKEY, DEIRDRE (DONALD); The Rhetoric of Economics; Journal of Economic Literature, vol. 21, no. 2; pág. 481-517

MALVEZZI, SIGMAR, Atas do Congresso Internacional "Interfaces da Psicologia" – volume II, Da administração Científica à Globalização: uma História de Desafios, 1999

MAQUIAVEL, NICOLAU, Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio, Martins Fontes, 2007

MARAZZI, CHRISTIAN; entrevista à IHU on-line; revista do Instituto Humanitas Unisinos, 301, Ano IX; 20.07.2009; http://www.ihuonline.unisinos.br/

MARILAND, FRANCISCO RIGHI *Trabalho Produtivo e Improdutivo, Conceitos Teóricos e Considerações acerca da economia Brasileira,1964 -198;* 1987 FGV São Paulo

MARSHAL, ALFRED; Princípios da economia; Coleção Os Economistas; Abril Cultural; 1982

MARTIN, JAMES; Information Engineering, Prentice-Hall, Inc.; 1990

MARX, KARL, On The Jewish Question, translation by Andy Blunden, 2005, www.marxists.org/archive

Coleção Os Economistas- O Capital: Abril Cultural, 1983

Grundrisse, Boitempo Editorial, 2011

MENEGHETTI, FRANCIS KANASHIRO e TARGA, TAÍS ANDRADE; A Racionalização do Mal nas Organizaçõ*es*; ANPAD ENEO; 2006

MORA, J. FERRATER, Dicionário de Filosofia, Martins Fontes, 2001

NEGRI, ANTONIO, Kairós, Alma Vênus, Multitudo, DP&A Editora, 2003

The Labor of the Multitude and the Fabric of Biopolitics; Ed. Mark Coté. Mediations 23.2, 8-25; Spring 2008; www.mediationsjournal.org/the-labor-of-the-multitude-andthe-fabric-of-biopolitics

The Savage Anomaly - the power of spinoza's metaphysics and politics; translation by Michael Hardt; University of Minnesota Press; 1991

Biocapitalismo - Biocapitalismo e constituição política do presente; Iluminuras, 2015,

NEGRI, ANTONIO, & HARDT, MICHAEL, Empire, Harvard University Press, 2001.

Multitude – war and a democracy in the age of empire, Penguim Books, 2005.

Commonwealth, Penguim Books, 2009.

Declaração – Isto Não É um Manifesto, n-1 edições, 2014.

Marx's Mole is Dead!; Eurozine; www.eurozine.com/articles; 2002

Subjetividade e Política na Atualidade; Estados Gerais da Psicanálise: Segundo Encontro Mundial; outubro 2003

NITZAN, JONATHAN & SHIMSHON B.; Capital as Power: a study or order and creorder; Routledge; 2009

PAULANI, LEDA MARIA e ROTTA, TOMAS NIELSEN; A Teoria Monetária de Marx: Atualidade e Limites Frente ao Capitalismo Contemporâneo; EconomiA, Brasília (DF), v.10, n.3, p.609–633, set/dez 2009

POPPER, KARL; The Logic of Scientific Discovery; Routledge; 2005

PORCHAT, O., Ciência e Dialética em Aristóteles, Editora Unesp, 2000

PORTER, MICHAEL; Competitive Strategy; The Free Press; 1980

Competitive Advantage; The Free Press; 1985

PRICE, DEREK de SOLA, A Ciência Desde a Babilônia, coleção O Homem e a Ciência, EDUSP, 1996

REALE, Giovanni e ANTISERI, Dario, História da Filosofia, tradução Ivo Storniolo, 1997/2005

ROWE, William L; Studies in labor theory and practice; Marxist Educational Press, Minneapolis; 1982

SANTIAGO, HOMERO SILVEIRA; A questão do Possível no Espinosismo e suas Implicações em Antonio Negri; Revista Conatus; Filosofia de Spinoza; Volume 4 – No 8; dezembro 2010

SAY, JEAN-BAPTISTE; Coleção Os Economistas; Abril Cultural, 1983

SCOTT, WALTER DILL; The Theory of Advertising; Boston; Small, Maynard & Company; 1904

SEWEL, ROB; In Defence of Marx's Labour Theory of Value; http://www.marxist.com/in-defence-of-ltv.htm; 2014

SIMS, CHRISTOPHER A. Macroeconomics and Methodology; The Journal of Economic Perspectives, Vol. 10, No. 1 (Winter, 1996), pp. 105-120; Published by: American Economic Association

SLYWOTSKY, ADRIAN, Demand: Creating What People Love Before They Know They Want It; Crown Business; 2011

SOMIT, ALBERT & PETERSON STEVEN A.; Main Currents in Biopolitics; International Political Science Review; Vol. 8, No. 2,107-110; 1987

SMITH, ADAM; Coleção Os Economistas- A Riqueza as Nações; Abril Cultural; 1983

SZNELWAR, LAERTE IDAL e Cia; Saúde dos Bancários, Publisher Brasil, 2011

TURDA, MARIUS; Modernism and Eugenics; Palgrave MacMillam; 2010

VIRNO, PAOLO; Grammatica della Moltitudine - Per un'analisi delle forme di vita contemporanee; Rubbettino Editore; Catanzaro, Italia. 2001

WALKER. DAVID e GRAY. DANIEL; Historical dictionary of Marxism; Scarecrow Press; Maryland, 2007